

UNIVERSIDADE DE ÉVORA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

CONCENTRAÇÃO POPULACIONAL
NOS CENTROS URBANOS
DA
REGIÃO ALENTEJO

Amável J.C. Candeias

Évora
Março 1998

UNIVERSIDADE DE ÉVORA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

CONCENTRAÇÃO POPULACIONAL
NOS CENTROS URBANOS
DA
REGIÃO ALENTEJO



186 372

Amável J.C. Candeias

Trabalho realizado com a orientação da
Professora Doutora *Maria Filomena Mendes*,
Professora Auxiliar

ÍNDICE

Pag.

INTRODUÇÃO	8
------------------	---

PRIMEIRA PARTE - CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

1. JUSTIFICAÇÃO DO TEMA	11
2. DELIMITAÇÃO GEOGRÁFICA E TEMPORAL	14
3. OBJECTIVOS E IMPORTÂNCIA DO ESTUDO.....	16
4. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	18
4.1. MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS - ABORDAGEM TEÓRICA.....	18
4.1.1. Migrações em Portugal.....	25
4.1.1.1. Migrações Internas	29
4.2. URBANIZAÇÃO E CRESCIMENTO DAS CIDADES	35
5. HIPÓTESES DE TRABALHO.....	45
6. METODOLOGIA.....	46
6.1. RECOLHA DE INFORMAÇÃO	47
6.2 QUESTIONÁRIO	48
6.3 METODOLOGIA DO TRABALHO DE CAMPO	49
6.3.1. Universo de análise	49
6.3.2. Distribuição geográfica dos inquiridos	50
6.3.3. Formação de entrevistadores.....	51
6.3.3. Trabalho de campo	52

SEGUNDA PARTE - ENQUADRAMENTO REGIONAL

1. CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA	53
1.1. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO.....	53
1.2. ESTRUTURAS DEMOGRÁFICAS.....	56
1.3. VARIÁVEIS MICRO-DEMOGRÁFICAS.....	61
1.3.1. Natalidade e Fecundidade	61
1.3.2. Mortalidade	67
1.3.3. Crescimento Natural	73
1.3.4. Movimentos Migratórios	74
1.4. PERSPECTIVAS DEMOGRÁFICAS.....	80
1.5. CONCLUSÃO.....	94
2. CARACTERIZAÇÃO SOCIO-ECONÓMICA	96
2.1. ACTIVIDADE DA POPULAÇÃO.....	96
2.2. EMPREGO.....	99
2.2.1. População activa por sexos e idades	100
2.2.2. População por sectores e ramos de actividade económica	101
2.2.3. População empregada segundo a situação na profissão	103
2.2.4. População activa por níveis de instrução	105
2.2.5. População empregada por grupo socio-económico	106
2.3. DESEMPREGO.....	109
2.3.1. Desempregados por grupos etários e sexos	110
2.3.2. Desemprego segundo o nível de instrução e sexo	112
2.3.3. Desempregados por principal meio de vida	114
2.4. CONCLUSÃO.....	116

TERCEIRA PARTE - CONCENTRAÇÃO POPULACIONAL NOS CENTROS URBANOS DA REGIÃO ALENTEJO

1. POVOAMENTO	118
1.1. POPULAÇÃO SEGUNDO A DIMENSÃO DOS LUGARES.....	118
1.2. ESTRUTURA DA REDE URBANA.....	121

1.3. POPULAÇÃO URBANA E POPULAÇÃO RURAL	124
1.4. CONCENTRAÇÃO POPULACIONAL NOS CENTROS URBANOS	126
2. CENTROS URBANOS DO ALENTEJO.....	129
2.1. ESTRUTURA DEMOGRÁFICA	129
2.2. ESTRUTURA DAS ACTIVIDADE ECONÓMICAS	131
2.3. NÍVEL DE INSTRUÇÃO.....	133
2.4. CONCLUSÃO.....	134
3. CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO MIGRANTE	136
3.1. SEXO.....	137
3.2. IDADE.....	138
3.3. NÍVEL DE INSTRUÇÃO.....	139
3.4. NATURALIDADE.....	140
3.5. RESIDÊNCIA ANTERIOR.....	141
3.6. PROFISSÕES	142
3.7. PROFISSÕES DOS PAIS.....	144
3.8. FORMA DE MIGRAÇÃO.....	145
3.9. TIPO DE MIGRAÇÃO	146
3.10. RAZÕES DA MUDANÇA DE RESIDÊNCIA.....	147
3.11. MOBILIDADE SOCIAL ASSOCIADA À MIGRAÇÃO	148
3.11.1. Rendimentos auferidos	148
3.11.2. Prestígio associado à nova profissão.....	149
3.12. PRINCIPAIS INFLUÊNCIAS NA ESCOLHA DO LOCAL DE DESTINO	150
3.13. FACTORES DE REPULSÃO DO LOCAL DE ORIGEM.....	151
3.14. FACTORES DE ATRACÇÃO DO LOCAL DE DESTINO.....	152
3.15. ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS NO LOCAL DE DESTINO.....	153
3.16. CONCLUSÃO.....	156
4. MIGRAÇÕES INTRA-REGIONAIS E MIGRAÇÕES INTER-REGIONAIS	158
4.1. SEXO.....	159
4.2. IDADE.....	160
4.3. NÍVEL DE INSTRUÇÃO.....	161
4.4. NATURALIDADE.....	163
4.5. PROFISSÕES	164
4.6. PROFISSÕES DO PAI.....	165

4.7. FORMA DE MIGRAÇÃO.....	166
4.8. TIPO DE MIGRAÇÃO	167
4.9. RAZÕES DA MUDANÇA DE RESIDÊNCIA.....	168
4.10. MOBILIDADE SOCIAL ASSOCIADA À MIGRAÇÃO	169
4.10.1. Rendimentos auferidos	169
4.10.2. Prestígio associado à nova profissão	171
4.11. PRINCIPAIS INFLUÊNCIAS NA ESCOLHA DO LOCAL DE DESTINO	172
4.12. FACTORES DE REPULSÃO DO LOCAL DE ORIGEM.....	173
4.13. FACTORES DE ATRACÇÃO DO LOCAL DE DESTINO.....	174
4.14. ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS NO LOCAL DE DESTINO.....	175
4.15. CONCLUSÃO.....	177
5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	179
ÍNDICE DE QUADROS	183
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	186
ÍNDICE DE FIGURAS	188
ÍNDICE DE PIRÂMIDES.....	189
BIBLIOGRAFIA CITADA	190
BIBLIOGRAFIA INDICATIVA.....	192
ANEXO I - FORMULÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO DE MIGRANTES	
ANEXO II - QUESTIONÁRIO AOS MIGRANTES	

AGRADECIMENTOS

Para a realização deste trabalho foi imprescindível a colaboração de diversas pessoas e entidades às quais se deve um sincero agradecimento que gostava de endereçar em particular:

- √ À Professora Doutora *Maria Filomena Mendes*, pela disponibilidade que sempre manifestou para a orientação científica deste trabalho, mas também pelos desafios profissionais que me colocou, principais responsáveis pelo enriquecimento que a minha experiência profissional registou nos últimos tempos;
- √ À *Comissão de Coordenação da Região Alentejo*, na pessoa do seu Director Regional de Planeamento e Desenvolvimento, *Dr. Francisco Maria Lopes Figueira*, pelo acolhimento que fez à realização deste trabalho e por ter acreditado na possibilidade de implementação da sua metodologia;
- √ Aos alunos finalistas do Curso de Sociologia da Universidade de Évora, responsáveis pela aplicação do questionário aos migrantes residentes nos quatro cantos deste Alentejo e, em particular à, hoje já Dr^a, *Maria Gabriela Brissos Camacho*, que muito me acompanhou nas tarefas de tratamento da informação e de organização do trabalho de campo;
- √ À minha família e amigos mais próximos que nos últimos tempos se viram privados da minha companhia e dos saudosos serões à volta da lareira;
- √ Por último, mas não menos importantes, àqueles que são os principais responsáveis pela minha existência e especialmente à memória de meu pai. Se este trabalho se tivessem realizado em 1960, ele seria também alvo do estudo, através do qual se poderia saber da forma como na altura da *fome anunciada* abanou o *Alentejo profundo* com o riquíssimo património que possuía - a sua família -, para se dirigir para uma capital de distrito, onde foi possível garantir um futuro melhor para os seus filhos. Afinal, o autor destas linhas também é filho de um dos *Homens que nunca foram meninos*.

Aos meus filhos *Ana Margarida e João Pedro*

INTRODUÇÃO

O trabalho que agora se apresenta constitui a dissertação final do Curso de Mestrado em Sociologia, Variante Família e População da Universidade de Évora.

As matérias sistematizadas neste documento representam o resultado de uma reflexão sobre os aspectos demográficos de uma região onde a componente humana é cada vez mais a principal determinante, *para o bem e para o mal*, do seu desenvolvimento futuro.

Correspondem também a um *casamento feliz* entre uma convivência prática com aquela problemática, fruto de um trabalho de mais de uma década, desenvolvido como técnico superior da *Divisão de Estudos Sociais e Culturais da Direcção de Planeamento e Desenvolvimento da Comissão de Coordenação da Região Alentejo*, e o amadurecimento das abordagens teóricas sobre socio-demografia, ministradas no contexto das aulas teóricas do curso de mestrado. Nos últimos dois anos, esta experiência foi enriquecida com o trabalho de docência e de investigação desenvolvido como assistente convidado do *Departamento de Sociologia da Universidade de Évora*.

Naturalmente que toda esta *convivência* com a demografia regional constitui um óptima base de partida para a sua necessária sistematização e investigação, mas não será menos verdade que representa também um *elevor da fasquia* relativamente à qualidade do trabalho que, modestamente, agora se apresenta.

A escolha da temática das migrações como objecto de estudo desta investigação prende-se com o facto de ser um fenómeno demográfico que tem marcado particularmente a Região Alentejo, de forma positiva, desde as primeiras décadas deste século até aos anos 50, período durante o qual a Região, mercê do seu dinamismo da actividade agrícola, atraiu população das áreas geográficas adjacentes (Algarve e Beiras), e de forma negativa, desde aquela altura até aos nossos dias, período em que a Região se passou a assumir como zona de repulsão demográfica.

Mais uma vez a responsabilidade da *sangria demográfica* que se verificou particularmente na década de sessenta coube à evolução das actividades económicas, que se caracterizou pelo declínio progressivo da actividade agrícola, principal empregadora de mão-de-obra, e pela estagnação do sector industrial que se revelou incapaz de absorver

o quantitativo de população activa alentejana que não teve outra alternativa senão procurar emprego fora da Região.

Nos últimos anos, devido principalmente à inexistência de locais de destino para os migrantes, a dinâmica migratória negativa continua a manifestar-se mas de um forma estabilizada. Ao mesmo tempo, começaram a surgir alguns sinais de recuperação demográfica, polarizados nos centros de maior dimensão, ou de maior dinamismo económico, ou de maior importância político-administrativa, traduzidos nalguma capacidade de fixação e atracção demográfica. Estes *pólos de vitalidade socio-demográfica*, devidamente apoiados com políticas integradas assentes em objectivos de desenvolvimento sustentado, poderão vir a constituir futuras zonas de desenvolvimento, cujos efeitos se procurará irradiar a toda o Alentejo.

Contudo, uma observação mais atenta àquelas dinâmicas mostra-nos que simultaneamente se assiste a um progressivo despovoamento e desaparecimento dos lugares de menores dimensões, facto que contribuirá para o isolamento das populações que resistem em permanecer naquelas zonas, e num futuro que nos parece muito próximo, para a desertificação humana e, subsequentemente, geográfica e natural de uma vasta zona do Alentejo.

Esta nova *demografia regional*, traduzida numa nova *geografia humana*, carece de um estudo mais aturado, com vista a uma melhor compreensão daqueles fenómenos, para o qual este trabalho procurará ser uma pequena contribuição.

Será também parte integrante de um projecto mais amplo que procurará estudar as *Dinâmicas Espaciais da Região Alentejo*, da responsabilidade da *Universidade de Évora* através da *Área Departamental de Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Évora*, coordenado pela Prof^a. Dr^a. *Maria Filomena Mendes*, com financiamento da *Fundação para a Ciência e Tecnologia (ex-JNICT)*. Contou também com o apoio da Comissão de Coordenação da Região do Alentejo.

Neste contexto, no presente trabalho procurou-se dividir a reflexão sobre aquelas problemáticas em 3 partes, referenciadas da forma seguinte:

Primeira parte: **Considerações teóricas e metodológicas** relativas à investigação

Segunda parte: **Enquadramento regional**. Com referência à caracterização da Região Alentejo nos aspectos relativos à socio-demografia e à socio-economia;

Terceira parte: **Estudo das dinâmicas demográficas** que se verificam em direcção aos centros urbanos da Região.

1. JUSTIFICAÇÃO DO TEMA

O estudo que agora se apresenta, insere-se no âmbito mais vasto da Demografia Social e propõe uma abordagem da problemática das migrações internas. É intenção estudar as relações entre factores económicos, sociais e culturais e a mobilidade geográfica da população do Alentejo.

A definição desta problemática aparece associada às características demográficas da Região Alentejo que, de uma forma mais ou menos simples, se podem definir de três formas: decréscimo populacional, progressivo envelhecimento das estruturas demográficas e concentração populacional nos centros urbanos, com o conseqüente despovoamento das zonas rurais.

Os dois primeiros aspectos, que só indirectamente têm que ver o com objecto de estudo deste trabalho, estão grandemente ligados ao mesmo fenómeno demográfico - a *emigração* - entendida aqui nas suas duas vertentes: a *externa* e a *interna*, sendo esta última a principal responsável pela *sangria populacional* verificada nas últimas décadas no Alentejo.

Este fenómeno migratório começou a manifestar-se de forma mais intensa na década de cinquenta, atingindo o seu auge na década de sessenta, e daí para cá tem vindo a reduzir a sua intensidade, sem que nunca se tenha deixado de sentir, com o conseqüente reflexo ao nível da diminuição do efectivo populacional e no envelhecimento das estruturas, conseqüência da saída de população activa mais jovem e em idade de procriar.

Simultaneamente assistiu-se a uma diminuição dos padrões da fecundidade, visível através da diminuição do número de filhos que cada mulher tem, que nos últimos anos e em particular desde a segunda metade da década de oitenta, já são em número inferior aos óbitos ocorridos o que se traduz na existência de uma taxa de crescimento natural negativa.

Esta incidência reflecte-se, da mesma forma, no decréscimo e envelhecimento da população, acentuando de uma forma drástica o duplo envelhecimento das estruturas da população residente na Região.

Outra característica evidenciada pelo comportamento demográfico do Alentejo, com contornos temporais semelhantes aos anteriores, é a tendência para a concentração populacional nos centros de maior dimensão, com o conseqüente decréscimo e abandono dos lugares de menores dimensões, acentuando a tipologia de povoamento concentrado característico desta região do país.

A análise desta problemática constitui o propósito do trabalho a desenvolver. A principal justificação que motivou o desenvolvimento desta investigação prende-se com a insuficiência de trabalhos realizados no âmbito da temática das migrações ao nível da Região Alentejo, centrando-se a generalidade dos trabalhos publicados, de inegável qualidade, em análises no contexto nacional, que muitas vezes dirigem a investigação para níveis mais desagregados, mas unicamente como enquadramento das análises de âmbito nacional.

A isto não será certamente alheia a insuficiência de dados estatísticos, que possibilitem a compreensão das dinâmicas migratórias ao nível regional ou sub-regional. Este facto ainda se torna mais determinante à medida que a *liberdade de mobilidade* geográfica e profissional se estende cada vez mais para lá das fronteiras nacionais, estendendo-se ao espaço de uma União Europeia em alargamento, para onde se dirigem fluxos demográficos que não carecem de qualquer registo.

Da mesma forma, também as dinâmicas migratórias que se processam no interior do país não estão sujeita a qualquer registo estatístico sendo, por isso, necessário o recurso a métodos directos de identificação e auscultação da população migrante para se poder desenvolver uma investigação minimamente aprofundada sobre o fenómeno das migrações internas num contexto regional.

É com base nestes condicionalismos que um trabalho sobre aquele domínio só teria justificação se beneficiasse de apoios que permitissem a utilização de uma metodologia de recolha directa de informação. No presente trabalho estes apoios foram conseguidos, num primeiro momento através do interesse manifestado pela Comissão de Coordenação da Região do Alentejo, em aprofundar o conhecimento sobre uma temática que se tem materializado num problema que tem afectado a Região de uma forma mais ou menos intensa nas últimas décadas, e que permitiu, através da colaboração das Juntas de Freguesia da Região, a identificação e constituição de uma amostra de migrantes passível de se tornar a população alvo para a realização de um inquérito por questionário.

Posteriormente, a integração deste trabalho no âmbito do projecto de investigação *Dinâmicas Espaciais na Região Alentejo*, da responsabilidade da Universidade de Évora, criou condições materiais e humanas para a realização daquele inquérito.

Deste modo, serão estes esforços inter-institucionais que, em última instância, justificam a realização do trabalho que agora se apresenta.

2. DELIMITAÇÃO GEOGRÁFICA E TEMPORAL

O estudo incidirá sobre a análise daquele fenómeno da concentração populacional nos centros urbanos da Região do Alentejo. A região será, entendida da forma como foi definida no contexto da NUT's¹ de nível II. Desta forma a área em estudo será a coincidente com aquela que se circunscreve aos limites de intervenção da Comissão de Coordenação da Região Alentejo.

Neste contexto, a Região Alentejo está situada a Sul de Portugal e tem como limites: a Norte um troço do rio Tejo, a Sul a serra algarvia, a Leste o rio Guadiana e a fronteira com a Espanha, e a Oeste o oceano Atlântico.

Para fins estatísticos está dividida em 4 unidades territoriais de nível III: Alto Alentejo, Alentejo Central, Alentejo Litoral e Baixo Alentejo.

Administrativamente está dividida em 46 concelhos, que no seu conjunto possuem 290 freguesias.

Com um dimensão de cerca de 26930 Km², correspondente a cerca de 1/3 do território de Portugal.

Dadas as características demográficas desta região serem muito semelhantes quer no que diz respeito aos fenómenos ligados à distribuição da população pelo território, quer no que diz respeito à evolução regressiva e às estruturas envelhecidas da sua população, não se justificam neste domínio específicas metodologias diversas de análise diferenciadas no contexto daquela região.

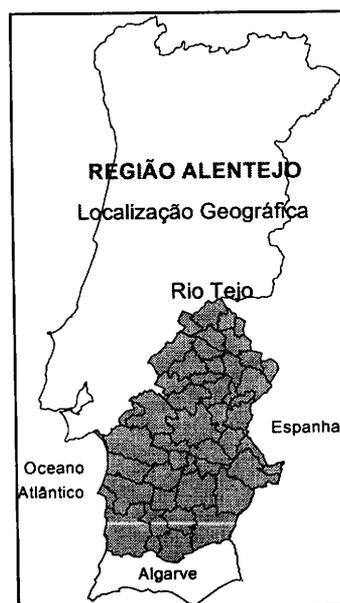


Figura 1

¹ Nomenclatura das unidades territoriais para fins estatísticos

Pretende-se que o estudo tenha particular incidência sobre o fenómeno na actualidade, pelo que a análise incidirá sobre as dinâmicas migratórias que ocorreram em direcção aos centros urbanos da Região, no período compreendido entre Junho de 1994 a Abril 1995, sendo esta delimitação também directamente relacionada com a metodologia escolhida para recolha de informação, como mais adiante termos oportunidade de justificar.

3. OBJECTIVOS E IMPORTÂNCIA DO ESTUDO

Um dos aspectos mais relevantes deste estudo advém da necessidade de se conhecer o fenómeno das dinâmicas migratórias em direcção aos centros urbanos na sua globalidade, com vista a fornecer elementos passíveis de informar políticas de intervenção, que tenham por objectivo a criação de condições para a fixação da população das zonas rurais evitando assim o seu continuado despovoamento.

Por outro lado, a inexistência de dados estatísticos actualizados sobre o fenómeno das migrações internas (só há registos relativos aos movimentos migratórios interconcelhios nos recenseamentos gerais da população), é também um factor condicionante do conhecimento da intensidade do fenómeno.

Por último será de referir a inexistência de estudos sobre esta problemática ao nível do Alentejo, região onde os condicionantes demográficos atingiram já um ponto bastante crítico, perfilando-se como um dos factores condicionadores do desenvolvimento desta região.

Neste contexto esta investigação pretende vir a conhecer a dimensão e causas do fenómeno de concentração urbana, evidenciando a sua relação de causa-efeito com a desertificação das zonas rurais envolventes, designadamente no que se refere a:

- √ **Causas dos movimentos migratórios**, procurando evidenciar os aspectos que se assumiram como factores de repulsão nos locais de origem dos migrantes e, em particular da repulsão rural, bem como aqueles que atraíram os migrantes e os levaram a dirigir a sua mobilidade geográfica para os centros urbanos, com referência ao fenómeno da atracção urbana;
- √ **Características da população migrante**, no sentido de se conhecerem os aspectos relacionados com a identificação da população migrantes nos seus mais variados aspectos - idade, sexo, naturalidade, residência anterior, profissões -, bem como os fenómenos de mobilidade social que se associaram à mobilidade geográfica dos migrantes;

- √ **Formas de migração**, numa tentativa de compreender o modo como se processam as mudanças de residência - familiar / individual -, e qual o tipo de predominante de migração num contexto temporal - temporária / definitiva.
- √ **Motivações associadas à migração**, para se encontrarem as razões que influenciaram a decisão de migrar;
- √ **Consequências associadas ao fenómeno migratório**, com base na procura do conhecimento sobre as consequências demográficas, económicas, e sociais que derivam do processo migratório, quer no local de origem quer no de destino dos migrantes.
- √ **Opinião dos novos residentes sobre os centros urbanos**, para identificação dos principais estrangulamentos e potencialidades que existem naqueles locais de residência.

Por último, procuraremos ainda compreender como é que estes fenómenos se manifestam ao nível da população migrante que mudou de residência sem sair do Alentejo e daquela que se deslocou de outras zonas do país para fixar residência na Região.

4. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

4.1. MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS - ABORDAGEM TEÓRICA

Os métodos demográficos tradicionais revelam-se insuficientes e inadequados para compreender e ensaiar procedimentos sobre a mobilidade espacial, traduzida nos diversos tipos de deslocações que formam um sistema, materializado na projecção sobre o espaço físico das relações familiares, económicas e políticas existentes em cada sociedade.

A migração constitui uma ínfima parte visível de um *iceberg* onde residem todas as formas de mobilidade, entendidas como definitivas, temporárias e pendulares, sendo que aquele processo migratório é realizado tendo em vista sempre diversos objectivos.

É neste contexto que Daniel Courgeau define o conceito de *mobilidade*, em sentido lato, como o conjunto de deslocações no espaço físico, de indivíduos, qualquer que seja a duração e a distância. Já a *migração*, representa o conjunto de acções com vista à transferência da *residência*, ou seja, do lugar onde o indivíduo costuma habitar, de um determinado local de origem para um outro local de destino ou de chegada (COURGEAU, 1988).

Sendo que a cada indivíduo só se deve atribuir um único lugar de residência, as Nações Unidas propõem a definição de uma duração de permanência para a atribuição de uma residência, duração essa que, para evitar as mudanças sazonais, deverá ser de pelo menos um ano, podendo estender-se a três anos nas zonas rurais.

Desta forma, o conceito de residência, sendo preciso para o registo dos recenseamentos, perde a precisão para o estudo da mobilidade espacial. Assim, será necessário considerar-se também o conceito de *alojamento*, entendido como o lugar de habitação de um agregado familiar, podendo um indivíduo ter, em cada momento, um determinado alojamento.

Nesta acepção, reservaremos o termo *migração definitiva*, para caracterizar mobilidades geográficas que impliquem a mudança de residência por um período indeterminado, mas

necessariamente superior a um ano. Quando falarmos de *migrações temporárias*, estaremos a referir-nos a deslocações que impliquem unicamente uma mudança de alojamento, por um certo período de tempo, normalmente correspondente a um contrato de trabalho, e que não impliquem a mudança da residência habitual. De entre estas, podemos distinguir, conforme refere aquele autor, *deslocações semi - permanentes*, que correspondem a deslocações com alguma duração para trabalho fora do lugar de residência; *deslocações periódicas ou sazonais*, quando se referem a deslocações temporárias, geralmente para trabalho sazonal; *deslocações pendulares*, que caracterizam mobilidades de curta duração, correspondentes a deslocações casa - trabalho ou casa - escola, podendo algumas apresentar uma maior duração.

Alberto Alarcão define estas deslocações como *movimentos pendulares*, atribuindo-lhe uma frequência diária ou semanal (ALARCÃO, 1969).

Definidas deste modo, as migrações poderão tomar diversas direcções ultrapassando as fronteiras das divisões administrativas, quer regionais, quer nacionais. Deste modo, haverá que distinguir as que se processam no interior do país, daquelas que ultrapassam os limites fronteiriços nacionais. Assim, as primeiras serão referenciadas como *migrações internas*, enquanto que as segundas serão consideradas por *migrações externas*, ou, quando avaliadas de uma forma global, por *emigração*, quando se identifica a saída de nacionais e por *imigração*, quando se reporta ao movimento de entrada de estrangeiros.

No interior do país é possível também estabelecer limites que possam circunscrever os fenómenos de mobilidade geográfica, definido-se como *migrações inter - regionais*, *inter - distritais* ou *inter - concelhias*, consoante se reportem a dinâmicas demográficas que ultrapassem, respectivamente, os limites das regiões, dos distritos ou dos concelhos. Da mesma forma, as mobilidades circunscritas aos limites de cada um daqueles níveis geográficos serão identificadas, respectivamente, por: *migrações intra - regionais*, *intra - distritais* e *intra - concelhias*.

Integrados naqueles movimentos migratórios, existem alguns processos associados a mobilidades espaciais que, devido a características particulares merecem designações especiais. É o caso da *repulsão rural*, do *êxodo rural* e da *atração urbana*. Assim, e uma vez aceite a distinção entre população rural e população urbana, a *repulsão rural* consistirá no quantitativo da mobilidade humana que é originária das *zonas rurais*, quer o seu destino sejam outras *zonas rurais* ou *zonas urbanas*. A *atração urbana* será o efectivo de população migrante que elegeu como lugar de destino os *centros urbanos*. Finalmente, o *êxodo rural* é um conceito que encerra em si os dois anteriores já que

identifica migrações originárias das *zonas rurais* que se dirigem às *zonas urbanas*. Deste modo, o *êxodo rural* pode também englobar um outro fenómeno: o *êxodo agrícola*, isto é, a saída de população que desempenhava uma actividade agrícola e que, ao dirigir-se para as zonas urbanas passa a dedicar-se a tarefas fora da agricultura. Desta forma, na maior parte das vezes, o *êxodo rural*, para além de identificar um fenómeno de mobilidade geográfica, regista também o ocorrência de um processo de mobilidade profissional.

A mobilidade geográfica da população é um fenómeno histórico, característico de todas as sociedades humanas e tem-se processado pelas mais variados razões: económicas, sociais, políticas, culturais, etc., tendo sido, em última análise, este o processo de povoamento de toda a superfície terrestre.

Contudo, independentemente das motivações que estão na base da dinamização do processo migratório, aquele autor refere-nos que existem sempre duas forças que, conjuntamente, impulsionam aquela dinâmica: uma exercida pelo local de origem, que pressiona o indivíduo a sair - *repulsão* - e outra que emana do local de destino, traduzida no conhecimento que os indivíduos têm, ou não, desse local, atraindo-os e impulsionando-os a dirigirem-se para lá - *atração* (ALARCÃO, 1964).

Quando o fenómeno migratório se começa a sentir de uma forma contínua e, na maior parte das vezes, crescente, origina-se um *surto* ou *fluxo migratório*, passando o local de origem a constituir-se como *zona de repulsão populacional*, e o de destino em *zona de atração populacional*.

A diferença entre a efectiva variação da população de uma região, num determinado período de tempo, e o valor dos *saldos fisiológicos*² ocorridos nas mesmas unidades administrativas ou geográficas, em período similar, mede a *atração* ou *repulsão líquidas* que aquelas unidades exercem, ou foram objecto, no período considerado.

Esta tese enquadra-se genericamente no contexto da teoria clássica das migrações na qual o homem é considerado como um ser racional e como *homo-economicus*, respondendo às pressões por forma a maximizar as vantagens e a minimizar o desconforto, baseando-se o modelo de migração em factores de atração e repulsão, isto é, factores que afastam as pessoas dos locais de origem e, outros, que os atraem para outros locais. Os factores repulsivos são geralmente de índole económica e incluíam o não acesso à propriedade, o desemprego, os baixos salários, as terras improdutivas e, por fim, o contexto populacional. Os factores de atração, correspondem a melhorias

² Diferença entre o número de nascimentos e o número de óbitos, num determinado período de tempo

alternativas, colocando em nítido contraste as vantagens da vida urbana sobre a vida rural (JACKSON, 1991).

Naturalmente que este modelo (atração - repulsão) apenas contempla as questões que dizem respeito aos motivos que levam o indivíduo a decidir-se pela mudança. Sendo factores importantes, não poderemos, contudo, esquecer-nos da diluição das acções individuais num complexo social que em larga medida prepara o indivíduo para as escolhas disponíveis, modelando não só as oportunidades como as respostas que lhe possam ser dadas.

É nesta perspectiva que *Ravenstein*, citado por *Jackson*, enumera uma série de proposições que constituem os elementos - chave de uma teoria que procura explicar as migrações pela constituição de fluxos, condicionados por um certo número de variáveis. Pondo a tónica no relacionamento entre a migração e a distância, mostra também que apesar das migrações terem como destino os centros urbanos, existem também deslocações por etapas, sempre na direcção dos centros urbanos.

Referiu: a existência de uma contra - corrente ou contra - fluxo, em qualquer situação migratória; o desenvolvimento tecnológico e do comércio provocarão um aumento das migrações; e, de entre as causas das migrações, a económica é a de maior peso.

O desenvolvimento do modelo de *Ravenstein* representa a contribuição teórica mais significativa dentro das teorias baseadas no modelo atração - repulsão. Assume um conjunto de factores ligados às zonas de origem e de destino, aos quais se juntam outros elementos que, num dado momento vão afectar o equilíbrio de factores. Estas variáveis intervenientes corresponderão a elementos positivos ou negativos que favorecem ou impossibilitam o migrante de alcançar o objectivo pretendido.

Este modelo de atração - repulsão, parte do princípio que estamos perante um processo racional de tomadas de decisão, em que os indivíduos migrantes têm um conhecimento perfeito do sistema. Da mesma forma, a teoria do mercado de trabalho parte daquele pressuposto para imputar a migração a variáveis económicas e, em particular, ao nível dos salários.

Neste modelo, são realçados alguns aspectos ligados aos factores da oferta e da procura, relativos à oferta de mão-de-obra . Na sua forma inicial, punha a tónica nas diferenças provocadas pela diferenciação salarial, sendo a variação destas vantagens nos diferentes locais de trabalho compensadas pelas migrações.

Esta situação seria visível também nos locais onde existisse escassez de mão-de-obra, através da subida de salários, travando assim a tendência emigratória.

Este modelo foi revisto por *Keynes*, quando este verificou que nas áreas deprimidas da Grã-Bretanha a mobilidade laboral se tornou incapaz de gerar os equilíbrios, uma vez que eram os mais qualificados que maior tendência tinham para sair. Como consequência passou a reclamar-se a intervenção governamental, com vista ao estabelecimento do equilíbrio, que seria conseguido persuadindo os industriais a investirem nas regiões afectadas.

Como demonstrou *Lind*, citado por *Jackson*, este modelo apresenta nítidas deficiências, ao colocar o nível dos salários como factor fundamental do comportamento migratório, uma vez que haverá necessidade de se considerarem também outras variáveis, como sejam as infra-estruturas e condições da zona, a distância a outros centros populacionais, a imagem social e cultural da região, etc.

Por contraposição aos modelos vistos anteriormente, que se baseiam na primazia do indivíduo face à sociedade envolvente, surgem as análises que retiram toda a capacidade decisória àquele, colocando a ênfase na sua modelação pelas estruturas sociais em que se insere.

Se nos modelos ditos de *equilíbrio* existe uma certa convergência relativamente às explicações e conclusões, no âmbito das *teorias estruturalistas* a discussão é maior, muitas vezes fundamentada em abordagens ideológicas. É neste contexto que se insere a *teoria dualista do mercado de trabalho*, que baseia a sua análise na existência de um mercado de trabalho interno, no qual todos os postos de trabalho, à excepção dos não qualificados, são preenchidos a partir do recrutamento efectuado no seu próprio seio. Nesta perspectiva, existem diferenças estruturais entre os tipos de emprego tecnologicamente mais avançados e altamente lucrativos e os demais que são os destinados aos migrantes.

As perspectivas marxistas conduziram ao conceito de *mercado de trabalho segmentado*, segundo o qual os interesses do capital são melhor servidos se se mantiver um aumento constante da oferta de trabalho, capaz de permitir o aproveitamento do potencial laboral, mais barato e dócil, com expectativas e aspirações mais modestas, e segmentado de forma a que os níveis salariais possam ser estabelecidos com base em factores não laborais, tais como o sexo, a idade, a raça ou a etnia (JACKSON, 1991).

Outra abordagem, que se afasta das perspectivas das teorias económicas clássicas, é a que mostrou *Rober's*, citado por *Jackson*, na qual reconhece a diferença existente entre os diversos níveis e etapas do desenvolvimento da industrialização e do capitalismo. Nesta acepção, o contexto da industrialização, num dado ambiente, condiciona o funcionamento do mercado de trabalho e o processo de absorção de mão-de-obra e, conseqüentemente, o padrão migratório e os processos que associam o migrante ao mercado de trabalho.

No seguimento de outros autores que encaram a necessidade de se juntarem os fenómenos económicos e sociais como parte integrante de um sistema, Elizabeth Petras, citada por *Jackson*, considera que a divisão do trabalho à escala mundial pode ser descrita como uma divisão entre três zonas distintas mas inter-dependentes: centro, semi-periferia e periferia. Vista nesta perspectiva, a migração laboral é determinada, tanto em direcção, como em magnitude, pela influência económica e política das economias centrais sobre as periféricas e pelas diferenças entre os níveis salariais reais e sociais, entre o centro e a periferia. Ao invés de promover a distribuição óptima dos factores, os movimentos de trabalho reforçam as desigualdades globais, na medida em que produzem ganhos assimétricos. Explica-se assim que enquanto o centro se desenvolve a periferia se subdesenvolve na mesma proporção. As diferenças entre os níveis salariais leva ao recrutamento de trabalhadores residentes para lá das fronteiras nacionais alimentando-se daquilo que, na realidade, mais não é que um *exército de reserva*.

Esta perspectiva tem a sua origem na tese do *exército de reserva industrial*, elaborada por *Marx*, e que advoga que é de toda a conveniência da classe capitalista a existência de uma força de trabalho excedentária que, mesmo não participando nos processos produtivos, força os salários a manterem-se baixos. O emprego da força de trabalho migrante, embora pouco qualificado, é vantajoso porque, sendo jovem, o seu nível salarial e de subsistência é inferior ao da mão-de-obra nativa e está disposta a trabalhar sob más condições de higiene e segurança e, não tendo qualquer consciência de classe nem filiação sindical, será fácil despedi-la em situações de recessão.

As relações entre o centro e a semi-periferia serão mais determinadas pela proximidade geográfica. Este factor, tem uma importância determinante no condicionamento de potenciais fluxos de migrantes, uma vez que, sempre que existam economias periféricas ou semi-periféricas adjacentes ou contíguas a economias mais avançadas, os problemas de transporte, comunicação e regresso ficam atenuados, sendo menores os custos de transferência.

É nesta perspectiva que, segundo *Petras*, citado por *Jackson*, apesar dos fortes contingentes migratórios verificados no pós-guerra é possível constatar que os irlandeses continuam a constituir a maior comunidade de imigrantes na Grã-Bretanha. Para além da proximidade geográfica as afinidades culturais e, em especial, a afinidade linguística, podem constituir importantes factores condicionadores dos fluxos migratórios. O mesmo se pode dizer dos preconceitos rracicos ou étnicos contra certos grupos.

Referência ainda para o facto de, nos países periféricos, as migrações serem selectivas e tenderem a concentrar-se na periferia das próprias periferias, incidindo particularmente nas zonas mais desfavorecidas dos países marcados pela emigração.

Em conclusão, podemos referir que as considerações anteriormente apresentadas apontam para duas possíveis abordagens dos problemas levantados pelas migrações de mão-de-obra: uma, põe a tónica no actor social identificado como um trabalhador individual exercendo as suas capacidades de escolha em relação às oportunidades existentes no mercado de trabalho. Dentro desta perspectiva as migrações são fruto de decisões individuais em resposta às oportunidades de emprego de uma dada região.

A segunda, pressupõe a existência de um sistema económico mundial, complexo e interdependente, do qual as migrações de mão-de-obra são parte integrante. Este sistema, sendo estratificado em termos de poder, riqueza e vantagens tecnológicas das economias centrais sobre as periféricas, dá origem a que as decisões de migrar não sejam tomadas no seio de um mercado livre e neutro, mas sim num contexto de limitações e oportunidades de mercado que têm origem nas inter-relações inerentes ao capitalismo mundial.

Enquanto que a primeira perspectiva tende a conferir maior importância às determinantes da decisão do lado do migrante, correspondendo mais a uma perspectiva de acção, a perspectiva estruturalista dá mais ênfase aos factores externos que limitam o mercado de trabalho, gerando elementos de enviesamento no processo de tomada de decisão.

Estas duas perspectivas, embora aparentemente antagónicas, corrigem-se mutuamente, uma vez o homem migrante decide mediante a apropriação de uma forma de resposta que lhe foi inculcada pelas estruturas sociais em que se insere. As circunstâncias condicionam a sua decisão de migrar mas não a determinam.

Outro aspecto a ter em conta prende-se com o papel da decisão familiar no acto de migrar, não referidas pelas teorias atrás enunciadas. Regra geral, o indivíduo não migra

só porque se encontra desempregado, mas porque toda a sua família se encontra em situação de carência de recursos.

É nesta ordem de ideias que M. Baganha considera que as determinantes económicas são condição necessária, mas não suficiente, para que haja emigração. Refere-nos, posteriormente, aquela autora que a evidência disponível indica que a inércia inicial das potenciais regiões emissoras só tem sido quebrada após o recrutamento directo das regiões receptoras e que a manutenção e desenvolvimento do processo emigratório são directamente afectados por uma teia de factores não exclusivamente económicos. (BAGANHA, 1992).

4.1.1. Migrações Em Portugal

A história das migrações em Portugal está intimamente ligada aos processos emigratórios iniciados com a colonização do Brasil e da Índia, passando por África e pelo povoamento das actuais regiões autónomas dos Açores e da Madeira.

Se o início do processo emigratório remonta ao sec. XVI, é já em meados do sec. XIX que se registou um aumento significativo do número de emigrantes que naquele período se dirigiram maioritariamente para o Brasil. Nesta altura verificou-se também a alteração dos nossos emigrantes que de colonizadores passaram para uma situação de terem de desempenhar tarefas menores. Muitos deles desempenharam mesmo tarefas de um mercado de trabalho deixado vago pela abolição da escravatura (SERRÃO, 1977).

Os fluxos emigratórios dos finais do século passado início do actual, embora regulares assumiram uma dimensão diminuta, tendo-se intensificado bastante entre 1920 e 1930 em virtude da saída maciça para o Brasil. Neste período os fluxos emigratórios estabilizaram ainda que em valores elevados, para se reduzirem de forma drástica entre 1930 e 1950, por efeito da crise económica mundial e das barreiras à entrada de imigrantes impostas no Brasil e noutros países americanos (PEIXOTO, 1992).

No período do pós guerra o Plano Marshall trouxe à Europa os meios necessários para estimular o arranque do processo de reconstrução. Os recursos humanos foram recrutados, numa primeira fase, entre os refugiados e emigrantes de Leste e Sul da Europa, sendo estes últimos que, a partir da construção do Muro de Berlim, suprimiram as carências de mão-de-obra dos países industrializados europeus.



Estas necessidades são explicadas pelas consequências da guerra, numa primeira fase, e pelo crescimento da economia e evolução do mercado de trabalho, que se segmentou, sendo a procura no mercado secundário (mão-de-obra não qualificada), progressivamente satisfeita por trabalhadores estrangeiros. Esta necessidade de mão-de-obra não qualificada está intimamente relacionada com a indisponibilidade dos nacionais para se ocuparem daquelas profissões quer devido ao nível educacional, quer em virtude da existência de ocupações mais qualificadas.

É neste contexto que a partir dos anos 50 se verifica o segundo grande surto emigratório português. Este processo, que se estendeu até 1974, só assumiu a forma de transferência massiva de trabalhadores a partir dos anos 60. O fluxo de mão-de-obra portuguesa dirigiu-se maioritariamente para a França, onde, no período compreendido entre 1966 e 1972, Portugal substituiu a Espanha como principal fornecedor de mão-de-obra imigrante. Situação semelhante tinha ocorrido no início da década de 60 quando os espanhóis substituíram os italianos. A contribuição de Portugal para o contingente migratório em direcção a França foi particularmente importante entre 1970 e 1971, tendo o país contribuído neste último ano com cerca de 51% do total de emigrantes que se dirigiram para aquele país. Nesta altura, a segmentação do mercado de trabalho em França deu origem a uma diferenciação entre as ocupações dos nacionais e dos estrangeiros, sendo alguns postos de trabalhos especialmente ocupados por imigrantes, designadamente no sector da construção civil e obras públicas (BAGANHA, 1992).

Após 1973, o fluxo emigratório parece extinguir-se devido à crise económica e à política restritiva de imigração implementada pelos países receptores, contrária à política da porta aberta, anteriormente assumida por esses mesmos países (BAGANHA, 1992).

Nesta altura, em Portugal, a implantação da democracia teve certamente algum papel na diminuição dos fluxos emigratórios devido ao aumento de expectativas relativamente às possibilidades de mobilidade social a nível interno. (PEIXOTO, 1992).

Esta alteração política traduziu-se numa ruptura com a política de emigração de cariz repressivo que, apesar de tudo, e como defende M. Baganha, nunca teve como objectivo o restringir completamente as saídas, dada a forte dependência do país relativamente às remessas dos emigrantes, mas antes seleccionar os migrantes, com vista à maximização daquelas remessas.

A componente política esteve presente também no incremento da emigração durante a década de sessenta e primeiros anos da década de setenta provocado pela recusa de milhares de jovens á mobilização para a Guerra Colonial de África. É neste contexto que,

com ou sem permissão, um número crescente de portugueses abandonou o país, entre os anos sessenta e setenta, atingindo taxas emigratórias entre os 10 e os 20% ao ano, facto que se traduziu na saída de mais de 1/10 da população portuguesa em dez anos.

As transformações políticas e sociais decorrentes da Revolução de Abril de 1974, foram acompanhadas de profundas transformações no padrão dos movimentos migratórios. Para além da retracção da emigração, em particular daquela que tinha como destino os países da Europa industrializada, Portugal conheceu também fluxos imigratórios derivados do retorno contínuo de alguns milhares de emigrantes e ou dos seus familiares, bem como do repatriamento dos portugueses residentes nos antigos territórios coloniais de África.

A partir de 1975, torna a adquirir relevo em termos de saídas o destino americano, que se torna maioritário nos anos oitenta. Nesta altura, o Brasil já não aparece como destino da emigração, assumindo-se os Estados Unidos como principal zona de atracção da população portuguesa. É assim que nos primeiros anos da década passada os E.U.A., Venezuela e Canadá, concentraram cerca de 60% do total da emigração legal portuguesa, a qual passa, nos anos mais recentes, a ter aquele último país como principal destino (ESTEVES, 1991).

Segundo aquela autora, numa avaliação mais global, com referência ao período compreendido entre 1950 e 1984, seis países absorveram quase 92% do total do fluxo emigratório: França (31%), Brasil (22%), E.U.A (13%), República Federal da Alemanha (9%), Canadá (9%) e Venezuela (8%). Referência ainda para as correntes emigratórias para a África do Sul que se processaram particularmente num período mais recuado, tendo nos últimos anos decrescido bastante.

Na década passada, assumiu também particular importância a emigração temporária, sobretudo para a França e Suíça, equivalendo-se algumas vezes à emigração permanente. A importância destes fluxos ainda não está suficientemente avaliada, embora seja do conhecimento geral a existência de grupos importantes de portugueses na Suíça, França ou Bélgica, vivendo em situação de irregularidade ou recorrendo a contratos precários de emprego temporário, havendo também a registar movimentos de entradas irregulares de portugueses nos Estados Unidos (PEIXOTO, 1992).

Por outro lado, os dados do recenseamento geral da população portuguesa revelaram uma população muito inferior à esperada o que pode ser explicado por uma nova forma de emigração, potenciada quer pela isenção de apresentação de passaporte de saídas

para a Europa comunitária, quer pelo elevado índice de desemprego que ainda se regista no país.

Começando a apresentar valores significativos a partir de meados da década de setenta esta tendência, reveladora de novos comportamentos e estratégias migratórias, é a dominante nos últimos anos. Se em 1977, a emigração temporária representava apenas 8% da emigração permanente total, já em 1980 passou para 23%, atingindo os 82% em 1985, ultrapassando ligeiramente os valores desta em 1987 (ESTEVES 1991).

No respeitante à sua origem, a emigração temporária é alimentada principalmente pelos distritos do interior, o que corresponde a um padrão diferente do tradicional. De facto, a emigração é oriunda principalmente das Ilhas, ocupando os Açores a primeira posição na hierarquia das partidas por distritos e regiões, salienta-se ainda o fraco peso da emigração no Alentejo, zona de origem principal das migrações internas para a península de Setúbal.

A evolução, recente e futura, da emigração estará dependente da evolução política e socio-económica em diferentes domínios, em particular do emprego nos países da União Europeia, que em caso de expansão, (que se prevê pouco provável a curto prazo), poderá originar um aumento da emigração portuguesa, situação patente no surto de emigração temporária, que se verifica em direcção à Europa.

Por outro lado, a emigração para os E.U.A poderá continuar ainda por algum tempo, mobilizando particularmente residentes nas ilhas atlânticas dos Açores, fenómeno observável há algumas décadas, não havendo razões para pensar na sua extinção a curto prazo. Já no que respeita ao Brasil, é de prever a continuação da retracção dos fluxos emigratórios.

Finalmente a reconstrução das ex-colónias, num contexto de pacificação, cujos sinais tardam em surgir, poderá atrair novos migrantes, antigos colonos ou trabalhadores qualificados.

Neste enquadramento, e apesar de Portugal se caracterizar pela presença de uma cultura emigratória, patente na existência de comunidades emigratórias por todo o mundo que poderão continuar a alimentar fluxos de emigração, é possível equacionar-se a hipótese dos valores relativos à imigração poderem vir a ser superiores aos da emigração, se atendermos à expectativa existente relativamente a vários fluxos de imigrantes de natureza demográfica e social distinta (PEIXOTO, 1992).

Em primeiro lugar, Portugal poderá vir a registar maiores afluências de imigrantes oriundos do terceiro mundo, com particular incidência dos originários dos PALOP, da África do Norte e do Brasil, justificando-se a atracção pela disponibilidade de lugares menos favoráveis no mercado de trabalho, associada a um aumento dos níveis de qualificação e de aspirações dos nacionais, cada vez mais indisponíveis para os desempenharem.

De forma inversa, Portugal poderá também receber imigrantes, no contexto das trocas intracomunitárias, originários do Norte da Europa, com níveis de qualificação muito elevado e titulares de habilitações escolares de nível superior. Destas zonas poderão também afluir fluxos de indivíduos reformados que procuram no nosso país desfrutar das condições ambientais e custo de vida favorável ao estabelecimento de um novo local de residência.

Por fim, Portugal deverá continuar a registar algum regresso de emigrantes, apesar da maior integração e da mais provável radicação da segunda geração de emigrantes, muito deles, uma vez atingida a idade da reforma regressarão na convicção de que Portugal lhes proporcionará um quadro de vida mais favorável.

Se é indiscutível a passagem, nos últimos anos, de uma situação de apogeu para uma significativa retracção da incidência do fenómeno emigratório em Portugal, já não serão unânimes as opiniões relativas à passagem de uma situação de país tradicionalmente de emigração para outra na qual o contingente da imigração se sobrepõe, maioritariamente, ao da emigração. Esta ambiguidade, na opinião de Peixoto, não será resolvida num curto período de tempo, uma vez que esta incerteza se manifesta nos domínios mais amplos da vida económica e social, sendo os movimentos migratórios futuros, precisamente, um indicador do novo estatuto de Portugal na ordem internacional.

4.1.1.1. Migrações Internas

As dinâmicas demográficas no interior do país representam particular importância no contexto dos percursos emigratórios, não podendo estes ser dissociados dos movimentos ocorridos no campo das migrações internas em Portugal. Sendo conhecida a relação multiplicadora entre os movimentos migratórios inter-regionais e internacionais, a emigração representa, muitas vezes, um segundo percurso que sucede e prolonga, no

tempo e no espaço, uma migração interna originária das áreas periféricas dos espaços nacionais.

Este carácter sequencial dos movimentos de migração e de emigração, no contexto de Portugal, tem sido concretizado por um movimento do interior para as áreas de atracção situadas no litoral das quais apresentam particular importância as situadas nos distritos de Lisboa, Porto, Setúbal e Aveiro. Desta forma, a elevada intensidade da repulsão exercida pelas regiões do interior e a existência de alguma, mas insuficiente oferta de oportunidades de progressão económica e social nas zonas mais desenvolvidas do litoral, gerou um êxodo duplo, interno e externo, que muitas vezes se manifestou de forma sequencial.

Os fluxos migratórios internos manifestaram particular incidência a partir da década de sessenta, como resultado do desenvolvimento muito desigual da economia portuguesa. Contudo, nos anos cinquenta, apenas 26 dos concelhos do país (9.5%) registaram entradas de população migrante em número superior à repulsão exercida relativamente aos seus residentes (FONSECA, 1988).

Estas atracções líquidas circunscreveram-se basicamente às áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, esta última em muito menor grau do que a primeira, sendo as restantes constituídas por casos pontuais pouco expressivos. Nesta década é já possível evidenciar uma forte dicotomia litoral - interior, patente numa dinâmica muito mais regressiva dos saldos migratórios dos concelhos do interior e do sul, relativamente aos verificados ao longo da orla costeira Atlântica, entre Setúbal e Viana do Castelo.

Na década de sessenta, acentuaram-se os traços gerais da evolução demográfica do decénio anterior. No período compreendido entre 1961 e 1970, apenas as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, embora nesta com menor intensidade, registaram atracções líquidas significativas. A desertificação do interior e do sul do país e a concentração em torno de Lisboa e Porto, constituem o facto mais saliente deste período. Gaspar, distinguiu três conjuntos de zonas com dinâmicas migratórias diferenciadas:

- √ regiões de grande atracção, Lisboa, Setúbal e, em menor grau, Porto;
- √ faixa litoral entre aquelas áreas metropolitanas, com saldos migratórios negativos mas com pequenos decréscimos demográficos e, pontualmente, com alguns aumentos;
- √ o restante território nacional caracterizado por fortes graus de repulsão (GASPAR, 1971).

Numa análise mais desagregada é possível verificar que nos concelhos que perderam população, algumas freguesias urbanas registaram acréscimos significativos, nomeadamente as capitais de distrito e outros centros urbanos e vilas sede de concelho. Esta situação é verificável tanto no interior e sul do país como nas áreas litorais que sofreram decréscimos demográficos, onde é patente a tendência para a concentração populacional nas aglomerações mais importantes (FONSECA, 1991). É por este motivo que, no contexto da região Alentejo, fortemente afectada pela dinâmica migratória regressiva, o distrito de Évora foi o menos afectado, embora tenha ainda registado um decréscimo bastante significativo.

Na década de setenta é possível identificar dois períodos com características opostas relativamente a evolução demográfica regista no contexto do país: o período relativo aos primeiros anos da década e até 1974, onde a dinâmica demográfica registou características semelhantes às verificadas no decénio anterior e os anos pós 1974, nos quais a quebra que se verificou na emigração para os países da Europa Ocidental, aliada ao regresso de mais de meio milhão de repatriados das ex-colónias inverteram o sentido da dinâmica demográfica anterior, registando-se no país a maior taxa de crescimento anual médio deste século.

No período pós 1974, é possível verificar uma estreita correlação entre dinâmicas demográficas e os respectivos saldos migratórios. Por outro lado, começa a definir-se também uma sintonia entre o crescimento demográfico e o desenvolvimento económico e urbano: as principais aglomerações urbanas e industriais das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto continuaram a registar os maiores níveis de atracção populacional; começaram a desenvolver-se novos eixos de expansão demográfica em direcção ao interior, coincidentes com melhorias nas infra-estruturas rodoviárias e com pequenos e médios investimentos na indústria ou no comércio e serviços (GASPAR, 1981).

A faixa litoral continua a ser a área de maior atracção demográfica, individualizam-se as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, e outros núcleos em torno de zonas industrializadas, destacando-se, a sul de Setúbal, Sines e Santiago do Cacém, devido aos efeitos induzidos pela implementação e desenvolvimento do polo industrial de Sines. O Algarve, contrariando as tendências da década anterior, registou uma considerável atracção que, contudo, se circunscreveu ao litoral em redor de Faro.

Todo o Interior Norte, Alentejo e Serra Algarvia continuam a perder população em benefício das áreas urbano-industriais do litoral. Os saldos migratórios internos negativos

mais intensos localizam-se nos distritos de Viseu, Beja, Castelo Branco e Vila Real (CÓNIM, 1983).

Nos últimos anos da década de setenta os distritos de Lisboa e Setúbal continuam a ser o principal foco de convergência dos movimentos internos da população portuguesa, embora tenham visto diminuída a intensidade da sua capacidade atractiva, em virtude dos efeitos da crise económica. Esta redução traduziu-se também num abrandamento das taxas de repulsão das regiões do interior. Referência particular para o Algarve que continuou a alargar a sua acção polarizadora, tornando-se para os alentejanos, sobretudo do distrito de Beja, como alternativa à saída para a Área Metropolitana de Lisboa e Setúbal.

Nos anos 80 a dinâmica migratória confirma a situação descrita para os últimos anos da década de 70. O Algarve evidencia-se como a região com maior poder atractivo, situação generalizável a todos os concelhos do litoral, à excepção de Vila Real de Santo António. A Península de Setúbal aparece em segundo lugar, assumindo-se como polo de atracção da dinâmica migratória regressiva alentejana; as Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto apresentam saldos migratórios globais negativos, facto que traduz reorganizações de residência entre os diversos concelhos, já que coexistem situações de elevada atracção, normalmente nas zonas periféricas destas cidades, com outros de não menor repulsão, com particular destaque para os próprios concelhos de Lisboa e Porto.

Nos restante concelhos registam-se situações de elevada repulsão, que afectam com mais intensidade o interior que o litoral, registam-se algumas excepções de atracção populacional que coincide maioritariamente com zonas que têm apresentado algum crescimento no contexto socio-económico, como sejam, por exemplo, Aveiro e Figueira da Foz. Esta relação entre atracção demográfica e crescimento económico regista-se também ao nível dos concelhos do Interior e em particular na região Alentejo onde as dinâmicas positivas registadas nos concelhos de Santiago do Cacém, Vila Viçosa e Castro Verde se encontram estritamente ligadas ao desenvolvimento da actividade industrial aí existente, enquanto que a atracção de Évora se deve grandemente ao crescimento urbano da cidade de Évora e à importância do sector terciário.

É previsível a manutenção destes cenários no contexto da dinâmica migratória na actualidade, dada a inexistência de alterações significativas na estrutura das actividades económicas, sendo previsível a continuação da saída de população do interior para o litoral do país.

Contrariamente ao que acontece com a emigração, as migrações internas assumem um carácter definitivo. Na maior parte dos casos o regresso à terra após a reforma pode ser temporário, sendo frequente que, mais tarde, ocorra uma nova migração, sobretudo quando a idade avançada ou o estado de saúde conduzem a uma situação de dependência dos cuidados dos filhos.

Em conclusão podemos referir que, no contexto de Portugal, embora os fenómenos emigratórios remontem ao sec. XVI, só nos períodos compreendidos entre 1920 e 1930 e entre 1950 e 1974 os volumes da emigração foram bastante significativos. No primeiro daqueles períodos a dinâmica migratória dirigiu-se maioritariamente para o Brasil, enquanto que no segundo, o destino principal foi a Europa, em particular a França e a Alemanha, onde as consequências da Guerra, numa primeira fase, e o crescimento económico subsequente, absorveram grandes contingentes de mão-de-obra não qualificada.

A partir de 1974, o padrão dos movimentos migratórios sofreu grandes alterações, que se prendem quer com questões nacionais, (Revolução de Abril, retorno de emigrantes e repatriamentos de África) quer com aspectos relativos aos países de destino, onde se destacam factores relacionados com a crise petrolífera e com a política restritiva de imigração então iniciada.

Nos últimos anos passou a verificar-se uma maior incidência da emigração temporária sobretudo para a França e Suíça, ao mesmo tempo que se manifestam cada vez com maior intensidade afluências de imigrantes não qualificados oriundos quer dos países em desenvolvimento (PALOP, África do Norte e Brasil), quer resultantes de trocas intracomunitárias, originários do Norte da Europa e com elevados níveis de qualificação profissional e escolar. Por fim, poder-se-ão ainda continuar a registar, com maior ou menor intensidade, movimentos de regresso de emigrantes.

Simultaneamente com a manutenção da dinâmica emigratória, o nosso país caracterizou-se também, nas últimas décadas, pela incidência de elevados fluxos migratórios internos, que registaram particular importância na década de sessenta, como resultado do desenvolvimento desigual da economia portuguesa. Estas mobilidades internas basearam-se numa dicotomia litoral / interior, condicionada pela capacidade atractiva da orla costeira para norte de Setúbal, em particular das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto e de algumas zonas mais industrializadas ou urbanizadas, e do Algarve, que associada à enorme repulsão existente no interior do país, vai dando origem a um crescente despovoamento do Interior Norte e Centro, do Alentejo e da Serra Algarvia.

Na ausência da implementação de políticas de desenvolvimento objectivadas na correção das assimetrias regionais existentes é previsível, em termos futuros, a continuação do despovoamento das zonas rurais em benefício das áreas urbano-industriais do litoral.

4.2. URBANIZAÇÃO E CRESCIMENTO DAS CIDADES

O conceito de urbanização não é *pacífico*, representa um processo diferenciado no tempo e no espaço condicionado por condições históricas, económicas sociais, culturais etc., com uma maior ou menor ligação a determinados factores particulares.

Cada vez é maior a confusão e incerteza sobre o que é o espaço urbano e o rural, dada a cada vez maior diferenciação de critérios de definição de cidade e de modo de vida urbano, em particular devido ao surgimento dos mais variados tipos de cidades, com as mais variadas formas e dimensões.

No contexto do país, o fenómeno de urbanização em grande escala é relativamente recente e está intimamente relacionado com o processo de industrialização pós 2ª Guerra Mundial.

As características das cidades foram-se alterando ao longo dos tempos, e, nas últimas décadas podemos dizer que o processo de urbanização se pode caracterizar por 3 vertentes principais:

- √ Concentração populacional nas cidades de Lisboa e Porto;
- √ Tendência para a densificação da dispersão (sobretudo no Norte Litoral), verificando-se processos de urbanização *in situ*, (mudança de actividade económica e de modo de vida com permanência espacial);
- √ Mais recentemente, algum aumento da população a viver nas pequenas cidades, que existem no país em grande número mas com reduzida dimensão.

Neste contexto, a rede urbana nacional apresenta alguma distorção devida essencialmente à falta de centros urbanos de dimensão intermédia, caracterizando-se ao mesmo tempo por uma excessiva bipolarização e litoralização do sistema urbano o que agrava os desequilíbrios existentes.

Para estes fenómenos muito contribui a mobilidade geográfica da população portuguesa entre 1960 e 1981, em particular o êxodo rural, facto que se traduziu na desertificação do interior e no aumento das assimetrias.

A bipolarização do sistema urbano desenvolveu-se em torno de duas cidades concentradas nos dois maiores portos nacionais e com melhores condições de acesso: Lisboa, desenvolvida desde cedo pela expansão ultramarina, e Porto, estimulado pela ascensão da burguesia comercial e industrial e pelo comércio do vinho do Porto.

O processo de litoralização, traduziu-se numa cada vez maior concentração de pessoas e actividades na faixa litoral do território acentuando a tendência histórica de busca de autonomia face à Espanha, e todo o desenvolvimento posterior da expansão ultramarina.

Outra tendência mantida historicamente no contexto do processo de povoamento de Portugal, tem sido a oposição entre um tipo de povoamento mais disperso no Norte e outro mais concentrado no Sul.

A este aspecto haverá a acrescentar também uma tendência para a densificação da dispersão ou, conforme refere J. Gaspar, *urbanização difusa*. Este processo, apresenta uma maior expressão no Norte Litoral, contrariamente à urbanização com concentração que não sendo incompatível com a anterior, tem uma maior incidência no Litoral Ocidental e Meridional e, em termos relativos, será o processo dominante no Interior e no Alentejo (GASPAR, 1987).

Referência também para a inércia do sistema urbano, evidenciada por aquele autor, que se traduz na manutenção do efectivo de aglomerados urbanos, que foram modificando as suas características através da adaptação às novas necessidades. Grande parte das cidades portuguesas, como refere Orlando Ribeiro, nasceram a partir de localizações estratégicas em pontos elevados e são fruto da evolução de povoações existentes à vários séculos (RIBEIRO, 1963)

Factor muito determinante na aproximação entre o espaço rural e o urbano, foi o desenvolvimento das comunicações e dos transportes, com o conseqüente incremento de fluxos de pessoas, bens, serviços e informações, o que se traduziu num crescimento de relações de interdependência económica, social e cultural entre as diversas regiões.

Por outro lado, as dinâmicas pendulares sustentadas nas deslocações casa-trabalho casa-estudo, estão fortemente relacionadas com o fenómeno de *urbanização in situ*, anteriormente referido, e que consiste numa forma específica de alastramento da urbanização aos campos, provocando alterações da actividade económica e dos modos de vida das populações que, no entanto, mantêm a sua localização espacial.

Esta progressiva diluição das diferenças entre espaço urbano e rural, motivada pelo alastramento da *urbanização*, coexiste com uma inevitável alteração dos modos de vida e das mentalidades, não só pela assimilação pelos espaços rurais ou recentemente urbanizados de algumas características do modo de vida urbano, como também por todas as influências que as populações transportam consigo para as cidades. Desta forma, assiste-se a uma crescente diluição das fronteiras entre espaço rural e urbano e à generalização de espaços com características intermédias.

Todo este processo de urbanização acentua os contrastes existentes no contexto transregional, traduzidos na maior identificação entre os centros urbanos das diferentes regiões do que entre os centros urbanos e as áreas mais recônditas da mesma região. Por outro lado, mantém-se a tendência para o aumento das desigualdades intra-regionais, quer no que concerne à oposição rural / urbano, quer também relativamente aos menores níveis de desenvolvimento que se verificam no interior do território regional. Este processo é também decorrente das transformações do próprio sistema económico e, em grande medida, promovido pelo poder político através do planeamento e implementação de medidas concretas - implantação de infra-estruturas, equipamentos e incentivos ao sistema produtivo - que embora com intenção contrária, têm provocado o incremento das desigualdades intra-regionais.

Com o processo de urbanização / industrialização, desenvolve-se o planeamento físico, que aparece condicionado pelos estratos privilegiados, contribuindo para acentuar a segregação espacial de actividades, mas também de áreas residenciais, facto que, por sua vez, provoca o aumento da segregação espacial dos diferentes grupos sociais. Este fenómeno ocorre mesmo nas situações de *urbanização difusa*, nas quais, dentro de uma aparente desordem funcional e promiscuidade social se definem bairros para diferentes estratos sociais (GASPAR, 1987) .

A gestão e o planeamento urbano, com a delimitação de zonas diferenciadas dentro dos centros urbanos, pode fomentar as desigualdades entre bairros (com a criação de bairros sociais, por exemplo) ou não levar em atenção os interesses diversos das pequenas comunidades existentes, com consequentes possibilidades de desintegração dos indivíduos, ou fomento da marginalidade.

Assim, como já referimos, verifica-se uma enorme correlação entre o grande surto expansionista da urbanização portuguesa e as tentativas de industrialização verificadas no pós 2ª Guerra Mundial. Este processo de industrialização baseou-se em grande parte na grande mobilidade geográfica, derivada sobretudo do êxodo rural, ou no alargamento

das bacias de emprego, com a expansão da *urbanização in situ*, especialmente nas zonas de maior acessibilidade através das dinâmicas pendulares.

No entanto, apesar desta relação existente entre o processo de industrialização e o de urbanização, é cada vez mais incidente a concentração do sector terciário nas cidades. A partir de determinado estágio da sua evolução a actividade principal das cidades orienta-se para o comércio, turismo e serviços. Existem mesmo cidades que nunca desenvolveram o sector industrial mas que desenvolveram relações de influência que exercem com zonas delas dependentes.

Vários factores podem ser apontados para a terciarização do espaço urbano: o desenvolvimento da informação, das comunicações e da necessidade de serviços, a melhoria das condições de vida (acesso à educação, saúde, justiça, etc.), o aumento dos tempos livres e das necessidades de lazer. Todos este aspecto contribuem para uma cada vez maior complexidade e concentração de actividades comerciais e serviços nas cidades, introduzindo por essa via, profundas alterações nos modos de vida urbanos.

Para além disso, a importância das cidades está relacionada com a concentração de pessoas e actividades, mantendo funções de centralidade em relação às regiões envolventes. Vários são os factores de localização e funções ligadas aos centros urbanos que condicionam a concentração de pessoas nesses locais: motivos administrativos, políticas de concentração de equipamentos, motivações religiosas, culturais e turísticas, entre outras, potenciadas pela intensidade de relações com a sua área de influência.

Todos estes factores, conjugados com as diferentes actividades económicas (terciárias, industriais e mesmo agrícolas) e com as condições de acessibilidade, tornam-se factores de atracção sobre as populações rurais da zona envolvente, dando origem ao fenómeno do êxodo rural, o que tem como consequência um aumento da pressão sobre os centros urbanos em particular sobre as áreas degradadas das cidades.

É neste contexto que a relação das cidades com o espaço envolvente, vai evoluindo progressivamente para formas diferenciadas, dando origem muitas vezes à extensão da cidade para o exterior, ocupando cada vez mais espaço físico mediante o crescimento dos subúrbios e o alargamento das bacias de emprego.

A área de influência dos centros urbanos, vai aumentando à medida que estes vão possuindo funções mais especializadas relativamente a outros centros de ordem inferior. A ocorrência destas funções centrais sobrepõe-se no espaço, numa lógica de rede (GASPAR, 1972).

No contexto do país, e tendo em atenção os trabalhos desenvolvidos por este autor, evidencia-se uma insuficiência de centros urbanos de nível intermédio, havendo um grande número de pequenas cidades, desempenhando funções de ordem inferior e apenas duas cidades (Lisboa e Porto) com funções de alto nível.

Intimamente relacionado com o processo de urbanização está também a alteração de mentalidades e de modos de vida. Este processo é visível na transformação dos padrões de consumo, potenciada pelo progresso das comunicações. O acesso à informação e as crescentes interdependências a vários níveis geram uma certa massificação que se vai estendendo progressivamente a todo o território.

Paradoxalmente, o desenvolvimento daqueles factores, aliado às novas necessidades de consumo e a exigências de melhores condições de vida, geram a tendência para a desconcentração dos locais de trabalho, permitindo, no futuro, alterações das formas urbanas como a expansão de uma urbanização mais difusa e a possibilidade de um *regresso ao rural*. Estes processos traduzem-se em formas mais indefinidas, em que se confunde um modo de vida mais urbano com características espaciais mais rurais, passando por uma complexa reestruturação das relações económicas e sociais.

É neste sentido que se verifica a expansão do modo de vida urbano aos campos, proporcionado pelos factores atrás referidos, mas também pela expansão de residências secundárias ou por fenómenos de *contra-urbanização*, traduzidos na saída das cidades para os campos, consequência dos problemas suscitados pela urbanização e pela desadequação do indivíduo ao modo de vida das cidades.

Curiosamente, este processo origina um progressivo esbatimento das diferenças entre o espaço urbano e o espaço rural e encerra em si uma nova urbanidade, traduzida no fenómeno de *peri-urbanização*, com a criação de novos espaços de características urbanas (GASPAR, 1987).

É neste contexto que se pode identificar historicamente o processo de urbanização como um processo durante o qual se passou de um fase pré-urbana, dependente da agricultura e pastoreio, sem a criação de excedentes, para uma fase urbana, de concentração populacional nos centros urbanos, para posteriormente se atingir uma fase de saturação populacional nos centros urbanos, à qual se sucede um fase de desconcentração.

Num primeiro momento, verifica-se um crescimento de todas as cidades, especialmente das grandes metrópoles, para, num segundo período, se assistir ao crescimento das cidades mais pequenas. É desta forma que o ciclo de urbanização na Europa representa

um processo de difusão da urbanização a partir da densificação dos pólos urbanos (urbanização) para, posteriormente, se verificar um crescimento da coroa suburbana (suburbanização), ao qual se sucede uma perda de importância do centro urbano (desurbanização) para, finalmente, se verificar um novo apelo à cidade como polo privilegiado do processo de urbanização (reurbanização).

A distinção entre dois mundos e, conseqüentemente, duas populações - rural e urbana - é um assunto bastante controverso também devido ao facto da inexistência de um critério unanimemente aceite que estabeleça de uma forma evidente e precisa a separação de um e de outro tipo de população. Tanto mais que, se é verdade que existem diversos critérios de definição do fenómeno urbano, também é um facto que grande parte deles põem a tónica na importância do factor dimensão da população para a classificação de uma localidade como urbana. Este critério deverá, naturalmente estar associado a outros que serão específicos de um e de outro meio.

Sobre este assunto as opiniões não são muito divergentes, e definem genericamente o estatuto de rurais para as localidades que possuem uma dimensão populacional inferior a 2000 habitantes. Esta definição foi feita numa proposta da Conferência dos Estatísticos Europeus, citada por M. Cascais, que considera para a Europa, localidades *urbanas* as que possuem mais de 10 000 habitantes, *semi-urbanas* de 2 000 a 10 000 e *rurais* com menos de 2 000 habitantes. Contudo, a definição de *semi-urbanas* tem sido sistematicamente agregada à de urbanas (CASCAIS, 1984).

É neste contexto que, por exemplo, em França e em Espanha o limiar fixado para a delimitação de zona rural é de 2 500 habitantes e em Itália de 1 000. Em Portugal, o Instituto Nacional de Estatística não tem seguido o mesmo critério nos diferentes recenseamentos da população. A partir de 1981 optou mesmo por apresentar apenas a desagregação por classes de dimensão de lugares, deixando à escolha dos interessados a definição do limiar de população que tanto pode ser de 2 000 como de 5 000 ou mesmo de 10 000 habitantes (CARRILHO, 1993).

Apesar da precaridade do critério demográfico e da sua desactualização face à evolução rápida dos processos de urbanização, a preocupação dos organismos oficiais de estatística em manter válidas séries comparáveis, tem contribuído para a sua prolongada manutenção.

No entanto, haverá que ter em conta uma proposta das Nações Unidas que define como urbano *“todo e qualquer agrupamento distinto e indivisível (também chamado aglomeração, lugar habitado, centro populacional etc.) quaisquer que sejam as suas*

dimensões, tendo um nome ou um estatuto localmente reconhecido e funcionando como entidade social integrada” (CASCAIS, 1990 p. 38). Esta interpretação exageradamente abrangente chama a atenção para a necessidade de inclusão de outras características específicas dos dois fenómenos.

É justamente a identificação destas particularidades que tem merecido a preocupação e o posicionamento divergente dos diversos critérios de definição do fenómeno urbano. Apresentamos, de seguida, de forma resumida, os que consideramos mais significativos na justificação daquela definição.

Assim, numa *perspectiva histórica*, o fenómeno urbano traduz-se essencialmente pela evolução das funções desempenhadas pela população, através das sucessivas transformações das suas actividades e ocupações. Ao mesmo tempo, esta perspectiva põe a ênfase nos valores específicos das cidades, traduzindo o urbanismo como um modo de vida próprio dos centros urbanos, aceitando como inevitável a sua expansão a todas as zonas urbanas.

De um ponto de vista *económico*, aparece-nos como elemento característico do urbano o facto deste emergir da criação de um excedente obtido ao nível da produção agrícola. Este excedente permitirá a ocupação de uma percentagem elevada de população em actividades não agrícolas.

O *critério sociológico* propõe a articulação de um maior número de indicadores na definição do fenómeno urbano, associando uma dimensão mínima de população à densidade populacional e à existência de uma heterogeneidade de funções. Nesta perspectiva, a concentração crescente de população origina a divisão do trabalho que promove a heterogeneidade de funções dessa população, dando origem a uma interdependência crescente entre os indivíduos. Neste contexto, surge-nos a perspectiva de DURKHEIM que refere a passagem de uma solidariedade mecânica, característica dos meios rurais, para uma solidariedade orgânica, definida como a complementaridade de funções derivadas da divisão social do trabalho, como elemento inevitável do fenómeno urbano, cuja intensidade será definida pelo grau de especialização existente na sociedade.

Numa *perspectiva cultural*, os centros urbanos aparecem como possuidores de um sistema de valores próprios, que derivam da articulação de um certo tipo técnico de produção (indústria) e de uma forma específica de ocupação do território (aglomeração e divisão funcional do espaço), tornando-se um foco de criatividade, inovação e difusão desses valores que constituem a cultura urbana.

Faremos ainda referência ao *critério demográfico*, que considerando indicadores essenciais ao estudo do fenómeno urbano, como sejam: a densidade populacional, a dimensão da população, a taxa de natalidade, de mortalidade e outras variáveis demográficas, permite também a utilização de instrumentos para avaliar a intensidade do fenómeno urbano.

Outros critérios que pretendem fazer, do mesmo modo, a análise do fenómeno urbano, como sejam o geográfico ou o antropológico, vêm reforçar a necessidade de uma agregação de várias perspectivas de análise, dada a sua complementaridade, que assenta na natureza interdisciplinar, ou mesmo transdisciplinar, desta problemática.

É neste contexto que alguns autores têm procurado sobrepor os vários critérios, procurando por aproximação caracterizar as diferentes sociedades. Ao reconhecer-se que o rural e o urbano estão hoje completamente integrados no sistema económico e social, há uma tendência para a definição de um *continuum* diferenciando apenas níveis e intensidades de actividade social e económica, onde num extremo se situa o rural e no outro o urbano.

Outra questão a considerar diz respeito às restrições que se deparam relativamente ao acesso à informação estatística, e às dificuldades em delimitar com representação territorial o fenómeno urbano. Esta restrições foram salientadas por J. Gaspar, quando, a partir da análise de diversos indicadores, considerou como urbanos todos os concelhos do país que reunissem pelo menos uma das condições seguintes: ter um centro urbano com mais de 10 000 habitantes; ter uma densidade populacional superior a 100 habitantes por Km² e menos de 20% da população activa ocupada em tarefas ligadas à agricultura. Considerou ainda que desde que o *facto* se revelasse significativo e dominante, o fenómeno urbano deveria ser considerado em toda a extensão do concelho. Por último, e tendo em atenção a especificidade do caso português, considerou também que de um modo geral poderão ser definidas como urbanas todas as localidades sedes de concelho e ainda as localidades com mais de 2 000 habitantes (GASPAR, 1987 p. 109).

No contexto da Região Alentejo, a utilização da metodologia adoptada por J. Gaspar na identificação das localidades urbanas apresenta algumas dificuldades que se prendem com a especificidade socio-demográfica da Região, como seja:

- √O reduzido efectivo populacional da generalidade dos lugares que compõem a rede urbana na medida em que, como adiante se verá, só quatro localidades possuem mais de 10 000 habitantes;

- √Elevada dimensão geográfica da maior parte dos concelhos, facto que potencia a existência de baixas densidades populacionais;
- √Actividade económica das populações, ainda muito dependente das tarefas ligadas à agricultura, que no passado recente foram maioritárias, facto ainda mais agravado pelo reduzido nível de implantação das actividades industriais.

Dentro destes condicionalismo, e se se optasse pela metodologia utilizada por aquele autor, na Região Alentejo, apenas se poderiam considerar como urbanas as localidades de Évora, Beja, Portalegre e Elvas. No entanto, e tendo em conta os condicionalismos atrás apontados, optou-se por utilizar o critério politico-administrativo proposto, com base no qual considerámos como urbanas todas as localidades que possuíssem o estatuto de sede de concelho. Fora deste critério foi ainda considerada como urbana a localidade de Santo André, devido ao facto de possuir um efectivo demográfico próximo dos 10 000 habitantes.

Outro aspecto a ter em conta deriva da elevada extensão geográfica da generalidade dos concelhos da Região e manifesta-se na existência de problemas de acessibilidade no contexto da rede urbana ao nível intra-concelhio. Este aspecto manifesta-se muitas vezes numa insipiente comunicação entre os diversos lugares das unidades administrativas, o que provoca um crescente isolamento dos lugares mais periféricos relativamente à sede do concelho. Por este motivo, verificam-se com elevada frequência situações de coexistência de localidades com carácter marcadamente rural, com outra(s), geralmente a sede do concelho, onde o fenómeno urbano representa já a característica dominante, patente, quer nos diversos indicadores da actividade socio-económica, quer nos próprios modos de vida, cada vez mais próximos dos existentes nas cidades e massivamente difundidos através dos meios de comunicação social.

Por isso, era nossa intenção optar, contrariamente à metodologia referida por Gaspar, que nos propõe a generalização do fenómeno urbano, quando existente, a todas as localidades do concelho. No entanto a dificuldade em obter informação estatística socio-demográfica e económica publicada ao nível de lugar, por um lado, e a necessidade de identificar uma amostra da população migrante na Região Alentejo, de modo a possibilitar uma recolha directa de informação, por outro, deu origem a que se considerasse o fenómeno urbano extensível a todas as freguesias das localidades consideradas urbanas.

Em conclusão, podemos dizer que a evolução do sistema urbano do nosso país apresenta duas características principais: bipolarização, em torno das cidades de Lisboa

e Porto e litoralização representada pelo aumento da concentração da população na faixa litoral do território.

Outro aspecto a considerar é a aproximação que cada mais se verifica entre o espaço rural e o espaço urbano, fruto do crescimento das interdependências entre aqueles dois espaços, potenciadas pelo desenvolvimento dos transportes e conseqüente aumento dos fluxos de pessoas, bens e serviços. É por isso que se manifesta cada vez mais uma tendência para a *urbanização difusa*, particularmente no Norte do país, onde se verifica um aumento da densificação da dispersão.

Outro processo decorrente da evolução recente da urbanização relaciona-se com o fenómeno da *urbanização in situ*, que consiste no alastramento da urbanização aos campos, provocado principalmente pelo aumento da incidência de movimentos pendulares, que possibilitam a alteração da actividade económica e dos modos de vida das populações, mantendo a sua localização espacial.

O esbatimento progressivo das diferenças entre o espaço rural e o urbano é um factor que se manifesta através da cada vez maior dificuldade em avaliar a existência de um e de outro daqueles fenómenos. O critério demográfico continua a ser o mais utilizado, embora necessite de ser articulado com outras perspectivas de análise, dada a sua complementaridade.

No contexto da Região Alentejo, para efeitos das análises subsequentes, optou-se por considerar, mediante a utilização de um critério político-administrativo, como urbanas todas as freguesias que constituem as localidades sede de concelho, independentemente da sua dimensão.

5. HIPÓTESES DE TRABALHO

Com base na reflexão feita no âmbito da revisão bibliográfica desenvolvida no ponto anterior, julgamos ser possível enunciar algumas hipóteses de trabalho, com vista a uma melhor estruturação do trabalho que nos propomos desenvolver.

Assim, definimos as seguintes hipóteses de trabalho:

- √ Os migrantes que fixaram residência são maioritariamente originários das zonas rurais, ou dito de outra forma, o reforço da concentração populacional dos centros urbanos deve-se maioritariamente ao despovoamento das zonas rurais e das periféricas;
- √ A população migrante é maioritariamente constituída por população activa jovem;
- √ Os níveis de escolaridade e de qualificação profissional da população migrante são superiores aos da população residente;
- √ As migrações devem-se maioritariamente a factores ligados à procura ou ao desempenho de uma profissão nos centros urbanos.

6. METODOLOGIA

A compreensão dos processos subjacentes à dinâmica demográfica dos centros urbanos deverá passar por uma abordagem da problemática das migrações internas e, em particular, por uma análise dos fluxos migratórios que se dirigem para aqueles centros urbanos.

Embora Kameyer, citado por NAZARETH (1988), considere dois tipos de estudos de população (de tipo I e de Tipo II), consoante se considerem as variáveis demográficas como dependentes ou como independentes em relação às restantes, neste estudo pretende-se analisar o fenómeno das migrações internas numa óptica de causa-efeito, que estabelece simultaneamente uma dependência do movimento populacional em relação à atracção urbana e à repulsão rural, e uma influência daquele movimento relativamente a outros fenómenos como seja o crescimento urbano.

O paradigma metodológico a seguir será o quantitativo, visto ser o que melhor se adapta à generalidade das pretensões do estudo, designadamente a quantificação do fenómeno migratório em direcção aos centros urbanos alentejanos. Neste contexto será feito recurso, sempre que necessário, a medidas e técnicas estatísticas para fundamentar as análises a desenvolver.

Dada a natureza da investigação que se pretende desenvolver a estratégia definida aponta para um tipo de estudo descritivo, através do qual se procura descrever claramente as características de uma situação ou grupo de indivíduos (ALMEIDA, 1987). É nesta perspectiva que se procurará evidenciar as principais características do fenómeno migratório, bem como da população migrante.

Estas características foram identificadas através de *variáveis*, que representam as propriedades dos fenómenos, que sendo um conceito muito abstracto, permite, contudo, uma tradução dos fenómenos em factos qualitativos ou quantitativos. A operacionalização das variáveis foi feita através de *indicadores*, quantificados através de representações simbólicas ou *medidas*, que irão atribuir dimensão aos fenómenos a fim de os caracterizar com maior ou menor precisão (ALMEIDA, 1987)

A compreensão da intensidade e importância do fenómeno a estudar, associada à inexistência de informação estatística disponível sobre a matéria, pressupõem o recurso a métodos directos de recolha de informação, que permitam identificar e posteriormente auscultar a população migrante, com vista a desenvolver uma investigação aprofundada sobre o fenómeno das migrações internas num âmbito regional.

6.1. RECOLHA DE INFORMAÇÃO

Neste contexto, a informação que servirá de base à análise da problemática das migrações em direcção aos centros urbanos foi obtida com utilização da seguinte metodologia:

- √ Numa primeira fase foi feito o levantamento da informação relativa às variáveis de identificação de todos os migrantes que, ao fixarem residência nos centros urbanos, se inscreveram no recenseamento eleitoral nas Juntas de Freguesia dos centros urbanos considerados. Este processo foi conseguido através do preenchimento pelos migrantes de um *formulário* (anexo I) no acto da inscrição no recenseamento eleitoral, com base no qual foram recolhidas informações relativas ao sexo, idade, profissão, residência anterior e nova residência;
- √ Com base naquela informação, procedeu-se à identificação da *população alvo* e da *população acessível*³, à qual se procedeu à aplicação de um inquérito por questionário (Anexo II).

³ População alvo representa toda a população que se pretende estudar. População acessível, corresponde a uma parcela da população alvo, à qual se tem acesso (Cf. ALMEIDA, 1987).

6.2. QUESTIONÁRIO

Na elaboração do questionário teve-se em atenção os tipos de população migrante identificados através do tratamento dos dados recolhidos nas Juntas de Freguesia - alentejanos e não alentejanos - com vista à recolha de informação específica para cada um daqueles tipos.

Assim, o questionário foi construído com 2 partes, correspondentes a conjuntos de questões individualizados em função das necessidades de informação definidas em função dos objectivos e das hipóteses formuladas:

- **Corpo principal**, aplicável a todos os migrantes, através do qual se pretende caracterizar o fenómeno migratório nos seguintes aspectos:
 - Caracterização da população migrante;
 - Mobilidade geográfica e socio-profissional;
 - Motivações e formas da migração
 - Factores de atracção/repulsão;
 - Expectativas dos migrantes.

- **Anexo I**, só aplicável aos migrantes não alentejanos, através do qual se pretende obter informações relativamente a:
 - Opinião face ao Alentejo;
 - Razões da escolha do Alentejo para fixar residência;
 - Dificuldades de integração;
 - Expectativas e opiniões face ao Alentejo.

6.3. METODOLOGIA DO TRABALHO DE CAMPO

6.3.1. População Inquirida

Foram recebidas 1634 fichas provenientes da inscrição de migrantes nas Juntas de Freguesia dos centros urbanos da Região Alentejo, formalizadas durante o mês de Maio de 1995. Deste grupo de migrantes foram subtraídas aqueles cuja mobilidade correspondeu apenas a mudanças de freguesia dentro do mesmo lugar, e, por isso, não foram considerados no contexto do estudo. Com estes elementos foi constituída uma base de dados dos migrantes dos centros urbanos da Região Alentejo.

Após aquela redução o universo de análise do presente estudo ficou constituído por 1337 indivíduos que se distribuíram por 34 concelhos da Região Alentejo, tendo-se dirigido com particular incidência para Évora (195 - 14.6%), Santiago do Cacém (186 - 13.9%), Beja (129 - 9.6%), Estremoz (76 - 5.7%) e Ponte de Sôr (74 - 5.5%). Referência para o facto de cerca de 70% destes migrantes terem nascido no Alentejo e 48.4% deles terem vindo de fora do Alentejo.

Neste contexto, foi possível identificar 2 tipos de migrantes, que irão merecer abordagens particulares, a saber:

- √ **Migrantes intra-regionais**, constituídos por aqueles que residindo anteriormente no Alentejo, mudaram a sua residência para outro lugar da Região;
- √ **Migrantes inter-regionais**, aqueles que, oriundos de outras regiões do país ou do estrangeiro, fixaram residência no Alentejo.

Tendo em atenção que as informações existentes nas fichas de inscrição no Recenseamento Eleitoral recebidas não representam a totalidade dos imigrantes da Região Alentejo, não fará sentido definir-se uma amostra de um universo desconhecido, pelo que optou-se por aplicar o questionário a todos os migrantes identificados (população acessível), respeitando-se a regra de se inquirir apenas um dos elementos de cada agregado familiar.

Assim, a população a inquirir foi definida da forma seguinte:

- √ Da base de dados de migrantes identificados pelo recenseamento eleitoral foram retirados, num primeiro momento, todos aqueles que não teriam possibilidade de virem a ser contactados por deficiências verificadas no registo da informação relativa à morada;
- √ Posteriormente, foram retirados todos os indivíduos que fixaram residência fora do centro urbano dos lugares para onde migraram;
- √ Numa terceira etapa foi seleccionado apenas um indivíduo a inquirir em cada agregado familiar;
- √ Por fim, as dificuldades ligadas aos custos relativos às deslocações dos entrevistadores aos locais de residência dos migrantes impediram a inclusão no universo a inquirir daqueles que fixaram residência em concelhos com menos de 5 migrantes.

Neste contexto, população a abranger pelo inquérito ficou constituída por 490 indivíduos. Dada a dispersão geográfica dos contactos, considerou-se que os migrantes inquiridos são estatisticamente representativos dos indivíduos que fixaram residência nos centros Urbanos da Região Alentejo, entre Julho de 1994 e Abril de 1995.

6.3.2. Distribuição Geográfica dos Inquiridos

Tendo em atenção que os migrantes a inquirir se distribuem por 34 concelhos da Região, e atendendo ao facto de haver todo o interesse em que os entrevistadores conheçam de uma forma mais ou menos profunda os lugares onde deverão realizar as entrevistas, para além da necessidade de reduzir ao máximo os custos das deslocações, optou-se pela seguinte estratégia:

- √ Definiram-se 8 segmentos a inquirir, correspondendo a agrupamentos de concelhos reunidos em volta de um núcleo constituído pelo concelho com maior número de migrantes;

- √ Em cada segmento, foi sediado pelo menos um entrevistador que ficou responsável pela aplicação dos questionários, quer no concelho onde se encontra sediado, quer nos restantes do segmento, mediante deslocações em viatura própria.

Assim fora constituídos os seguintes segmentos geográficos a inquirir:

1 - Évora

Évora, Montemor e Vendas Novas

2 - Beja

Beja, Castro Verde e Aljustrel

3 - Santiago do Cacém

Santiago do Cacém, Grândola e Alcácer

4 - Estremoz

Estremoz, Sousel, Borba e Vila Viçosa

5 - Elvas

Elvas, Campo Maior, Arronches

6 - Portalegre

Portalegre, Marvão, Castelo de Vide e Nisa

7 - Ponte de Sôr

Ponte de Sôr, Avis e Mora

8 - Reguengos

Reguengos, Alandroal e Redondo

6.3.3. Formação De Entrevistadores

O recrutamento dos entrevistadores teve em atenção a especificidade da informação a recolher, pelo que optou-se pela selecção de pessoas com formação académica e, na sua maior parte, em sociologia.

A formação dos entrevistadores foi feita através da realização de uma acção de formação realizada nas instalações da Comissão de Coordenação da Região Alentejo, no dia 15 de Abril de 1996. Nesta reunião foram também distribuídos pelos entrevistadores os questionários e as listagens com a informação relativa à morada, sexo e idade dos migrantes a inquirir. Foi feito também o planeamento das deslocações a realizar em cada segmento.

Neste contexto, e dada a dispersão geográfica dos contactos, considerou-se que os migrantes inquiridos são estatisticamente representativos dos indivíduos que fixaram residência nos centros Urbanos da Região Alentejo, entre Julho de 1994 e Abril de 1995.

6.3.4. Trabalho de Campo

Na impossibilidade de se realizar o pré-teste à população migrantes optámos por sujeitar o questionário à apreciação de Técnicos da Comissão de Coordenação da Região do Alentejo, e de docentes da Universidade de Évora, de onde foram colhidas algumas sugestões que vieram a ser introduzidas na versão final daquele instrumento de notação.

O trabalho de campo desenvolveu-se no período compreendida ente a segunda quinzena de Abril e a primeira de Maio de 1966, havendo a referir algumas problemas que se deveram essencialmente à dificuldade de localização dos migrantes, que muitas vezes se tornaram incontornáveis.

Principalmente por aquele motivo não possível contactar todos os migrantes seleccionados, pelo que na sequência do desenvolvimento do trabalho de campo foram realizadas 367 entrevistas o que corresponde a uma taxa de resposta de 75%.

SEGUNDA PARTE - ENQUADRAMENTO REGIONAL

1. CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA

1.1. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO

A análise da evolução da população residente na Região Alentejo mostra-nos uma situação que se caracteriza pelo aumento do efectivo populacional até aos anos cinquenta e a partir daí por um decréscimo que se vem manifestando até aos nossos dias. Dada a estreita interdependência entre a evolução das variáveis demográficas e as transformações económicas, sociais e culturais observadas na sociedade global, podemos dizer que àqueles dois tipos de evolução demográfica correspondem também diferentes contextos socio-económicos.

Isto porque uma alteração que se verifique no contexto da actividade económica terá uma resposta mais ou menos imediata no âmbito demográfico que, simultaneamente, se irá reflectir na forma como a população se distribui pelo território. Da mesma forma, a situação inversa também será verdadeira, isto é, o estabelecimento de dinâmicas demográficas também exercem influências no contexto económico, que se manifestam tanto nas zonas de atracção como nas de repulsão populacional. Por fim, alterações introduzidas no âmbito territorial, também irão provocar estímulos positivos ou negativos no domínio económico ou demográfico.

Apesar da Região nas décadas passadas se ter constituído como zona de atracção populacional registaram-se sempre valores muito reduzidos de densidade populacional. Actualmente este valor situa-se em cerca de 22 habitantes por Km², enquanto que no contexto do país aquele valor atinge os 108 habitantes por Km².

Neste contexto, podemos dizer que durante a primeira metade do nosso século a evolução demográfica regional caracterizou-se por um crescimento constante, com períodos onde aquele crescimento se manifestou com grande intensidade. A população passou de 440 mil habitantes no início do século, para cerca de 790 mil em 1950, ano em que atingiu o valor mais elevado de sempre. Registaram-se mesmo períodos de grande intensidade de crescimento demográfico, em particular nas décadas de 1910, 1930 e

1940 nas quais as variações atingiram valores superiores a 16% e as *taxas de crescimento anual médio*⁴ superaram 1,5%.

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO

Anos	REGIÃO ALENTEJO			Densidade Populacional Hab/Km ²
	Valor Absoluto	Variação %	Taxa Cres. Anual	
1900	449145	-	-	16,7
1911	526472	17,2	1,6	19,5
1920	550813	4,6	0,5	20,5
1930	642166	16,6	1,5	23,8
1940	745804	16,1	1,5	27,7
1950	780980	4,7	0,5	29,0
1960	760916	-2,6	-0,3	28,3
1970	587345	-22,8	-2,6	21,8
1981	578430	-1,5	-0,2	21,5
1991	543442	-6,0	-0,6	20,2

Fonte: INE - Recenseamentos Gerais da População

Quadro 1

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO

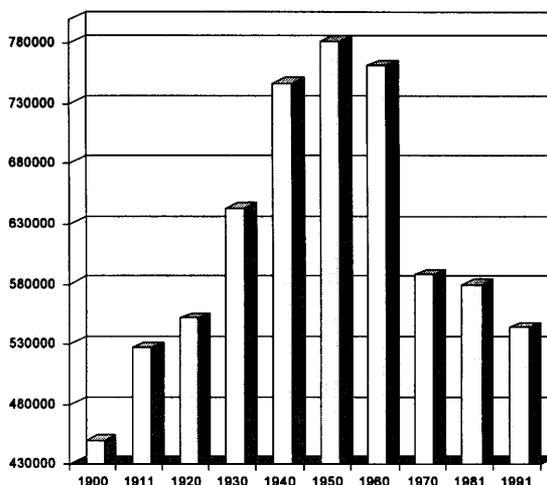


Gráfico 1

As razões deste crescimento encontram-se ligadas a factores económicos e demográficos. No contexto da actividade económica os incrementos à produção agrícola motivada pelos incentivos à cultura de cereais (campanha do trigo), justificavam a absorção de elevados contingentes de mão-de-obra facto que, ainda que sazonalmente, tornava a Região como polo de atracção que exercia a sua influência no Interior Norte e Centro, bem como no Interior Algarvio. Muitos destes migrantes acabaram por se fixar no Alentejo.

Ao nível demográfico, a população crescia também devido à existência de um saldo fisiológico muito positivo, fruto de um nível de fecundidade suficientemente elevado para contrariar a existência de níveis de mortalidade também elevados, empolados muitas vezes por surtos epidémicos que então se verificaram.

De 1950 para cá a situação inverteu-se completamente, de tal forma que nos últimos 50 anos a Região perdeu cerca de $\frac{1}{3}$ da sua população, que em 1991 se viu reduzida a pouco mais de 540 mil habitantes, efectivo semelhante ao verificado em 1920.

⁴ Entendido com crescimento geométrico obtido através da formula $\log P_n/P_0 = n \log (1 + a)$
 P_0 = População no momento 0; P_n = População no momento n; $n = n^\circ$ de anos
(Cf. NAZARETH, 1996 p. 86).

No contexto económico, a Região começou a produzir *excedentes* de mão-de-obra motivados pelo decréscimo das actividades agrícolas, tradicionalmente empregadoras de população activa e pela generalização da mecanização destas actividades, que, devido à inexistência de capacidade de absorção nos outros sectores de actividade económica se dirigiram maioritariamente para a zona da cintura industrial de Lisboa e Setúbal.

Esta evolução regressiva do efectivo populacional, que se iniciou da década de cinquenta, na qual se registou um decréscimo populacional ainda reduzido (-2.6%), incidiu particularmente nos anos sessenta, que correspondem ao período de maior intensidade do êxodo da população alentejana, durante os quais saíram do Alentejo perto de 200 mil pessoas, correspondendo a cerca de 23% da população residente em 1960.

Este decréscimo demográfico, que se verificou em toda a Região, sofreu um abrandamento na década de setenta, devido à crise que instalou nos locais de atracção privilegiados da população alentejana (Lisboa e Setúbal) e também por benefícios derivados do retorno de população oriunda das ex-colónias africanas. Nesta década, algumas zonas do Alentejo registaram mesmo evoluções positivas bastante expressivas, como foi o caso de alguns concelhos do Litoral, tendo-se verificado também alguma dinâmica migratória em direcção aos principais centros urbanos da Região. Mesmo assim, no seu todo, o Alentejo viu a sua população reduzida em -1.5%.

Nos anos oitenta acentuou-se o decréscimo populacional, generalizando-se de novo a todos os concelhos da Região, num quantitativo correspondente a -6.6% da população residente em 1991. Este período caracterizou-se também pela influência da redução dos níveis da fecundidade, que se associou aos saldos negativos da dinâmica migratória como factores condicionadores do crescimento demográfico.

Na presente década, as estimativas publicadas pelo Instituto Nacional de Estatística apontam para a continuação do decréscimo demográfico, e, se atendermos ao facto da variação da tendência da dinâmica natural não poder ser considerada a curto prazo, a sua maior ou menor intensidade dependerá sempre da dinâmica migratória, que traduzirá a capacidade que a Região tem para fixar os seus naturais e para atrair ou não população do exterior.

1.2. ESTRUTURAS DEMOGRÁFICAS

A análise das estruturas demográficas de uma determinada região assenta preponderantemente na observação da repartição da sua população por sexos e idades. Esta análise é auxiliada muito vezes com recurso à observação da sua representação gráfica numa *pirâmide de idades*. Esta forma particular de representação gráfica corresponde à construção de modelos de referência com base nos quais é possível estabelecer comparações relativamente às estruturas demográficas de diferentes regiões ou épocas.

J. Nazareth identificou dois grandes tipos de formas de pirâmides de idades mais vulgares, que normalmente são utilizadas como referência: *pirâmide em acento circunflexo*, típica dos países não desenvolvidos, com elevados níveis de natalidade e mortalidade, que reproduzem uma base muito alargada (elevada proporção de jovens) e um topo muito reduzido (diminuta proporção de idosos); e *pirâmide em urna*, típica dos países desenvolvidos, nos quais os níveis da natalidade e da fecundidade são muito baixos, manifestando-se na existência de uma base bastante reduzida (baixas proporções de jovens) e de um topo bastante empolado (elevadas proporções de idosos) (Cf. NAZARETH, 1996 p. 89).

Outro aspecto que pode ser analisado através das pirâmides de idades é a forma como a população se distribui pelos sexos nos diferentes grupos etários e que se manifesta na assimetria característica das pirâmides de idades. Esta assimetria traduz as *relações de masculinidade*, isto é, a proporção de homens relativamente às mulheres existentes em cada grupo de idades e baseia-se no maior número de nascimentos masculinos (105 homens para 100 mulheres). Esta superioridade masculina vai diminuindo à medida que se avança na idade devido à sobremortalidade que se manifesta em todas as idades e em particular nas mais avançadas.

A procura de leituras mais facilitadas das estruturas demográficas baseia-se normalmente na concentração da totalidade da informação existente relativamente às idades das populações em *grupos funcionais*. De entre os grupos funcionais que é possível construir assumem particular importância: o *grupo dos jovens* (0 - 14 anos); o *grupo dos potencialmente activos* (15 - 64 anos) e o *grupo dos idosos* (65 e mais anos). A

manipulação destes grupos funcionais no sentido de os tornar indicadores que resumem a informação existente numa representação por sexos e idades deu origem à criação dos *índices-resumo*⁵. Os índices resumo mais importantes são:

- √ % de jovens - representa a proporção de população compreendida entre 0 e 14 anos ($\text{População } 0 - 14 \text{ anos} / \text{população total} * 100$);
- √ % de activos - representa a proporção de população compreendida entre 15 e 64 anos ($\text{População } 15 - 64 \text{ anos} / \text{população total} * 100$);
- √ % de idosos - representa a proporção de população com mais de 64 anos ($\text{População } + 64 \text{ anos} / \text{população total} * 100$);
- √ Índice de envelhecimento - é um indicador utilizado na medida do envelhecimento demográfico, comparando a população idosa com a população jovem ($\text{População } + 64 \text{ anos} / \text{população } 0 - 14 \text{ anos} * 100$);
- √ Índice de dependência de Jovens - mede os encargos potenciais dos jovens que pesam sobre os activos ($\text{População } 0 - 14 \text{ anos} / \text{população } 15 - 64 \text{ anos} * 100$);
- √ Índice de dependência dos Idosos - mede os encargos potenciais dos idosos que pesam sobre os activos ($\text{População } + 64 \text{ anos} / \text{população } 15 - 64 \text{ anos} * 100$);
- √ Índice de dependência Total - mede o peso conjunto dos jovens e dos idosos nos potencialmente activos ($(\text{População } 0 - 14 \text{ anos} + \text{população } + 64 \text{ anos}) / \text{população } 15 - 64 \text{ anos} * 100$);

A maior parte destes indicadores procura saber até que ponto as estruturas se encontram afectadas pelo fenómeno do *envelhecimento demográfico*. A avaliação deste processo deverá incidir sobre dois fenómenos: *envelhecimento na base*, que se começa a manifestar quando a percentagem de jovens diminui, provocando a redução da base da pirâmide de idades e *envelhecimento no topo*, que ocorre quando a percentagem de idosos aumenta, fazendo alastrar a parte superior da pirâmide.

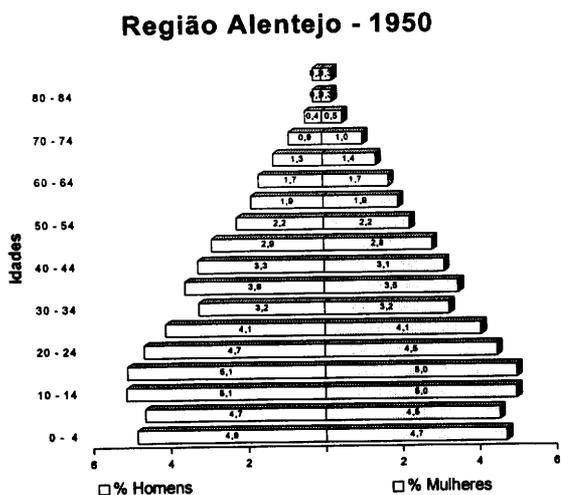
As causas que estão por detrás do fenómeno do envelhecimento são conhecidas. Em primeiro lugar, e contrariamente ao que se pensou durante muito tempo, o envelhecimento não é consequência directa do declínio da mortalidade. Na verdade, a mortalidade, ao declinar, beneficia especialmente os primeiros grupos de idade fazendo com que a população em idade fértil aumente e, conseqüentemente o número de nascimentos, facto que liberta as influências da mortalidade no processo de

⁵ Sobre este assunto Cf. NAZARETH, 1996 p. 92.

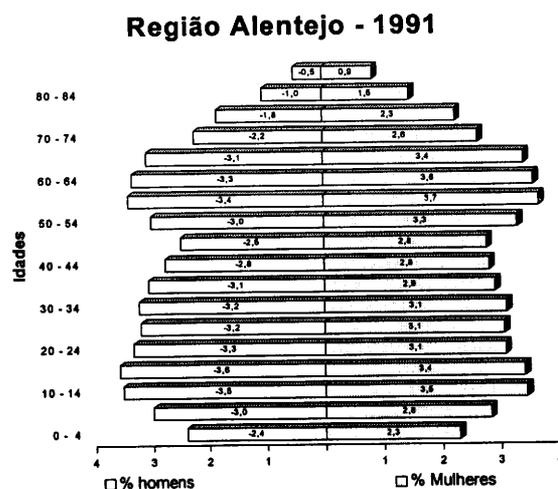
envelhecimento. Ele está muito mais dependente do declínio da natalidade, que provoca uma redução nos efectivos mais jovens (envelhecimento na base) e, por consequência, um aumento da importância relativa dos mais idosos (envelhecimento no topo). As migrações, dado o seu carácter selectivo, ao recrutar os potenciais activos provoca aumentos relativos dos grupos dos jovens e dos idosos, provocando assim, um rejuvenescimento na base e um envelhecimento no topo das zonas de repulsão e uma situação inversa nos polos de atracção. Verifica-se o paradoxo de uma população poder simultaneamente envelhecer e rejuvenescer (NAZARETH, 1996).

É neste contexto que o acentuado grau de envelhecimento que caracteriza a população alentejana se tem vindo a manifestar, consequência da forte incidência dos movimentos migratórios para fora da Região, ao que, nos últimos tempos se associou um declínio progressivo do nível da fecundidade, que se manifesta numa diminuição muito significativa no número de filhos que cada mulher em média tem.

Desta forma, a pirâmide de idades relativa à população alentejana apresenta a forma de urna, com um preocupante estreitamento da base (envelhecimento na base) e com um já significativo alargamento do topo (envelhecimento no topo), caracterizando-se a Região por ser a mais envelhecida do país e uma das mais envelhecidas da Europa e, provavelmente, do mundo, estando as suas estruturas demográficas *duplamente muito envelhecidas*.



Pirâmide 1



Pirâmide 2

Para além disto, está longe de apresentar uma estrutura de idades regular, uma vez que a acentuada corrente migratória em direcção a Lisboa e Setúbal, fez com que exista uma diminuição da importância da população activa mais jovem em ambos os sexos, facto que

se manifesta quer na subida da importância dos idosos, quer ao nível do decréscimo do efectivo de mulheres em idade fértil, com a consequente diminuição dos nascimentos.

Índices-Resumo

Designação	1950	1991
% de jovens	28,8	17,5
% de Activos	64,7	63,2
% de idosos	6,5	19,3
Dependência de Jovens	44,6	27,7
Dependência de idosos	10,0	30,6
Dependência de Total	54,6	58,3
Índice de Envelhecimento	22,5	110,5

Fonte: INE - Censo de 1991

Quadro 2

Relações de masculinidade - 1991

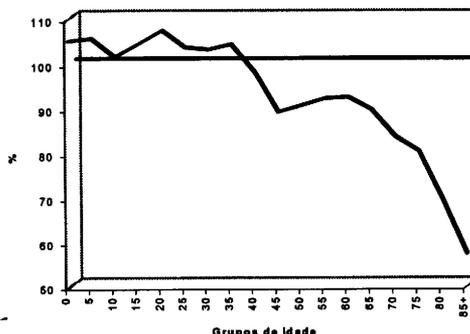


Gráfico 2

Em 1991, as pessoas pertencentes ao grupo 15-64 anos (potencialmente activos) totalizavam 343 400, ou seja, 63.2% do total, os jovens (0 a 14 anos) representavam 17.5% (95 047 indivíduos) e as pessoas com mais de 64 anos estavam perto dos 20% (104 995), enquanto que em 1950 aqueles grupos funcionais apresentavam valores muito mais característicos de uma população jovem - 64.7, 28.8 e 6.5% respectivamente para activos, jovens e idosos - e a sua representação gráfica assumia a forma de acento circunflexo que, contudo, manifestava já evidentes tendências para o estreitamento da base. Este progressivo envelhecimento está patente também no índice de envelhecimento que passou de 22.5% em 1950 para 110.5 em 1991.

No que se refere à carga social suportada pelos potencialmente activos, podemos verificar que o rácio de dependência total apresentava em 1991 o valor de 58.3%, indicando que cada 100 activos suportam já mais de 58 inactivos. Este facto ainda se torna mais preocupante quando verificamos que o maior peso se deve aos idosos (30.6%), uma vez que a dependência dos jovens, que deverá ser sempre considerada como um investimento futuro, é muito pequena (27.7%).

Outro aspecto a ter em conta na análise do envelhecimento demográfico e em particular no que diz respeito ao aumento do número de idosos, prende-se com a perspectiva da continuação do aumento da esperança de vida, que se manifesta num aumento da população nas idades mais avançadas especialmente ao nível do sexo feminino, com elevado grau de dependência dos sistemas de saúde e de segurança social. De facto, podemos verificar que a população com mais de 74 anos tem vindo a registar um

aumento continuado, quer em termos absolutos, quer em percentagem - passou de 14 934 pessoas, ou seja, 1.9% em 1950 para 43 181 pessoas e 7.9% em 1991-, sendo previsível o seu maior crescimento futuro.

A tendência para o aumento do envelhecimento das estruturas é previsível e está patente nos diferentes cenários de projecções demográficas elaboradas no âmbito deste trabalho e que serão desenvolvidas no ponto 1.4, de tal forma que a inversão deste fenómeno só se poderá considerar a médio prazo e numa perspectiva de alteração dos modelos de fecundidade existentes no seio da Região.

1.3. VARIÁVEIS MICRO-DEMOGRÁFICAS

1.3.1. Natalidade e Fecundidade

Os nascimentos são os acontecimentos renováveis que estão na base dos fenómenos demográficos *natalidade* e *fecundidade* ⁶, principais responsáveis pela renovação demográfica de uma região. Quando analisada em *estado puro* ⁷, a principal característica da natalidade é o seu declínio, fenómeno que se iniciou no início deste século. Este declínio, cuja manifestação é mais recente nos países menos desenvolvidos, deve-se a uma diversidade de factores (biológicos, sociais, e culturais), não existindo, por isso, uma unanimidade de opiniões, nem as investigações mais recentes apontam para uma explicação unanimemente aceite (NAZARETH, 1988).

Indiscutível é a relação que existe entre o declínio da fecundidade, para o qual pesam factores biológicos da mulher, as leis e costumes, o divórcio, a viuvez, a contracepção e o aborto, que por sua vez se relacionam com os factores económicos, sociais e culturais, e o envelhecimento das estruturas demográficas.

Um processo simples para medir a incidência da natalidade consiste na *taxa bruta de natalidade*, que relaciona os nascimentos ocorridos num determinado período de tempo com a população média existente nesse período. Este indicador, é muito grosseiro uma vez que isola muito rudimentarmente o efeito das estruturas da população, que se manifesta no facto de uma população com mais mulheres nas idades de procriar ter necessariamente mais nascimentos que outra onde esta sub-população seja menor. É por isso que muitas vezes se utiliza em alternativa a *taxa de fecundidade geral*, que relaciona os nascimentos directamente com a população feminina no *período fértil* ⁸ (NAZARETH, 1996).

⁶ A natalidade mede a frequência dos nascimentos que ocorrem no conjunto da população total de um país. A fecundidade mede a frequência dos nascimentos que ocorrem no conjunto das mulheres em idade de procriar (Cf. NAZARETH, 1996).

⁷ Sem ter em conta as possíveis interferências de outras variáveis, como sejam, a mortalidade, a nupcialidade e os movimentos migratórios. Quando se considera a influência daquelas variáveis a análise é considerada em estado perturbado.

⁸ Por convenção, dos 15 aos 50 anos.

Aquele indicador apresenta ainda um grau de imprecisão significativo uma vez que a fecundidade é também um fenómeno diferencial relativamente à idade, isto é, regista-se uma ocorrência maior nas mulheres mais jovens. É por isso, que muitas vezes se utiliza a observação dos níveis de fecundidade por grupos de idade, sendo sabido que a existência de elevadas taxas de fecundidade em todas as idades corresponde a uma situação típica de países em que a contracepção está pouco difundida, enquanto que quando a fecundidade se concentra entre os 20 e os 35 anos se está perante uma situação típica de uma população que utiliza a contracepção em larga escala.

Esta informação deverá contudo ser completada com o cálculo da *idade média da fecundidade* (IMF) e com a *variância da taxa de fecundidade* (VTF)⁹ Assim, a IMF será menor em populações que combinam uma idade precoce do casamento (ou início das relações sexuais) com uma elevada prática contraceptiva. Isto porque quanto menos é usada a contracepção mais elevados são os valores da taxa de fecundidade nos últimos grupos etários do período fértil e mais elevado o valor da IMF. Quanto à VTF, ela será tanto mais elevada quanto mais o casamento precoce se associe à ausência de práticas anticoncepcionais (NAZARETH, 1996).

Como já referimos, a evolução dos valores observados nas taxas de natalidade e de fecundidade pode dever-se a alterações verificadas na estrutura da população observada que, em princípio, são alheias ao fenómeno em análise. Uma maneira de isolar os efeitos da estrutura na análise daqueles fenómenos é feita através do recurso ao princípio da *standardização* ou da *população-tipo*. Com este procedimento, é possível analisar os valores das taxas de fecundidade em momentos ou zonas geográficas diferentes, mantendo constante a estrutura do conjunto das mulheres em idade fértil.

Referência final para a utilização do princípio da *translação* na análise da fecundidade, que consiste em transpor os fenómenos ocorridos num determinado momento para uma geração imaginária, e que nos permite obter a *intensidade* do fenómeno ou *Descendência Média*, também conhecido por *Índice Sintético de Fecundidade* (ISF), que representa o número de filhos nascidos por mulher. Podemos ainda saber através daquele procedimento a *Taxa Bruta de Reprodução*, que corresponde ao número de filhas por

⁹ A idade média da fecundidade obtém-se dividindo o somatório das multiplicações das taxas de fecundidade (TF) nos grupos etários pelos pontos médios desses grupos, pelo somatório das TF por idades. A variância da taxa de fecundidade obtém-se dividindo o somatório da multiplicação das TF nos grupos etários pelos quadrados das diferenças entre o ponto médio dos grupos e a IMF, pelo somatório das TF por grupos etários (Cf. NAZARETH, 1966 p. 168).

mulher¹⁰. Este indicador quando corrigido pela mortalidade assume a designação de *Taxa Líquida de Reprodução*.

A evolução registada nos últimos anos na Região Alentejo tem acompanhado a tendência contínua de declínio verificada na generalidade dos países da Europa Ocidental e do Norte. Nos últimos anos a intensidade do declínio da fecundidade da população alentejana acentuou-se de tal forma que, no presente, esta Região apresenta já um dos níveis mais baixos da Europa e, provavelmente, do mundo. Esta situação passa-se numa altura em que os países europeus, que nos últimos anos se caracterizaram por possuírem taxas de fecundidade muito baixas, estão já a inverter a situação, mercê de intervenções integradas, baseadas em estímulos e benefícios atribuídos à maternidade.

Não sendo conhecidas todas as razões que estão por detrás do fenómeno do declínio da fecundidade, foi já possível compreender que ele está dependente de factores de ordem económica, social e cultural que, no contexto de uma sociedade extremamente competitiva como é a actual, se traduzem, ao nível familiar, numa redução do número de filhos, reflexo de uma preocupação de se conseguir um maior nível de acesso à formação e qualificação profissional por parte das novas gerações.

Assim, a Região Alentejo apresenta um nível de fecundidade que, em 1991, se situava abaixo do limite da substituição das gerações (2.1 filhos por mulher), facto que traduz um decréscimo demográfico inevitável.

Descendência Média - Região Alentejo

Anos	Valor	Δ %
1940 ^(*)	4,0	-
1950 ^(*)	2,6	-35,0
1960 ^(*)	2,1	-19,2
1970 ^(*)	2,4	14,3
1981	2,1	-12,5
1991	1,5	-28,6

Fonte: INE - Censo de 1981/91; Estatísticas Demográficas

^(*) (Cf. Nazareth, 1986)

Quadro 3

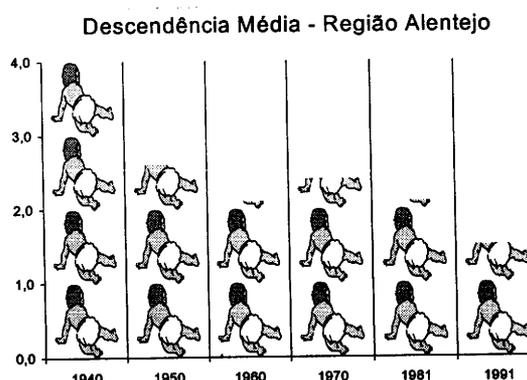


Gráfico 3

¹⁰ A Taxa Bruta de Reprodução obtém-se multiplicando o ISF pela relação de masculinidade dos nascimentos (0.488 para as mulheres).

Com efeito, a descendência média, que em 1940 se situava nos 4 filhos por mulher, sofreu uma evolução progressivamente decrescente de tal forma que em 1991 atingiu 1.5 filhos por mulher. Os períodos onde a intensidade do declínio foi maior correspondem às décadas de quarenta e de oitenta. A primeira, constitui um indicador da inexistência de um fenómeno de tipo *baby boom*, que se verificou em muitos países no período do pós-guerra, fruto certamente da não participação portuguesa na última Guerra Mundial. Os anos oitenta representam o assumir da entrada de Portugal nos novos desafios da era da globalização, que teve como consequência o aumento dos níveis do desemprego provocado pelas reestruturações e adaptações empresariais às novas regras derivadas da integração europeia.

Como se pode verificar através do quadro 4, a situação relativa aos níveis da fecundidade alentejana da última década, apresenta sempre valores inferiores quando comparada com a média que se verificou no contexto do país, fenómeno que já se verificava em 1981. Será contudo importante chamar a atenção para a expressiva diferença que se verifica relativamente à proporção de mulheres em idade fértil (15 - 49 anos) que na Região apresenta um valor significativamente menor do que aquele que se verifica no contexto do país (21.2 e 25.2%, respectivamente).

Medidas de natalidade e fecundidade - 1981 / 1991

Zona Geográfica	Portugal			Região Alentejo		
	1981	1991	Δ%81/91	1981(*)	1991	Δ%81/91
Taxa Bruta de Natalidade	15,8	11,8	-25,2	13,3	9,4	-29,6
Taxa de Fecundidade Geral	65,2	46,9	-28,0	60,7	44,1	-27,3
% Mulheres 15 - 49 anos	24,2	25,1	3,9	21,9	21,2	-3,1
Taxa Bruta de Natalidade (P.Mulheres 15 - 49 de Portugal -1991)	15,8	11,8	-25,2	14,7	11,1	-24,5
Descendência Média	2,1	1,6	-26,3	2,1	1,5	-28,3
Taxa Bruta de Reprodução	1,0	0,8	-26,3	1,0	0,7	-28,3
Taxa Líquida de Reprodução	1,0	0,8	-26,3	1,0	0,7	-28,4
Idade Média da Fecundidade	27,2	27,5	1,0	26,2	26,4	0,6
Variância da Fecundidade	38,3	31,8	-17,0	35,4	32,7	-7,6

Fonte: INE - Estatísticas Demográficas, 1991; Censo 1991

(*) Distritos de Beja, Évora e Portalegre

Quadro 4

Desta forma, é possível observar que a diferença verificada ao nível da *Taxa Bruta de Natalidade* (11.8 e 9.4%, respectivamente para o Alentejo e para o país), se torna bastante menor quando o indicador utilizado é a *Taxa de Fecundidade Geral* (46.9 e 44.1%) ou a *Descendência Média* (1.6 e 1.5 filhos por mulher). Assim, à medida que a

comparação é feita com indicadores que melhor separam o efeito da estrutura na incidência do fenómeno mais os valores regionais se aproximam dos verificados no país.

Isto mostra-nos de sobremaneira que os modelos de fecundidade da Região Alentejo não serão muito inferiores aos verificados no país. A principal diferença reside na menor proporção de mulheres em idade fértil, consequência directa do elevado grau de envelhecimento das estruturas demográficas alentejanas que influenciam de forma muito intensa a análise da fecundidade.

Esta situação ainda pode ser mais evidenciada quando verificamos que a *Idade Média da Fecundidade* do Alentejo é menor do que a verificada ao nível do país (26.4 e 27.5 anos, respectivamente para Região e país), o que pode estar associado a um início de fecundidade mais precoce. Por outro lado, ao evidenciar uma *Variância de Fecundidade* maior, a Região Alentejo caracteriza-se por possuir uma menor concentração dos nascimentos nas idades de maior potencial reprodutivo o que pode indiciar a existência de um modelo de fecundidade onde os nascimentos ocorrem também com alguma intensidade em idades mais avançadas do período fértil.

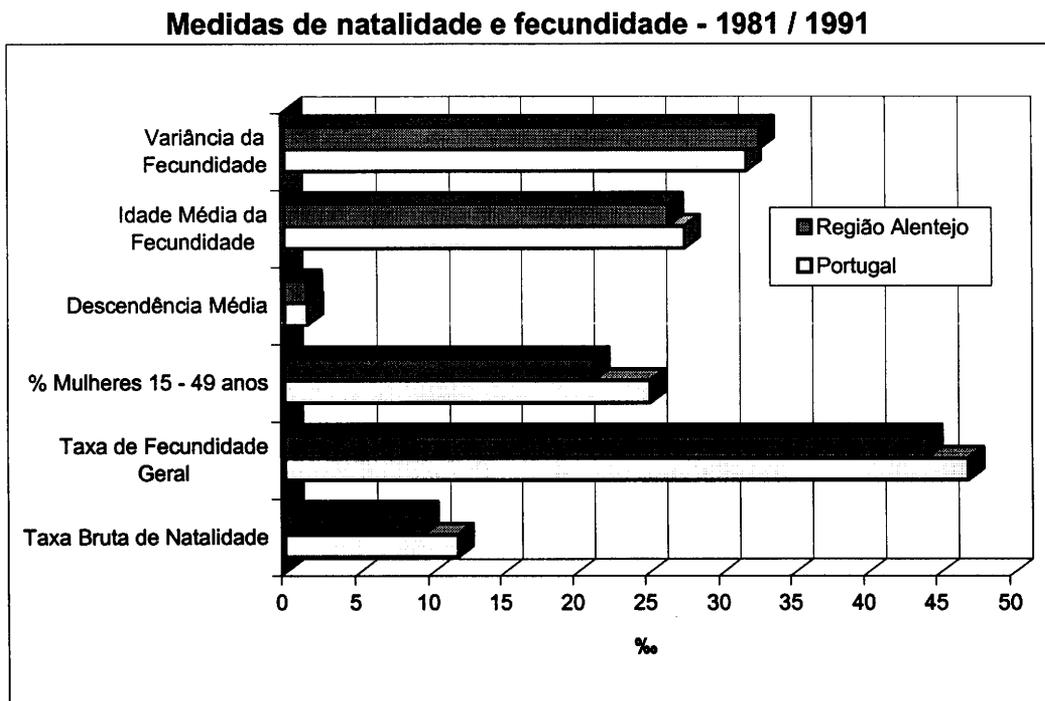


Gráfico 4

Em todo o caso, os níveis de fecundidade que se registam na Região Alentejo são bastante baixos pelo que haverá toda a necessidade de se implementarem políticas de promoção da natalidade e de apoio à família com vista a estimular as famílias a terem mais filhos. Por outro lado, as constatações atrás referidas são reveladoras de que a solução para o problema da fecundidade no Alentejo passa também por atrair população em idade activa e fecunda do exterior, que ao contribuir para o aumento dos nascimentos provocará também um rejuvenescimento das estruturas demográficas.

1.3.2. Mortalidade

No contexto demográfico o fenómeno da mortalidade é analisado numa perspectiva de variável micro-demográfica, na medida em que ao reflectir a incidência do acontecimento *morte*, o seu aumento ou diminuição irá afectar directamente a dinâmica populacional. O estudo deste fenómeno tem colocado uma grande ênfase na sua diversidade no tempo e no espaço. No século XX a principal característica evidenciada pela mortalidade é o seu declínio, embora não se tenha observado em todos os países ao mesmo tempo. No entanto, a melhoria do nível de vida, das condições gerais de saúde e a rapidez das comunicações criaram condições para que a mortalidade declinasse em todos os países do mundo (NAZARETH, 1996).

Aquela ocorrência não é contudo suficiente para ofuscar uma outra característica desta variável micro-demográfica que é o carácter diferencial da sua incidência e que se traduz no facto da mortalidade variar em função da idade, do sexo, do nível socio-económico, das profissões, do lugar de residência e de certas características étnicas e religiosas.

O processo mais simples para avaliar a incidência da mortalidade é feito através da observação da *taxa bruta de mortalidade*, que se obtém através da divisão do número de óbitos ocorridos num determinado período, pela população média existente nesse período. No entanto, este indicador é muito grosseiro porque isola muito mal o efeito da estrutura da população que está na origem do fenómeno. Como a mortalidade apresenta um carácter diferencial relativamente à idade, facilmente se compreende que bastará verificar-se a existência de diferenças nas proporções de população onde a incidência da mortalidade é maior¹¹ para não ser possível proceder-se a comparações entre regiões ou épocas.

Nesta conformidade, a distinção entre diferentes modelos de mortalidade (e consequentemente de diferenças relativas às condições gerais de saúde e higiene) e diferenças entre estruturas demográficas (maior ou menor grau de envelhecimento), pressupõe a utilização de métodos que mantenham constantes os efeitos das estruturas. Esta separação entre modelos de mortalidade e efeitos de estrutura, consegue-se através

¹¹ A representação gráfica da incidência da mortalidade nos diferentes grupos etários apresenta a forma de “U”, dado que é mais incidente nos primeiros e nos últimos anos de vida.

da aplicação do *princípio da estandardização*, sendo o método mais utilizado o da *estandardização directa* ou da *população-tipo*,¹² que consiste em submeter as taxas de mortalidade por grupos de idade a uma estrutura-tipo de população. O resultado assim obtido permite-nos encontrar índices comparativos para duas épocas ou regiões, mas que, contudo, são pouco usados em análise demográfica.

Outro tipo de técnicas utilizadas para a análise da mortalidade baseiam-se no *princípio da translação*, através da aplicação do método da *coorte fictícia*, que consiste em transpor fenómenos que se observam num determinado momento do tempo para uma coorte (geração) imaginária. Com este procedimento é possível construir uma *tábua de mortalidade em longitudinal*, com base na qual se pressupõe que uma determinada geração terá em cada idade a mortalidade observada no momento da sua elaboração.

De entre as funções mais importantes que é possível extrair de uma tábua de mortalidade possuem particular importância: a *esperança de vida à nascença*, ou seja o número total de anos que as pessoas, em média, esperam viver no momento do seu nascimento e a *probabilidade de sobrevivência* entre dois anos completos, especialmente pela sua grande importância no cálculo das projecções demográficas.

Quando não se dispõe da informação necessária ou completa para a construção de indicadores de mortalidade utilizam-se métodos indirectos, de entre os quais têm particular importância o método das *tábuas-tipo*¹³ que apresentam também grande interesse pela aplicação que delas se pode fazer nos modelos de projecção demográfica.

O carácter diferencial da mortalidade atrás referido dá origem a que o conhecimento da incidência do fenómeno se dirija para a análise de indicadores que procuram medir a incidência da mortalidade nos primeiros dias, meses ou anos de vida. De entre estes, têm particular importância a *taxa de mortalidade infantil*, devido ao facto de se considerar um dos principais indicadores das condições higiénico sanitárias de uma região e, conseqüentemente, do seu nível de desenvolvimento.

Este indicador, na sua forma mais clássica, relaciona o número de óbitos de crianças com menos de 1 ano com o efectivo de nascimentos ocorridos nesse ano¹⁴. Pode ainda

¹² Outros métodos podem ser usados como sejam: estandardização indirecta ou método das taxas tipo, médias das frequências e análise por componentes principais (Cf. NAZARETH, 1966 p. 137).

¹³ Para um aprofundamento da temática relativa às tábuas tipo de mortalidade recomenda-se a análise do estudo: MENDES, M. Filomena, “*Aplicação das tábuas-tipo de mortalidade à situação portuguesa*”, in Economia e Sociologia n° 35, ISESE, Évora, 1983.

¹⁴ A verdadeira taxa de mortalidade infantil obtém-se através da relação entre o número de óbitos de crianças com menos de 1 ano e a média ponderada dos nascimentos ocorridos nesse ano e no ano anterior. (Cf. NAZARETH, 1996, p. 154).

analisar-se a mortalidade infantil através da sua classificação em duas grandes categorias que representam as causas que estão na sua origem: *endógenas* e *exógenas*. Assim, a *mortalidade infantil endógena* tem como causas as deformações congénitas de problemas hereditários ou de traumatismos provocados pelo parto, enquanto que a *mortalidade exógena* se deve a factores ligados a causas exteriores (doenças infecciosas, alimentação deficiente, maus cuidados hospitalares, acidentes etc.).

Dada a importância da mortalidade nos primeiros dias de vida, existe outro tipo de indicadores do estado sanitário de um população como sejam:

- √ *taxa de mortalidade neonatal*, obtém-se dividindo os óbitos com menos de 28 dias pelos nados vivos;
- √ *taxa de mortalidade neonatal precoce* e *taxa de mortalidade neonatal tardia*, correspondendo à divisão da mortalidade com menos de 28 dias em dois grupos: a precoce, com menos de 7 dias e a tardia, entre os 7 e os 28 dias, que posteriormente se dividem pelos nados vivos do período considerado;
- √ *taxa de mortalidade pós-neonatal*, obtém-se dividindo os óbitos que ocorrem entre os 28 e os 365 dias pelos nascimentos;
- √ *taxa de mortalidade fetal tardia ou mortinatalidade*, corresponde à divisão do número de fetos-mortos com 28 ou mais semanas de gestação pelos nascimentos;
- √ *taxa de mortalidade pré-natal*, corresponde à divisão dos óbitos fetais tardios mais os óbitos neonatais precoces (fetos-mortos com 28 ou mais semanas de gestação + óbitos com menos de 7 dias) pelos nascimentos;
- √ *taxa de mortalidade feto-infantil*, corresponde à divisão dos óbitos fetais tardios (fetos-mortos com 28 ou mais semanas de gestação) mais os óbitos com menos de 1 ano pelos nascimentos.

Como a mortalidade também varia com as condições de vida das pessoas, torna-se importante investigar a sua relação com os factores ecológicos mais importantes, como sejam: o nível de rendimento, o nível de instrução e de escolaridade, o clima e a actividade profissional, para um melhor conhecimento da incidência da mortalidade humana que, dependendo necessariamente de factores biológicos, também é influenciada por factores derivados do meio e do modo de vida.

É neste contexto que se dirige muitas vezes o estudo da mortalidade para a análise das *causas de morte*. Para esta análise utilizam-se também taxas brutas, por idades e estandardizadas, sendo que, normalmente os resultados são apresentados não em permilagem mas multiplicando os valores obtidos por cem mil.

As causas de morte, que se encontram descritas nas Estatísticas Demográficas e mais recentemente nas Estatísticas da Saúde, são uma excelente forma de relacionar a mortalidade com as condições sanitárias, económicas e sociais existentes.

No que concerne aos níveis de incidência da mortalidade na região Alentejo, podemos verificar que a sua evolução tem sido no sentido do declínio, mercê dos aumentos verificados nos níveis de bem-estar económico e social, associadas a factores ligados aos melhores conhecimentos sobre prevenção, diagnóstico e cura de certas doenças, embora nos últimos anos se tenha registado um aumento do número absoluto de óbitos consequência do acentuado envelhecimento demográfico.

Taxa Bruta de Mortalidade - Região Alentejo

Anos	Valor	Δ %
1940 ^(*)	15,2	-
1950 ^(*)	14,6	-3,9
1960 ^(*)	9,6	-34,2
1970 ^(*)	11,3	17,7
1981	11,2	-0,9
1991	13,9	24,1

Fonte: INE - Censo de 1981/91; Estatísticas Demográficas
^(*) (Cf. Nazareth, 1986)

Quadro 5

Taxa Bruta de Mortalidade - Região Alentejo

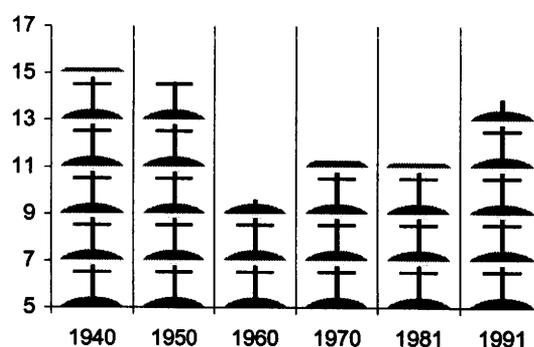


Gráfico 5

Este aumento do número de óbitos numa população que está em decréscimo demográfico poderá ser entendido como um agravamento da incidência do fenómeno e, conseqüentemente, como uma regressão nas condições higiénico - sanitárias da população, o que se tornaria verdadeiramente preocupante. Felizmente a realidade não é

essa que nos é dada pela análise da Taxa Bruta de Mortalidade, uma vez que, como atrás referimos, esta medida é muito influenciada pelos efeitos da estrutura da estrutura da população, que, no contexto da Região apresenta um elevado grau de envelhecimento. Desta forma, as variações da mortalidade derivadas do próprio modelo de mortalidade serão certamente de tendência decrescente.

Isto pode verificar-se quando analisamos o modelo de mortalidade da Região Alentejo com base em indicadores mais precisos, como sejam:

- √ a *esperança de vida à nascença*, que sofreu um aumento significativo na última década e apresenta valores superiores aos registados para a média nacional (74.2 e 74.0 anos, respectivamente para o Alentejo e país);
- √ a *taxa de mortalidade infantil*, que acompanhou a redução drástica que ocorreu em Portugal, mantendo-se, da mesma forma que 1981, com valores inferiores à média nacional (9.0 e 10.9‰ respectivamente para o Alentejo e para Portugal).

Indicadores de Mortalidade - 1991/1981

Zona Geográfica	Portugal			Região Alentejo		
	1981	1991	Δ%81/91	1981	1991	Δ%81/91
Taxa Mortalidade Infantil	23,1	10,9	-52,8	22,0	9,0	-58,9
Taxa Mortalidade Infantil exógena	11,5	5,5	-52,0	8,3 *	4,6	-44,8
Taxa Mortalidade População - 5 anos	5,5	3,0	-46,1	5,2	2,5	-52,7
Taxa Mortalidade Neonatal	15,0	7,0	-53,5	14,5 *	5,8	-60,2
Taxa de Mortalidade Neonatal Precoce	12,1	5,6	-53,7	11,9 *	4,6	-61,2
Taxa de Mortalidade Neonatal Tardia	2,9	1,4	-53,0	2,7 *	1,2	-55,8
Taxa de Mortalidade Pós-Neonatal	11,6	4,2	-63,5	7,4 *	3,2	-56,6
Taxa de Mortalidade Fetal Tardia	11,6	6,9	-40,5	9,4 *	10,8	15,5
Taxa de Mortalidade Pré-Natal	23,6	12,5	-47,2	21,2 *	15,4	-27,4
Esperança de Vida à Nascença	71,7	74,0	3,1	72,4	74,2	2,5

Fonte: INE - Estatísticas Demográficas, 1991; Censo 1991

(*) Distritos de Beja, Évora e Portalegre

Quadro 6

Estes últimos indicadores são só por si suficientes para se encontrar na Região Alentejo um modelo de mortalidade com níveis de incidência inferiores aos verificados para a média nacional. Mas são também corroborados por todos aqueles em que normalmente se subdivide a análise da mortalidade nos primeiros dias, meses e anos de vida, períodos em que o carácter diferencial da mortalidade mais se faz sentir se excluirmos, naturalmente, as idades mais avançadas, como se pode verificar através do quadro 6.

Indicadores de Mortalidade - 1991/1981

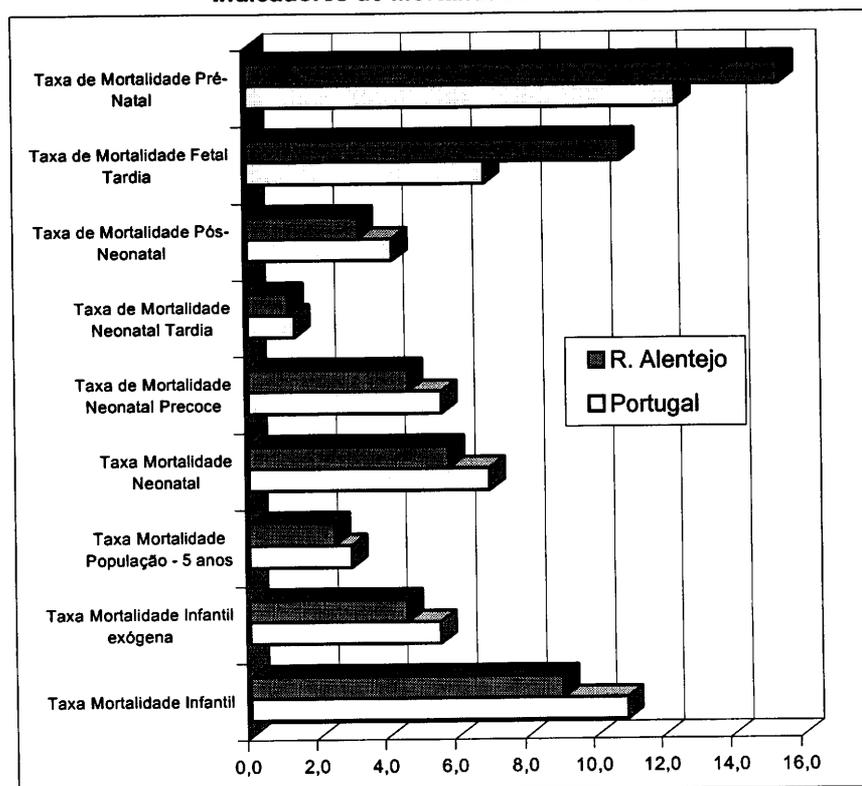


Gráfico 6

A única excepção àquela regra prende-se com a maior incidência da *mortalidade fetal tardia*, que é responsável também pelos valores elevados da *mortalidade pré-natal*, uma vez que a *mortalidade neonatal precoce* tem uma incidência menor. Aquele indicador, com atrás referimos, procura avaliar o nível de incidência de fetos - mortos com 28 e mais semanas de gestação e, numa primeira observação, poderá ser condicionado pela existência de deficiências ao nível do acompanhamento médico das grávidas.

Esta situação terá a sua justificação se atendermos às deficientes condições de acessibilidade às infra-estruturas de saúde, dadas as enormes distâncias que a maioria dos lugares dista da sede de concelho (11.6 Km, para a média regional), bem como ao relativo desequilíbrio que caracteriza a rede urbana regional, que como adiante veremos, dificulta a implantação das infra-estruturas e equipamentos colectivos numa perspectiva hierárquica. Para além das deficiências existentes na rede de transportes intra-regional.

Neste contexto, a redução da incidência da mortalidade na Região Alentejo passa pela introdução de melhorias no níveis de bem estar das populações, mas também pela garantia de verdadeiras igualdades de oportunidades de acesso aos equipamentos colectivos, no sentido de corrigir uma discriminação que ainda afecta de sobremaneira as populações que persistem em residir nas áreas periféricas da Região.

1.3.3. Crescimento Natural

A evolução da incidência da mortalidade e da fecundidade na Região Alentejo, atrás descrita, traduz uma dinâmica natural continuamente decrescente. Na verdade, se em meados deste século o elevado nível da fecundidade justificava a existência de um saldo fisiológico positivo e de nível elevado, apesar dos valores também elevados da mortalidade, nos últimos anos a situação inverteu-se completamente: aos 14% de saldo fisiológico registado nos anos quarenta sucedeu-se, em 1991, um excedente de vidas negativo de -1.4%, tornando-se a Região incapaz de se auto-regenerar demograficamente.

O fenómeno associado à maior ocorrência de mortes relativamente aos nascimentos, afecta a Região desde meados da década de oitenta, e deve-se preponderantemente à brutal redução verificada ao nível dos nascimentos, uma vez que o número absoluto de óbitos até tem vindo a crescer nos últimos anos, como já tivemos oportunidade de verificar.

Taxa de Saldo Fisiológico - Região Alentejo

Anos	Valor	Δ %
1940 ^(*)	14,0	-
1950 ^(*)	10,1	-27,9
1960 ^(*)	8,6	-14,9
1970 ^(*)	5,2	-39,5
1981	2,0	-61,5
1991	-1,4	-170,0

Fonte: INE - Censo de 1981/91; Estatísticas Demográficas

^(*) (Cf. Nazareth, 1986)

Quadro 7

Taxa de Saldo Fisiológico - Região Alentejo

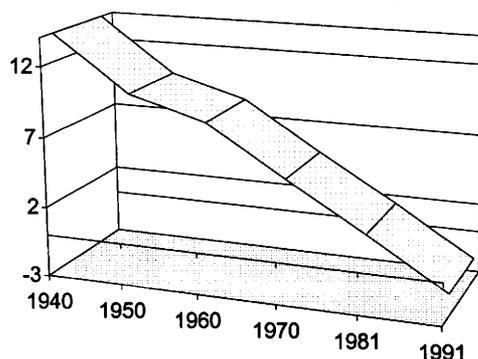


Gráfico 8

Este saldo fisiológico negativo é reflexo de um processo de declínio que se tem vindo a manifestar desde os anos quarenta, com uma velocidade de decréscimo próxima da progressão geométrica. É desta forma que de 1960 para 1970 o saldo fisiológico registou uma queda de -39.5%, valor que, de 1981 para 1991, atingiu os -170%.

A evolução futura da dinâmica natural estará associada à evolução da mortalidade e da fecundidade, mais particularmente desta última uma vez que, salvo a ocorrência de qualquer acontecimento anormal, a evolução da mortalidade será sempre no sentido de um ligeiro declínio. Já no contexto da fecundidade, a continuação previsível do seu

declínio, poderá vir a ser condicionada pela implementação de políticas que, se não forem tomadas no presente condicionarão de uma forma deveras preocupante o futuro de uma Região que se pretende recuperada quer em termos económicos quer demográficos.

1.3.4. Movimentos Migratórios

A dinâmica migratória de uma região constitui um dos principais indicadores do seu dinamismo socio-económico, uma vez que avalia a capacidade de fixação e atracção demográfica relativamente ao meio em que se insere.

No contexto da globalização que caracteriza as sociedades modernas da actualidade, as variações dos movimentos migratórios no tempo e no espaço dependem de factores socio-económicos complexos internos e externos. O conhecimento desta problemática pressupõe sempre a avaliação de três situações distintas: a emigração, a imigração e as migrações internas (NAZARETH, 1988).

Será através do balanço entre aquelas variáveis que se saberá se a capacidade de atracção que uma determinada região exerce sobre a população não residente é ou não superior ao efeito repulsivo que¹propaga sob a sua própria população.

As limitações decorrentes da insuficiência de informação estatística disponível sobre os movimentos migratórios obriga à utilização de métodos e técnicas próprios da análise desta problemática. É por este motivo que J. Nazareth distingue dois tipos principais de métodos: *métodos directos*, que se baseiam na aplicação de técnicas com utilização directa dos dados e *métodos indirectos*, que implicam a construção dos dados a utilizar (NAZARETH, 1988).

A utilização dos métodos directos é feita com base em dados fornecidos pelas estatísticas que limitam a análise ao cálculo das taxas brutas de emigração oficial¹⁵. De facto, os recenseamentos fornecem uma informação muito limitada sobre as migrações. É muito difícil registar fenómenos relativos às migrações internas e aos movimentos pendulares.

Assim sendo, torna-se necessário, para uma maior compreensão daqueles fenómenos, a realização de recolha directas de informação através da realização de inquéritos, que

¹⁵ Taxa Bruta de Emigração = Emigrantes Oficiais / População média * 1000
Taxa Bruta de Imigração = Imigrantes Oficiais / População média * 1000

permitem não só conhecer a mobilidade geográfica dos indivíduos, como também identificar um conjunto de elementos relativos à compreensão das razões e consequências da mobilidade.

No que concerne aos métodos indirectos de avaliação do fenómeno migratório, assume particular importância: a *equação de concordância*, os *métodos da população esperada* e os *métodos censitários*.

A *equação de concordância*, quando usada numa situação de boa qualidade dos dados relativos aos recenseamentos e às estatísticas do Estado Civil, permite-nos estimar os saldos migratórios globais ocorridos num determinado período de tempo compreendido entre dois recenseamentos. O princípio que preside à sua construção é bastante simples: a população evolui devido a nela existirem dois tipos de movimentos - o natural e o migratório. Se dispusermos do quantitativo de habitantes nesses dois momentos e os valores dos nascimentos e óbitos ocorridos naquele período, facilmente se poderá estimar o valor do saldo migratório¹⁶

Este método permite unicamente o conhecimento dos saldos globais da dinâmica migratória. Quando se procura o conhecimento da estrutura sexual e etária dos movimentos migratórios utilizam-se os métodos da *população esperada*, que consiste em projectar a população de um recenseamento e os nascimentos observados num determinado período, através das probabilidades de sobrevivência, de forma a confrontar a população esperada, com a população realmente observada no recenseamento no fim do período. As diferenças apuradas em cada grupo etária são os saldos migratórios¹⁷.

Quando se procura centrar a análise nas migrações internas, aplicam-se os *métodos censitários*, que consistem em explorar as informações respeitantes à residência anterior constante dos recenseamentos.

De todos os indicadores e métodos acima referidos, o saldo migratório constitui aquele que com maior frequência é utilizado, dado corresponder simultaneamente a um dos principais indicadores do dinamismo socio-económico, uma vez que traduz a capacidade que as regiões têm de promover o seu desenvolvimento de uma forma auto-sustentada.

¹⁶ Equação de concordância $P_{x+n} = P_x + N - O + I - E$

Saldo migratório = Crescimentos entre recenseamentos - Crescimento natural (Cf. Nazareth, 1988).

¹⁷ Este procedimento tem diversas técnicas. Normalmente utiliza-se o método da média dos resultados obtidos através da estimativa na direcção x a $x + n$ (*forward*) e do procedimento inverso (*reverse*) (Cf. Nazareth, 1988 p. 304)

É neste contexto que a debilidade da Região Alentejo se tem vindo a reflectir na existência de saldos migratórios muito negativos, com particular incidência na década de sessenta, durante a qual o saldo migratório atingiu valores superiores a 25%.

Taxa de Saldo Migratório - Região Alentejo

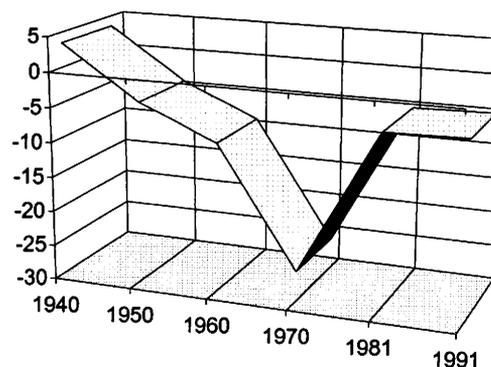
Anos	Valor	Δ %
1940 ^(*)	3,5	-
1950 ^(*)	-4,0	-
1960 ^(*)	-8,7	117,0
1970 ^(*)	-25,7	194,4
1981 ^(*)	-5,0	-80,6
1991 ^(**)	-4,7	-5,7

^(*) Cf. NAZARETH, 1996

^(**) Cf. CARRILHO, 1993

Quadro 8

Taxa de Saldo Migratório - Região Alentejo



Gráfico

Contudo, nas primeiras décadas do nosso século e em particular na década de trinta, a Região alentejana constituiu-se como zona de atracção populacional, a onde afluíram migrantes originários quer do Interior Norte e Centro, que se distribuíram maioritariamente pelos distritos de Portalegre e Évora, quer da Região algarvia, de onde partiram com destino maioritariamente dirigido para o distrito de Beja, onde, sazonalmente, desempenhavam tarefas ligadas à actividade agrícola. Foi, como já referimos, a resposta demográfica aos incentivos à produção agrícola e em particular à cultura dos cereais, que teve o seu apogeu com a *Campanha do Trigo* (Alentejo celeiro de Portugal).

Os anos quarenta e cinquenta marcam a inversão da dinâmica migratória, passando a região a constituir-se como zona de repulsão populacional devido à incapacidade do sector produtivo para absorver os efectivos crescentes de população activa. Foi o início da mecanização agrícola que teve como consequência a redução das necessidades de mão-de-obra e a consequente libertação de população activa que começou a dirigir-se para a periferia de Lisboa e Setúbal, onde se começaram a concentrar os principais investimentos industriais do país. Na década de cinquenta a Região registou um saldo migratório negativo de -8.7%.

A década de sessenta representa o período de maior intensidade do êxodo da população alentejana. Êxodo rural, porque a população abandona as zonas rurais em direcção a centros urbanos fora da Região e êxodo agrícola porque deixam de desempenhar tarefas agrícolas e passam a integrar-se no sector industrial e em menor número nos serviços.

Nesta década de *sangria demográfica* a Região vê sair mais de ¼ da sua população residente (-25.7%).

É o período da generalização da mecanização das actividades agrícolas e os condicionamentos industriais então existentes impedem o desenvolvimento do sector industrial, facto que se reflecte na incapacidade do sector produtivo para absorver a jovem população activa. A Região torna-se extremamente repulsiva, ao mesmo tempo que o desenvolvimento industrial e comercial da capital do país se constitui como polo de atracção da população alentejana que para aí se dirige em grandes fluxos. Criam-se então verdadeiras comunidades de migrantes alentejanos na periferia industrial de Lisboa e Setúbal.

Este fluxo migratório reduziu-se substancialmente durante a década de setenta, constituindo-se este período como o de maior diversidade no contexto dos movimentos migratórios. Na verdade, os primeiros anos da década de setenta correspondem ainda a um período de elevada incidência migratória, quer de migrações internas, ainda em direcção à cintura industrial da capital do país, quer de emigração, maioritariamente dirigida para a França e, com menor incidência, para a Alemanha. É nesta altura que se registam os maiores surtos de emigração para o estrangeiro na Região Alentejo.

A crise petrolífera que entretanto se registou deu origem a uma contracção das zonas de atracção no exterior e a uma conseqüente redução do contingente de emigrantes. Internamente, a crise afecta também a indústria nacional que refreia substancialmente a absorção de mão-de-obra, numa altura em que se institucionaliza a democracia no nosso país. Este fenómeno socio-político traduziu-se numa inversão, ainda que temporária, das dinâmicas migratórias. O Alentejo beneficia então do retorno de alguns migrantes, quer do exterior quer internos, que voltam para a Região numa altura em que a reestruturação fundiária que então se verificou se responsabiliza pela fixação de significativos contingentes de população activa agrícola. Os principais beneficiários são os centros urbanos, aos quais afluem também em número considerável os repatriados de África.

Esta tendência positiva é contudo muito efémera, de tal forma que os últimos anos da década de setenta representam já um retomar do abandono da Região por parte da população mais jovem, devido essencialmente ao insucesso das novas formas de organização da actividade agrícola e ao fraco desenvolvimento industrial. Por estes motivos a Região registou na década de setenta um saldo migratório negativo de -5%.

Os anos oitenta, passam a reproduzir o modelo de migrações dos últimos anos da década anterior, provocado pela incapacidade estrutural que o sector produtivo regional

apresenta, que se revela incapaz para fixar os seus activos jovens que passam a adaptar-se às novas zonas de atracção: ainda os destinos clássicos das migrações internas (Lisboa e Setúbal), agora em número mais reduzido; migração temporária ou sazonal para o Algarve, onde a agricultura e o turismo se assumem como actividades preferencialmente receptoras; emigração temporária para a Suíça, país onde os contratos temporários permitem o desempenho de actividades ligadas à construção civil e à hotelaria, e para Espanha onde, sazonalmente, afluem ranchos de alentejanos recrutados para tarefas agrícolas não qualificadas.

Estes novos locais de atracção foram os responsáveis pela manutenção do quantitativo do saldo migratório semelhante ao década de oitenta, sendo previsível a sua manutenção na actualidade. Isto porque ainda se pode constatar uma elevada incapacidade da Região para fixar a sua população, patente na elevada taxa de desemprego.

Apesar de tudo, emergem nestes últimos anos alguns indicadores de que se poderá vir a prever a visibilidade de alguma *luz no túnel*, que se percorre há mais de cinquenta anos, e que se prendem com os investimentos públicos de montante considerável que se estão a fazer actualmente na Região, com particular destaque para a Barragem do Alqueva e para a significativa melhoria das acessibilidades à Região, investimentos estruturantes que se podem tornar factores de polarização e de atracção de investimento do exterior, que já se começa a verificar, e que em muito contribuirão para potenciar a capacidade empregadora da Região.

Esta possível alteração da capacidade regional para atrair população do exterior dependerá muito da dinâmica que os centros urbanos consigam imprimir ao seu desenvolvimento, uma vez que serão eles os grandes responsáveis pela população que todos desejamos que afluja ao Alentejo.

Este estudo é já um indicador dessa capacidade uma vez que identificou nos centros urbanos da Região, como adiante se verá, um número muito significativo de alentejanos *retornados* e de migrantes de fora, que se fixaram na Região para aqui desempenhar actividades profissionais de médio e elevado grau de qualificação profissional, com particular destaque para aqueles que vieram desempenhar profissões técnicas e científicas.

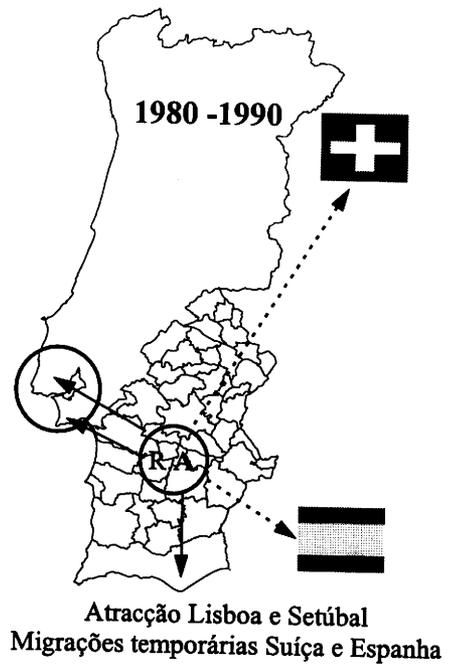
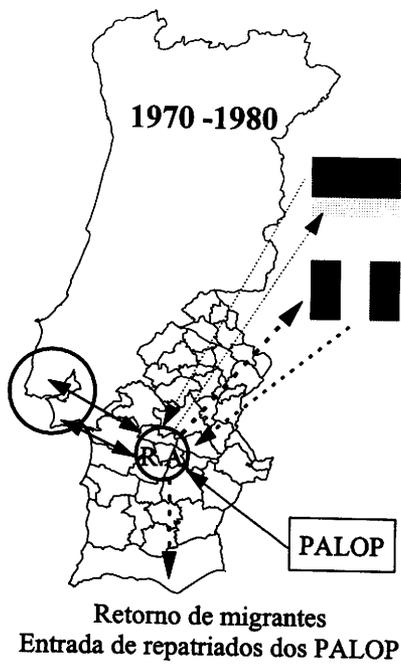
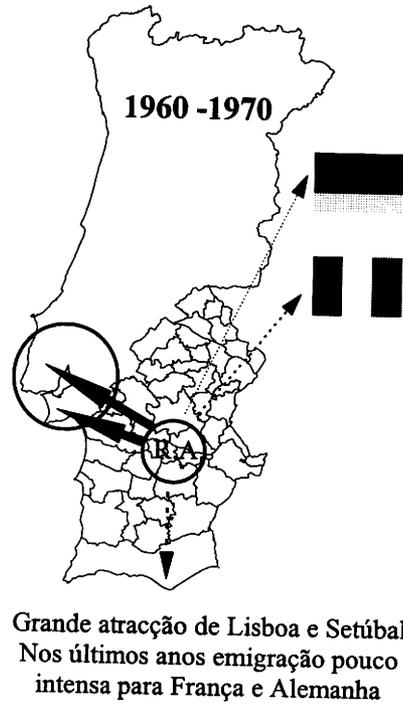
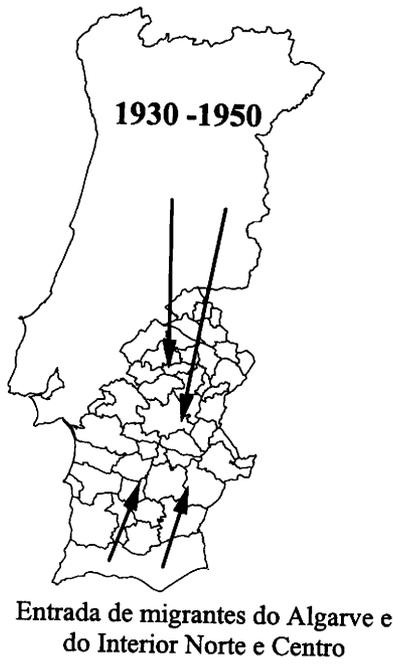


Figura 2 - MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS - REGIÃO ALENTEJO 1930-1990

1.4. PERSPECTIVAS DEMOGRÁFICAS

A componente demográfica assume uma importância cada vez mais crescente, dadas as implicações que as variações do efectivo populacional têm nos mais variados domínios da vida social (consumo, necessidades em infra-estruturas e equipamentos de educação, cultura saúde, desporto e recreio, etc.). É neste contexto que ganham cada mais terreno as análises prospectivas no âmbito da demografia, através das quais se procura prever a repartição geográfica da população e conhecer o seu volume, tipo de evolução e estrutura, no futuro.

Mais do que proceder a uma *previsão*, isto é elaborar uma tendência provável ou plausível com base numa análise rigorosa do passado e de uma razoável expectativa do futuro, procura-se antes *projectar*, ou seja, construir tendências com base em hipóteses quer sejam plausíveis ou não (NAZARETH, 1988).

O valor de uma projecção dependerá, para além de um grande rigor dos cálculos, da utilização de uma metodologia correcta, da qualidade dos dados e das hipóteses formuladas. Estas, deverão assentar numa clara e corajosa tomada de posição, o que implica uma passagem da projecção à previsão.

Uma primeira opção a ser feita é entre a utilização de um *modelo estático*, que consiste na projecção de uma situação que existe em determinado momento e um *modelo dinâmico*, que pressupõe a utilização prévia de uma análise regressiva, com vista a melhor perspectivar o futuro. Naturalmente que este último método deverá ser o escolhido, uma vez que toma em linha de conta as diferentes relações que actuam em diversos momentos no tempo.

Em segundo lugar haverá lugar à opção entre *métodos matemáticos* e *métodos por componentes*. Os primeiros, se bem que apresentem a vantagem de utilizar equações relativamente simples para descrever a natureza da evolução futura da população, ao basearem-se essencialmente na previsão da evolução das taxas de crescimento, que apresentam grandes probabilidades de alteração a curto prazo, deverão ser utilizados unicamente numa perspectiva de curto prazo. Os métodos por componentes apresentam mais vantagens uma vez que admitem a evolução diferenciada e em separado da

mortalidade, da fecundidade e dos movimentos migratórios, sendo o total da população obtido pela interacção destas variáveis com a estrutura demográfica (NAZARETH, 1988).

Assim, e uma vez decidida a utilização dos métodos por componentes, que são aplicados convencionalmente por sexos separados e por grupos de idade (a população total projectada será obtida pelo somatório dos valores projectados para cada sexo e grupo etário), haverá que tornar explícitas as hipóteses de evolução de cada um dos componentes, bem como as medidas a utilizar para as caracterizar.

No que respeita à mortalidade, e no que concerne à escolha dos indicadores a utilizar, a primeira preocupação deve ser a de procurar aqueles que menos efeitos de estrutura sofram já que, como já referimos, o número de óbitos depende das condições gerais da mortalidade e da estrutura por idades da população, visto que a probabilidade de a morte ocorrer varia com a idade. Sendo a esperança de vida numa determinada idade um indicador liberto dos efeitos de estrutura, ao medir o número médio de anos que faltam viver às pessoas que atingem aquela idade, combina no seu cálculo os riscos de mortalidade em cada idade, assumindo-se como o índice que melhor explica o nível real da mortalidade. Por outro lado, a taxa de mortalidade infantil, quando relaciona os óbitos que ocorrem no primeiro ano de vida, é o índice de mortalidade mais directamente ligado às condições sanitárias existentes.

No que se refere às formas de construir os cenários de evolução dos indicadores de mortalidade, elas agrupam-se em duas categorias fundamentais: projecção das *tendências passadas* e projecção através dos *modelos de mortalidade*. As primeiras, cuja utilização deverá ser feita no caso da região em estudo possuir estatísticas de mortalidade correctas e precisas, consistem basicamente em extrapolar para o futuro as tendências verificadas no passado. Isto pode ser feito de formas diversas, sendo a regressão linear e a taxa de crescimento anual média as mais utilizadas. Naturalmente que existem riscos de chegada a valores extremamente baixos, em particular quando o nível de partida já é muito baixo. Para evitar esta situação definem-se normalmente *taxas-objectivo*, que consistem em estabelecer um limite ao declínio dos níveis da mortalidade, a partir do qual não se registará nenhuma alteração. As *taxas-objectivo* deverão basear-se em taxas já atingidas noutras subdivisões geográficas do país ou noutro país semelhante ao estudado em alguns aspectos, mas sempre com uma melhor organização em saúde pública e com índices de mortalidade mais baixos.

Os modelos de mortalidade são normalmente utilizados quando a informação disponível relativamente ao nível de mortalidade não é satisfatória, ou quando se pretende uma

maior precisão estatística, ou ainda quando o objectivo é a realização de projecções que não sejam simples extrapolações mecânicas das evoluções observadas no passado (NAZARETH, 1988).

Os modelos de mortalidade baseiam-se na utilização de tábuas-tipo de mortalidade, sendo as mais utilizadas: as das *Nações Unidas*; as de *Coale e Demeney*; as de *Lerdeman* e as de *Brass*. A aplicação das tábuas-tipo à situação portuguesa foi estudada por Maria Filomena Mendes, que considerou a sua utilização grandemente vantajosa e, em particular, das tábuas de Coale e Demeney, que correspondem àquelas que melhor se ajustam às diferentes estruturas observadas na sociedade portuguesa¹⁸.

Relativamente à fecundidade, e no que respeita à sua medição, é possível verificar a utilização dominante da *taxa de fecundidade geral* que, sendo um índice só parcialmente liberto dos efeitos de estrutura (uma vez que não tem em conta a diferente distribuição da proporção das mulheres no período fértil), é muitas vezes complementado com o *Índice Sintético de Fecundidade*, que constitui um indicador conjuntural de fecundidade e que possibilita o conhecimento do número de crianças que cada mulher teria se tivesse o mesmo comportamento que o das mulheres em idade fecunda do ano em questão.

Embora existam diferentes formas de projectar os indicadores de fecundidade o procedimento mais utilizado consiste na extrapolação dos valores da *taxa de fecundidade geral* ou da *descendência média* para cada quinquénio do período da projecção. Este procedimento pode ser feito mediante a aplicação dos métodos referidos para o caso da mortalidade, como sejam: o ajustamento de linhas para determinar a tendência das taxas de observadas no passado; extrapolação mediante a aplicação da taxa de crescimento anual médio registada no último período de observação e ainda o estabelecimento de *taxas-objectivo*, para o fim do período considerado e calculando-se por interpolação os valores para os quinquénios intermédios.

Independentemente da metodologia utilizada, as hipóteses de evolução consideradas deverão ter sempre em atenção as tendências observadas noutros países bem como as condicionantes sociais, culturais e familiares que directa ou indirectamente influenciam a fecundidade.

¹⁸ MENDES, M. Filomena, “*Aplicação das tábuas-tipo de mortalidade à situação portuguesa*”, in *Economia e Sociologia* n° 35, ISESE, Évora, 1983

A introdução da dinâmica migratória do modelo de projecção demográfica pressupõe o tratamento dos movimentos migratórios internacionais - *emigração* e *imigração* - bem como, no caso de se tratar de projecções regionais das *migrações internas*. Ainda que seja possível tratar cada uma daquelas componentes em separado, o que poderá justificar-se quando a distribuição por sexos e idades dos emigrantes e dos imigrantes diferir significativamente, normalmente as limitações decorrentes da insuficiência da informação estatística sobre movimentos migratórios, obriga à utilização do saldo migratório.

A quantificação do volume previsível do saldo migratório para o período da projecção é outro problema a resolver que normalmente é ultrapassado através da definição de taxa de migração constante. Em qualquer caso dever-se-á ter sempre em conta que as variações dos movimentos migratórios no tempo e no espaço dependem de factores socio-económicos, internos e externos. Outro aspecto a considerar prende-se com a distribuição etária e sexual da população migrante que, em princípio, não será semelhante nem à distribuição dos emigrantes nem dos imigrantes. Desta forma, o melhor processo consiste em escolher a distribuição por sexos e idades a partir de uma distribuição real e disponível de migrantes no passado recente (NAZARETH, 1988).

Podem ainda utilizar-se os métodos da população esperada já anteriormente referido, e em particular, a média das estimativas obtidas pelo método *forward reverse*.

No que respeita à perspectiva de evolução futura da população da Região Alentejo optámos por realizar uma projecção demográfica para um período de 20 anos, que corresponde a uma previsão temporal suficientemente ampla para que as dinâmicas de tendência mais pesada, como a fecundidade e a mortalidade, tenham possibilidade de manifestar algumas alterações. Por outro lado, 20 anos representam também um período de tempo não tão longo, de forma a que a evolução das novas tecnologias não provoque alterações no contexto socio-económico e consequentemente nos fenómenos de mobilidade espacial geográfica da população que no momento presente não possam minimamente ser equacionadas.

Outro aspecto condicionante do horizonte temporal da projecção prende-se com a necessidade de se iniciar o modelo no momento de um recenseamento para que o grau de fidelidade das perspectivas seja maior. Por tudo isto, a projecção demográfica que realizámos reporta-se ao período 1991 a 2011. Procuraremos analisar a projecção em dois momentos: 2001 e 2011, anos em que se realizarão os próximos recenseamentos gerais de população.

Para a projecção da população residente na Região Alentejo optou-se pelo método por componentes que, como já referimos, tem a vantagem de possibilitar a projecção distinta da mortalidade, da fecundidade e dos movimentos migratórios.

Para a construção dos cenários previsíveis de evolução daquelas variáveis socio-demográficas, procedeu-se da forma seguinte:

A) Estimativa da Fecundidade

Procurou-se compreender a evolução futura da fecundidade através da utilização da *Taxa de Fecundidade Geral* que sendo um indicador só parcialmente liberto dos efeitos de estrutura apresenta a vantagem de se poder construir com alguma facilidade, facto que possibilita a observação dos seus valores no passado, no sentido de melhor se poder avaliar da sua evolução futura.

**Estimativas das Taxa de Fecundidade Geral
Região Alentejo 1991 - 2011**

Métodos	1981	1991	1996	2001	2005	2011
Taxa Crescimento anual médio 81/91	60,7	44,1	37,6	32,1	27,3	23,3
Previsão através da recta de regressão	60,7	44,1	35,8	27,5	20,9	19,2
Taxas objectivo ^(*)	60,7	44,1	41,6	40,4	39,2	38,1

^(*) - Valor de 1996 = Valor da Região de Lisboa e Vale do Tejo em 1991; Valor de 2001 a 2006 calculado com base na taxa de crescimento anual média 1991/96 (-0,59)

Obs. Taxa de crescimento anuam médio 1981/91 = -3,1

A negro hipótese considerada

Quadro 9

Desta forma, é possível verificar, através do quadro 9, que tanto com recurso à projecção das tendências passadas como através da estimativa futura, com base na taxa de crescimento anual médio do último decénio, os valores encontrados para a *Taxa de Fecundidade* no fim do período considerado seriam demasiado baixos, em particular devido à elevada intensidade do declínio que se verificou no último decénio. Por este motivo, optou-se pela utilização de uma taxa objectivo, definida da forma seguinte:

√ - considerou-se que em 1996 a Região terá atingido os valores de fecundidade verificados na Região de Lisboa e Vale do Tejo em 1991 (41.6‰);

√ - para os quinquênios seguintes, os valores da fecundidade foram obtidos através da aplicação da taxa de crescimento anual médio registada entre 1991 e 1996 (-0.59%). Com base nesta formula a *Taxa de Fecundidade Geral* em 2011 terá um valor de 38.1%.

B) Estimativa da Mortalidade

Para a estimativa da evolução da mortalidade optou-se pela utilização da *esperança de vida à nascença*, indicador privilegiado de mortalidade, com base no qual e mediante a construção das tábuas de mortalidade podemos conhecer as probabilidades de sobrevivência, que se registarão nas diferentes idades, na presunção de se manterem os níveis da mortalidade observados no momento para grupo etário.

Estimativas da esperança de vida (Homens) Região Alentejo 1991 - 2011

Métodos	1981	1991	1996	2001	2005	2011
Taxa Crescimento anual médio 81/91	69,2	70,8	71,6	72,4	73,2	74,0
Previsão através da recta de regressão	69,2	70,8	71,6	72,4	73,0	73,1

Obs. Taxa de crescimento anuam médio 1981/91 = 0,2

A negro hipótese considerada

Quadro 10

Estimativas da esperança de vida (Mulheres) Região Alentejo 1991 - 2011

Métodos	1981	1991	1996	2001	2005	2011
Taxa Crescimento anual médio 81/91	75,8	77,9	79,0	80,1	81,2	82,3
Previsão através da recta de regressão	75,8	77,9	79,0	80,0	80,8	81,1

Obs. Taxa de crescimento anuam médio 1981/91 = 0,3

A negro hipótese considerada

Quadro 11

Assim, os valores obtidos para a esperança de vida no período da projecção através do método da projecção das tendências passadas foram muito semelhantes aos encontrados através da utilização da taxa de crescimento anual médio do último decénio, pelo que se optou por este último procedimento, por nos parecer o mais adequado, já que entra em linha de conta com modelos de mortalidade já bastante baixos.

Naquele pressuposto, os valores encontrados estão patentes no quadros 10 e 11 e admitem uma melhoria constante dos níveis da esperança de vida que, em 2011, atingirá 74 anos para os homens e 82.3 anos para as mulheres. As probabilidades de sobrevivência inerentes àquela previsão foram obtidas através das tábuas-tipo de Coale e Demeny, por interpolação dos valores constantes do modelo Oeste.

B) Estimativa dos Movimentos Migratórios

A dinâmica migratória traduz a variável de mais difícil previsão, dada a estreita ligação entre os fenómenos de atracção / repulsão demográfica e as alterações introduzidas no contexto do desenvolvimento socio-económico. Assim, as previsões de evolução do saldo migratório baseiam-se em primeiro lugar em expectativas relacionadas com a previsível evolução das actividades produtivas da Região.

**Estimativas do saldo migratório
Região Alentejo 1991 - 2011**

Métodos	1981/91	1991/2001	2001/2011
Cenário Realista ⁽¹⁾	27000 ^(*)	25000	12500
Cenário Optimista ⁽²⁾	27000 ^(*)	13500	0
Cenário Pessimista ⁽³⁾	27000 ^(*)	25000	25000

^(*) Saldo de 1981/199, calculado através da equação de concordância (Cf. Carrilho, 1993)

⁽¹⁾ - Manutenção da taxa em 1991/2001 e decréscimo para ½ em 2001/2011

⁽²⁾ - Decréscimo para ½ em 1991/2001 e nulo em 2001/2011

⁽³⁾ - Manutenção das taxas de saldo migratório de 1981/1991

Obs. A negro hipótese considerada

Quadro 12

Os aspectos relacionados com a distribuição etária e sexual da população migrante foram determinados através da média dos métodos *forward / reverse*, aplicados aos movimentos migratórios observados na última década. As estruturas encontradas mediante aquele procedimento foram utilizadas para todos os quinquénios do período da projecção.

Neste contexto, e dadas as diferentes possibilidades de evolução futura da dinâmica migratória, definiram-se três hipótese de evolução previsível dos saldos migratórios que, conjuntamente com a evolução atrás descrita para a fecundidade e mortalidade,

constituem três cenários de evolução previsível das variáveis micro-demográficas a considerar no modelo de projecção:

Cenário Realista - Este cenário enquadra-se num contexto em que a Região, na presente década, se mostrou incapaz para alterar a dinâmica migratória regressiva que caracterizou os anos oitenta, mas que na primeira década do próximo século e dados os esforços estruturantes já referidos, terá capacidade para reduzir para metade os valores negativos do saldo migratório. Assim, este cenário terá os pressupostos seguintes:

Saldo migratório 1991/2001

= Saldo Migratório 1981/1991 \approx - 25 000 migrantes

Saldo migratório 2001/2011

= $\frac{1}{2}$ do Saldo Migratório 1981/1991 \approx - 12 500 migrantes

Mortalidade e Fecundidade decrescentes

Cenário Optimista - Baseia-se na *esperança* de que o saldo migratório desta década só venha a atingir metade do verificado na década anterior e que na primeira década do século XXI se registre um saldo nulo dos movimentos migratórios, ou seja, a Região tenha capacidade, para finalmente fixar os seus naturais. Concretizando, este cenário terá os pressupostos seguintes:

Saldo migratório 1991/2001

= $\frac{1}{2}$ do Saldo Migratório 1981/1991 \approx - 12 500 migrantes

Saldo migratório 2001/2011

= Saldo Migratório nulo

Mortalidade e Fecundidade decrescentes

Cenário Pessimista - Baseia-se na *desconfiança* de que a Região não seja capaz de contrariar a repulsão populacional que a tem afectado, e que por isso possa ser previsível a manutenção do saldo migratório da década de oitenta para todo o período da projecção. Desta forma, este cenário terá os pressupostos seguintes:

Saldo migratório 1991/2001

= Saldo Migratório 1981/1991 \approx - 25 000 migrantes

Saldo migratório 2001/2011

= Saldo Migratório 1981/1991 \approx - 25 000 migrantes

Mortalidade e Fecundidade decrescentes

**ESTIMATIVA DOS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS - MÉTODO FORWARD REVERSE
REGIÃO ALENTEJO - 1981 / 1991**

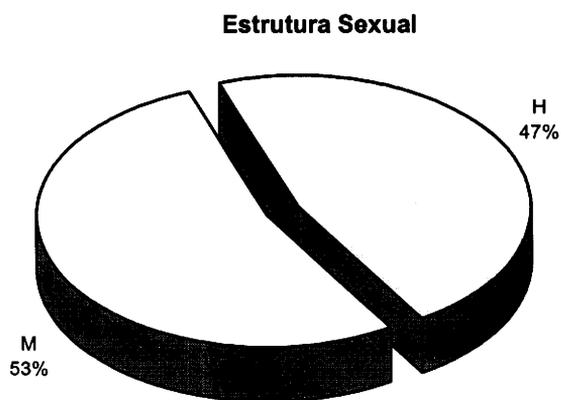
Grupos Etários	FORWARD	REVERSE	MÉDIA	
	Homens	Homens	Homens	
	1981/91	1981/91	1981/91	1981/91
	V.A.	V.A.	V.A.	%
85+	358	367	363	2,9
80	-355	-781	-568	-4,6
75	-147	-236	-191	-1,5
70	302	403	353	2,8
65	562	672	617	5,0
60	384	431	407	3,3
55	31	33	32	0,3
50	-143	-150	-146	-1,2
45	399	414	406	3,3
40	39	40	39	0,3
35	-681	-699	-690	-5,6
30	-2695	-2754	-2724	-22,0
25	-3737	-3811	-3774	-30,5
20	-2405	-2440	-2422	-19,5
15	-621	-625	-623	-5,0
10	-862	-868	-865	-7,0
5	-1329	-1371	-1350	-10,9
0	-1248	-1265	-1257	-10,1

Estrutura Sexual

Saldo	HM	H	M
Saldo Migratorio	-26584	-12394	-14190
Estrutura	100	46,6	53,4

Variáveis demográficas

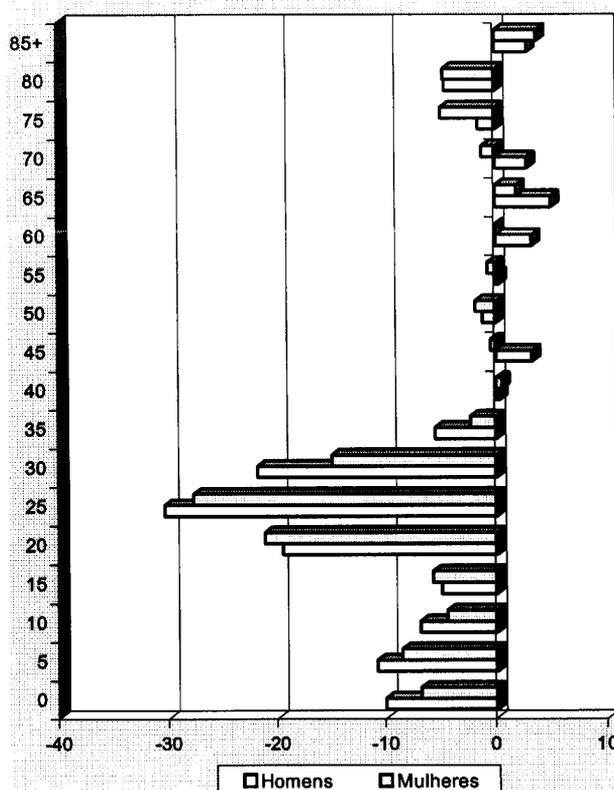
Saldo	HM	H	M
Pop. resid. 1981	578430	284671	293759
Pop. resid. 1991	543442	265836	277606
Nasc. 1981/85	35186	18177	17009
Nasc. 1986/90	28030	14507	13523
Esp. vida 0 (199	74,24	70,80	77,91



Saldo Migratório (H) -12394

Estrutura Etária, segundo os Sexos

Grupos Etários	FORWARD	REVERSE	MÉDIA	
	Mulheres	Mulheres	Mulheres	
	1981/91	1981/91	1981/91	1981/91
	V.A.	V.A.	V.A.	%
85+	572	495	533	3,8
80	-488	-853	-671	-4,7
75	-600	-805	-702	-4,9
70	-159	-186	-172	-1,2
65	262	286	274	1,9
60	7	8	8	0,1
55	-101	-105	-103	-0,7
50	-259	-265	-262	-1,8
45	-66	-67	-67	-0,5
40	75	76	76	0,5
35	-331	-334	-332	-2,3
30	-2121	-2139	-2130	-15,0
25	-3931	-3955	-3943	-27,8
20	-3019	-3031	-3025	-21,3
15	-825	-828	-826	-5,8
10	-640	-642	-641	-4,5
5	-1209	-1238	-1224	-8,6
0	-978	-987	-982	-6,9



Saldo Migratório (M) -14190

Figura 3

Da observação dos resultados obtidos através da projecção demográfica para a Região Alentejo no período de 1991 a 2011, podemos extrair duas tendências marcantes da situação demográfica do Alentejo na próxima década: continuação do declínio do efectivo populacional e progressivo envelhecimento das estruturas demográficas.

Com efeito, é com alguma apreensão que podemos verificar que em qualquer dos cenários considerados o efectivo de residentes na Região sofrerá uma redução que, na pior das hipóteses representará mais de 25% da população residente em 1991. Mesmo no cenário considerado optimista, a população sofrerá uma redução de cerca de 70 000 pessoas, correspondendo este cenário à continuação da intensidade do decréscimo demográfico verificado na década de oitenta.

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO - REGIÃO ALENTEJO - 1900 - 2011

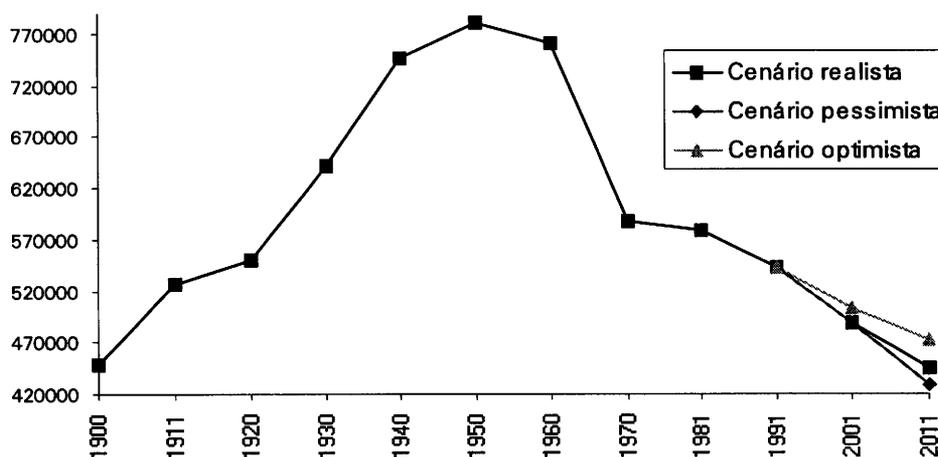


Gráfico 9

Estas observações são mais que suficientes para perceber que o processo de declínio do efectivo demográfico atingiu nesta década o seu *estado crítico* e a única possibilidade de recuperação demográfica passa necessariamente pela atracção de população de fora da Região em quantitativos suficientemente elevados para poderem contrariar os valores negativos da dinâmica migratória.

No contexto da evolução previsível do saldo fisiológico considerado neste modelo, para que a população em 2011 apresentasse um quantitativo semelhante ao recenseado em 1991, e considerando que o saldo migratório da década de noventa fosse igual a zero (o

que será certamente impossível), o Alentejo teria que conseguir um atracção líquida de cerca de 50 000 indivíduos na próxima década ¹⁹.

Outra característica extremamente preocupante que ressalta da observação dos valores obtidos através da projecção demográfica prende-se com o progressivo envelhecimento que as estruturas demográficas da Região irão sofrer nos próximos anos, que se manifestará da seguinte forma:

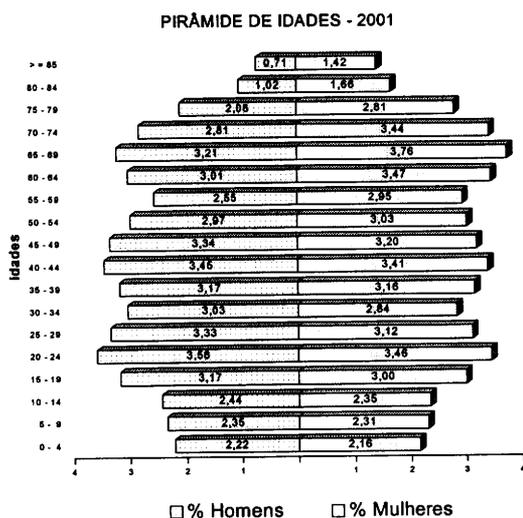
- √ diminuição absoluta e relativa do número de jovens (envelhecimento na base);
- √ diminuição absoluta, mas com um aumento relativo muito elevado dos idosos (envelhecimento no topo);
- √ reduções também significativas em termos absolutos na população potencialmente activa, sendo previsível a manutenção da sua importância relativa (diminuindo ligeiramente no cenário pessimista).

Em síntese, podemos dizer que a evolução futura da demografia da Região caminhará no sentido do aumento da carga social suportada pelos potencialmente activos, com a agravante de ela ser cada vez mais motivada pelo peso dos idosos e cada vez menos devido à importância dos jovens, que ainda se poderá acentuar mais devido à redução dos activos. A diminuição da população em idade activa deverá ser encarada com alguma preocupação uma vez que, apesar da evolução tecnológica permitir aumentos de produtividade com redução dos efectivos de mão-de-obra, no contexto da Região Alentejo e na actualidade, uma redução da população em idade activa será sempre acompanhada de uma diminuição da riqueza criada e, conseqüentemente, dos níveis de desenvolvimento regional.

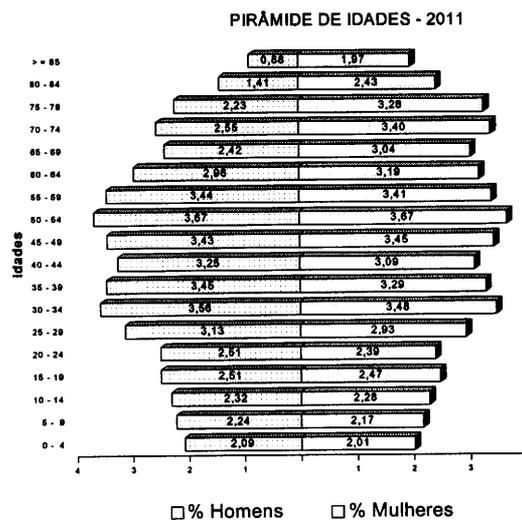
Nesta perspectiva, a intervenção no contexto demográfico deverá ser considerado como um imperativo regional, na certeza de que a alteração das tendências crescentes para o envelhecimento só se poderá solucionar numa perspectiva de médio prazo, já que pressupõe alterações dos modelos de fecundidade, que representa um processo muito lento, no qual os investimentos de hoje só serão visíveis nas gerações seguintes. Por outro lado, pressupõe a implementação de políticas demográficas que só terão possibilidade de ser aplicadas ao nível nacional.

¹⁹ Considerando que a população migrante teria o mesmo comportamento ao nível da fecundidade e mortalidade que a população residente no Alentejo.

PROJEÇÃO DEMOGRÁFICA - CENÁRIO REALISTA



Pirâmide 3



Pirâmide 4

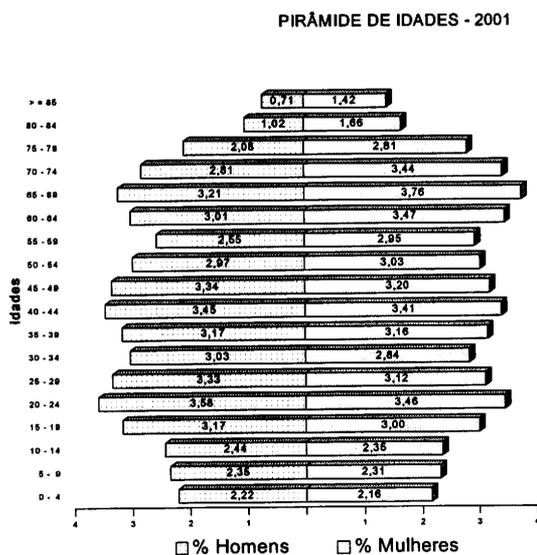
SÍNTESE DE INDICADORES DEMOGRÁFICOS

INDICADORES	1991	2001		2011	
	Valor	Valor	Δ%	Valor	Δ%
População residente	543442	489242	-10,0	443152	-9,4
Taxa de Crescimento Anual Médio	-0,62	-1,05		-0,98	
Grupos Funcionais (Econômicos)					
Jovens (0 - 14 anos)	95047	67701	-28,8	58070	-14,2
%	17,5	13,8		13,1	
Adultos (15 - 64 anos)	343400	309345	-9,9	280498	-9,3
%	63,2	63,2		63,3	
Idosos (>= 65 anos)	104995	112197	6,9	104584	-6,8
%	19,3	22,9		23,6	
População Idosa Independente (65 - 75 anos)	61814	64697	4,7	50552	-21,9
%	11,4	13,2		11,4	
População Idosa Dependente (>= 75 anos)	43181	47500	10,0	54031	13,8
%	7,9	9,7		12,2	
Ratios de Dependência					
Dependência de Jovens	27,7	21,9	-20,9	20,7	-5,4
Dependência de Idosos	30,6	36,3	18,6	37,3	2,8
Dependência Total	58,3	58,2	-0,2	58,0	-0,3
Índice de Envelhecimento	110,5	165,7	50,0	180,1	8,7
Indicadores de Fecundidade					
Mulheres 15 - 49 anos	115446	108511	-6,0	93493	-13,8
%	21,2	22,2		21,1	
Mulheres 15 - 30 anos	52146	46837	-10,2	34512	-26,3
%	9,6	9,6		7,8	
Mulheres 30 - 49 anos	63300	61674	-2,6	58981	-4,4
%	11,6	12,6	8,2	13,3	5,6
Taxa de Fecundidade Geral (%)	44,3	40,4	-8,9	38,1	-5,7
Esperança de Vida à Nascimento (Homens)	70,8	72,4	2,2	74,0	2,3
Indicadores de Migrações					
Saldo Migratório	-27009	-25000	-7,4	-12500	-50,0
Taxa de Saldo Migratório	-4,8	-4,8		-2,7	

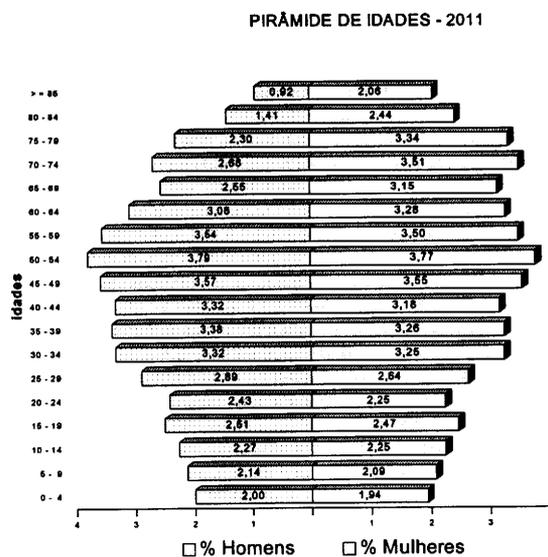
Fonte: Elaboração própria; INE - Censo de 1991

Quadro 13

PROJEÇÃO DEMOGRÁFICA - CENÁRIO PESSIMISTA



Pirâmide 5



Pirâmide 6

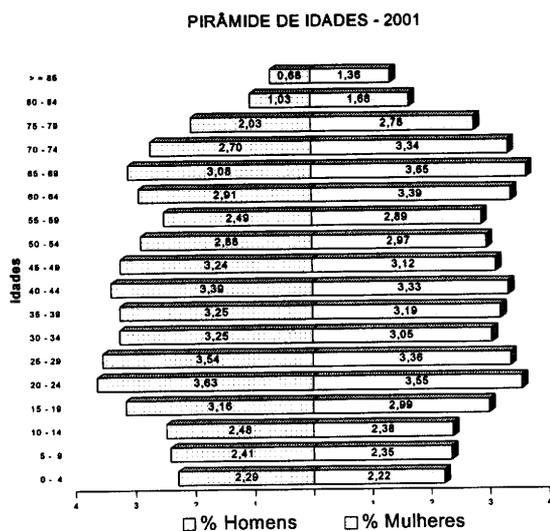
SÍNTESE DE INDICADORES DEMOGRÁFICOS

INDICADORES	1991	2001		2011	
	Valor	Valor	Δ%	Valor	Δ%
População residente	543442	489242	-10,0	429782	-12,2
Taxa de Crescimento Anual Médio	-0,62	-1,05		-1,29	
Grupos Funcionais (Econômicos)					
Jovens (0 - 14 anos)	95047	67701	-28,8	54513	-19,5
%	17,5	13,8		12,7	
Adultos (15 - 64 anos)	343400	309345	-9,9	270616	-12,5
%	63,2	63,2		63,0	
Idosos (>= 65 anos)	104995	112197	6,9	104653	-6,7
%	19,3	22,9		24,4	
População Idosa Independente (65 - 75 anos)	61814	64697	4,7	51075	-21,1
%	11,4	13,2		11,9	
População Idosa Dependente (>= 75 anos)	43181	47500	10,0	53578	12,8
%	7,9	9,7		12,5	
Ratios de Dependência					
Dependência de Jovens	27,7	21,9	-20,9	20,1	-8,0
Dependência de Idosos	30,6	36,3	18,6	38,7	6,6
Dependência Total	58,3	58,2	-0,2	58,8	1,1
Índice de Envelhecimento	110,5	165,7	50,0	192,0	15,8
Indicadores de Fecundidade					
Mulheres 15 - 49 anos	115446	108511	-6,0	88545	-18,4
%	21,2	22,2		20,6	
Mulheres 15 - 30 anos	52146	46837	-10,2	31625	-32,5
%	9,6	9,6		7,4	
Mulheres 30 - 49 anos	63300	61674	-2,6	56920	-7,7
%	11,6	12,6	8,2	13,2	5,1
Taxa de Fecundidade Geral (‰)	44,3	40,4	-8,9	38,1	-5,7
Esperança de Vida à Nascimento (Homens)	70,8	72,4	2,2	74,0	2,3
Indicadores de Migrações					
Saldo Migratório	-27009	-25000	-7,4	-25000	0,0
Taxa de Saldo Migratório	-4,8	-4,8		-5,4	

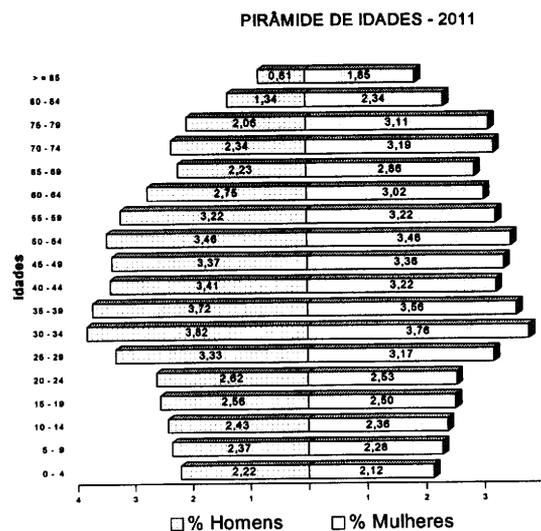
Fonte: Elaboração própria; INE - Censo de 1991

Quadro 14

PROECÇÃO DEMOGRÁFICA - CENÁRIO OPTIMISTA



Pirâmide 7



Pirâmide 8

SÍNTESE DE INDICADORES DEMOGRÁFICOS

INDICADORES	1991	2001		2011	
	Valor	Valor	Δ%	Valor	Δ%
População residente	543442	502406	-7,6	471558	-6,1
Taxa de Crescimento Anual Médio	-0,62	-0,78		-0,63	
Grupos Funcionais (Económicos)					
Jovens (0 - 14 anos)	95047	71059	-25,2	64978	-8,6
%	17,5	14,1		13,8	
Adultos (15 - 64 anos)	343400	319224	-7,0	302204	-5,3
%	63,2	63,5		64,1	
Idosos (>= 65 anos)	104995	112123	6,8	104376	-6,9
%	19,3	22,3		22,1	
População Idosa Independente (65 - 75 anos)	61814	64178	3,8	50072	-22,0
%	11,4	12,8		10,6	
População Idosa Dependente (>= 75 anos)	43181	47945	11,0	54304	13,3
%	7,9	9,5		11,5	
Ratios de Dependência					
Dependência de Jovens	27,7	22,3	-19,6	21,5	-3,4
Dependência de Idosos	30,6	35,1	14,9	34,5	-1,7
Dependência Total	58,3	57,4	-1,5	56,0	-2,3
Índice de Envelhecimento	110,5	157,8	42,8	160,6	1,8
Indicadores de Fecundidade					
Mulheres 15 - 49 anos	115446	113458	-1,7	104252	-8,1
%	21,2	22,6		22,1	
Mulheres 15 - 30 anos	52146	49723	-4,6	38697	-22,2
%	9,6	9,9		8,2	
Mulheres 30 - 49 anos	63300	63735	0,7	65555	2,9
%	11,6	12,7	8,9	13,9	9,6
Taxa de Fecundidade Geral (%)	44,3	40,4	-8,9	38,1	-5,7
Esperança de Vida à Nascimento (Homens)	70,8	72,4	2,2	74,0	2,3
Indicadores de Migrações					
Saldo Migratório	-27009	-12500	-53,7	0	-100,0
Taxa de Saldo Migratório	-4,8	-2,4		0,0	

Fonte: Elaboração própria; INE - Censo de 1991

Quadro 15

1.5. CONCLUSÃO

Em conclusão podemos referir que o último recenseamento geral da população identificou 543442 habitantes, efectivo demográfico correspondente a cerca de 6% da população de Portugal.

A evolução demográfica caracterizou-se pelo facto de até 1940, ter registado, de uma forma mas ou menos intensa, crescimentos demográficos, devido ao facto de exercer atracção sobre os residentes noutras zonas do país, em particular sobre a zona centro interior e Algarve. Nos anos 50 inverteu-se esta tendência e a Região passou a perder população, facto que se manteve até aos nossos dias, assumindo-se, a partir dessa altura como zona de repulsão populacional.

A evolução demográfica regressiva da região Alentejo das últimas décadas tem sido particularmente condicionada pela incidência de uma dinâmica migratória negativa a que, nos últimos anos, se tem associado o declínio dos níveis da fecundidade, traduzidos numa diminuição do número de filhos que, em média, cada mulher tem. Isto porque se até 1940 a região Alentejo atraía população de outras zonas do país, constituindo-se como zona de atracção populacional, a partir desta altura assistiu-se a uma inversão dos saldos migratórios e a região assumiu a característica de zona de repulsão demográfica, característica essa que se tem mantido até aos nossos dias.

As correntes migratórias dirigiram-se maioritariamente em direcção a outras zonas do país, com particular destaque para Lisboa e Setúbal, não se registando fluxos emigratórios muito significativos para o estrangeiro. Na actualidade assiste-se à manutenção de um saldo migratório negativo, embora a níveis pouco intensos, certamente mais por inexistência de locais de destino do que por capacidade de fixação demográfica que a região Alentejo possa apresentar, facto possível de se compreender se atendermos ao elevado nível de desemprego que afecta a população alentejana.

Na última década a região Alentejo registou já valores negativos da dinâmica natural (-1.4%), o que se traduz no facto de o número de óbitos ser já superior ao número de

nascimentos, sinal evidente da incapacidade da região para se auto-regenerar demograficamente.

A evolução do crescimento natural dos últimos anos tem sido no sentido do declínio, cuja intensidade se agravou nos últimos anos, devido essencialmente ao declínio verificado nos níveis da fecundidade, uma vez que a esperança de vida tem vindo a aumentar. A redução da fecundidade que é particularmente visível no valor registado em 1991 para a descendência média, (1.5), dos mais baixos da Europa, e bastante abaixo do nível mínimo necessário à manutenção da substituição das gerações (2.1). Dado o sentido da evolução desta variável, será de prever, a médio prazo e na ausência de políticas pró-natalistas, a sua manutenção a níveis muito baixos.

No que concerne aos níveis de incidência da mortalidade na região Alentejo, podemos verificar que a sua evolução tem sido no sentido do declínio, mercê dos aumentos verificados nos níveis de bem-estar económico e social, associadas a factores ligados aos melhores conhecimentos sobre prevenção, diagnóstico e cura de certas doenças, embora nos últimos anos se tenha registado um aumento do número de óbitos consequência do acentuado envelhecimento demográfico. Simultaneamente, assiste-se a um aumento do número médio de anos vividos pela população, o que se traduz num aumento de idosos. A evolução previsível será no sentido de continuar o declínio da mortalidade que deverá aproximar-se dos valores já observados nos países da Europa do Norte.

A forte incidência da dinâmica migratória negativa, a que nos últimos anos se associou o declínio progressivo da fecundidade, condicionou fortemente o elevado grau de envelhecimento que caracteriza a população da região Alentejo. A estrutura etária da população tem vindo a registar um progressivo envelhecimento que actualmente se manifesta tanto pela insuficiência de população jovem como pelo elevado peso dos idosos.

Com base naquela evolução previsível das variáveis micro-demográficas, as projecções demográficas efectuadas com base no modelo de projecção por componentes, apontam no sentido de continuar o declínio demográfico para as próximas décadas, situação só alterável quando a região Alentejo tiver capacidade não só para fixar os seus naturais, mas também para atrair população em idade activa e fecunda do exterior.

2. CARACTERIZAÇÃO SOCIO-ECONÓMICA

2.1. ACTIVIDADE DA POPULAÇÃO

A Região Alentejo, na data do último recenseamento (1991), apresentava um efectivo populacional de 543442 indivíduos e uma taxa de actividade bastante reduzida (41.1%). Este valor situava-se bastante abaixo da média do país (44.6%), bem como do valor da média comunitária (54.6%), e correspondia a um efectivo de 223299 indivíduos que, em 1991, desempenhavam uma determinada actividade económica.

A desagregação da taxa de actividade por grupos etários e sexos evidencia um maior peso dos activos masculinos (53.0%), só ligeiramente inferior ao verificado para Portugal, nesse mesmo período.

POPULAÇÃO RESIDENTE, SEGUNDO CONDIÇÃO PERANTE A ACTIVIDADE ECONÓMICA,
SEXO E GRUPOS ETÁRIO - REGIAO ALENTEJO - 1991

Zona Geográfica População Residente e Sexo	REGIÃO ALENTEJO					
	Total Geral	%	Homens	%	Mulheres	%
População residente	543441	100,0	265836	100,0	277605	100,0
População com menos de 15 anos	95047	17,5	48448	18,2	46599	16,8
População de 15 a 60 anos	313468	57,7	156060	58,7	157408	56,7
População com mais de 60 anos	134926	24,8	61328	23,1	73598	26,5
População com actividade económica	223299	41,1	141000	53,0	82299	29,6
População com menos de 15 anos	959	0,4	602	0,4	357	0,4
População de 15 a 60 anos	208176	93,2	128810	91,4	79366	96,4
População com mais de 60 anos	14164	6,3	11588	8,2	2576	3,1
População sem actividade económica	320142	58,9	124836	47,0	195306	70,4
População com menos de 15 anos	94088	29,4	47846	38,3	46242	23,7
População de 15 a 60 anos	105292	32,9	27250	21,8	78042	40,0
População com mais de 60 anos	120762	37,7	49740	39,8	71022	36,4

Fonte: INE - Recenseamento Geral da População - 1991

Quadro 16

**Evolução da população activa por sexos
Região ALENTEJO**

Pop.activa	1960	1970*	1981	1991/	60/70	70/81	81/91
HM	310114	242191	236332	223299	-21,9	-2,4	-5,5
H	274296	189053	163686	141000	-31,1	-13,4	-13,9
M	35818	53138	72647	82299	48,4	36,7	13,3

Fonte: INE- Recenseamentos Gerais da População

Nota: Estimativa com base nas taxas de actividade média doos distritos de Beja, Évora e Portalegre

Quadro 17

POPULAÇÃO ACTIVA - REGIÃO ALENTEJO

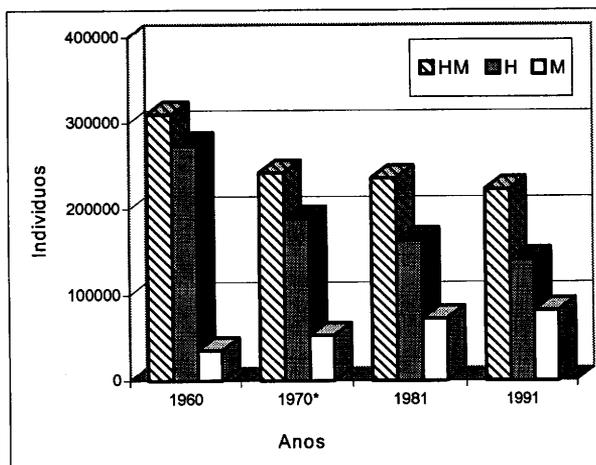


Gráfico 10

**Evolução das taxas de actividade por sexos
Região ALENTEJO**

Pop.activa	1960,0	1970,0	1981,0	1991,0	60/71	70/81	81/91
HM	40,8	41,2	40,9	41,1	1,2	-0,9	0,6
H	72,4	65,8	57,5	53,0	-9,2	-12,5	-7,8
M	9,4	17,7	24,7	29,6	89,1	39,5	19,9

Fonte: INE- Recenseamentos Gerais da População

Quadro 18

TAXAS DE ACTIVIDADE - REGIÃO ALENTEJO

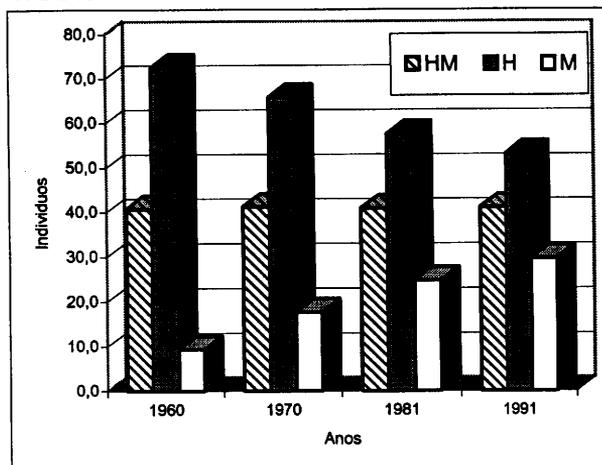


Gráfico 11

Evolução da população residente, activa e taxa de actividade Portugal - 1960 = 100

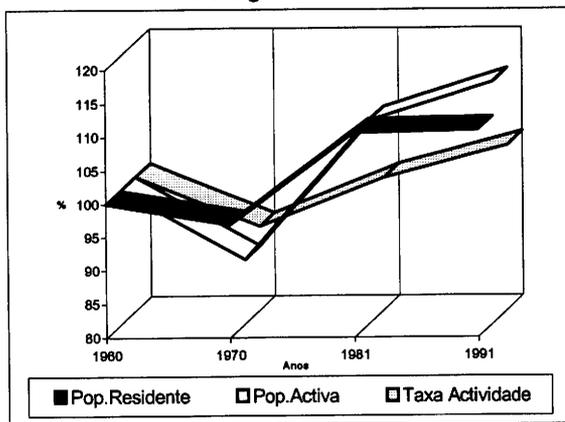


Gráfico 12

Evolução da população residente, activa e taxa de actividade Região Alentejo - 1960 = 100

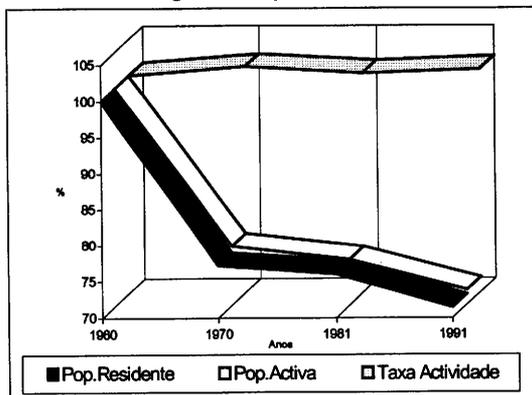
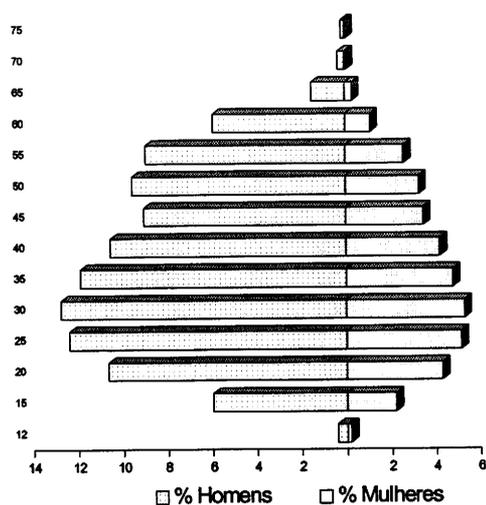


Gráfico 13

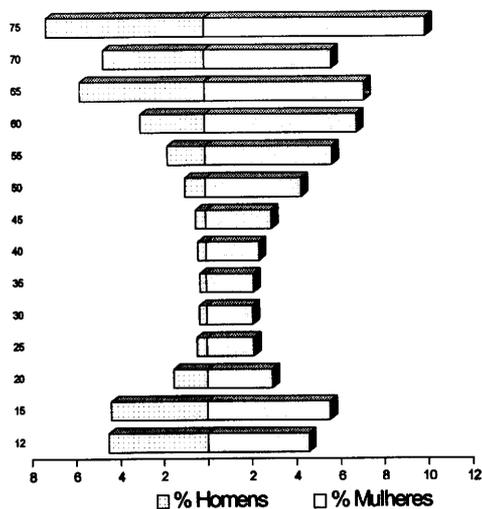
No que se refere à estrutura etária da população activa sobressai o maior peso da população compreendida entre os 30 e os 34 anos (12.8%), valor ligeiramente superior ao da população nos grupos etários 25-30 e 35-39 anos, que representavam, respectivamente, 12.4 e 11.9%. De uma forma análoga, são estes grupos etários que apresentavam as maiores taxas de actividade e, à semelhança dos restantes, apresentavam taxas de actividade masculinas superiores às femininas.

POPULAÇÃO COM ACTIVIDADE ECONÓMICA REGIÃO ALENTEJO - 1991



Pirâmide 9

POPULAÇÃO SEM ACTIVIDADE ECONÓMICA REGIÃO ALENTEJO - 1991



Pirâmide 10

2.2. EMPREGO

Num contexto de diminuição do efectivo populacional, no qual a Região Alentejo assistiu, em três décadas, à saída de mais de 1/4 da sua população residente, tem sido notória também a enorme redução do número de indivíduos em idade activa. Este aspecto ainda se torna mais evidente quando analisado numa perspectiva demográfica, através da qual se evidencia o elevado grau de envelhecimento da população residente e, consequentemente, o agravamento de raios de dependência que indiciam uma situação de uma população activa cada vez menor a suportar um efectivo de idosos cada vez maior.

Para além disto, a Região Alentejo é também a região do país mais afectada pelo fenómeno do desemprego. Neste contexto, em 1991, dos 543442 habitantes apenas 200484 se encontravam empregados, representando 89.8% da população em idade activa e uma taxa de desemprego de 10.2%.

POPULAÇÃO RESIDENTE E ECONOMICAMENTE ACTIVA SEGUNDO O SEXO E
TAXAS DE ACTIVIDADE E DESEMPREGO

Anos	Empregada			Desempregada			Taxa de Actividade (%)			Taxa de Desemprego (%)		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
1991	200484	133636	66848	22787	7338	15449	41,1	53,0	29,6	10,2	5,2	18,8

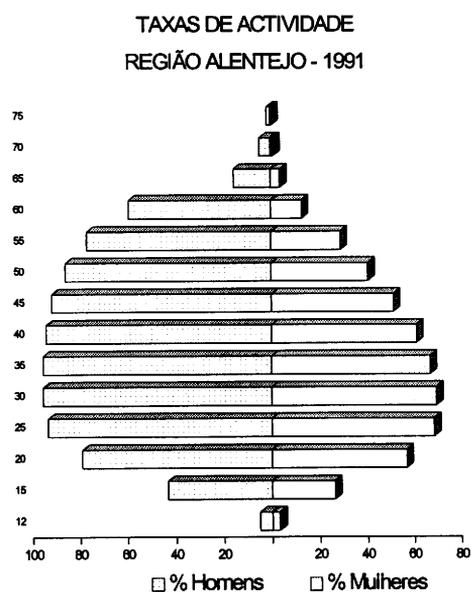
Fonte: INE - Recenseamento Geral da População - 1991

Quadro 19

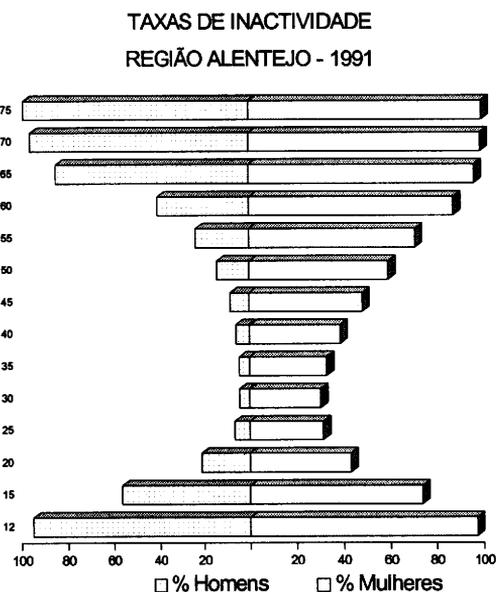
Este reduzido nível de população empregada é também bastante influenciado pela fraca participação das mulheres nas actividades produtivas, facto que nos últimos anos se tem vindo a alterar de tal forma que as mulheres aparecem agora como as mais afectadas pelo desemprego que os homens.

2.2.1. População activa por sexos e idades

No que respeita à estrutura do emprego por grupos de idade, uma primeira análise revela um efectivo muito elevado de população com actividade económica e com mais de 65 anos, facto que é reflexo de insuficiências ao nível do sistema de segurança social. Este aspecto é sobretudo preocupante ao nível da população masculina, na qual mais de 1/5 dos indivíduos com mais de 65 anos desempenhavam uma actividade económica. Nas mulheres aquela proporção é bastante mais inferior (5.0%).



Pirâmide 11



Pirâmide 12

Contrariamente, verifica-se um peso reduzido de população com actividade económica e com idades compreendidas entre os 12 e os 14 anos, reflexo da maior cobertura do sistema de ensino ao nível da população jovem. Este aspecto ainda evidencia os seus efeitos ao nível do grupo etário 15-19 anos e, com menor intensidade, do grupo 20-24 anos, sendo responsável pela menor proporção de indivíduos com actividade económica verificada naqueles grupos etários. A população com idades compreendidas entre os 30 e os 34 anos é a que apresenta a maior taxa de actividade.

De uma forma geral verifica-se uma menor participação da mulher no contexto da actividade económica, facto que se verifica em todos os grupos etários. Acentua-se particularmente aquela diferença nos grupos de idades mais avançados, devido à fraca participação feminina nas actividades económicas do passado, e nos grupos mais jovens, facto que tem que ver com a maior permanência da mulher no sistema de ensino e com a sua maior dificuldade em ingressar na actividade económica.

2.2.2. População por sectores e ramos de actividade económica

Em termos de distribuição da população por grandes sectores de actividade económica destaca-se a maior representatividade do sector dos serviços, responsável pela ocupação de 50.8% da população activa e principal beneficiário da redução drástica verificada ao nível do sector primário que historicamente representava o sector com maior importância na Região. Esta redução de importância das actividades ligadas à agricultura ainda é mais evidente ao nível das mulheres, nas quais aqueles efeitos se manifestam também com maior evidencia no aumento da importância do sector dos serviços, bem como no aumento do desemprego feminino.

POPULAÇÃO RESIDENTE, COM 12 OU MAIS ANOS, EMPREGADA, SEGUNDO O SECTOR DE ACTIVIDADE ECONÓMICA E SEXO

Designação	Primário			Secundário			Terciário		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Valor absoluto	46574	34607	11967	51988	43691	8297	101922	55338	46584
%	23,23	25,9	17,9	25,9	32,7	12,4	50,8	41,4	69,7

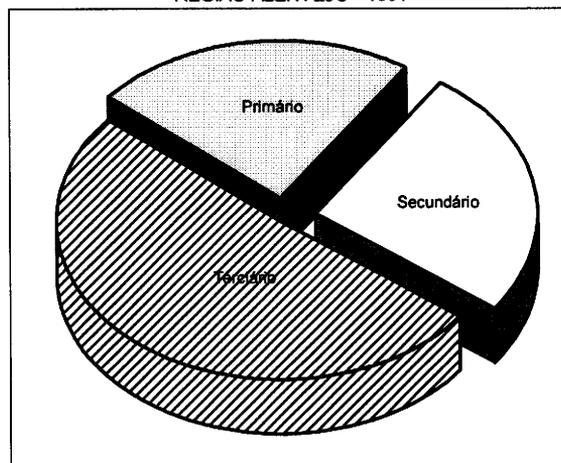
Fonte: INE - Recenseamento Geral da População - 1991

Quadro 20

O sector industrial, que ao longo dos tempos tem assumido o último lugar na hierarquia de importância dos sectores de actividade económica registou na década de oitenta um ligeiro aumento, beneficiando em particular do aumento das indústrias transformadoras ligadas às rochas ornamentais e às pirites, sendo, em 1991, responsável pelo emprego de cerca de 1/4 (25.9%) da população activa. Neste sector, é notória a maior ocupação de mão de obra masculina.



POPULAÇÃO POR SECTORES DE ACTIVIDADE ECONÓMICA
REGIÃO ALENTEJO - 1991



Quadro 14

No contexto dos ramos de actividade económica, em 1991, ainda era possível verificar a primazia da actividade agrícola, que é a actividade principal responsável pela importância do sector primário. No entanto, não será de menosprezar a importância das indústrias extractivas que, naquela altura, eram já responsáveis pelo emprego de 2,1% da população activa alentejana e que se distribuía preponderantemente pelas actividades ligadas à extracção das rochas ornamentais e pirites.

POPULAÇÃO RESIDENTE, COM 12 OU MAIS ANOS, EMPREGADA, POR RAMOS DE ACTIVIDADE ECONÓMICA

Zona Geográfica Ramos de Actividade	Região do Alentejo					
	HM	%	H	%	M	%
Agricultura, pecuária, caça e silvicultura	45592	22,7	33694	25,2	11898	17,8
Pesca	982	0,5	913	0,7	69	0,1
Indústrias extractivas	4289	2,1	4028	3,0	261	0,4
Indústrias transformadoras	25006	12,5	17615	13,2	7391	11,1
Electricidade, gás e água	1527	0,8	1358	1,0	169	0,3
Construção	21166	10,6	20690	15,5	476	0,7
Comércio e serviços de reparação	28382	14,2	18232	13,6	10150	15,2
Hotéis e restaurantes	8408	4,2	4042	3,0	4366	6,5
Transportes, e comunicações	5863	2,9	4969	3,7	894	1,3
Intermediação financeira	2780	1,4	2120	1,6	660	1,0
Serviços prestados às empresas	4010	2,0	1644	1,2	2366	3,5
Administração Pública	24160	12,1	17758	13,3	6402	9,6
Ensino	10723	5,4	2902	2,2	7821	11,7
Saúde e serviços sociais	8534	4,3	1862	1,4	6672	10,0
Serviços colectivos, sociais e pessoais	3412	1,7	1464	1,1	1948	2,9
Famílias com empregados domésticos	5566	2,8	274	0,2	5292	7,9
Organismos internacionais	83	0,0	71	0,1	12	0,0

Fonte: INE - Recenseamento Geral da População - 1991

Quadro 21

Outro aspecto a ter em conta na análise da importância das actividades económicas prende-se com o aumento das indústrias transformadoras que, ao ocuparem 12.5% dos activos, passaram a assumir-se como a actividade mais importante do sector secundário, ultrapassando a construção civil que, mesmo assim, ainda apresentava uma importância considerável (10.6%).

No sector terciário, assumem papel de relevo as actividades comerciais, responsáveis pelo emprego de 14.2% dos activos, e em segundo lugar na ordem de importância das actividades da Região, e os serviços ligados à administração pública central e local que empregavam 12.1% da população activa alentejana.

De uma forma geral todas as actividades ligadas aos sectores primário e secundário apresentam um efectivo superior de activos masculinos, sendo as mulheres maioritárias apenas naquelas actividades ligadas ao sector dos serviços, com particular destaque para os serviços domésticos prestados às famílias, nos quais a mão de obra masculina não tem praticamente expressão, e nos serviços de ensino e saúde.

Ainda com base na distribuição da população activa pelos ramos de actividade económica e sexos, podemos verificar que a actividade agrícola, em 1991, ainda se assumia como a mais importante para ambos os sexos, facto que não se verificava no contexto das restantes actividades.

Assim, e para as mulheres, aparecem por ordem de importância, o comércio (15.2%), o ensino (11.7%), e as indústrias transformadoras (11.6%), seguidas de perto pelas serviços de saúde (10.0%) e da administração pública (9.6%), não sendo de desprezar a importância dos serviços domésticos (7.8%). Nos homens, a segunda actividade mais importante é a construção civil (15.5%) à qual se seguem o comércio (13.6%), a administração pública (13.3%) e as actividades ligadas à indústria transformadora (13.2%).

2.2.3. População empregada segundo a situação na profissão

Ao nível da Região Alentejo, e tendo por base a análise da população empregada segundo a situação na profissão, é de destacar a importância que, em 1991, ainda evidenciavam os trabalhadores por conta de outrem, cujo efectivo correspondia a cerca de 3/4 da população activa alentejana (74.6%). Os trabalhadores por conta de própria,

que representavam o segundo grupo socio-profissional mais importante, apresentavam uma proporção bastante inferior (16.6%), mas ainda significativamente maior que o estrato social dos patrões que representavam apenas 5.2% da população activa.

Os restantes grupos socio-económicos apresentavam uma importância muito reduzida que se manifesta em particular ao nível dos membros de cooperativas que, no passado, e em particular nos anos seguintes a 1974, tiveram uma representatividade muito importante, e que nos últimos tempos representavam apenas 0.77% da população activa.

Esta estrutura social da população activa residente, quando analisada de uma forma desagregada por sexos, evidencia algumas diferenças que, ao nível dos homens, se manifestam num ligeiro atenuar das diferenças relativas entre cada grupo socio-económico, que se traduzem numa descida da importância dos assalariados e num aumento do grupo dos patrões e, em particular, dos trabalhadores por conta própria.

POPULAÇÃO RESIDENTE, COM 12 OU MAIS ANOS, EMPREGADA,
SEGUNDO POR SITUAÇÃO NA PROFISSÃO E SEXO

Situação na Profissão	Região do Alentejo					
	HM	%	H	%	M	%
Patrão	10422	5,2	7734	5,8	2688	4,0
Trabalho por conta própria	33272	16,6	24817	18,6	8455	12,7
Trabalho familiar não remunerado	2462	1,2	897	0,7	1565	2,3
Trabalho por conta de outrem	149554	74,6	97128	72,7	52426	78,4
Membro activo de cooperativa	1535	0,8	1081	0,8	454	0,7
Outra situação	3239	1,6	1979	1,5	1260	1,9

Fonte: INE - Recenseamento Geral da População - 1991

Quadro 22

No que diz respeito à população activa feminina a situação inverte-se, verificando-se um aumento relativo dos activos que desempenham uma actividade profissional por conta de outrem e dos trabalhadores familiares não remunerados, em contrapartida de uma redução dos grupos dos patrões e dos trabalhadores por conta própria.

2.2.4. População activa por níveis de instrução

A Região Alentejo apresentava em 1991 a maior taxa de analfabetismo do país. Este facto tem reflexos ao nível da população activa que, da mesma forma, se caracterizava pela existência de um efectivo significativamente elevado de activos que não sabiam ler nem escrever (9.5%).

Este valor significativamente superior ao verificado ao nível do país (3.8%), afecta mais a população masculina, na qual se verifica a incidência de 1 em cada 5 activos não saber ler nem escrever. A proporção dos analfabetos no contexto da população activa feminina é ligeiramente inferior (8.1%) mas ainda bastante acima da média verificada ao nível do país para as mulheres activas (3.9%).

Com maior peso evidenciam-se os activos com o ensino básico primário nos quais se encontram cerca de metade da população activa (46.8%), aos que se seguem, por ordem de importância, aqueles que possuem como nível de instrução o ensino preparatório (14.5%), o ensino secundário unificado (11.8%) e o ensino secundário complementar (10.2%).

Estes valores são bastante semelhantes aos verificados no contexto do país, havendo apenas a registar diferenças ao nível da importância dos activos com o ensino superior que, na Região Alentejo, registam um peso bastante inferior à média nacional (4.2 e 7.1% respectivamente).

POPULAÇÃO, COM ACTIVIDADE ECONÓMICA, POR NÍVEL DE INSTRUÇÃO E SEXO - 1991

Nível de Instrução	Portugal			Região Alentejo					
	HM	H	M	HM		H		M	
	%	%	%	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%
Não sabe ler e escrever	3,8	3,6	3,9	21145	9,5	14446	10,2	6699	8,1
Só sabe ler e escrever	0,4	0,4	0,4	1512	0,7	1110	0,8	402	0,5
Ensino Básico Primário	45,2	47,6	41,7	104565	46,8	69479	49,3	35086	42,6
Ensino Básico Preparatório	16,6	16,9	16,1	32304	14,5	21052	14,9	11252	13,7
Ensino Sec.Unificado	12,3	12,2	12,5	26261	11,8	16085	11,4	10176	12,4
Ensino Sec.Complementar	11,8	10,8	13,1	22758	10,2	12130	8,6	10628	12,9
Ensino Médio	2,5	1,5	3,8	4900	2,2	1510	1,1	3390	4,1
Ensino Superior	7,1	6,4	8,1	9311	4,2	4855	3,4	4456	5,4
Mestrado / Doutoramento	0,5	0,5	0,4	543	0,2	333	0,2	210	0,3

Fonte: INE - Recenseamento Geral da População - 1991

Quadro 23

De uma forma geral, a análise do nível de instrução da população activa por sexos, salienta um maior nível escolar da população feminina que se manifesta quer pela existência de uma proporção menor de activos femininos com níveis de instrução baixos, quer pela sua maior importância nos níveis de escolaridade mais elevados.

2.2.5. População empregada por grupo socio-económico

A incidência de uma elevada proporção de população activa analfabeta e com baixos níveis de instrução escolar tem reflexos particularmente importantes no contexto da qualificação da mão de obra, e que se manifesta numa proporção reduzida de quadros médios e superiores.

Para além disto, verifica-se um peso diminuto dos quadros médios e intermédios, situação semelhante à verificada no contexto nacional. Este facto reflecte a grande pulverização das empresas em termos de dimensão, bem como um nível tecnológico relativamente simples

Neste contexto, a importância da população activa sem qualificação ascende a cerca de 23%, condicionada particularmente pelo peso dos trabalhadores do comércio e serviços sem qualificação e dos trabalhadores agrícolas não qualificados. No contexto nacional, estes grupos socio-profissionais tem uma expressão mais reduzida, sendo bastante menor a importância dos trabalhadores agrícolas não qualificados (1.6%).

Com maior relevância aparecem os operários qualificados e semi-qualificados (20.3%) e os empregados administrativos do comércio e serviços (16.7%).

Seguindo o mesmo raciocínio, que pretende correlacionar o nível de instrução da população activa com o grau de qualificação profissional, podemos constatar que as mulheres, caracterizadas por possuírem um nível de instrução superior, apresentam um grau de qualificação também superior ao dos homens. Na verdade, é possível verificar que os grupos socio-económicos correspondentes aos quadros intelectuais e científicos e aos quadros técnicos intermédios, evidenciam já uma importância considerável ao nível da população activa feminina (4.7 e 6.9% respectivamente).

POPULAÇÃO, SEGUNDO O SEXO, POR GRUPO SÓCIO-ECONÓMICO - 1991

Zona Geográfica Grupo Sócio-Económico	Portugal			Região Alentejo					
	HM	H	M	HM		H		M	
	%	%	%	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%
Empresários directores	1,1	1,5	0,5	938	0,4	758	0,5	180	0,2
Empresários com profissões intelectuais científicas e técnicas	0,5	0,5	0,4	405	0,2	237	0,2	168	0,2
Empresários da indústria, comércio e serviços	1,5	1,6	1,2	2238	1,0	1618	1,1	620	0,8
Empresários agrícolas	0,2	0,2	0,1	878	0,4	667	0,5	211	0,3
Pequenos patrões com profissões intelectuais e científicas	0,1	0,1	0,1	157	0,1	93	0,1	64	0,1
Pequenos patrões com profissões técnicas intermédias	0,2	0,2	0,1	207	0,1	148	0,1	59	0,1
Pequenos patrões da indústria	1,1	1,7	0,3	1972	0,9	1782	1,3	190	0,2
Pequenos patrões do comércio e serviços	2,6	2,7	2,4	4547	2,0	2707	1,9	1840	2,2
Pequenos patrões agrícolas	0,6	0,7	0,4	2111	0,9	1811	1,3	300	0,4
Profissionais intelectuais e científicos independentes	0,3	0,4	0,2	358	0,2	257	0,2	101	0,1
Profissionais técnicos intermédios independentes	0,4	0,4	0,3	548	0,2	357	0,3	191	0,2
Trabalhadores industriais e artesanais independentes	2,9	4,3	1,1	8147	3,6	7067	5,0	1080	1,3
Prestadores de serviços e comerciantes independentes	4,1	3,1	5,6	12408	5,6	6134	4,4	6274	7,6
Agricultores independentes	5,7	5,9	5,5	13121	5,9	10638	7,5	2483	3,0
Directores e quadros dirigentes do estado e das empresas	0,8	1,1	0,4	715	0,3	606	0,4	109	0,1
Dirigentes de pequenas empresas e organizações	0,2	0,3	0,1	278	0,1	199	0,1	79	0,1
Quadros intelectuais e científicos	4,7	3,9	5,9	7577	3,4	3672	2,6	3905	4,7
Quadros técnicos intermédios	5,4	4,3	7,0	9674	4,3	4007	2,8	5667	6,9
Quadros administrativos intermédios	1,1	0,6	1,8	1590	0,7	825	0,6	765	0,9
Encarregados e capatazes	0,7	1,0	0,3	1484	0,7	1423	1,0	61	0,1
Empregados administrativos do comércio e dos serviços	19,6	16,4	24,1	37380	16,7	19280	13,7	18100	22,0
Operários qualificados e semi-qualificados	26,7	33,0	17,8	45321	20,3	39884	28,3	5437	6,6
Assalariados agrícolas	2,2	2,8	1,3	9223	4,1	7104	5,0	2119	2,6
Trabalhadores administrativos do comércio e dos serviços não qualif.	7,5	3,3	13,6	18658	8,4	4588	3,3	14070	17,1
Operários não qualificados	5,7	6,3	4,7	11763	5,3	10326	7,3	1437	1,7
Trabalhadores agrícolas não qualificados	1,6	1,4	1,8	24136	10,8	11443	8,1	12693	15,4
Pessoal das forças armadas	1,0	1,6	0,2	2138	1,0	2015	1,4	123	0,1
Outras pessoas activas, n.e.	1,6	0,9	2,6	5311	2,4	1343	1,0	3968	4,8

Fonte: INE - Recenseamento Geral da População - 1991

Quadro 24

Por outro lado, a população activa feminina sem qualificação é proporcionalmente inferior à masculina, em particular ao nível dos operários não qualificados, mantendo-se ainda o peso considerável do grupo socio-económicos dos trabalhadores agrícolas não qualificados

2.3. DESEMPREGO²⁰

O desemprego, que representa outra componente da população activa, abrangia na Região Alentejo, em 1991, cerca de 22787 pessoas, o que representava uma taxa de desemprego de 10.2%. Este valor correspondia à maior taxa de desemprego do país, cuja média se situava nos 6.1%, e excedia também a taxa de desemprego média comunitária que, naquela altura, se situava nos 8.5%.

Contudo, o nível elevado de desemprego verificado na Região Alentejo tem a sua principal incidência ao nível da população feminina, sendo as mulheres responsáveis por 67.8% dos desempregados. Para a população feminina a Região Alentejo registava uma taxa de desemprego de 18.8%, numa altura em que a média nacional do desemprego feminino se situava nos 8.9%. No contexto da população activa masculina o nível de desempregados situava-se nos 5.2%, valor mais próximo da média nacional que na altura era de 4.2%.

Esta diferenciação sexual ao nível dos desempregados tem por detrás uma cada vez maior inserção da mulher no mercado de trabalho, e pelo facto de a mulher ser, de uma forma geral, mais afectada pelo fenómeno do despedimento que o homem.

Por outro lado, a Região Alentejo, caracteriza-se também por ser uma das regiões do país onde a procura de 1º emprego tem menos incidência, facto que se deve ao elevado nível de envelhecimento demográfico, que se manifesta na existência de um efectivo muito reduzido de população jovem.

Para além disto a reconversão dos processos produtivos agrícolas tem sido responsável pelo libertar de um quantitativo muito elevado de mão de obra que, numa região onde a actividade industrial tem pouca implantação, só tem possibilidade de vir a desenvolver uma nova actividade profissional no sector dos serviços que normalmente exige um nível

²⁰ A análise do desemprego baseia-se na informação disponibilizada pelo Recenseamento de 1991

de qualificação superior, encontrando-se localizado maioritariamente nos centros urbanos de maior dimensão.

Neste contexto, mais de 2 em cada 3 desempregados encontram-se à procura de um novo emprego (76.7%).

Na população feminina o peso dos desempregados à procura de 1º emprego é bastante maior, facto que reflecte a cada vez maior inserção da mulher no mercado de trabalho atrás referida, e corresponde a 1 em cada 4 desempregados. Nos homens desempregados, é particularmente marcante o fenómeno da procura de um novo emprego, e que se manifesta em mais de 4 em cada 5 desempregados (81.7%).

2.3.1. Desempregados por grupos etários e sexos

Nesta ordem de ideias, e em especial pela importância da população feminina desempregada, os activos mais afectados pelo desemprego situam-se entre os 20 e os 24 anos, representando cerca de 1 em cada 5 desempregados. Com bastante importância aparece também a população desempregada com idade entre os 25 e os 29 anos, bem como os jovens entre os 15 e os 19 anos. Este último aspecto faz prever a continuação de um número reduzido de população activa com nível de instrução superior à escolaridade obrigatória. Esta situação manifesta-se em ambos os sexos, embora ao nível das mulheres a sua incidência seja particularmente superior.

Quando comparada com a média nacional, a situação do desemprego na Região Alentejo evidencia uma particularidade distinta, que se manifesta numa maior importância relativa do desemprego nos grupos etários acima dos 30 anos, enquanto que o peso relativos dos desempregados mais jovens é menor que o verificado ao nível do país.

POPULAÇÃO RESIDENTE, DESEMPREGADA, SEGUNDO A SITUAÇÃO E SEXO, POR
GRUPOS ETÁRIOS - REGIÃO ALENTEJO - 1991

Grupo Etário	Total						Procura 1º Emprego		Procura Novo Emprego	
	HM	HM	H	H	M	M	HM	HM	HM	HM
	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%
De 65 ou mais anos	99	0,4	57	0,3	42	0,2	10	10,1	89	89,9
De 60 a 64 anos	924	4,1	653	2,9	271	1,2	29	3,1	895	96,9
De 55 a 59 anos	1468	6,4	628	2,8	840	3,7	105	7,2	1363	92,8
De 50 a 54 anos	1709	7,5	541	2,4	1168	5,1	121	7,1	1588	92,9
De 45 a 49 anos	1565	6,9	386	1,7	1179	5,2	160	10,2	1405	89,8
De 40 a 44 anos	1756	7,7	413	1,8	1343	5,9	218	12,4	1538	87,6
De 35 a 39 anos	2043	9,0	477	2,1	1566	6,9	255	12,5	1788	87,5
De 30 a 34 anos	2637	11,6	597	2,6	2040	9,0	459	17,4	2178	82,6
De 25 a 29 anos	3092	13,6	774	3,4	2318	10,2	607	19,6	2485	80,4
De 20 a 24 anos	3895	17,1	1315	5,8	2580	11,3	1239	31,8	2656	68,2
De 15 a 19 anos	3186	14,0	1285	5,6	1901	8,3	1777	55,8	1409	44,2
De 12 a 14 anos	408	1,8	211	0,9	197	0,9	331	81,1	77	18,9

Fonte: INE - Recenseamento Geral da População - 1991

Quadro 25

A isto não será alheio o facto de o fenómeno do desemprego no Alentejo apresentar características estruturais que se manifestam quer ao nível da libertação de mão de obra de diversas actividades e em particular da actividade agrícola, quer na diminuta criação de novas actividades produtivas que necessitem de um nível significativo de absorção de mão de obra.

Por outro lado, e em virtude da inserção no mercado de trabalho se fazer em idades muito jovens, é possível verificar-se que só a população situada abaixo dos 20 anos procura maioritariamente um primeiro emprego. Mesmo assim, de entre a população desempregada com idades compreendidas entre os 15 e os 19 anos 44.2% procuram já um novo emprego.

2.3.2. Desemprego segundo o nível de instrução e sexo

Um outro aspecto a considerar quando se analisam fenómenos com a complexidade do desemprego com o objectivo de fornecer elementos que informem uma possível intervenção, é a questão do nível de qualificação e de instrução da população desempregada.

POPULAÇÃO RESIDENTE, DESEMPREGADA, SEGUNDO A SITUAÇÃO E SEXO,
POR NÍVEL DE INSTRUÇÃO - 1991

Nível de Instrução	Total					
	HM	%	H	%	M	%
Portugal	267775	100	107206	100	160569	100
Não sabe ler e escrever	9347	3,5	3711	3,4	5636	3,5
Só sabe ler e escrever	997	0,4	450	0,4	547	0,3
Ensino Básico Primário	105517	39,1	40975	37,9	64542	39,9
Ensino Básico Preparatório	48125	17,8	20336	18,8	27789	17,2
Ensino Secundário Unificado	43704	16,2	18061	16,7	25643	15,9
Ensino Secundário Complementar	39676	14,7	15105	14,0	24571	15,2
Curso Médio	3742	1,4	1417	1,3	2325	1,4
Curso Médio (Incompleto)	2051	0,8	877	0,8	1174	0,7
Curso Superior	16667	6,2	7151	6,6	9516	5,9
Região do Alentejo	22782	100	7337	100	15445	100
Não sabe ler e escrever	2513	11,0	1005	13,6	1508	9,7
Não sabe ler e escrever	124	0,5	65	0,9	59	0,4
Ensino Básico Primário	10002	43,7	2972	40,4	7030	45,3
Ensino Básico Preparatório	4119	18,0	1379	18,7	2740	17,7
Ensino Secundário Unificado	3081	13,5	1027	13,9	2054	13,2
Ensino Secundário Complementar	2343	10,2	683	9,3	1660	10,7
Curso Médio	144	0,6	40	0,5	104	0,7
Curso Médio (Incompleto)	86	0,4	26	0,4	60	0,4
Curso Superior	456	2,0	166	2,3	290	1,9

Fonte: INE - Recenseamento Geral da População - 1991

Quadro 26

Assim, e no que se refere ao nível de instrução dos desempregados alentejanos, é possível verificar que apresentam um nível de escolaridade ainda mais baixo do que o existente no contexto da população activa. Na verdade, mais do que 1 em cada 5 desempregados não sabem ler nem escrever (11.0%) e mais de metade deles não possuem nível superior ao ensino básico primário. Os restantes, distribuem-se de uma forma decrescente pelos níveis escolares até ao secundário complementar, já que com

um nível de instrução superior a este só se encontram pouco mais de 2% da população desempregada. Referência ainda para a incidência do desemprego num número já significativo de população com curso superior.

A distribuição dos desempregados por sexos evidencia um nível de escolaridade ligeiramente superior da população desempregada feminina em relação à masculina.

Quando comparado com a situação existente no contexto nacional, o Alentejo caracteriza-se particularmente por possuir um número significativamente maior de desempregados analfabetos (11.0% vs 3.5%) e com um nível de escolaridade inferior ou igual ao ensino básico primário (55.0% vs 43.0%), e por albergar um número relativo de desempregados com formação universitária significativamente inferior ao verificado no contexto de Portugal (2% vs 6.2%).

POPULAÇÃO RESIDENTE, DESEMPREGADA, POR TIPO DE PROCURA DE EMPREGO, SEGUNDO A SITUAÇÃO E SEXO, POR NÍVEL DE INSTRUÇÃO - 1991

Nível de Instrução	Procura de Primeiro Emprego						Procura de Novo Emprego					
	HM	%	H	%	M	%	HM	%	H	%	M	%
Portugal	71163	100	23389	100	47774	100	196612	100	83817	100	112795	100
Não sabe ler e escrever	1388	1,9	356	1,5	1032	2,1	7959	4,0	3355	4,0	4604	4,1
Só sabe ler e escrever	165	0,2	46	0,2	119	0,2	832	0,4	404	0,5	428	0,4
Ensino Básico Primário	17940	25,0	3653	15,5	14287	29,7	87577	44,2	37322	44,2	50255	44,2
Ensino Básico Preparatório	14172	19,8	5350	22,7	8822	18,3	33953	17,1	14986	17,7	18967	16,7
Ensino Secundário Unificado	13394	18,7	5246	22,3	8148	16,9	30310	15,3	12815	15,2	17495	15,4
Ensino Secundário Complementar	16222	22,6	5775	24,5	10447	21,7	23454	11,8	9330	11,0	14124	12,4
Curso Médio	730	1,0	208	0,9	522	1,1	3012	1,5	1209	1,4	1803	1,6
Curso Médio (Incompleto)	547	0,8	169	0,7	378	0,8	1504	0,8	708	0,8	796	0,7
Curso Superior	7152	10,0	2755	11,7	4397	9,1	9515	4,8	4396	5,2	5119	4,5
Região do Alentejo	5311	100	1343	100	3968	100	17471	100	5994	100	11477	100
Não sabe ler e escrever	184	3,4	29	2,1	155	3,9	2329	13,3	976	16,2	1353	11,8
Não sabe ler e escrever	11	0,2	5	0,4	6	0,2	113	0,6	60	1,0	53	0,5
Ensino Básico Primário	1410	26,4	235	17,3	1175	29,4	8592	49,0	2737	45,6	5855	50,9
Ensino Básico Preparatório	1167	21,8	339	25,0	828	20,7	2952	16,8	1040	17,3	1912	16,6
Ensino Secundário Unificado	1159	21,7	339	25,0	820	20,5	1922	11,0	688	11,5	1234	10,7
Ensino Secundário Complementar	1142	21,4	319	23,5	823	20,6	1201	6,9	364	6,1	837	7,3
Curso Médio	44	0,8	12	0,9	32	0,8	100	0,6	28	0,5	72	0,6
Curso Médio (Incompleto)	36	0,7	12	0,9	24	0,6	50	0,3	14	0,2	36	0,3
Curso Superior	194	3,6	65	4,8	129	3,2	262	1,5	101	1,7	161	1,4

Fonte: INE - Recenseamento Geral da População - 1991

Quadro 27

Outro aspecto a considerar é o maior nível de instrução evidenciado pela população que procura o 1º emprego, que se manifesta numa redução significativa dos analfabetos e de um preocupante aumento dos desempregados com formação universitária à procura do 1º emprego que, em 1991, representavam já 3.7% daqueles que procuram a inserção no mercado de trabalho. No contexto nacional este fenómeno representa já 10% dos

desempregados à procura do 1º emprego, e evidencia bem o nível de qualificação das empresas nacionais que, na sua maior parte, não possuem quadros com formação universitária. Por outro lado, patenteia também as dificuldades de ingresso dos quadros técnicos superiores na administração pública local e central.

No que diz respeito aos desempregados à procura de novo emprego, é possível verificar o excessivo peso dos analfabetos (13.3%), e em particular dos homens (16.3%), valores significativamente superiores aos verificados na média nacional (4.1% e 4.0%). Por outro lado, cerca de 2/3 da população desempregada à procura de novo emprego possui um nível de instrução que não vai além do ensino básico primário.

2.3.3. Desempregados por principal meio de vida

A situação do desemprego na Região Alentejo tem assumido nos últimos tempos aspectos particularmente preocupantes que configuram uma situação de relativa pobreza e que uma análise mais desagregada geograficamente poderia evidenciar com mais particularidade.

Neste contexto podemos verificar que cerca de 50% dos desempregados não auferiam, em 1991, qualquer tipo de rendimento, encontrando-se a cargo de familiares, facto que apresentava uma maior incidência ao nível dos desempregados femininos.

POPULAÇÃO DESEMPREGADA, POR PRINCIPAL MEIO DE VIDA E SEXOS
REGIÃO ALENTEJO - 1991

Zona Geográfica Principal Meio de Vida e Sexo	HM		H		M	
	V.A	%	V.A	%	V.A	%
Região do Alentejo	22782	100,0	7337	32,2	15445	67,8
Trabalho	4342	19,1	1865	25,4	2477	16,0
Subsídio de desemprego	4639	20,4	1830	24,9	2809	18,2
Subsídio temporário por acidente de trabalho	186	0,8	98	1,3	88	0,6
Outros subsídios temporários	187	0,8	89	1,2	98	0,6
A cargo da família	11131	48,9	2321	31,6	8810	57,0
Pensão de qualquer natureza	288	1,3	132	1,8	156	1,0
Apoio social	110	0,5	34	0,5	76	0,5
Rendimentos de propriedade	54	0,2	30	0,4	24	0,2
Outra situação	1845	8,1	938	12,8	907	5,9

Fonte: INE - Recenseamento Geral da População - 1991

Quadro 28

O subsídio de desemprego, deixando de fora os desempregados à procura de 1º emprego, apenas beneficiava 20.4% dos desempregados, facto que se reflectia num quantitativo bastante grande de desempregados cujo principal meio de vida era o trabalho (19.1%) certamente temporário e em condições precárias.

Com alguma expressão (1.8%) aparecem ainda aqueles que estando desempregados subsistem com uma pensão de qualquer natureza ou com apoio social.

Foram estes os dados preocupantes que estiveram na base da Região Alentejo se Ter constituído como zona prioritária de intervenção dos Projectos de Luta Contra a Pobreza em geral, e do Subsídio de Rendimento Mínimo Garantido.

2.4. CONCLUSÃO

Em síntese, podemos dizer que a Região Alentejo se caracteriza no contexto socio-económico pelas perdas constantes de população activa que se têm manifestado nas últimas décadas, apesar do aumento que registou ao nível da população activa feminina. Este decréscimo não foi tão acentuado no contexto da taxa de actividade devido também ao considerável aumento dos níveis de actividade das mulheres.

Apesar de tudo, observa-se ainda alguma incidência de actividade económica em homens com idades muito avançadas, o que pode indiciar algumas deficiências no Sistema de Segurança Social, que estarão certamente a ser corrigidos com as recentes intervenções neste domínio. Felizmente que a situação é diferente ao nível das idades mais jovens, onde se verifica uma cada vez maior cobertura do sistema de ensino.

Da população activa ressaltam duas características negativas: baixos níveis de instrução e, conseqüentemente, baixas qualificações profissionais. A primeira, deve-se às elevadas proporções de analfabetos e ao reduzido número de activos com formação superior, factos mais incidentes nos homens; a segunda prende-se com a reduzida importância dos quadros médios e superiores e ao elevado peso de trabalhadores não qualificados que apresentam também uma maior proporção no sexo masculino.

A estrutura social da população activa continua extremamente proletarizada, devido ao elevado peso dos trabalhadores por conta de outrém, numa Região onde escasseiam os empresários.

As actividades económicas são maioritariamente desenvolvidas no âmbito do sector terciário, que foi o principal beneficiado com a redução drástica das actividades ligadas ao sector primário, maioritário no passado, e que se viu ultrapassado também pelo sector industrial. Contudo, no contexto dos ramos de actividade económica as actividades agrícolas continuavam a ser, em 1991, as com maior implantação, em termos de ocupação de população activa e, ao nível das actividades industriais, embora se tenha registado um incremento das indústrias transformadoras, em particular da transformação das rochas ornamentais, a construção civil continua ser a actividade predominante na

população activa masculina. As mulheres ocupam-se maioritariamente nos serviços, onde o comércio e os serviços da administração pública central e local são os principais empregadores.

Referência final para o flagelo do desemprego que afecta mais o Alentejo do que qualquer outra região do país, e com características muito próprias: grande peso dos desempregados de longa duração; desempregados com níveis de escolaridade e qualificação profissional muito baixos e com maior incidência nas mulheres. Esta situação de desemprego tem criado fenómenos de relativa pobreza que afectam algumas zonas do Alentejo.

Neste contexto, as questões relacionadas com a debilidade socio-económica da população alentejana e da sua população activa deverão ser enquadradas numa perspectiva de intervenção mais ampla que passa pela atracção de investimento e de população em idade activa e com maiores níveis de qualificação do exterior. Este fenómeno foi já identificado ao nível dos centros urbanos e pensamos que pode vir a ser potenciado pelos investimentos estruturantes que na actualidade estão a ser feitos no âmbito da Região Alentejo dos quais o Barragem de Alqueva será o exemplo mais significativo.

TERCEIRA PARTE - CONCENTRAÇÃO POPULACIONAL NOS CENTROS URBANOS DA REGIÃO ALENTEJO

1. POVOAMENTO

1.1. POPULAÇÃO SEGUNDO A DIMENSÃO DOS LUGARES

As actividades económicas predominantes no passado, assentes numa actividade agrícola com grande nível de ocupação de mão de obra e disseminada pela Região, justificavam a permanência de um efectivo populacional elevado, que traduzia um tipo de povoamento que, apesar de concentrado em torno de aglomerados populacionais, relativamente afastados entre si, possibilitava a existência de uma estrutura de povoamento mais ou menos equilibrada.

Mesmo assim, e não obstante a Região, nas décadas passadas, se constituir como uma zona de atracção populacional, registaram-se sempre valores muito reduzidos de densidade populacional.

As alterações verificadas na estrutura das actividades económicas dominantes, que, como já se referiu, se materializaram numa redução drástica da actividade agrícola, deram origem a alterações demográficas quer ao nível do efectivo populacional, cuja redução se manifestou na passagem da densidade populacional média para valores inferiores aos 20 habitantes por Km², quer na forma como essa população se distribuiu pelo território.

Uma primeira observação daqueles fenómenos evidencia uma alteração na estrutura de povoamento que se manifesta na rarefacção da população isolada, ou a viver em pequenos aglomerados, em favor da concentração populacional em centros urbanos de maior dimensão, correspondentes na sua generalidade aos lugares sede de concelho.

Contudo, dado o retardamento do processo de desenvolvimento/modernização do Alentejo, aquele fenómeno de concentração populacional manifestou-se

preponderantemente nos aglomerados de maior dimensão, em particular nas sedes de distrito e no centro urbano de Elvas, bem como naqueles onde a actividade económica produtiva teve maior impacto, como sejam os concelhos de Santiago do Cacém, Sines e Castro Verde.

Assim, podemos referir que a tendência para o esvaziamento dos aglomerados de pequena dimensão manifesta-se sempre que não verifique a instalação de unidades industriais, ou a não ocorrência de mudanças significativas no oferta de serviços.

Neste contexto, verificou-se uma acentuação na forma de povoamento concentrado, característico da Região Alentejo, que se manifesta no facto de, em 1960, 17.3 % da população alentejana viver isolada e 10.9% residir em lugares com menos de 100 habitantes, tendo estes valores passado, em 1991, respectivamente para 10.6 e 3.9%. Em termos absolutos, é possível verificar que a população a residir em lugares com menos de 100 habitantes passou de 82607 em 1960 para 21274 em 1991, o que corresponde a uma redução de 74.2%, sendo de realçar também o decréscimo verificado na população isolada que, naquele período, passou de 132003 para 57708, redução que representa 56.3% da população de 1960.

POPULAÇÃO POR DIMENSÃO DOS LUGARES
REGIÃO ALENTEJO

Dimensão Lugares	1960		1970		1981		1991	
	V.A.	%	%	%	V.A.	%	V.A.	%
Isolados	132003	17,3	14,6	13,0	57708	10,6		
-100	82607	10,9	9,7	6,0	21274	3,9		
100-2000	266618	35,0	41,9	40,6	216649	39,9		
2000-5000	158803	20,9	17,8	16,5	85179	15,7		
5000-10000	58281	7,7	5,6	9,7	76842	14,1		
+10000	62605	8,2	10,4	14,3	85790	15,8		
Total	760917	100,0	100,0	100,0	543442	100,0		

Fonte: INE - Censos 1960/70/81/91

Quadro 29

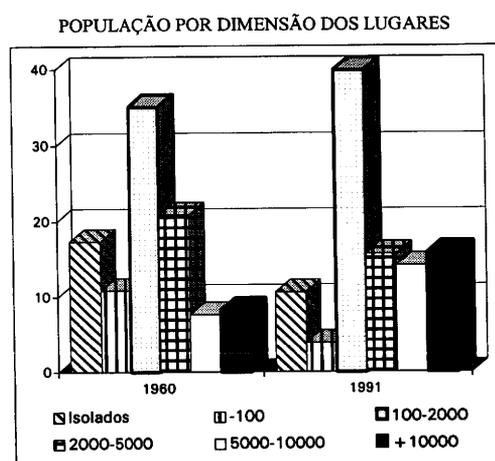


Gráfico 15

Registou-se também uma diminuição na proporção de população a residir em lugares compreendidos entre os 2000 e os 5000 habitantes, que passou de 20.9% em 1960, para 15.7% em 1991. Esta redução teve os seus reflexos na *despromoção* de alguns destes aglomerados, que foram os principais responsáveis pelo aumento verificado na importância da população a residir nos lugares com 100 a 2000 habitantes. Contudo, este aumento relativo não corresponde a um aumento do efectivo populacional, da população

a residir nestes lugares, facto que só se verifica nos principais centros urbanos da Região.

Na verdade, os principais beneficiados foram os lugares de maiores dimensões, em particular os aglomerados com 5000 a 10000 habitantes e os com mais de 10000 que viram a importância da sua população passar, respectivamente, de 7.7 e 8.2 %, em 1960, para 14.1 e 15.8%, em 1991, ao mesmo tempo que registaram um aumento do seu efectivo populacional.

Esta tendência para a densificação dos lugares com maiores dimensões deverá ser entendida como indicador de que, apesar dos atrasos ainda verificados em termos de desenvolvimento, a urbanização tem progredido com formas e contornos específicos da sociedade e território alentejano, reflectindo as alterações ao nível das actividades e estilos de vida da população que nuns casos é resultante da convergência da industrialização e noutros, com maior incidência, do crescimento dos serviços relativos a consumos individuais e colectivos, bem como da administração autárquica.

Nº DE LUGARES POR DIMENSÃO
REGIÃO ALENTEJO

Nº lugares	1960	1970	1981	1991
- 100	2573	2000	795	515
100-2000	602	553	511	476
2000-5000	51	33	31	28
5000-10000	9	5	8	11
+10000	4	4	4	4
Nº Lugares	3239	2595	1349	1034

Fonte: INE - Censos 1960/70/81/91

Quadro 30

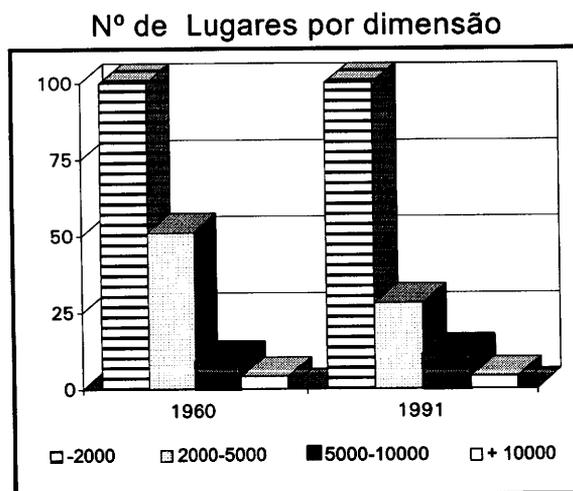


Gráfico 16

Estas alterações verificadas ao nível do povoamento manifestam-se também numa redução do número de lugares com menos de 100 habitantes que passaram de 2573, em 1960, para 515, em 1991, sofrendo uma redução de 80%. Contrariamente os aglomerados com 5000 a 10000 habitantes, naquele período, aumentaram de 9 para 11.

Prevalece, contudo, algum desequilíbrio ao nível da estrutura da hierarquia de lugares da Região, motivado principalmente pelo desaparecimento significativo de lugares com

população compreendida entre os 2000 e os 5000 habitantes, que passaram de 51, em 1960, para 28, em 1991, e que se viram despromovidos para o escalão inferior.

1.2. ESTRUTURA DA REDE URBANA

A estrutura do povoamento da Região Alentejo, materializada na hierarquia de lugares atrás mencionada, traduz um tipo de rede urbana com grandes desequilíbrios que são grandemente potenciados pela enorme dimensão geográfica da Região, que cada vez mais se caracteriza pela existência de vastas zonas periféricas, quer em termos físicos quer no contexto do desenvolvimento socio-económico.

Podemos sintetizar os principais estrangulamentos da rede urbana da forma seguinte:

√ em primeiro lugar a reduzida dimensão dos principais centros urbanos, em particular das capitais de distrito, que apresentam valores abaixo dos 20 000 habitantes. A única excepção a esta regra verifica-se em Évora, centro urbano que, contudo, não apresenta mais que 40 000 habitantes, o que, numa óptica de capital regional, é deveras insuficiente, tanto mais que ficará perfeitamente ofuscada quer por Lisboa e Setúbal, quer mesmo por Badajoz.

Esta reduzida dimensão dos principais centros urbanos traduz o seu fraco poder de atracção, particularmente patente em Beja, o que os torna pouco atractivos para a população oriundo de fora da Região. Ao mesmo tempo, provocam também uma reduzida polaridade em relação às periferias que, mediante o estabelecimento de dinâmicas pendulares diárias ou semanais, poderão vir a ser bastante beneficiadas com fenómenos de *urbanização in situ*, que, como já referimos, constituem fenómenos de urbanização em espaços rurais.

Por último, serão também insuficientes as capacidades que evidenciam para absorverem alguns excedentes que se possam produzir nas zonas periféricas, que muito beneficiariam com a proximidade de centros urbanos de maiores dimensões;

- √ Reduzida dimensão da generalidade dos lugares sede de concelho, que se manifesta no facto de, excluídas as sedes de distrito, só 30.4% deles possuir mais de 5 000 habitantes. Esta situação traduz-se na inexistência de volumes significativos de população que justifiquem a existência e instalação de novos equipamentos e serviços especializados, tanto ao nível da educação e saúde, como, e em particular, da cultura, desporto e recreio. Por este motivo, agrava-se a tendência para a desclassificação destes lugares e ao mesmo tempo para a marginalização das suas populações e, mais especialmente, das que residem na sua periferia, que acabam por ter que se deslocar às sedes de distritos para satisfazerem necessidades que poderiam e deveriam obter satisfação nas sedes de concelho;

Centros Urbanos
com + de 5000 habitantes em 1991

Lugares	1960	1991
Évora	24144	38938
Beja	15702	20005
Portalegre	11017	15150
Elvas	11742	13422
Sines	4182	9628
Santo André	105	8960
Vendas Novas	5578	8511
Moura	9533	7995
Campo Maior	7382	7236
Montemor-O-Novo	5636	7056
Estremoz	6806	6910
Aljustrel	6522	5209
Vila Viçosa	4202	5138
Reguengos de Monsaraz	5095	5128
Grândola	4951	5112

Fonte: INE - Censos 1960 e 1991

Quadro 31

Rede de Lugares

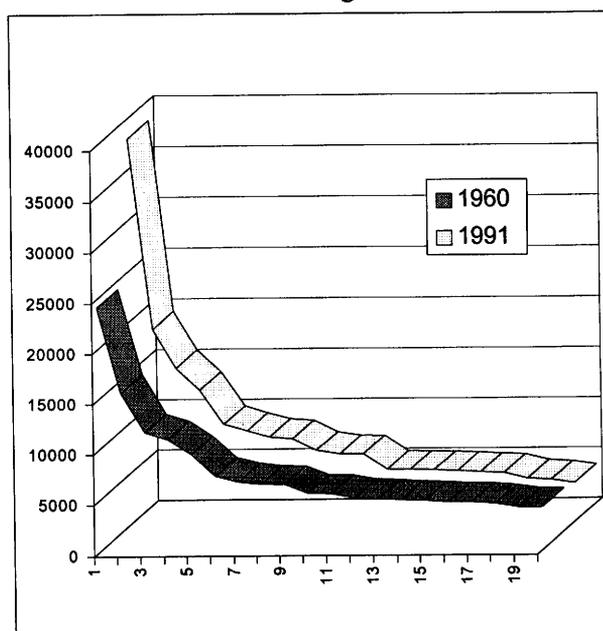


Gráfico 17

- √ Número reduzido de lugares com dimensão intermédia, fora das sedes de distrito e de concelho, que possam alternar com as sedes de concelho na prestação de serviços de nível mais especializado;
- √ Grande número de lugares de pequena dimensão que apresentam grandes problemas de acessibilidade aos lugares centrais, motivados pela elevada distância a que se situam da sede de concelho, e pela deficiente rede de transportes, cada vez menos disponível para servir lugares cada vez mais despovoados. A distância média dos lugares à sede de concelho é de 11.6 Km, como já referimos, atingindo valores

próximos dos 17 Km nos concelhos de Mértola e Mora, e dos 25 Km no concelho de Odemira.

Em conclusão, podemos dizer que os desequilíbrios existentes na rede urbana da Região Alentejo estão na base das dificuldades de acesso das populações das zonas rurais aos equipamentos de nível hierárquico superior, condicionando ao mesmo tempo a implementação de uma rede de equipamentos assente numa estrutura hierárquica e numa perspectiva regional, sub-regional, concelhia, de freguesia e de lugar.

Contrariamente, a tendência que se verifica é no sentido da cada vez maior densificação da instalação de equipamentos e infra-estruturas nos quatro principais centros urbanos da Região, com a criação e aprofundamento das assimetrias existentes no contexto da Região, contrariamente à preocupação que as estratégias de intervenção deverão ter de promover o desenvolvimento equilibrado.

1.3. POPULAÇÃO URBANA E POPULAÇÃO RURAL

A análise socio-demográfica feita nos capítulos anteriores dirigiu-se de uma forma genérica para a Região Alentejo, não havendo uma preocupação de evidenciar algumas diferenciações que se verificam quando se desagrega a análise para o nível sub-regional ou concelhio. Estas diferenciações que se manifestam aos diferentes níveis da actividade humana, também se verificam quando comparamos as características da população urbana com as da população não urbana, e que constituem uma matéria que interessa ao objecto deste estudo.

Como já tivemos oportunidade de justificar em capítulos anteriores, a definição e identificação do fenómeno urbano é tarefa que possibilita diferentes abordagens e que pressupõe, cada vez mais, uma visão multi-disciplinar. Por este motivo, e dadas as especificidades regionais em termos demográficos (reduzido volume de população, em declínio desde os anos cinquenta), físicos (elevada dimensão geográfica, com predomínio da grande propriedade fundiária) e económicos (elevada proporção de activos ainda ligados à agricultura), optou-se por distinguir aqueles dois tipos de população através da utilização de um critério político - administrativo, com base no qual considerámos como urbana toda a população residente nas localidades sede de concelho. A única excepção a este critério foi feita para a localidade de Santo André em virtude do seu elevado efectivo populacional e de se tratar de uma cidade que cresceu maioritariamente devido ao desenvolvimento industrial implantado na área de Sines.

Por outro lado e dado os condicionalismos inerentes à dificuldade de obter dados estatísticos publicados ao nível de lugar, assumiu-se o ónus de se considerar como urbana toda a população residente nas freguesias que constituem os lugares considerados urbanos. Este aspecto terá o inconveniente de misturar a população que vive efectivamente nos centros urbanos com outra, em número muito reduzido, que residindo na mesma freguesia apresenta uma localização geográfica mais periférica. Por outro lado, terá o benefício de se poder desenvolver a análise comparativa a uma diversidade maior de contextos temáticos. Referência também para o facto de a identificação dos migrantes que se fixaram nos centros urbanos ter sido feita também ao nível de freguesia.

Com base naquela distinção, a primeira constatação que podemos fazer prende-se com a cada vez maior importância da população que reside nos centros urbanos, contrariamente àquela que se encontra fora daqueles lugares centrais que tem visto o seu quantitativo absoluto e relativo evoluir de uma forma progressivamente decrescente

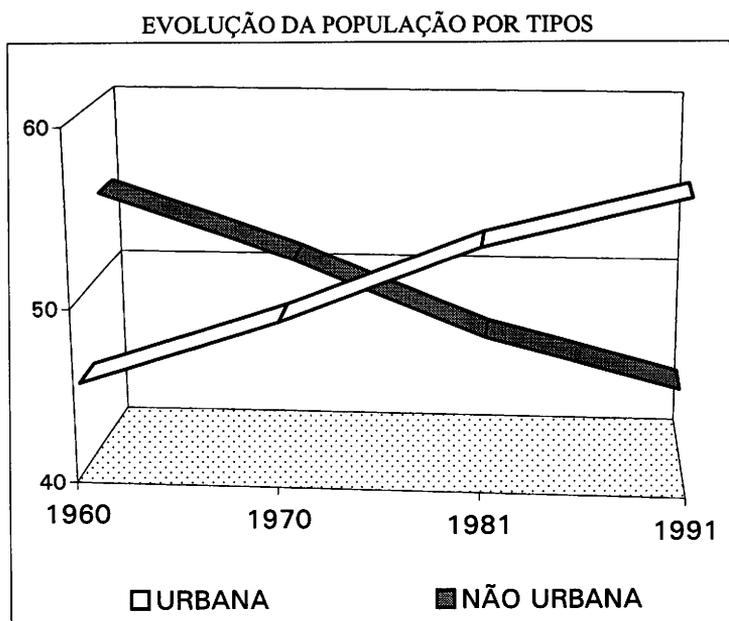


Gráfico 18

A significativa correlação negativa que se verifica entre a evolução daqueles dois tipos de população é sintomático da continuidade de um processo que se caracteriza por uma tendência crescente para a concentração da população nos principais centros urbanos da Região, facto que se associa ao progressivo despovoamento e desaparecimento dos lugares de menores dimensões característicos das zonas rurais.

1.4. CONCENTRAÇÃO POPULACIONAL NOS CENTROS URBANOS

Numa Região onde a debilidade socio-demográfica é já considerada como um dos principais estrangulamentos, que pode vir a comprometer a implementação de projectos de elevada dimensão, como é o caso da Projecto do Alqueva, podemos dizer que os centros urbanos alentejanos representam os núcleos que ainda exercem alguma gravidade, no seio da população rural, que continua a abandonar o seu local de nascimento por aí não encontrar as condições que garantam a sua subsistência com o mínimo de dignidade que hoje se exige.

Na verdade, e apesar de serem também responsáveis pela continuada desertificação das zonas rurais envolventes, dada a atracção que exercem no seio daquelas populações, os centros urbanos da Região começam a evidenciar alguma capacidade para estender a sua atracção para fora dos limites regionais, fenómeno preponderante para o Alentejo poder vir a inverter o seu imparável processo de declínio socio-demográfico.

VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO POR TIPOS

Tipo de População	1960		1970		1981		1991	
	V.A	%	V.A	%	V.A	%	V.A	%
População urbana (*)	345068	-	288352	-16,4	309438	7,3	306392	-1,0
População não urbana	415848	-	298993	-28,1	268992	-10,0	237050	-11,9
Total	760916	-	587345	-22,8	578430	-1,5	543442	-6,0

(*) - População residente nas freguesias sede de concelho + St.º André

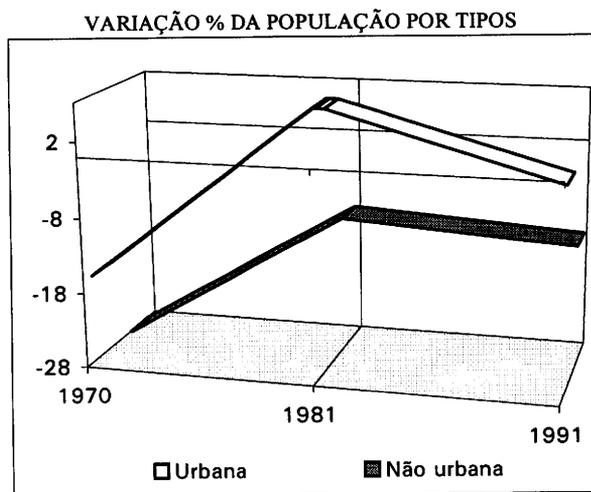
Fonte: INE - Censos 1960/70/81/91

Quadro 32

No entanto, evidenciam ainda grandes debilidades, devido essencialmente a sua reduzida população residente, como já referimos. Esta situação é particularmente evidente quando verificamos, através do quadro 32, que a população urbana recenseada em 1991 apresenta um efectivo menor do que aquele que possuía em 1960. Isto apesar daquela redução ter sido substancialmente menor do que a verificada nas zonas rurais que sofreram uma redução superior a 75% em trinta anos.

Nas zonas urbanas, e naquele período, a redução foi de 12.6%, mas o aspecto mais preocupante prende-se com a tendência decrescente que evidenciaram na última década (-1%), depois de a seguir à *sangria demográfica* dos anos sessenta, terem registado um aumento de 7.3% que se verificou durante a década de setenta.

Sabemos, contudo, que esta década foi particularmente anormal, devido à revolução de Abril e ao retorno de África. Apesar de tudo, é de supor que na presente década o poder de atracção dos centros urbanos se tenha acentuado por forma a que neles se estabeleçam as polarizações necessárias para o *take off* dos processo de desenvolvimento que já tarda nesta Região.



Quadro19

Indicações concretas da capacidade de atracção quer ao nível regional que inter-regional, foram obtidas através do levantamento do efectivo de migrantes que conseguimos identificar no acto da regularização do seu processo de fixação de residência nos centros urbanos da Região e que, posteriormente foram alvo da aplicação de um inquérito por questionário, cujos resultados analisaremos no capítulo seguinte.

Independentemente da intensidade com que se está a manifestar, a concentração populacional nos centros urbanos alentejanos é um facto indiscutível e que advém já do tipo de povoamento concentrado que caracteriza a Região e que se tem vindo a acentuar de uma forma crescente.

Na verdade, se em 1960 mais de metade da população alentejana (54.7%) residia fora dos centros urbanos, na passagem para os anos setenta a divisão entre população urbana e população rural é muito semelhante, fruto da maior saída de população das áreas rurais abandonadas pelos excedentes de mão-de-obra agrícola.

A década de setenta corresponde ao período de afirmação dos centros urbanos que, beneficiando do regresso de emigrantes, de migrantes internos e de retornados de África, passaram a ser responsáveis pela residência de mais de metade da população alentejana (53.5% em 1981).

Os anos oitenta acentuaram a importância relativa da população a residir nos centros urbanos, que em 1991 representava já 56.4% do total da população residente no Alentejo, sendo de prever na presente década uma intensificação da concentração populacional nos principais centros urbanos, fruto de uma capacidade crescente para atraírem população do exterior e devido grandemente também à atracção que exercem sobre as populações das zonas rurais que caminharão para um inevitável despovoamento.

POPULAÇÃO POR TIPOS (%) - REGIÃO ALENTEJO

Tipo de População	1960 %	1970 %	1981 %	1991 %
População urbana (*)	45,3	49,1	53,5	56,4
População não urbana	54,7	50,9	46,5	43,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

(*) - População residente nas freguesias sede de concelho + St. André

Fonte: INE - Censos 1960/70/81/91

Quadro 33

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO POR TIPOS 1960 =100

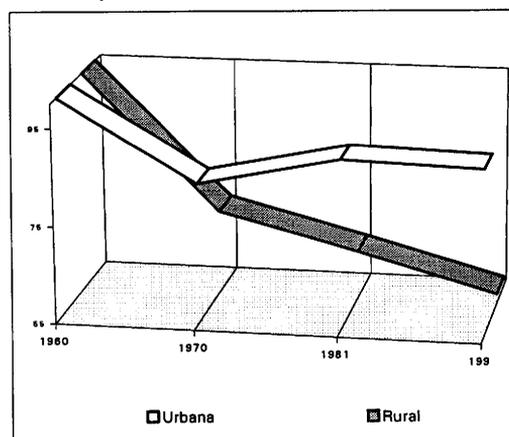


Gráfico 20

2. CENTROS URBANOS DO ALENTEJO

2.1. ESTRUTURA DEMOGRÁFICA

Ao constituírem-se como zonas de repulsão populacional, as zonas rurais do Alentejo tornaram-se fornecedoras de população maioritariamente activa e em idade fecunda, facto que se traduz no acentuar da debilidade das suas estruturas demográficas. Esta debilidade mede-se não só através da redução dos seus efectivos demográfico, e na conseqüente diminuição da densidade do povoamento, como também no elevado grau de envelhecimento das suas estruturas demográficas, onde o reduzido número de população em idade activa jovem é agravado pela elevada proporção de população idosa e pelo reduzido número de jovens.

Nas zonas rurais, em 1991, por cada 100 indivíduos com menos de 15 anos residiam 143 idosos com 65 ou mais anos.

Índices-Resumo - 1991

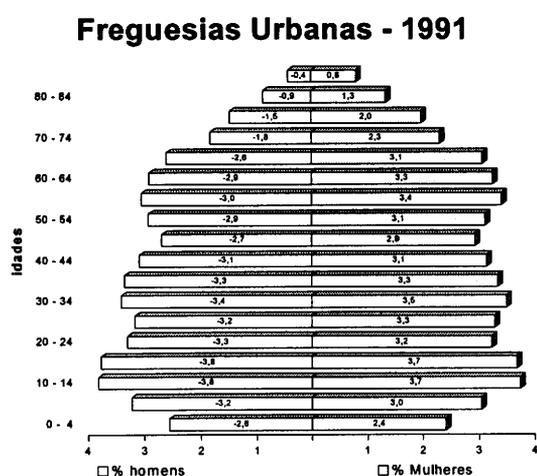
Designação	Rural	Urbana
% de jovens	15,8	18,8
% de Activos	61,5	64,5
% de idosos	22,7	16,7
Dependência de Jovens	25,7	29,1
Dependência de idosos	36,9	25,9
Dependência de Total	62,6	55,1
Índice de Envelhecimento	143,4	89,0

Fonte: INE - Censo de 1991

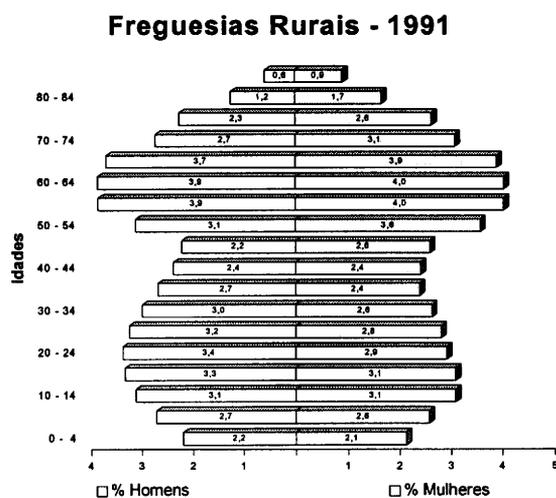
Quadro 34

Contrariamente os centros urbanos dão indicações de melhor resistirem à erosão demográfica do passado recente, podendo mesmo vir a chamar a si a dinamização necessária à inversão daquele fenómeno. Este facto é visível no contexto do evolução demográfica, como já verificámos, como também ao nível das estruturas demográficas que se caracterizam por um menor grau de envelhecimento e, conseqüentemente, por

uma menor incidência da carga social que pesa sobre os activos particularmente devido ao menor peso da população idosa, já que os jovens são proporcionalmente superiores aos que residem nas zonas rurais.



Pirâmide 13



Pirâmide 14

De facto, a estrutura demográfica dos centros urbanos é bastante mais equilibrada, embora sejam já bastante visíveis sinais de um certo grau de envelhecimento demográfico.

2.2. ESTRUTURA DAS ACTIVIDADE ECONÓMICAS

A estrutura das actividade económicas é um dos factores que estão na base da diferenciação entre a população rural, normalmente mais dependente das actividades agrícolas cujo declínio dos últimos anos tem sido um dos principais condicionantes dos baixos níveis de desenvolvimento das populações que residem nas zonas rurais, e população urbana maioritariamente ligadas a actividades industriais, numa primeira fase do crescimento das cidades e, mais recentemente ao sector dos serviços, principal responsável pelo elevados níveis de absorção de população activa e, consequentemente pelos elevados níveis de atracção que exercem sobre a população rural.

Ao nível da Região Alentejo esta diferenciação também existe, embora as actividades empregadoras apresentem um nível de suscetibilidade ainda precário, estando na sua maior parte assentes em actividade ligadas aos serviços públicos da administração central e local.

População Activa por sectores de actividade económica -1991

DESIGNAÇÃO	População activa com profissão			Sector de Actividade								
				Primário			Secundário			Terciário		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
FREGUESIAS URBANAS	120426	76388	44038	13,2	15,9	8,5	25,3	32,5	12,7	61,6	51,6	78,9
FREGUESIAS NÃO URBANA	80058	57248	22810	38,3	39,2	36,1	26,9	32,9	11,9	34,7	27,8	52,0
REGIÃO ALENTEJO	200484	133636	66848	23,2	25,9	17,9	25,9	32,7	12,4	50,8	41,4	69,7

Fonte: INE - Censos 1991

Quadro 35

De facto, os residentes nos centros urbanos desempenham maioritariamente actividades ligadas à prestação de serviços, enquanto que as tarefas agrícolas representam o sector com menos ocupação de população activa. Mesmo assim, a maior parte deste centros urbanos, quer devido ao seu reduzido efectivo demográfico, quer em virtude da sua

“interioridade” geográfica, apresentam ainda uma elevada proporção de população activa que se ocupa de tarefas agrícolas.

Contrariamente, à ruralidade das populações que residem fora dos centros urbanos da região Alentejo, traduzida através de estilos de vida, sistema de valores e tipos de relações sociais, associa-se uma outra característica, a agrícola, e que reside no facto das actividades ligadas à agricultura serem as que ocupam maior número de população activa.

População activa - Freguesia urbanas 1991

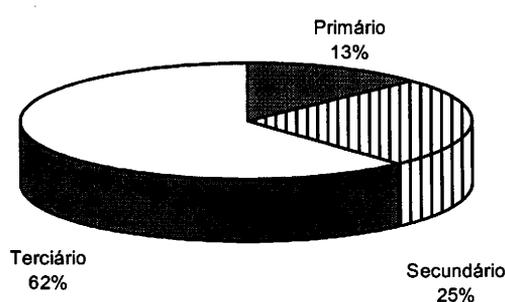


Gráfico 21

População activa - Freguesia urbanas 1991

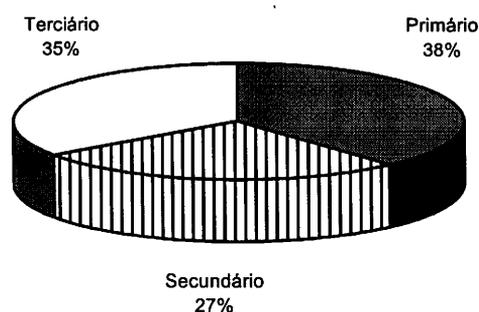


Gráfico 22

Numa altura em que a terciarização das actividades económicas se verifica cada vez com maior incidência, nas zonas rurais as actividades ligadas aos serviços aparecem em segundo lugar na ordem de importância, sendo as actividades industriais aquelas que apresentam um menor peso. Mesmo assim, será de referir o relativo equilíbrio existente na distribuição da população pelos diferentes sectores de actividade económica das zonas rurais do Alentejo.

2.3. NÍVEL DE INSTRUÇÃO

Caracterizada pelo menor acesso que tem aos equipamentos sociais, educativos, culturais e desportivos, maioritariamente localizados nos centros de maior dimensão, a população residente nas zonas rurais evidencia já características marcadas por esta localização periférica relativamente aos principais centros de decisão. Para além da insuficiência de população em idade activa e fecunda, e do seu reduzido grau de qualificação profissional, a população residente nas zonas rurais alentejanas caracteriza-se também por evidenciar um nível de escolaridade muito baixo.

Taxa de analfabetismo e nível de instrução da População com + de 10 anos - 1991

DESIGNAÇÃO	População residente > 10 anos			Taxa de analfabetismo			Nível de instrução								
							Primário			Secundário			> Secundário		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
FREGUESIAS URBANAS	272003	130666	141337	16,3	12,9	19,4	45,1	46,4	43,9	24,4	25,6	23,2	6,4	6,0	6,8
FREGUESIAS NÃO URBANA	214265	105818	108447	28,8	24,9	32,7	48,7	51,1	46,3	11,6	12,1	11,2	1,6	1,2	1,9
TOTAL	486268	236484	249784	21,8	18,2	25,2	46,7	48,5	44,9	18,8	19,6	18,0	4,3	3,8	4,7

Fonte: INE - Censos 1991

Quadro 36

POPULAÇÃO POR NÍVEIS DE INSTRUÇÃO - 1991

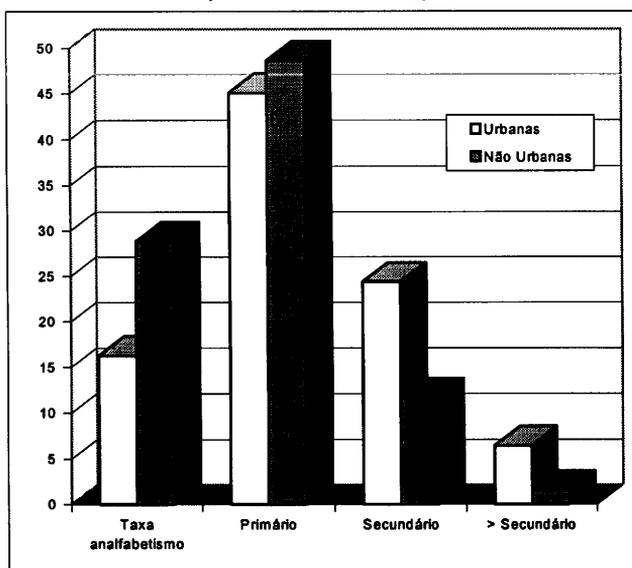


Gráfico 23

2.4 CONCLUSÃO

Em síntese, podemos dizer que não obstante a região Alentejo, nas décadas passadas, se ter constituído como uma zona de atracção de mão-de-obra, registaram-se sempre valores muito reduzidos de densidade populacional. As alterações verificadas nas actividades económicas dominantes no passado - redução da importância das actividades agrícolas e aumento dos serviços, maioritariamente localizados nos centros urbanos -, provocaram alterações na estrutura do povoamento que se manifestam na rarefacção da população a viver em pequenos aglomerados, em favor da concentração populacional nos centros de maior dimensão ou importância político-administrativa, que correspondem aos centros urbanos das localidades sedes de concelho.

Consequentemente registou-se um aumento significativo das zonas de baixa densidade demográfica. Estas alterações verificadas na estrutura do povoamento, caracterizaram-se também pela desertificação dos lugares com menos de 100 habitantes em favor do aumento dos de nível superior. A rede urbana da região Alentejo caracteriza-se também pelo reduzido número de lugares com dimensão superior a 10 000 habitantes (4), prevalecendo também um desequilíbrio significativo na estrutura da hierarquia de lugares motivada principalmente pelo reduzido número de lugares de dimensão intermédia.

A evolução demográfica, associada à estrutura de povoamento existente no Alentejo, condicionou a existência de dois tipos de população: população a residir nos centros urbanos das localidades sedes de concelho, que apresenta alguma vitalidade demográfica, e população a residir fora daqueles centros com grande debilidade e em progressivo declínio. Se nas décadas passadas a maior parte da população do Alentejo residia fora dos centros urbanos, na actualidade esta situação evoluiu no sentido do abandono das zonas rurais em direcção aos centros urbanos.

Ao constituírem-se como zonas de repulsão populacional, as zonas rurais do Alentejo tornaram-se fornecedoras de população maioritariamente activa e em idade fecunda, facto que se traduz no acentuar da debilidade das suas estruturas demográficas. Esta debilidade mede-se não só através da redução dos seus efectivos demográfico, e na consequente diminuição da densidade do povoamento, como também no elevado grau de envelhecimento das suas estruturas demográficas, onde o reduzido número de população

em idade activa jovem é agravado pela elevada proporção de população idosa e pelo reduzido número de jovens.

Contrariamente, os centros urbanos têm resistido melhor à atracção demográfica provocada pelo exterior, havendo mesmo a registar aumento demográficos nos principais centros, e a sua estrutura demográfica é bastante mais equilibrada, embora sejam já bastante visíveis sinais de um certo grau de envelhecimento demográfico.

Esta diferença registada em benefício das zonas urbanas manifesta-se também no contexto das actividades económicas que se caracterizam pela menor dependência tarefas agrícolas e pela preponderância do sector dos serviços, o que associado a um maior acesso aos equipamentos sociais, educativos, culturais e desportivos, maioritariamente localizados nos centros de maior dimensão, a população residente nos centros urbanos evidencia um nível de escolaridade e de qualificação profissional, se traduz na existência de diferenças significativas nos níveis de desenvolvimento e de bem estar das populações em prejuízo das áreas rurais.

3. CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO MIGRANTE

A informação estatística relativa aos movimentos migratórios é muito limitada no nosso país, sendo praticamente inexistente no contexto das migrações internas. Por este motivo, uma das principais justificações deste estudo centrou-se na necessidade de se conhecer algumas características deste fenómeno, e em particular no que concerne à caracterização da população migrante.

Para a obtenção de informação relativamente à população migrante houve necessidade de se proceder à utilização de métodos directos de recolha de informação com a utilização dos procedimentos metodológicos que se descreveram no capítulo referente à metodologia. Estes procedimentos, em síntese, basearam-se na identificação da população migrante no acto da sua inscrição no recenseamento eleitoral nas Juntas de Freguesia dos centros urbanos da Região através da aplicação de um formulário, com base no qual foi possível recolher informação relativamente às variáveis de identificação da população migrante.

Posteriormente e com base naquela informação procedeu-se à aplicação de um inquérito por questionário junto das residências dos migrantes que nos forneceu elementos sobre variáveis de opinião, cujo conhecimento justificou a estruturação deste estudo.

Desta forma é com base na informação recolhida por aqueles dois instrumentos de notação que se baseará o desenvolvimento do presente capítulo.

3.1. SEXO

Maioritariamente, os migrantes recenseados são do sexo feminino, embora a distribuição por sexos desta população esteja próxima do equilíbrio entre homens e mulheres.

POPULAÇÃO MIGRANTE SEGUNDO O SEXO

Sexo	%
Homens	46.8
Mulheres	53.2
N	
	1337

Fonte: Ficha de identificação de migrantes

Quadro 37

MIGRANTES POR SEXOS

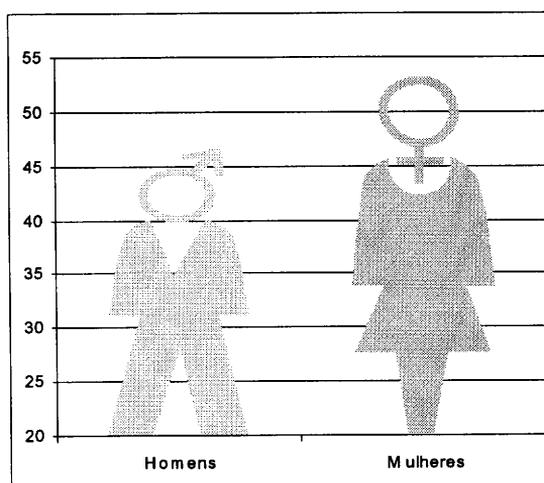


Gráfico 24

A crescente integração profissional da mulher, associada a situações de migração familiar e à maior incidência do desemprego feminino, poderão estar na base da maior participação da mulher nos processos migratórios. Por outro lado, a sobremortalidade masculina, em particular nas idades mais avançadas, manifesta-se na existência de um número considerável de mulheres idosas que, quando afectadas por situações de solidão, procuram fixar residência junto de familiares, o que as obriga muitas vezes a deslocarem o seu local de residência.

3.2. IDADE

Tendo por base de análise os dados recolhidos no acto de inscrição dos migrantes no recenseamento eleitoral, só foi possível obter informação relativa aos migrantes com idades superiores a 17 anos. Uma análise desta informação permite-nos verificar que a estrutura etária da população migrante apresenta algumas particularidades, designadamente:

- √ apesar de ser grande a importância dos migrantes mais jovens, o grupo de migrantes mais numeroso corresponde aos indivíduos com idades compreendidas entre os 30 e os 39 anos, facto que pode estar associado a fenómenos de mobilidade profissional, condicionados por situações de desemprego ou crise sectorial no local de origem dos migrantes;
- √ Importância considerável da população dos 50 a 54 anos e dos idosos acima dos 65 anos, o que poderá traduzir a procura dos centros urbanos do Alentejo como lugar para *passar a velhice*, por um lado, e o retorno de população alentejana que terá migrado nos anos da *sangria populacional* da década de sessenta.

Grupos Etários	%
18 - 29 anos	20.5
30 - 49 anos	48.4
50 - 64 anos	17.0
65 - 74 anos	40.4
+ 74 anos	3.8
<hr/>	
N	1337

Fonte: Ficha de identificação de migrantes

Quadro 38

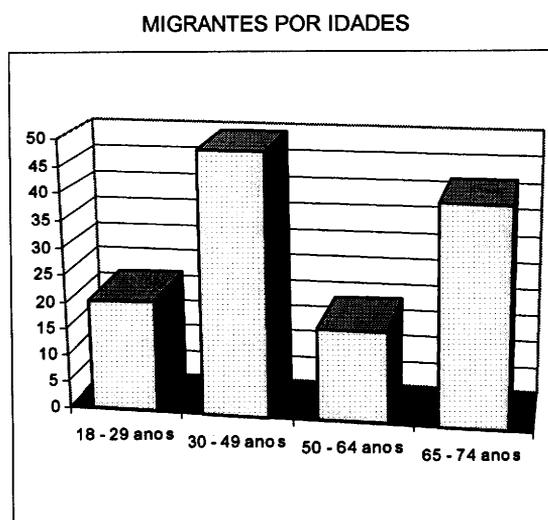


Gráfico 25

Desta forma podemos dizer que não se comprova a hipótese inicialmente formulada de que a população migrante seria maioritariamente constituída por população activa jovem, uma vez que esta não representam um importância muito superior aos idosos. Assim, será mais correcto referir que a dinâmica migratória em direcção aos centros urbanos da Região é um fenómeno que mobiliza mais a população activa idosa e os idosos do que as camadas mais jovens da população activa.

3.3. NÍVEL DE INSTRUÇÃO

A análise da distribuição da população migrante pelos diferentes níveis de instrução permite-nos verificar a predominância de dois tipos de níveis de instrução: o 1º ciclo do ensino básico (4ª classe) e as habitações de nível superior (bacharéis e licenciados).

Se relativamente à primeira situação não haverá diferenças significativas, quando comparadas com a população residente, já no que refere à grande incidência de migrantes com nível universitário se deverá correlacionar esta situação com a existência de um número significativo de migrantes com um elevado nível de qualificação profissional.

Nível de Instrução	%
Analfabetos	3.6
Menos que 4ª classe	7.5
1º ciclo do ensino básico	24.7
3º ciclo do ensino básico	10.5
Secundário	5.6
Bacharelato/Licenciatura	13.9
N	1337

Fonte: Ficha de identificação de migrantes

Quadro 39

MIGRANTES POR NÍVEL DE INSTRUÇÃO

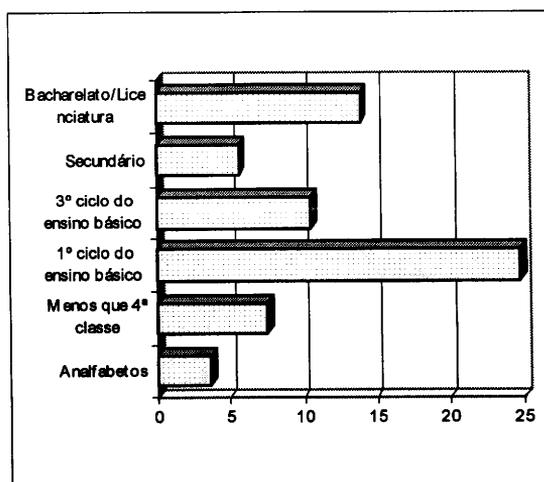


Gráfico 26

Este aspecto tem particular importância uma vez que representará uma tendência para a elevação do nível de qualificação da população activa residente nos centros urbanos do Alentejo e, conseqüentemente, para uma melhoria do seu tecido produtivo.

Em reforço desta inferência está também o facto dos analfabetos representarem um peso muito reduzido no seio da população migrante, significativamente menor do que o que se encontra quando analisamos o grau de escolaridade da população residente no Alentejo.

Referência final para a significativa importância dos migrantes com níveis intermédios de instrução (3º ciclo do ensino básico e ensino secundário), facto que representará um reforço de população para o desempenho de actividades de cariz técnico-profissional, que muito contribuirão para a estruturação do tecido produtivo dos centros urbanos da Região.

3.4. NATURALIDADE

A dinâmica migratória em direcção aos centros urbanos é um fenómeno que conta com a participação maioritária de população nascida na Região Alentejo. De facto, mais de 2 em cada 3 migrantes são alentejanos, que mudaram a sua residência de outra zona do Alentejo ou que regressaram à região de origem.

Naturalidade	%
Alentejanos	67.5
Não alentejanos	32.5
N	1337

Fonte: Ficha de identificação de migrantes

Quadro 40

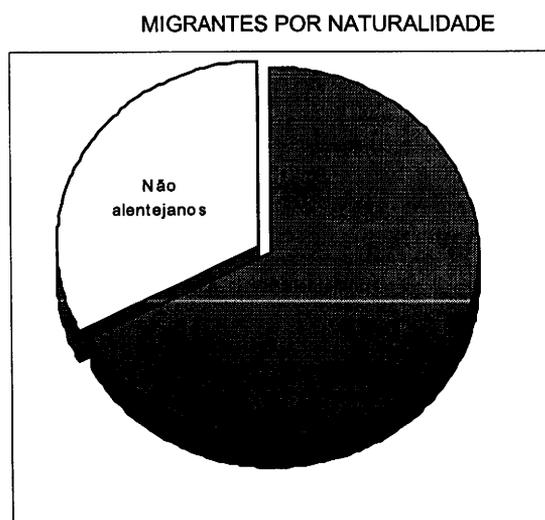


Gráfico 27

Contrariamente ao que se verificou no passado, quando a Região se assumiu como zona de atracção demográfica, a situação actual, como atrás se referiu, caracteriza-se pela existência de elevados índices de repulsão demográfica que felizmente já não atingem os valores da década de sessenta. Isto porque é possível encontra-se já indicadores de alguma capacidade de atracção regional, em particular dos centros urbanos que no contexto deste estudo estenderam a sua influência a um número já considerável de

peças que nasceram fora do Alentejo. A importância dos migrantes não alentejanos representa cerca de 1/3 da população migrante (33%).

3.5. RESIDÊNCIA ANTERIOR

O procedimento de identificação dos migrantes feito no acto de inscrição dos mesmos no recenseamento eleitoral permitiu a identificação de dois tipos de dinâmica migratória: uma que se processa no interior da Região (migração intra-regional), consubstanciada nas mudanças de residência de um lugar de origem no Alentejo para outro de destino também no Alentejo; e outra que tendo origem fora da Região se direccionou para os centros urbanos da Região (migrações inter-regionais). Neste contexto, é possível verificar que a distribuição da população migrante em função destes dois tipos de locais de residência anterior não apresenta diferenças muito significativas, sendo só ligeiramente superior ao nível dos migrantes intra-regionais.

Residência Anterior	%
Norte	3.8
Centro	4.9
Lisboa	36.7
Alentejo	50.7
Algarve	2.9
<hr/>	
N	1337

Fonte: Ficha de identificação de migrantes

Quadro 41

Mesmo assim a maior incidência das migrações intra-regionais reflecte a capacidade de atracção que os centros urbanos exercem sobre as populações que residem nas zonas rurais. Este facto vem ao encontro de uma das nossas premissas de partida, que procurava verificação para o facto de a maior parte dos migrantes que afluem aos centros urbanos serem originários das zonas rurais. Desta forma podemos referir com alguma segurança que o crescimento dos principais centros urbanos da Região se deve em larga

MIGRANTES POR RESIDÊNCIA ANTERIOR

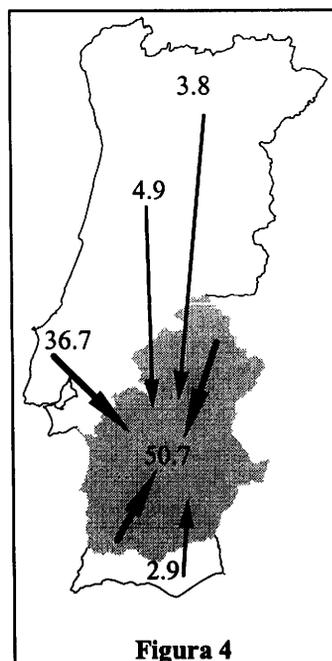


Figura 4

medida ao esvaziamento das zonas rurais, ou seja, ao êxodo rural da população alentejana.

No que respeita aos migrantes originários de fora do Alentejo, é possível verificar a Região de Lisboa e Vale do Tejo como a que mais responde à atracção exercida pelos centros urbanos alentejanos, de tal forma que mais de 1/3 dos migrantes são originário daquela Região. Naturalmente que este conjunto de população migrante será constituído tanto por pessoas que nunca residiram no Alentejo como por alentejanos que regressam à região de origem.

Os restantes migrantes que se transferiram para o Alentejo deslocaram-se das diferentes unidades territoriais do país de uma forma mais ou menos equilibrada e em número muito reduzido. Referência para a fraca participação de população originária do Algarve dada a proximidade geográfica, ao que não será alheia a sua enorme capacidade de fixação de população activa. Os anteriormente residente no Algarve deslocaram-se para a Região em número muito semelhante àqueles que se deslocaram do estrangeiro (2.9%).

Por este facto, podemos também afirmar que as migrações internas são responsáveis pela quase totalidade dos migrantes que fixaram residência no Alentejo, sendo muito diminuta a proporção daqueles que se deslocaram do estrangeiro.

3.6. PROFISSÕES

O conhecimento das principais características do fenómeno migratório em direcção aos centros urbanos passa também pela caracterização socio-profissional da população migrante. Através dos dados recolhidos, podemos verificar que do efectivo de migrantes identificados têm importância considerável tanto aqueles que desempenham uma determinada actividade económica, como os que se devem considerar como inactivos.

De facto, e se é verdade que os processos migratórios apresentam geralmente um carácter diferencial relativamente ao tipo de actividade da população, no contexto das migrações que se direccionaram para os centros urbanos a situação é diferente dado o seu carácter definitivo e familiar, que adiante temos oportunidade de verificar.

Assim, relativamente à população migrante sem actividade económica, assumem particular importância as domésticas (17%) e os reformados (19.7%), sendo diminuto o peso dos estudantes (2.2%).

POPULAÇÃO MIGRANTE SEGUNDO AS
PROFISSÕES

Profissões	%
Estudantes	2.2
Reformados	17.0
Domésticas	19.7
Prof. Intelectuais e Científicas	17.4
Administrativos	8.0
Serviços pes. e domésticos	7.9
Trabalhadores da agricultura	3.5
Trabalhadores da indústria	9.3
N	1337

Fonte: Ficha de identificação de migrantes

Quadro 42

MIGRANTES POR PROFISSÕES

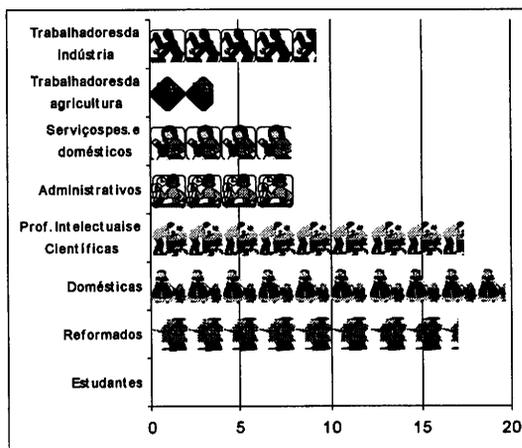


Gráfico 28

Relativamente à população migrante activa, destaca-se o número elevado de migrantes que desempenham profissões de elevado nível de qualificação, em particular daqueles que se dedicam a profissões intelectuais e científicas (17.4%), certamente desempenhadas por aqueles que identificámos como possuidores de um nível elevado de escolaridade.

Outras actividades de atracção importantes situam-se no sector dos serviços, maioritário nos centros urbanos, com particular destaque para a prestação de serviços pessoais e domésticos (7.9%). Os empregados administrativos são outra categoria socio-profissional de nível intermédio que mudaram a sua residência num quantitativo correspondente a 8% da população migrante. Com um nível de qualificação profissional inferior mas com alguma importância no contexto do efectivo migratório foram identificados os trabalhadores da indústria (9.3%).

Referência final para a quase inexistência de migrantes com profissões ligadas à agricultura, reflexo da reduzida importância que a actividade agrícola tem na população dos centros urbanos.

Desta forma, podemos considerar como verdadeira a hipótese que levantámos, na qual se considerava que os migrantes que se dirigiram para os centros urbanos iriam representar um reforço da qualificação socio-profissional da população residente.

3.7. PROFISSÕES DOS PAIS

A recolha de informação relativa à profissão dos pais dos migrantes teve como objectivo compreender, ainda que de uma forma geral, os processos de mobilidade socio-profissional, numa perspectiva geracional, associados à atracção dos centros urbanos.

Assim, podemos verificar que apesar do elevado número de ascendentes dos migrantes que se encontram reformados, relativamente aos quais não foi possível conhecer a sua profissão anterior, predominam os trabalhadores agrícolas, que representam mais de ¼ dos pais dos migrantes. Em segundo lugar aparecem aqueles que se encontram ligados profissionalmente ao sector secundário, maioritariamente constituídos por trabalhadores da indústria transformadora e da construção civil, com um peso de 18.7%.

POPULAÇÃO MIGRANTE SEGUNDO A PROFISSÃO DO PAI

Profissão dos Pais	%
Reformados	24.5
Trabalhadores da agricultura	28.4
Trabalhadores da indústria	18.7
Trabalhadores dos serviços	3.8
Outros	24.6
N	1337

Fonte: Ficha de identificação de migrantes

Quadro 43

MIGRANTES POR PROFISSÃO DO PAI

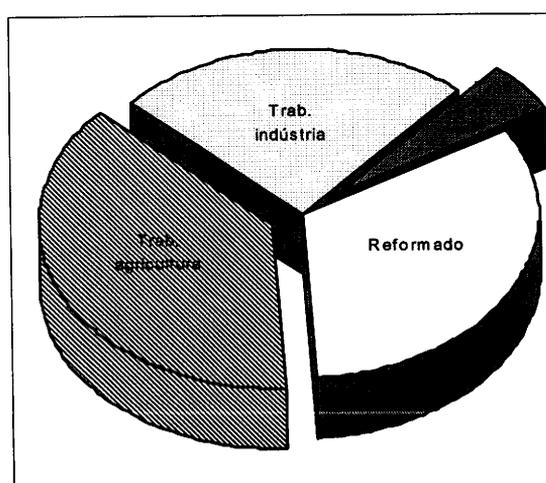


Gráfico 29

O sector dos serviços é o menos representativo no contexto profissional dos pais dos migrantes, facto que poderá explicar pela diminuta incidência que as actividades terciárias representavam no passado, e em particular no contexto da Região Alentejo. Assim, só 3.8% dos ascendentes dos migrantes desempenhavam uma profissão no sector dos serviços.

3.8. FORMA DE MIGRAÇÃO

A dinâmica migratória em direcção aos centros urbanos assumiu preponderantemente a forma de migrações internas, já que, como atrás referimos, os migrantes originários do estrangeiro representam uma importância muito reduzida. Desta forma é natural que os processos de mobilidade geográfica correspondam a mudanças efectivas de residência para todo o agregado familiar, assumindo, por isso, a forma de migrações familiares.

De facto, considerando só as situações em que os migrantes são acompanhados por toda a família, as migrações familiares representam 58% dos processos migratórios associados à atracção urbana do Alentejo.

POPULAÇÃO MIGRANTE SEGUNDO OS ACOMPANHANTES	
Acompanhantes na Migração	%
Ninguém	29.7
Toda a família	58.0
Parte da família	11.7
N	367

Fonte: Inquérito aos migrantes

Quadro 44

MIGRANTES POR FORMA DE MIGRAÇÃO

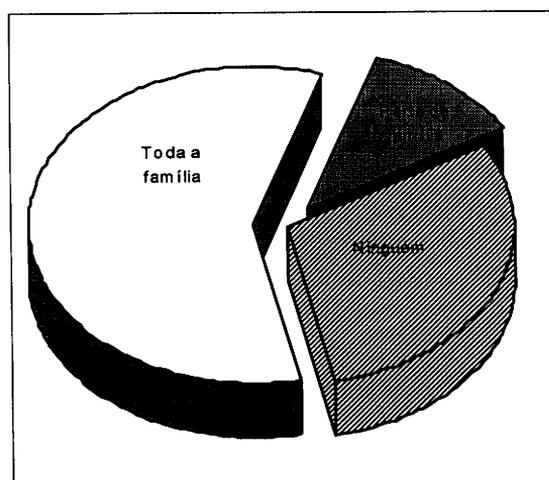


Gráfico 30

Os que se deslocaram acompanhados de parte da família apresentam uma importância pequena (11.7%), sendo as migrações individuais responsáveis ainda por perto de 1/3 das migrações.

Naturalmente que a estas diferentes formas de migração estarão associadas diferentes perspectivas de fixação futura nos novos locais de residência.

3.9. TIPO DE MIGRAÇÃO

Um aspecto normalmente associado às migrações internas é o carácter definitivo com que elas geralmente se processam. Esta particularidade aparece também correlacionada com os processos de migração familiar. Ao nível da Região Alentejo tivemos oportunidade de verificar que mais de ¾ das migrações constituirão mudanças definitivas de residência.

POPULAÇÃO MIGRANTE SEGUNDO O TIPO DE FIXAÇÃO

Tipo de Fixação	%
Não sabe	9.8
Temporária	13.1
Definitiva	77.1
N	367

Fonte: Inquérito aos migrantes

Quadro 45

MIGRANTES POR TIPO DE FIXAÇÃO

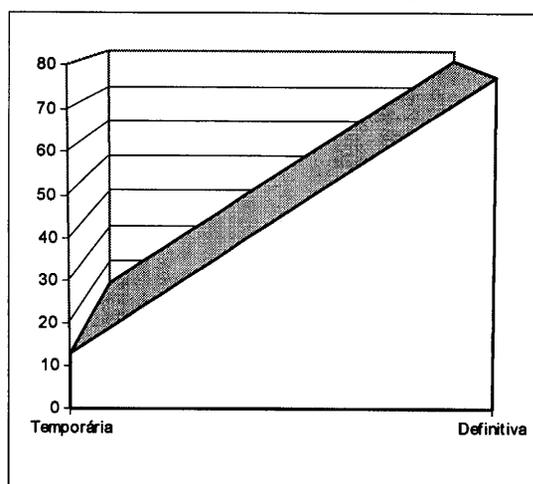


Gráfico 31

Apesar da população alvo deste trabalho ser constituída por migrantes que se inscreveram no recenseamento eleitoral, facto por si só indicativo da intenção de permanência mais ou menos duradoura no lugar de destino, ainda foi possível identificar 13.1% de migrantes que referiram ser sua intenção uma permanência unicamente temporária no seu novo local de residência. Se associarmos a estes os 9.8% de migrantes que ainda não decidiram qual o tempo que pensam vir a permanecer no local de destino, podemos afirmar que mais de 1/5 dos migrantes provavelmente não terão intenção de se fixar definitivamente.

3.10. RAZÕES DA MUDANÇA DE RESIDÊNCIA

Perceber os motivos que estão na base da decisão de migrar é um dos objectivos centrais desta investigação. Naturalmente que tratando-se de perscrutar motivações de natureza subjectiva, só uma recolha directa da informação junto dos actores sociais do fenómeno em estudo poderá vir a revelar as principais razões que estão por detrás da decisão de mudar de residência.

Com base naquela abordagem podemos identificar dois grandes tipos de motivações que estão na base do desencadear do processo migratório: razões de ordem profissional e motivos de cariz pessoal e familiar. As primeiras, constituem a principal razão da mobilidade geográfica dos migrantes e estiveram na base da entrada de 41.7% dos migrantes nos centros urbanos da Região. Estão neste grupo de migrantes tanto aqueles que encontrando-se desempregados procuram uma primeira ou nova oportunidade de emprego, bem como os que mantendo a mesma profissão a vieram desempenhar nos centros urbanos da Região.

POPULAÇÃO MIGRANTE SEGUNDO AS RAZÕES DA MUDANÇA DE RESIDÊNCIA	
Razões da Mudança de Residência	%
Motivos familiares	27.2
Motivos profissionais	41.7
Aposentação / Reforma	6.3
Motivos económicos	8.4
N	367

Fonte: Inquérito aos migrantes

Quadro 46

MIGRANTES POR RAZÕES DA MOBILIDADE

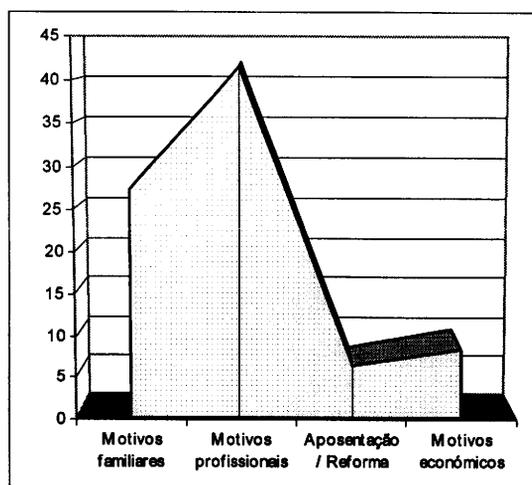


Gráfico 32

As razões de ordem familiar foram apresentadas por mais de 1/5 da população migrante (27.2%) e prendem-se com questões relacionadas com o acompanhamento de familiares, ou com processos de reunificação de famílias que obrigam à deslocação de algum dos seus membros. A situação que ocorre com mais frequência é aquela em que o migrante residindo fora da família ao tornar-se mais dependente, por motivos de idade ou de saúde, procura junto da família a segurança então perdida.

Um terceiro factor mais referido para justificar a mudança de residência e que foi apontado por 8.4% dos migrantes prende-se com os motivos económicos. Nesta situação os migrantes procuram nos centros urbanos solução para os problemas económicos que se reflectem nos locais de origem, motivados muitas vezes pela carestia de vida, ou pelo desemprego.

Por último, as questões relacionadas com a passagem de uma situação de inactividade profissional são motivo apontado para a mudança de residência de cerca de 6% dos migrantes.

Em resumo e numa tentativa de verificar a consistência da proposição inicialmente avançada de que por detrás da motivação de migrar estariam questões maioritariamente ligadas à procura de emprego, podemos afirmar que as questões profissionais são efectivamente a principal a motivação para as migrações, embora as questões pessoais e familiares apareçam também com uma importância muito significativa.

Por ter sido nossa convicção de que a importância das motivações ligadas ao emprego seria maior do que aquela que efectivamente se verifica, pesamos que a hipótese atrás enunciada só parcialmente se poderá considerar comprovada.

3.11. MOBILIDADE SOCIAL ASSOCIADA À MIGRAÇÃO

3.11.1. Rendimentos auferidos

Sendo as questões profissionais a principal razão para a mudança de residência é natural que com este procedimento os migrantes venham a beneficiar de um processo de mobilidade social ascendente. Uma das componentes deste fenómeno social anda associada à elevação do nível dos rendimentos auferidos.

No âmbito da Região Alentejo, podemos verificar que mais de 40% dos migrantes viram o seu rendimento aumentado em relação ao que auferiam no local de origem. Em número semelhante (38%), aparecem aqueles que referiram ter agora um rendimento maior e 2,2% assumem mesmo o benefício de um aumento muito maior.

Apesar disso, mais de 1/10 dos migrantes sujeitaram a sua mobilidade geográfica a uma redução do seu nível de rendimento. Na verdade, 7.9% referiu vir a auferir um rendimento menor, enquanto que 2.2% classificou a redução como muito menor.

POPULAÇÃO MIGRANTE SEGUNDO OS RENDIMENTOS	
Rendimento Auferido	%
Muito maior	2.2
Maior	38.8
Semelhante	34.3
Menor	7.9
Muito menor	2.2
N	
367	

Fonte: Inquérito aos migrantes

Quadro 47

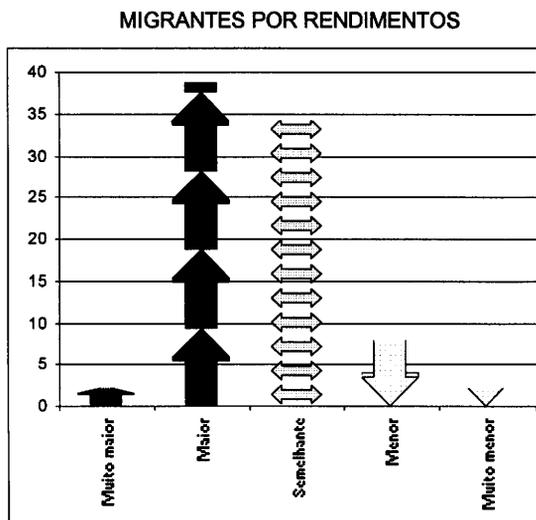


Gráfico 33

Numa situação intermédia estão aqueles que mantiveram um nível semelhante de rendimentos e que representam mais de 1/3 dos migrantes, caracterizando uma situação de inexistência de mobilidade social, vista na perspectiva do rendimentos auferidos.

3.11.2. Prestígio associado à nova situação

A mobilidade social decorrente dos processo de migração, corresponde a um fenómeno social que encerra em si, para além do aumento do *status* socio-económico, um benefício ao nível do *estatuto*, ou seja, do nível de prestígio social associado à nova situação geográfica e profissional. A medida do nível de prestígio pressupõe o recurso a métodos e técnicas de análise específicas, cuja utilização se dispensou neste estudo uma vez que, à semelhança do feito para as questões relacionadas com o rendimento, procurou-se apenas conhecer aquela realidade em termos subjectivos.

POPULAÇÃO MIGRANTE SEGUNDO O GRAU DE PRESTÍGIO

Prestígio	%
Muito maior	9.1
Maior	40.9
Semelhante	34.1
Menor	7.9
Não sabe / não respondeu	8.0
N	367

Fonte: Inquérito aos migrantes

Quadro 48

MIGRANTES POR PRESTÍGIO

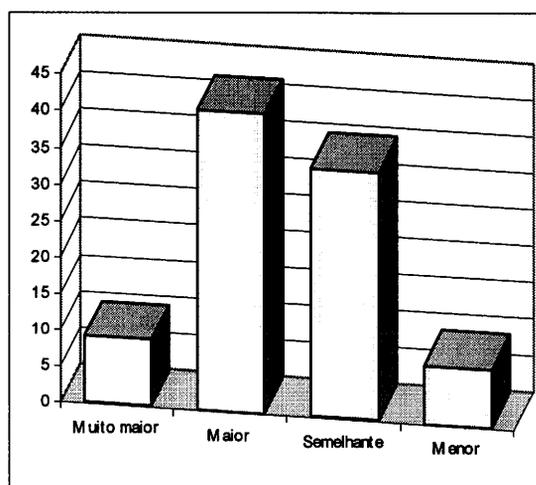


Gráfico 34

Assim, é possível verificar que sensivelmente metade dos migrantes consideram que a mobilidade geográfica lhe proporcionou um aumento do nível de prestígio. Para 9.1% deles o actual nível de prestígio é mesmo muito maior do que aquele que lhes era reconhecido no local de residência anterior.

Apenas 7.9% dos migrantes referiu ter sofrido um processo de mobilidade social descendente por diminuição do nível de prestígio, enquanto que pouco mais de 1/3 deles (34.1%) pensa que manteve o nível de prestígio que possuía antes de migrar.

3.12. PRINCIPAIS INFLUÊNCIAS NA ESCOLHA DO LOCAL DE DESTINO

Como atrás se verificou, a principal forma de migração em direcção aos centros urbanos da Região é feita em família. Desta forma, a decisão familiar no acto de migrar assume particular importância, tanto mais que os condicionamentos estruturais identificados como factores determinantes da migração (problemas de emprego, problemas familiares, custo de vida, problemas habitacionais etc.) estendem a sua influência para lá do indivíduo, afectando na generalidade dos casos toda a família.

POPULAÇÃO MIGRANTE SEGUNDO A INFLUÊNCIA NA ESCOLHA DO LOCAL DE DESTINO

Influencia	%
Ninguém	43.1
Família	46.6
Amigos	6.0
Outros	
N	367

Fonte: Inquérito aos migrantes

Quadro 49

MIGRANTES POR FORMA DE MIGRAÇÃO

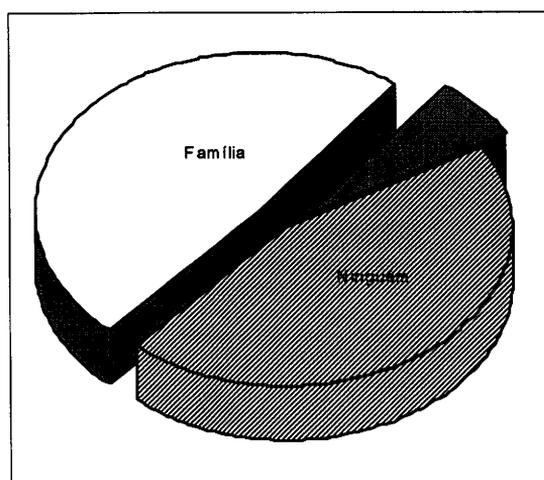


Gráfico 35

É por este facto que, nos migrantes inquiridos, a decisão de migrar sofreu influências de familiares em mais de 46% dos casos. Este valor, contudo, só supera ligeiramente o número daqueles que referiram não ter sofrido qualquer influência quando decidiram migrar (43.1%). Em número muito reduzido aparecem aqueles que sofreram influência de amigos para desencadear o processo migratório.

3.13. FACTORES DE REPULSÃO DO LOCAL DE ORIGEM

Independentemente do tipo e da forma de migração, na origem das dinâmicas migratórias concorrem sempre duas forças que, conjuntamente, contribuem para o desencadear do processo: uma de repulsão, que emana do local de origem e que impulsiona o indivíduo a sair e outra, de atracção, originária do local de destino e que encaminha o migrante a dirigir-se para lá.

A tentativa de identificação dos factores que nos locais de origem dos migrantes mais aversão lhe criaram colheu em maior número referências a motivos profissionais e familiares, que de certo modo já tinham sido referidos no domínio das motivações associadas às migrações. No entanto, e se relativamente aos primeiros ainda os poderemos considerar como factores de repulsão, traduzidos na falta de empregos, o mesmo não poderemos dizer das questões familiares que, em caso algum, poderão constituir um estrangulamento das zonas de origem dos migrantes.

POPULAÇÃO MIGRANTE SEGUNDO OS
FACTORES DE REPULSÃO
DOS LOCAIS DE ORIGEM

Factores de Repulsão	%
Más condições de Vida	4.6
Vida muito agitada	11.2
Motivos profissionais	18.8
Falta de infra-estruturas	12.2
Motivos pessoais familiares	18.8
Não sabe	13.1
N	367

Fonte: Inquérito aos migrantes

Quadro 50

MIGRANTES POR FACTORES DE REPULSÃO

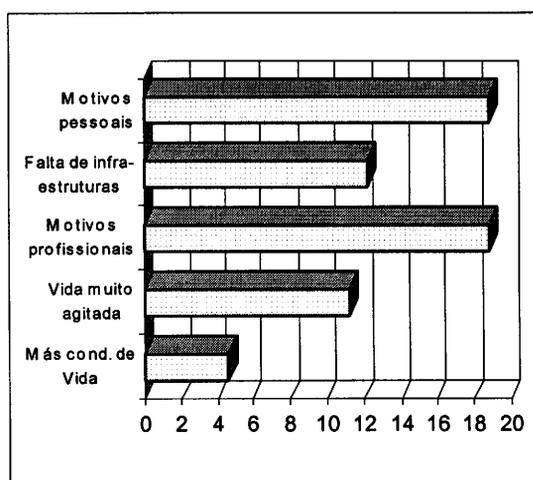


Gráfico 36

Apesar desta incongruência verificada na recolha da informação, e não filtrada pelo pré-teste, ainda foi possível colher informações de um número considerável de migrantes que referiram como deficiências dos locais de origem a falta de infra-estruturas (12.2%) e a vida muito agitada (11.2%). Naturalmente que estes factores de repulsão identificam claramente dois tipos de locais de origem: os primeiros reportam-se, como teremos oportunidade de verificar no capítulo seguinte, a migrantes originários das zonas rurais alentejanas, enquanto que os segundos foram referidos maioritariamente por migrantes oriundos da Área Metropolitana de Lisboa.

3.14. FACTORES DE ATRACÇÃO DO LOCAL DE DESTINO

No que diz respeito aos aspectos que mais atraíram os migrantes ao novo local de residência, a informação recolhida identifica claramente as questões ligadas à possibilidade de desempenho de uma actividade profissional nos centros urbanos como o factor que mais atraiu a população migrante (27.0%). Em segundo lugar foi referido o facto de nesses centros residirem familiares como um motivo de atracção, que certamente será muito subjectivo (23.4%).

POPULAÇÃO MIGRANTE SEGUNDO OS
FACTORES DE ATRACÇÃO
DOS CENTROS URBANOS

Factores de Atracção	%
Motivos profissionais	27.0
Infra-estruturas	16.3
Motivos familiares	23.4
Vida mais calma	13.6
Não sabe / não respondeu	13.1
N	367

Fonte: Inquérito aos migrantes

Quadro 51

MIGRANTES POR FACTORES DE ATRACÇÃO

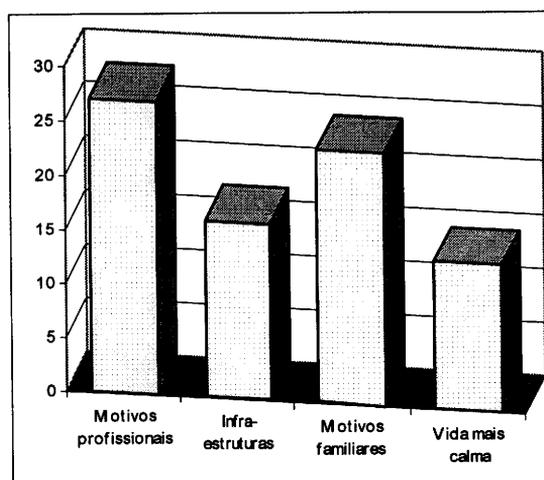


Gráfico 37

Para além destes, os factores mais referidos em terceiro e quarto lugar, à semelhança do que se verificou relativamente aos estrangulamentos dos locais de origem, distinguem muito claramente os migrante oriundos de fora da região, que apreciam particularmente a vida mais calma que caracteriza os centros urbanos alentejanos, daqueles que sendo originários do *Alentejo profundo*, reconhecem como factores de atracção dos centros urbanos a existência de infra-estruturas. A existência destes equipamentos foi motivo de atracção para 16.3% dos migrantes, enquanto que o tipo de vida foi valorizado por 13.6% deles.

3.15. ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DO LOCAL DE DESTINO

Nos pontos anteriores procurámos perceber quais os aspectos que, traduzidos em potencialidade e estrangulamentos, influenciaram positiva ou negativamente a decisão de migrar. Os factores de atracção que procurámos identificar reproduziam a ideia que o migrante possuía, pela informação e conhecimento que lhe foi dado adquirir do local de destino da sua migração e num momento anterior à sua tomada de decisão. Procuraremos agora saber, relativamente aos locais de destino, quais os aspectos considerados positivos e negativos pelos migrantes, mas agora num momento posterior à migração e com base no conhecimento adquirido pela vivência que os migrantes já têm do seu novo local de residência.

Assim, é possível verificar que, não sendo a Alentejo, como se sabe, um potencial em termos de desenvolvimento, é natural que relevem da apreciação dos migrantes aspectos mais ligados a idiosincrasia do povo alentejano e a questões geográficas e climatéricas, como aspectos positivos dos centros urbanos do Alentejo. De facto, a maneira de ser dos alentejanos aparece-nos referida como facto positivo dos centros urbanos por 31.1% dos migrantes, enquanto que o tipo de vida existente naqueles lugares é o segundo aspecto mais considerado como positivo, tendo sido apontado por 17.7% deles.

POPULAÇÃO MIGRANTE SEGUNDO OS ASPECTOS POSITIVOS DOS CENTROS URBANOS

Aspectos Positivos	%
Mercado de trabalho	15.5
Maneira de ser da população	31.1
Clima	15.0
Tipo de vida	17.7
Existência de equipamentos	6.5
N	367

Fonte: Inquérito aos migrantes

Quadro 52

MIGRANTES POR FACTORES POSITIVOS

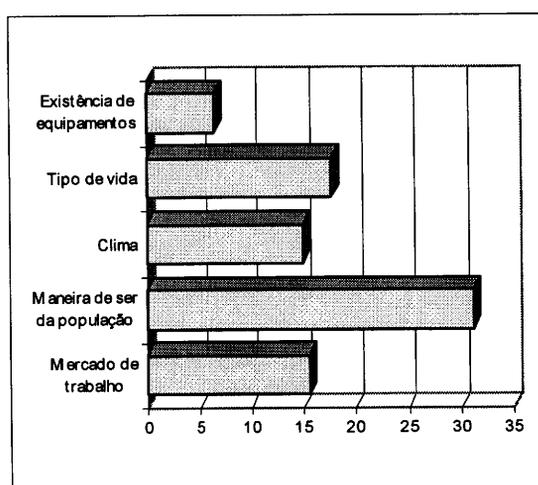


Gráfico 38

Apesar de tudo, e sendo os motivos profissionais aqueles que mais contribuem para a migração, o mercado de trabalho existente nos centros urbanos é considerado positivo por 15.5%, valor ligeiramente superior àqueles que referem ser o clima o factor mais positivo dos novos locais de residência (15.0%).

Por último, procuramos saber quais os aspectos que os inquiridos consideram ser mais negativos dos centros urbanos que constituem os seus novos locais de residência.

Assim, podemos verificar que a debilidade socio-económica que ainda caracteriza os principais lugares da Região é o facto mais apontado como aspecto negativo, tendo

sido referido por mais de metade dos migrantes. Esta debilidade traduz-se no seu diminuto mercado de trabalho, factor apontado como negativo por 38.7% dos migrantes, e pelo seu baixo nível de desenvolvimento, que foi considerado negativo por 15% deles.

POPULAÇÃO MIGRANTE SEGUNDO OS ASPECTOS NEGATIVOS DOS CENTROS URBANOS

Aspectos Negativos	%
Mercado de trabalho	38.7
Pouco desenvolvimento	15.0
Maneira de ser da população	12.3
Clima	6.5
N	367

Fonte: Inquérito aos migrantes

Quadro 53

MIGRANTES POR FACTORES NEGATIVOS

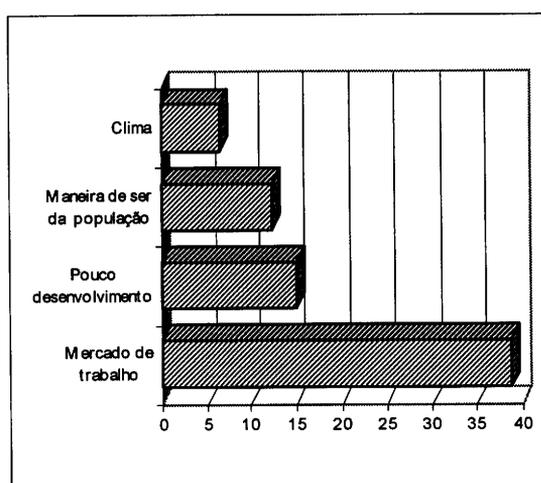


Gráfico 39

Curiosamente, a maneira de ser dos alentejanos e o clima característico da Região, por outros considerados como factores positivos são também referidos como aspectos negativos dos centros urbanos por, respectivamente, 12.3 e 6.5% deles. A este aparente paradoxo não será certamente alheia a diversidade climática da Região, amada por uns e detestada por outros, bem como a forte identidade sociocultural da população alentejana que é, da mesma forma, susceptível de colher opiniões divergentes.

3.16. CONCLUSÃO

Em síntese, podemos dizer que os centros urbanos da Região Alentejo já se encontram numa posição privilegiada ao atraírem população que se caracteriza por possuir um elevado nível de escolaridade e, conseqüentemente, um desempenho de actividades profissionais de média e grande qualificação. Isto apesar de ser uma população que não resolverá os problemas de fecundidade aí existentes, dada a predominância de migrantes com idades avançadas.

Esta situação reflecte-se também no facto de muitos dos migrantes se dirigirem para os centros urbanos já numa situação de reforma que, conjuntamente com as domésticas, representam cerca de metade da população migrante. Apesar disto, ainda é considerável o número de migrantes que se fixaram com o objectivo de desempenharem uma profissão, particularmente aqueles que abandonaram as zonas rurais do Alentejo. Estes são responsáveis por mais de metade da dinâmica migratória analisada. Os que vieram de fora residiam na sua grande maioria na Região de Lisboa e Vale do Tejo.

Desta forma, os centros urbanos que beneficiaram quase exclusivamente de migrações internas, só receberam 1/3 de migrantes que não nasceram no Alentejo. Os processos migratórios foram feitos maioritariamente sob a forma de migrações familiares e com carácter definitivo. Para a grande maioria dos migrantes correspondeu também a um fenómeno de mobilidade social ascendente, quer devido ao acréscimo dos rendimentos auferidos, quer em virtude do aumento dos níveis de prestígio.

Abandonando as zona de anterior residência, que se caracterizam pela falta de empregos, de infra-estruturas ou pela existência de um tipo de vida muito agitada, os migrantes foram atraídos pela possibilidade de arranjam um emprego nos centros urbanos, mas também por aí conseguirem fazer a sua reunificação familiar, numa zona que caracterizaram como de vida mais calma do que aquela que tinham anteriormente, e onde têm acesso às infra-estruturas e aos equipamentos colectivos.

Depois de terem alguma vivência nos centros urbanos, consideram que os seus aspectos mais positivos são o modo de ser da população e o tipo de vida, já que os empregos são

poucos, embora existam. De uma forma negativa, caracterizam aqueles lugares pela sua debilidade socio-económica, que se manifesta num reduzido mercado de trabalho e num baixo nível de vida das populações, factos que associam à agressividade climática e também à maneira de ser dos alentejanos, que acabam por ser amados por uns e odiados por outros.

Referência final para as verificações que podemos fazer relativamente à veracidade das hipóteses levantadas no capítulo da metodologia e que confirmam o facto dos centros urbanos crescerem maioritariamente devido ao esvaziamento das zonas rurais envolventes. Mereceu também aprovação a proposição de que a população migrante que se dirigiu para aqueles lugares constituiu um reforço da qualificação socio-profissional da população residente, devido ao facto de possuir níveis de instrução e de qualificação profissional superiores aos da população residente nos locais de destino.

Não ficou provado que os migrantes fossem constituídos essencialmente por população activa jovem, uma vez que este tipo de população foi identificada em menor número.

Relativamente às motivações que estão por detrás das migrações, a nossa premissa de partida apontava para uma maior incidência de motivações ligadas ao emprego, facto que se verificou mas com uma incidência menor do que a esperada, o que nos obriga a afirmar que a hipótese só parcialmente ficou provada, uma vez que apesar das questões ligadas ao emprego serem as mais indicadas elas apresentam uma importância muito próxima das questões pessoais e familiares, também muito importantes no desencadear das dinâmicas migratórias em direcção aos centros urbanos do Alentejo.

4. MIGRAÇÕES INTRA-REGIONAIS E MIGRAÇÕES INTER-REGIONAIS

No capítulo anterior tivemos oportunidade de enquadrar os aspectos mais significativos da dinâmica migratória em direcção aos centros urbanos da Região, com vista a uma aproximação ao conhecimento da forma como se desenvolveram os processos e os aspectos que melhor caracterizam a migração e a população migrante.

Tivemos oportunidade também de verificar que no seio daquela dinâmica migratória se distinguem de uma forma muito evidente dois tipos de população migrante: migrantes intra-regionais, isto é, aqueles que não saíram do Alentejo para mudarem de residência, e migrantes inter-regionais, ou seja, os que vieram de outras regiões para fixar residência no Alentejo.

Dadas as especificidades que cada uma destas categorias de migrantes apresenta procuraremos agora, de uma forma comparativa, analisar as suas características numa tentativa de evidenciar os aspectos que as aproximam, bem como as principais diferenças existentes em cada uma daquelas sub-populações, que têm vindo a marcar a socio-demografia do Alentejo. Os primeiros porque têm sido os principais responsáveis pelos processos de desertificação das zonas rurais do Alentejo, e os segundos que, ao deslocarem-se de outras zonas do país são responsáveis pelo fortalecimento e qualificação de uma população bastante debilitada que muito necessita deste estímulo do exterior. Mas também pelo retorno de um significativo número de migrantes que já residiram na Região e que depois de terem dado o seu contributo para o crescimento das zonas mais favorecidas do país e em particular da sua capital, regressam à terra que, na maioria dos casos, os viu nascer para aqui passarem o resto dos seus já poucos anos de vida, contribuindo também para aumentar o grau de envelhecimento da nossa estrutura demográfica, mas que muito orgulho nos deverá dar a sua opção de regressar²¹.

²¹ Uma análise com o objectivo de estudar os migrantes alentejanos retornados foi realizada por CAMACHO, M. G. B.(1997) - *Motivações para o Retorno de Migrantes Alentejanos*; Évora, Comissão de Coordenação da Região Alentejo

4.1. SEXO

A distribuição sexual da população migrante apresenta-se de uma forma muito semelhante em ambas as populações de migrantes. A principal característica é evidenciada pela maior participação da mulher nos processos migratórios. Contudo, esta situação não é muito diferenciada e está bastante próxima da distribuição sexual da população residente.

POPULAÇÃO POR TIPO DE MIGRANTES SEGUNDO O SEXO

Sexo	migrantes intra-regionais	migrantes inter-regionais
Homens	47.1	46.0
Mulheres	52.9	54.0
N	690	646

Fonte: Inquérito aos migrantes

Quadro 54

Desta forma, podemos dizer que longe vão os tempos em que as migrações apresentavam um carácter individual e selectivo para o homem, sendo hoje evidente a maior incidência da migração familiar com a participação de ambos os sexos.

MIGRANTES POR TIPO E SEXO

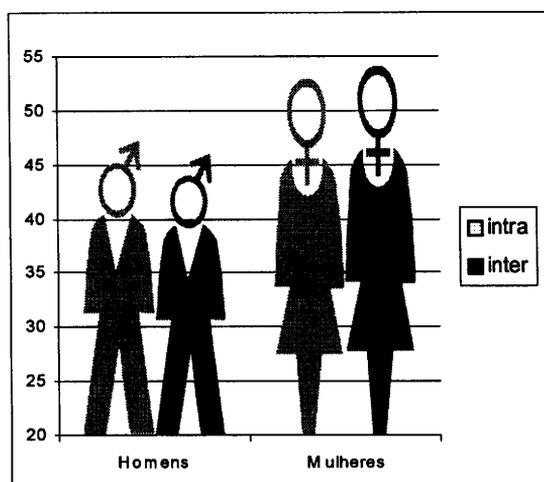


Gráfico 40

4.2. IDADE

A distribuição da população migrante por idades apresentam algumas diferenciações que distinguem os migrantes que se deslocaram do interior da Região daqueles que a ela ocorreram vindos de outros locais. Uma primeira constatação que se pode fazer avém do facto dos migrantes autóctones apresentarem uma média de idades inferior - 42.5 e 44.1 anos, respectivamente. Isto deve-se ao facto de mais de metade daqueles migrantes se situar no grupo 30-49 anos, que corresponde a uma idade onde a mudança de residência está normalmente associada a mudanças dos desenvolvimento do estatuto socio-profissional.

POPULAÇÃO POR TIPO DE MIGRANTES SEGUNDO AS IDADES

Grupos Etários	migrantes intra-regionais	migrantes inter-regionais
18 - 29 anos	20.7	20.4
30 - 49 anos	51.9	45.4
50 - 64 anos	14.4	19.0
65 - 74 anos	9.3	11.0
+ 74 anos	3.7	4.1
N	690	646

Fonte: Inquérito aos migrantes

Quadro 55

Estes processos estarão associados a situações de mobilidade profissional normalmente motivadas pelo desemprego ou redução da importância das actividades profissionais desempenhadas nos locais de origem, ou a fenómenos de expansão ou transferência profissional, nos quais a mobilidade geográfica não é acompanhada de uma mobilidade profissional.

Este último aspecto será certamente o menos incidente, se atendermos ao facto

MIGRANTES POR TIPO E IDADE

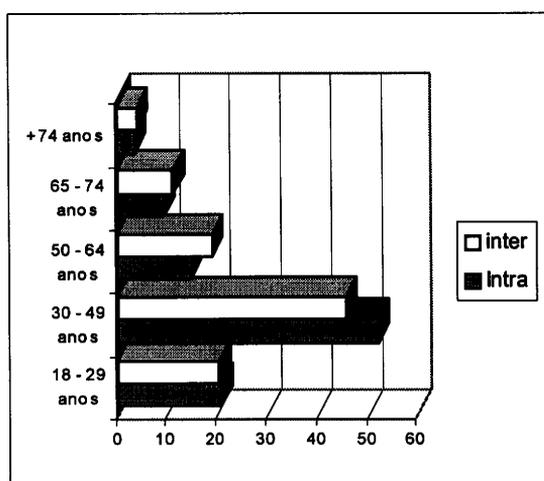


Gráfico 41

do grupo da população activa jovem (18-29 anos) ter um peso também bastante significativo no contexto da população migrante do Alentejo (20.7%), ao que não será alheia a dificuldade de inserção na vida activa nos locais de origem. É neste contexto que as idades dos migrantes intra-regionais apresentam uma maior incidência nos grupos mais baixos quando comparadas com as dos migrantes do exterior.

Nestes, contrariamente, podemos verificar uma incidência relativa maior nos grupos mais avançados da população activa e dos idosos. Esta situação deverá ser entendida como o reflexo do retorno de alentejanos que, na sua grande maioria o fazem nas idade mais avançadas.

4.3. NÍVEL DE INSTRUÇÃO

Uma primeira constatação que ressalta da observação dos níveis de instrução da população migrante prende-se como maior grau de habilitações que possuem os migrantes que do exterior comparativamente com os alentejanos.

POPULAÇÃO POR TIPO DE MIGRANTES SEGUNDO O NÍVEL DE INSTRUÇÃO

Nível de Instrução	migrantes intra-regionais	migrantes inter-regionais
Analfabetos	5.1	3.2
Menos que 4ª classe	9.6	8.0
1º ciclo do ensino básico	36.3	27.4
3º ciclo do ensino básico	12.8	11.4
Secundário	6.0	7.5
Bacharelato/Licenciatura	11.7	21.0
N	690	646

Fonte: Inquérito aos migrantes

Quadro 56

De facto, e se bem que em ambas as sub-populações o nível de ensino que aparece com mais incidência seja o 1º ciclo do ensino básico (4ª classe), é possível constatar a mais reduzida incidência de analfabetos ao nível dos migrantes do exterior, bem como a sua maior proporção nos níveis de instrução superiores. De uma forma geral podemos dizer que estes migrantes apresentam uma menor incidência de população com baixos níveis

de escolaridade, e uma maior proporção dos níveis de escolaridade superiores ao 3º ciclo do ensino básico.

O elevado nível de escolaridade dos migrantes do exterior evidencia-se no facto de mais de 1/5 deles possuir habilitações literárias de nível universitário (21.7%). Nos migrantes do Alentejo a proporção de indivíduos com aquele nível de habilitações situa-se nos 11.7%, o que representa um valor bastante elevado, quando comparado com aquele que se verifica no contexto da Região Alentejo.

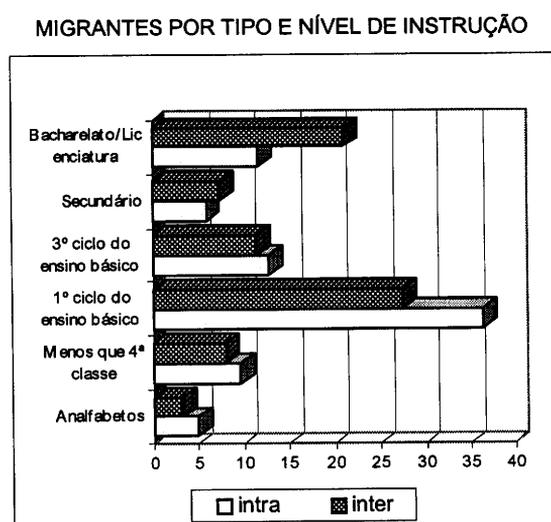


Gráfico 42

Nesta conformidade, podemos referir que das zonas rurais alentejanas saem os mais qualificados que vão fortalecer os centros urbanos, contribuindo ao mesmo tempo para aprofundar cada vez mais a diferenciação que existe entre estas duas áreas da Região.

4.4. NATURALIDADE

No que concerne à naturalidade dos migrantes é interessante verificar que na população originária de outras zonas do país a proporção de alentejanos é muito elevada (44.7%). Neste contexto, esta dinâmica estará muito influenciada pelo regresso de população que tendo nascido no Alentejo saiu da Região para fixar residência noutra local.

POPULAÇÃO POR TIPO DE MIGRANTES SEGUNDO A NATURALIDADE

Naturalidade	migrantes intra-regionais	migrantes inter-regionais
Alentejanos	89.0	44.7
Não alentejanos	11.0	65.3
N	690	646

Fonte: Inquérito aos migrantes

Quadro 57

Naquele grupo teremos que considerar tanto a população que regressa ao Alentejo na situação de reforma como aqueles que para cá regressam para desempenhar uma determinada profissão.

Apesar de tudo, os migrantes que não nasceram no Alentejo são o grupo maioritário entre aqueles que se deslocaram de fora da Região e representam ainda 11% dos migrantes intra-regionais.

MIGRANTES POR TIPO E NATURALIDADE

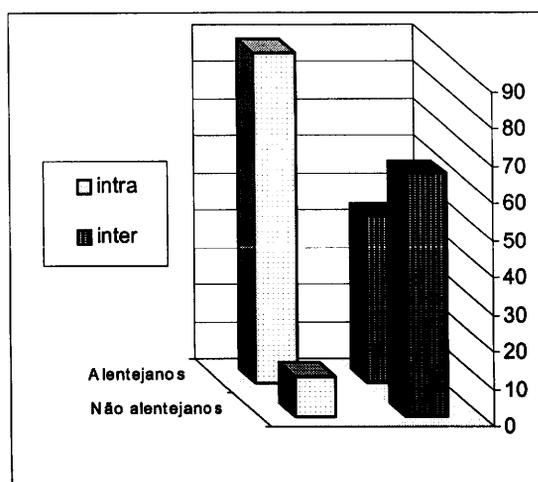


Gráfico 43

4.5. PROFISSÕES

A principal característica que ressalta da comparação das profissões dos migrantes residentes no Alentejo com aqueles que se deslocaram de fora traduz-se no maior grau de qualificação que estes últimos possuem.

POPULAÇÃO POR TIPO DE MIGRANTES SEGUNDO AS PROFISSÕES

Profissões	migrantes intra-regionais	migrantes inter-regionais
Estudantes	1.6	2.4
Reformados	16.8	16.9
Domésticas	19.7	19.7
Prof. Intelectuais e Científicas	11.5	22.9
Administrativos	9.5	6.5
Serviços pessoais e domésticos	10.0	6.2
Trabalhadores da agricultura	4.2	2.8
Trabalhadores da indústria	11.5	7.2
N	690	646

Fonte: Inquérito aos migrantes

Quadro 58

Maior porque apresentam um efectivo mais elevado de migrantes com profissões intelectuais e científicas e porque são em menor número os assalariados da indústria e em particular da agricultura.

A proporção de inactivos (domésticas e reformados) é muito semelhante em ambas as sub-populações, sendo maior também a incidência de profissões ligadas aos serviços pessoais e domésticos ao nível da população que se movimentou no interior da Região.

MIGRANTES POR TIPO E PROFISSÕES

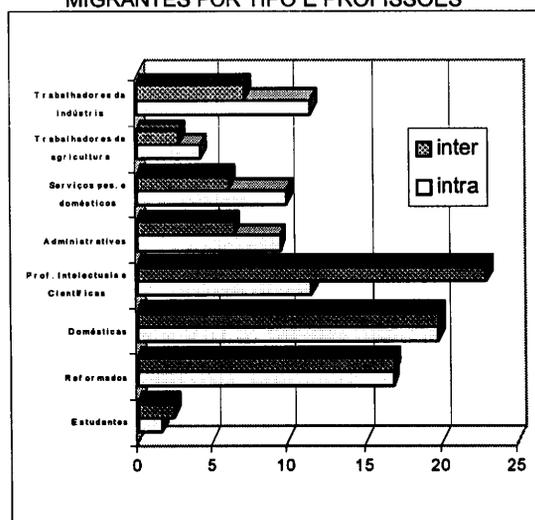


Gráfico 44

4.6. PROFISSÃO DO PAI

A distribuição dos pais dos migrantes segundo as profissões permite estabelecer algumas inferências relativamente à origem social da população que fixou residência nos centros urbanos do Alentejo.

POPULAÇÃO POR TIPO DE MIGRANTES SEGUNDO A PROFISSÃO DO PAI

Profissão dos Pais	migrantes intra-regionais	migrantes inter-regionais
Reformados	27.0	21.6
Trabalhadores da agricultura	32.5	24.2
Trabalhadores da indústria	14.9	22.1
Trabalhadores dos serviços	3.6	4.2
Outros	22.0	27.9
N	690	646

Fonte: Inquérito aos migrantes

Quadro 59

Assim, podemos verificar que no caso das migrações intra-regionais predominam os trabalhadores da agricultura, que representam cerca de 1/3 dos ascendentes dos migrantes e, com muito menos importância, os trabalhadores da indústria (14.9%), sendo quase inexpressivos aqueles que descendem de pais com profissões ligadas ao sector dos serviços.

MIGRANTES POR TIPO E PROFISSÃO DO PAI

INTRA-REGIONAIS

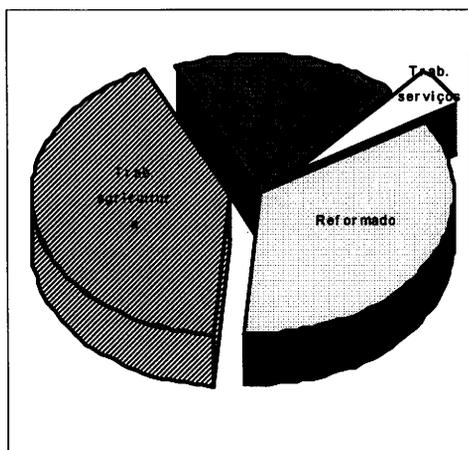


Gráfico 45

INTER-REGIONAIS

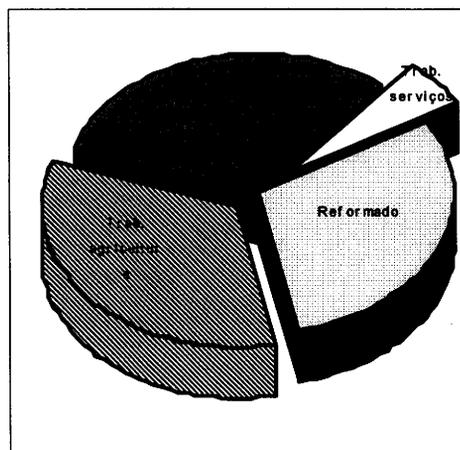


Gráfico 45 A

Este elevado nível de proletarização da origem social dos migrantes não é significativamente menor quando se analisam as migrações inter-regionais. Na verdade, a principal diferença reside na distribuição sectorial das actividades profissionais dos migrantes. Isto deve-se fundamentalmente à maior importância que as actividades industriais representam, sendo responsáveis por cerca de ¼ das profissões desempenhadas pelos ascendentes dos migrantes que vieram de fora.

Mesmo assim, ainda foram identificados bastantes profissões ligadas à agricultura que representam cerca de 22.1% dos pais daqueles migrantes, sendo os serviços o sector com menor importância (4.2%).

4.7. FORMA DE MIGRAÇÃO

A predominância da forma de migração familiar pode-se observar tanto nas migrações intra como inter-regionais. Contudo, nas primeiras, aparecem com maior importância a forma de migração em companhia de toda a família, enquanto que naqueles que vieram de fora a incidência de migrações acompanhadas com parte da família assume um valor superior

POPULAÇÃO POR TIPO DE MIGRANTES SEGUNDO OS ACOMPANHANTES

Acompanhantes na Migração	migrantes intra-regionais	migrantes inter-regionais
Ninguém	28.9	31.5
Toda a família	62.8	51.5
Parte da família	8.3	16.9
N	180	165

Fonte: Inquérito aos migrantes

Quadro 60

A migração individual também se regista com maior ocorrência nos migrantes nos migrantes inter-regionais, provavelmente devido à maior opção por migrações temporárias.

MIGRANTES POR TIPO E FORMA DE MIGRAÇÃO

INTRA-REGIONAIS

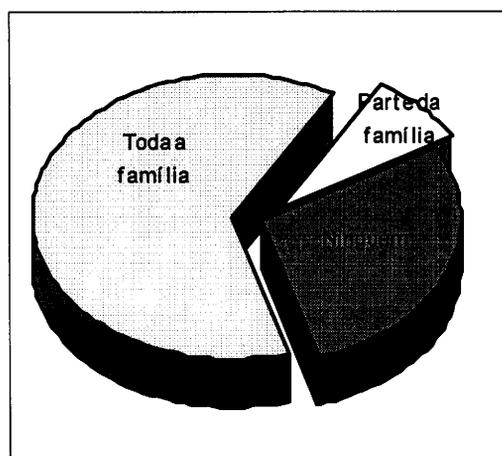


Gráfico 46

INTER-REGIONAIS

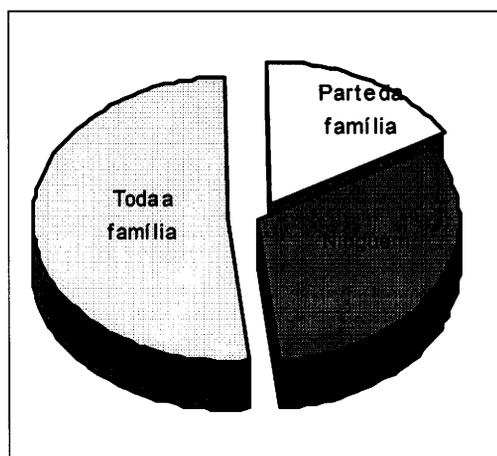


Gráfico 46 A

4.8.TIPO DE MIGRAÇÃO

Na verdade, a intenção de fixar residência temporariamente foi referida por um número maior de migrantes que se deslocaram de fora, correspondendo a cerca de 1/5 deste migrantes. Isto apesar da decisão de permanecer definitivamente no actual local de residência ser intenção da grande maioria de migrantes quer internos quer de outras regiões.

POPULAÇÃO POR TIPO DE MIGRANTES SEGUNDO O TIPO DE FIXAÇÃO

Tipo de Fixação	migrantes intra-regionais	migrantes inter-regionais
Não sabe	10.0	9.1
Temporária	7.8	19.4
Definitiva	82.2	71.5
N	180	165

Fonte: Inquérito aos migrantes

Quadro 61

Relativamente às migrações de dentro, aquele tipo de fixação foi assumidos por mais de 4/5 dos migrantes, enquanto que aqueles que vieram de fora pretendem ficar definitivamente num número que representa cerca de 71.5% dos migrantes inter-regionais.

MIGRANTES POR TIPO E TIPO DE FIXAÇÃO

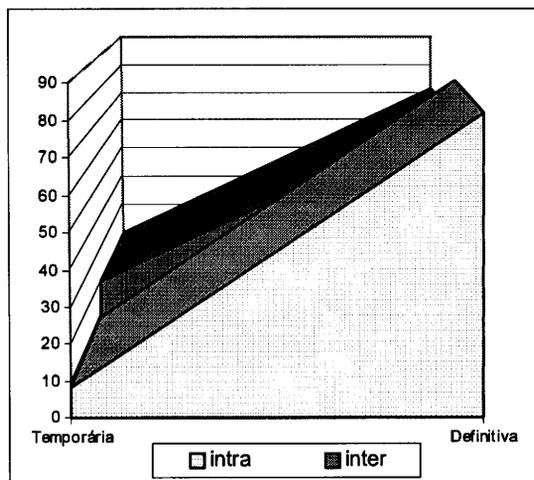


Gráfico 47

4.9. RAZÕES DA MUDANÇA DE RESIDÊNCIA

As principais razões da mudança de residência em nada diferem de uma sub-população migrantes para a outra. De facto podemos verificar que os motivos profissionais primeiro e as questões familiares em segundo lugar são os factores que mais contribuíram para a mudança tanto dos migrantes de fora como dos que se deslocaram dentro da Região.

POPULAÇÃO POR TIPO DE MIGRANTES SEGUNDO AS RAZÕES DA MUDANÇA DE RESIDÊNCIA

Razões da Mudança de Residência	migrantes intra-regionais	migrantes inter-regionais
Motivos familiares	27.8	27.9
Motivos profissionais	42.2	40.0
Aposentação / Reforma	3.9	9.1
Motivos económicos / habitacionais	15.6	1.8
N	180	165

Fonte: Inquérito aos migrantes

Quadro 62

Já no que respeita às razões menos invocadas é possível perceber que nos migrantes inter-regionais pesa mais a questão da reforma do que os aspectos económicos ou habitacionais, mais importantes ao nível dos migrantes intra-regionais.

Assim, poderemos inferir que nos migrantes que vieram de fora pesam mais os aspectos ligados à reunificação familiar e ao regresso à terra no fim da vida, enquanto que nos migrantes do Alentejo são mais incidentes fenómenos relacionados com as dificuldades económicas de famílias provavelmente afectadas pelo desemprego e com as questões habitacionais.

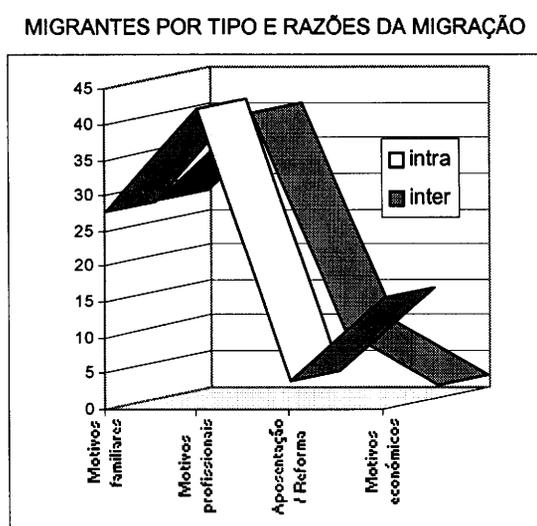


Gráfico 48

4.10. MOBILIDADE SOCIAL ASSOCIADA À MIGRAÇÃO

4.10.1. Rendimentos auferidos

A melhoria da remuneração auferida no local de destino é maior no caso dos migrantes intra-regionais uma vez que 42% deles referiram passar a auferir um rendimento maior. Nos migrantes inter-regionais a maior incidência vai para aqueles que referiram passar a auferir um rendimento semelhante (37%), embora seja muito significativo o número daqueles que manifestaram a opinião de virem a auferir um rendimento maior (34.6%).

POPULAÇÃO POR TIPO DE MIGRANTES SEGUNDO OS RENDIMENTOS

Rendimento Auferido	migrantes intra-regionais	migrantes inter-regionais
Muito maior	3.4	1.2
Maior	42.0	34.6
Semelhante	33.0	37.0
Menor	5.7	9.9
Muito menor	2.3	2.5
N	180	165

Fonte: Inquérito aos migrantes

Quadro 63

Estes migrantes são também aqueles que em maior proporção se sujeitaram a mudar a residência por um menor ou mesmo muito menor rendimento. Naturalmente que nestes estarão incluídos aqueles que chegando à idade de reforma viram reduzido o seu rendimento ao ser trocado por uma pensão de reforma, que na generalidade dos caso é inferior ao vencimento correspondente.

MIGRANTES POR TIPO E RENDIMENTOS

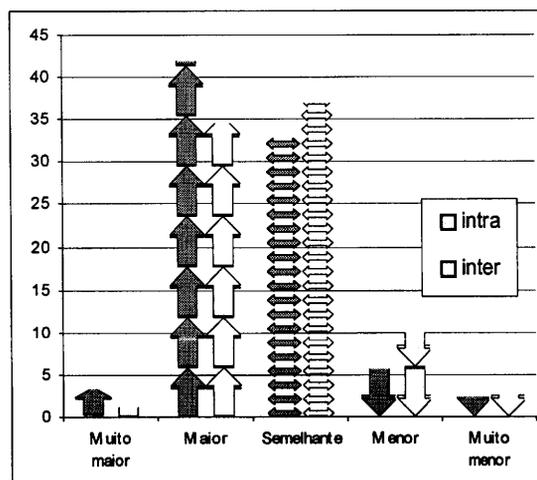


Gráfico 49

De uma forma contrária, os migrantes que saíram das zonas rurais são os mais beneficiados uma vez que abandonaram uma situação de maior debilidade socio-económica, traduzida em baixos rendimentos e muito vezes em desemprego. Mesmo assim, cerca de 8% deles ainda se sujeitou a migrar para os centros urbanos por um rendimento menor.

4.10.2. Prestígio associado à nova profissão

Em ambas as sub-populações analisadas é possível verificar a aceitação de que a mudança de residência foi acompanhada de um aumento do nível de prestígio.

Os migrantes que vieram de fora são aqueles que em número proporcionalmente maior referem terem obtido um nível de prestígio muito maior com o facto de terem mudado de residência (1.5%)

POPULAÇÃO POR TIPO DE MIGRANTES SEGUNDO O GRAU DE PRESTÍGIO

Prestígio	migrantes intra-regionais	migrantes inter-regionais
Muito maior	4.3	15.0
Maior	43.5	40.0
Semelhante	34.8	35.0
Menor	4.3	10.0
Não sabe / não respondeu		0.0
N	180	165

Fonte: Inquérito aos migrantes

Quadro 64

Paradoxalmente, são também estes migrantes que mais perderam em termos de prestígio com a mudança de residência, em número proporcional representam cerca de 1/10 da população migrante.

Numa situação de prestígio semelhante ficaram cerca de 35% dos migrantes, valor muito semelhante em ambas as sub-populações de migrantes.

MIGRANTES POR TIPO E GRAU DE PRESTÍGIO

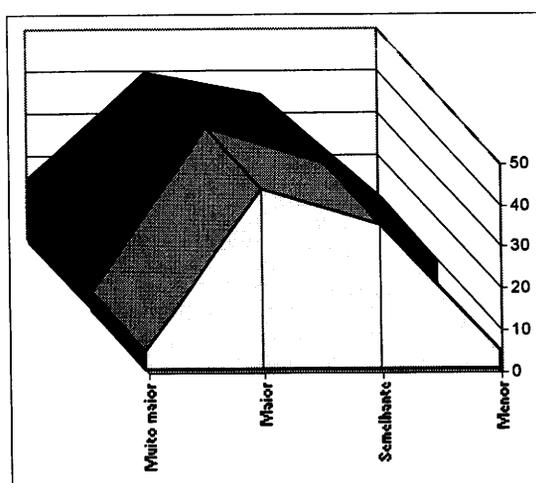


Gráfico 50

4.11. PRINCIPAIS INFLUÊNCIAS NA ESCOLHA DO LOCAL DE DESTINO

A maior distância e o menor conhecimento que os migrantes que se deslocaram de fora têm da região de destino, associados à maior incidência de migração em situação de reforma, justifica o facto da decisão de migrar tenha sido aconselhada maioritariamente junto da família e dos amigos. Só pouco mais de 1/3 destes migrantes tomou a decisão sem interferência de ninguém (37.6%).

POPULAÇÃO POR TIPO DE MIGRANTES SEGUNDO A INFLUÊNCIA
NA ESCOLHA DO LOCAL DE DESTINO

Influencia	migrantes intra-regionais	migrantes inter-regionais
Ninguém	50.0	37.6
Família	46.1	49.1
Amigos	0.6	9.1
Outros		
N	180	165

Fonte: Inquérito aos migrantes

Quadro 65

Nos migrantes intra-regionais, metade das migrações foram decididas isoladamente, sendo grande também o número daqueles que foram aconselhados a migrar pelos familiares (46.1%).

No seio desta sub-população a influência de amigos na decisão de migrar é quase inexistente (0.6%), contrariamente ao que se verifica nos migrantes que vieram de fora onde a influência de amigos ainda foi considerada por quase 10% dos migrantes.

MIGRANTES POR TIPO E INFLUÊNCIA

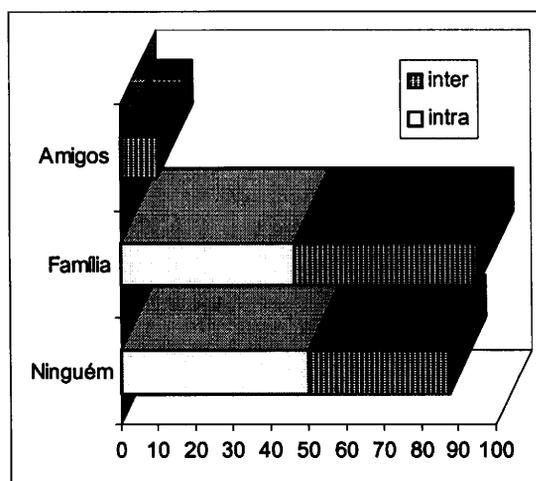


Gráfico 51

4.12. FACTORES DE REPULSÃO DO LOCAL DE ORIGEM

Quando procuramos analisar as diferenças existentes ao nível dos factores de repulsão nos locais de origem das migrações intra e inter-regionais podemos verificar que eles têm que ver essencialmente com o tipo de lugares de onde os migrantes saíram.

POPULAÇÃO POR TIPO DE MIGRANTES SEGUNDO OS FACTORES DE REPULSÃO DOS LOCAIS DE ORIGEM

Factores de Repulsão	migrantes intra-regionais	migrantes inter-regionais
Más condições de Vida	4.4	4.2
Vida muito agitada	3.9	19.9
Motivos profissionais	13.9	23.6
Falta de infra-estruturas	22.3	2.4
Motivos pessoais / familiares	20.0	19.4
Não sabe / não respondeu	11.7	15.2
N	180	165

Fonte: Inquérito aos migrantes

Quadro 64

Na verdade, os migrantes que já residiam nas zonas rurais e de pequena dimensão do Alentejo, com elevado nível de carências, referem como principal factor de repulsão a falta de infra-estruturas, facto que conjuntamente com as questões profissionais, constituem os aspectos que traduzem os principais estrangulamentos das zonas de origem.

Os migrantes que vieram de fora do Alentejo, residindo em maior número em zonas densamente povoadas, apresentam

como principal factor de repulsão a vida muito agitada que anteriormente tinham naqueles lugares. Assim, a migração aparece como um processo que lhes permite um

MIGRANTES POR TIPO E FACTORES DE REPULSÃO

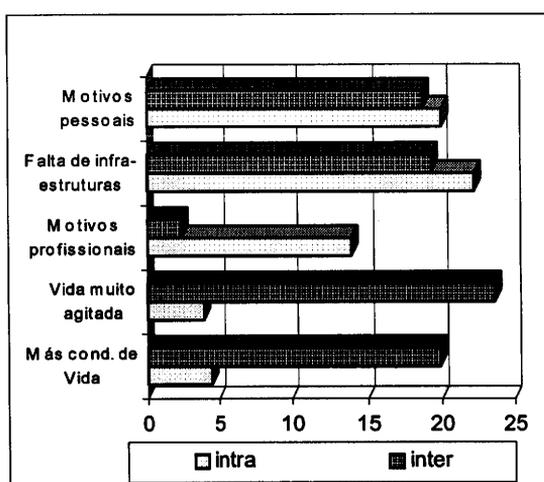


Gráfico 52

desenvolvimento profissional ou uma reunificação familiar e também como uma hipótese de fuga à vida agitada e desumana dos grandes centros urbanos.

4.13. FACTORES DE ATRACÇÃO DO LOCAL DE DESTINO

Ao nível dos aspectos que mais atraíram os migrantes, podemos verificar que as questões familiares e as profissionais são aquelas que mais referência têm pelos migrantes de cada uma das sub-populações alvo desta análise. Contudo, elas têm uma importância relativamente diferente para os que vieram de fora e para aqueles que se deslocaram no interior da Região.

MIGRANTES POR TIPO E FACTORES DE ATRACÇÃO

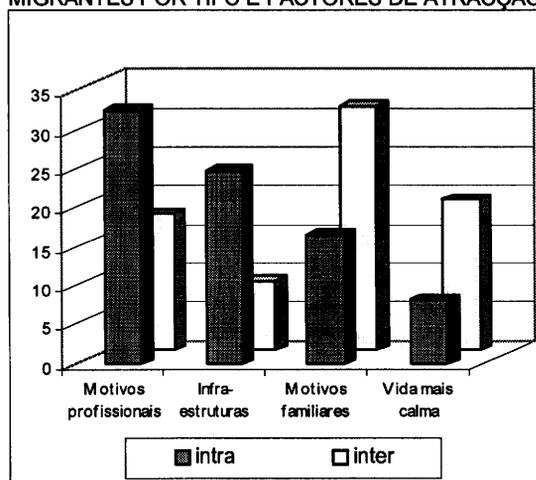


Gráfico 53

POPULAÇÃO POR TIPO DE MIGRANTES SEGUNDO OS FACTORES DE ATRACÇÃO DOS CENTROS URBANOS

Factores de Atracção	migrantes intra-regionais	migrantes inter-regionais
Motivos profissionais	32.8	17.6
Infra-estruturas	25.0	9.0
Motivos familiares	16.7	31.5
Vida mais calma	8.3	19.4
Não sabe / não respondeu	11.7	15.2
N	180	165

Fonte: Inquérito aos migrantes

Quadro 67

De facto, os migrantes de fora consideram que o principal factor de atracção dos centros urbanos da Alentejo tem que ver com o facto de lá residirem os seus familiares, situação que põem acima de qualquer virtude verdadeiramente intrínseca aos lugares para onde se deslocaram. Para a população se movimentou dentro da Região o principal factor de atracção tem que ver com as possibilidades de emprego que existem nos locais de destino.

Associado ao emprego está também a existência de infra-estruturas, segundo aspecto mais referido como factor de atracção aqueles migrantes (25.0%), enquanto para os migrantes de fora o segundo motivo de atracção dos centros urbanos prende-se com a existência de um tipo de vida mais calma, atractivo que se sobrepõe aos empregos que aí possam existir.

4.14. ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS NO LOCAL DE DESTINO

Relativamente aos aspectos considerados positivos que os migrantes sentem na sua vida diária nos locais para onde migraram, podemos observar que o facto mais referidos por ambas as sub-populações de migrantes é a maneira de ser dos alentejanos.

POPULAÇÃO POR TIPO DE MIGRANTES SEGUNDO OS ASPECTOS POSITIVOS DOS CENTROS URBANOS

Aspectos Positivos	migrantes intra-regionais	migrantes inter-regionais
Mercado de trabalho	18.9	12.1
Maneira de ser da população	30.6	29.7
Clima	10.0	18.8
Tipo de vida	16.1	20.6
Existência de equipamentos	10.0	3.0
N	180	165

Fonte: Inquérito aos migrantes

Quadro 68

Já o segundo aspecto mais referido como positivo é, para os migrantes intra-regionais, a existência de empregos, enquanto que os que vieram de fora consideraram o tipo de vida existente nos centros urbanos como segundo factor mais positivo.

MIGRANTES POR TIPO E ASPECTOS POSITIVOS

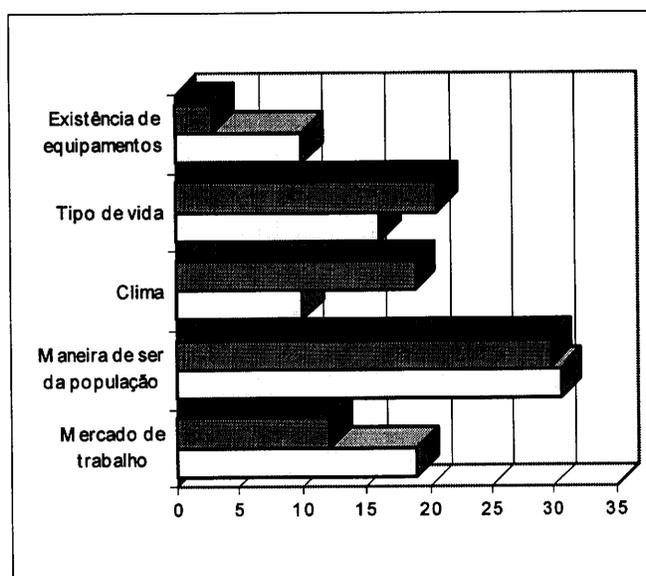


Gráfico 54

Para estes, o clima é também um factor benéfico que existe nos locais de destino da migração.

Os migrantes do Alentejo preferem antes a maneira de ser da população e o facto de lá existirem equipamentos colectivos.

Os aspectos que mais inferiorizam os centros urbanos do Alentejo também não suscitam qualquer divergência nos dois tipos de migrantes estudados. De facto, as deficiências do mercado de trabalho e o pouco desenvolvimento existentes naqueles lugares são referidos por todos como os principais obstáculos que os centros urbanos do Alentejo têm que vencer.

POPULAÇÃO POR TIPO DE MIGRANTES SEGUNDO OS ASPECTOS NEGATIVOS DOS CENTROS URBANOS

Aspectos Negativos	migrantes intra-regionais	migrantes inter-regionais
Mercado de trabalho	36.1	39.4
Pouco desenvolvimento	10.0	20.6
Maneira de ser da população	10.0	15.2
Clima	7.2	5.5
N	180	165

Fonte: Inquérito aos migrantes

Quadro 69

Unânime é também o opinião veiculada por todos os migrantes relativamente aos aspectos negativos considerado em terceiro e quarto lugar: a maneira de ser dos alentejanos e o clima do Alentejo, que paradoxalmente foram também considerados por outros como factores positivos. Naturalmente que estes aspectos devem ser considerados apenas como indicativos da inexistência de outros verdadeiros problemas nos centros urbanos, uma vez que eles têm mais que ver com a Região em geral do que com aqueles lugares em particular.

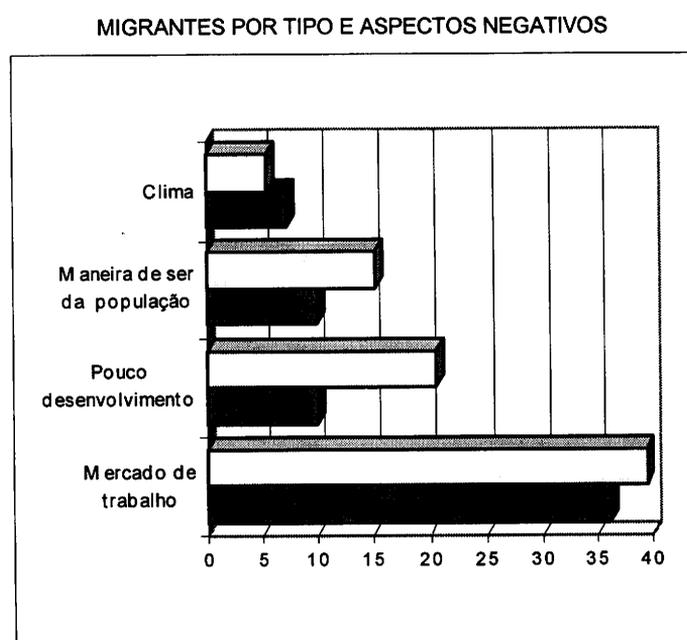


Gráfico 45

4.15. CONCLUSÃO

De forma sintética, é possível ficar a saber que os centros urbanos da Região Alentejo estão a receber dois tipos de população migrante, cujas diferenças não lhe advém unicamente de se deslocarem de diferentes locais. De facto, podemos verificar que a população que vem de fora transporta um nível de instrução e de qualificação profissional superior ao daquela que é constituída pelos migrantes do Alentejo. Este facto, anda associado a uma idade média superior dos migrantes de fora, o que se deve à existência

de um número considerável de indivíduos que regressaram para o Alentejo, região onde mais de metade deles nasceu.

Apesar das razões principais que motivaram a migração serem semelhantes - questões profissionais e familiares -, os motivos apresentados em segundo plano de importância apresentam diferenças significativas, que se prendem com a maior incidência de situações de reforma nos migrantes de fora, e com motivos económicos que afectaram mais os oriundos das zonas rurais alentejanas.

Para além das deficiências no contexto do emprego, o principal factor de repulsão identificado pelos migrantes de fora tem que ver com a vida muito agitada, característica das zonas de onde provém e foram atraídos maioritariamente pela família e pelo tipo de vida mais calmo, aspectos mais positivos dos centros urbanos. Já os migrante das zonas rurais fugiram à falta de emprego e de infra-estruturas e foram atraídos justamente pela existência desses factores nos locais de destino.

As sub-populações de migrantes inquiridas foram unânimes em considerar como factores positivos dos centros urbanos a maneira de ser dos seus residentes e como factores negativos o mercado de trabalho e o seu baixo nível de desenvolvimento.

Finalmente, uma referência para o facto dos migrantes que vêm de fora se terem fixado em maior número de forma temporária o que poderá traduzir uma perda para a Região, que deverá criar condições que garantam a fixação definitiva deste migrantes e a intensificação dos processos de atracção que se deverão estender cada vez mais ao exterior, aumentando assim as possibilidades de alterar o ciclo de declínio socio-demográfico que se vem manifestando nos últimos cinquenta anos.

5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O declínio demográfico define a história da demografia da Região Alentejo nos últimos 50 anos. Declínio em termos quantitativos, dada a enorme redução do efectivo de população que desde 1950, com maior ou menor intensidade, se tem vindo a manifestar, motivado não só pela dinâmica migratória mas também pela reduzida incidência da natalidade, fenómeno de tal forma preocupante que, na década de 80, a Região perdeu a capacidade de se auto-regenerar demograficamente.

Declínio em termos qualitativos, traduzido no progressivo grau de envelhecimento que caracteriza a estrutura demográfica da população alentejana, que vai perdendo o seu potencial produtivo e reprodutor, bem como no baixo nível de qualificação profissional da generalidade dos recursos humanos.

Declínio no contexto da distribuição da população pelo território, que se manifesta num acentuado desequilíbrio da rede urbana, provocado pela progressiva concentração da população nos principais centros urbanos, com a conseqüente desertificação e desaparecimento das localidades rurais.

Neste contexto, a continuação da evolução regressiva dos níveis da fecundidade, que ainda hoje se manifesta, associada à incapacidade do sector produtivo, traduzida na manutenção das saídas de população activa, adaptadas agora aos novos polos de atracção: emigração temporária para a Suíça e Espanha, migrações sazonais e trabalho precário para o Algarve e movimentos pendulares semanais para a zona de Lisboa e Setúbal, deixam perspectivar a continuação de uma dinâmica demográfica regressiva nos próximos anos.

É com base nesta realidade socio-demográfica que se torna evidente que a Região Alentejo só conseguirá sair desta situação quando tiver não só capacidade para fixar os seus naturais, mas também para atrair população activa e em idade de procriar do exterior, uma vez que já perdeu a sua capacidade de se auto-regenerar. É nesta perspectiva que se deve enquadrar o papel dos centros urbanos que representam núcleos que ainda exercem alguma capacidade de atracção.

Na verdade, e apesar de serem também responsáveis pela continuada desertificação das zonas rurais envolventes, dada a atracção que exercem no seio daquelas populações, os centros urbanos da Região começam a evidenciar alguma capacidade para estender a sua atracção para fora dos limites regionais, fenómeno preponderante para o Alentejo poder vir a inverter o seu imparável processo de declínio socio-demográfico.

Independentemente do fortalecimento que estes centros devem ter, será necessário e urgente proceder a intervenções que se objectivem no sentido de corrigir as assimetrias existentes no âmbito da Região. Na actualidade, é já possível traçar algumas linhas de fractura nos níveis de desenvolvimento da população alentejana, que se manifestam maioritariamente de duas formas:

- √ diferenciação entre a população residente nos principais centros urbanos, que beneficia de melhores condições de acesso ao emprego e aos equipamentos sociais e culturais, e aqueles que persistem em continuar a residir nas zonas rurais mais afectadas pelo desemprego e com grandes problemas de acessibilidade aos principais equipamentos colectivos;
- √ diferenciação entre o litoral, com melhores condições naturais para a promoção turística, potenciada com investimentos no sector industrial realizados num passado recente, e o interior, onde a agressividade climática se tem associado a uma maior discriminação relativamente a investimentos públicos, provocando um agravamento dos níveis de desenvolvimento que, em determinadas zonas, atingem já limiares preocupantes.

A intervenção deverá passar pela identificação das áreas com estruturas demográficas e sociais fragilizadas e, conseqüentemente, com menores níveis de desenvolvimento socio-económico, como zonas de intervenção prioritária dos planos de desenvolvimento regional. Estes, deverão contemplar estratégias de intervenção integrada, assentes em objectivos definidos numa perspectiva de desenvolvimento regional equilibrado.

Assim, e atendendo à forte interdependência entre as transformações económicas, sociais e culturais observadas na sociedade global e a evolução das variáveis demográficas será necessário dirigir as políticas de intervenção para dois níveis: intervenção no domínio demográfico e no contexto socio-económico.

A intervenção no contexto demográfico deverá ser feita com base em políticas que visem a promoção da fecundidade, através de acções de apoio à maternidade e à família, criando condições para o aumento do número de filhos por casal. A intervenção a este

nível deverá assentar numa política de âmbito nacional e a sua eficácia deverá ser esperada a médio prazo. A alteração dos modelos de fecundidade, já encetada pelos países mais desenvolvidos da Europa, representa um processo muito lento, cujos resultados só serão visíveis nas próximas gerações, sendo de muita urgência uma intervenção neste domínio, no contexto da Região Alentejo. Entre outras dever-se-ão implementar as acções seguintes:

Acções de apoio à maternidade.

- √ Aumento dos subsídios de nascimento e aleitação;
- √ Dilatação do período de licença de parto;
- √ Criação de subsídios específicos para os nascimentos a partir do 2º filho;
- √ Criação de subsídio específico para a maternidade em meio rural.

Acções de apoio à família

- √ Aumento dos subsídio familiar a crianças e jovens, progressivos em função da dimensão da família;
- √ Criação de subsídios específicos para famílias com mais de 2 filhos;
- √ Generalização da cobertura da rede oficial de equipamentos de apoio à infância e gratuidade dos serviços prestados;
- √ Compatibilização dos horários de funcionamento dos equipamentos de apoio à infância (incluindo o 1º ciclo do ensino básico), com os laborais;
- √ Criação de equipamentos integrados de apoio à infância e à 3ª idade;
- √ Criação de condições especiais ao nível laboral para famílias com mais de 2 filhos:

Estes estímulos terão resposta na atitude dos casais, que ao escolherem entre uma descendência de três, dois ou um filhos, condicionarão a existência de uma população com crescimento moderado, em declínio ou em risco de extinção.

A intervenção no contexto socio-económico deverá basear-se na implementação de políticas que promovam o desenvolvimento equilibrado, através da correcção das assimetrias regionais existentes.

Esta intervenção deverá processar-se de uma forma integrada, estimulando o envolvimento de todos os sectores, e auto-sustentada, mediante a participação das populações, através do estabelecimento de programas de apoio aos diferentes níveis de actividade, como seja a criação de infra-estruturas e a dinamização das estruturas e actividades económicas, que deverão contar com o envolvimento das entidades privadas, públicas da administração central e local e associativas.

A intervenção deverá procurar atingir, entre outros, os seguintes objectivos:

- √ **Promoção do emprego**, através da fixação de actividades produtivas que tornem o Alentejo atractivo para a população activa jovem da Região e do exterior. Estas actividades deverão merecer apoios preferenciais quando a sua instalação se faça fora dos centros urbanos, factor determinante para a continuação da *ruralidade alentejana*;
- √ **Estímulo à instalação de infra-estruturas** e equipamentos educativos e de apoio à infância e à terceira idade nas zonas rurais. A existência destes equipamentos é outro factor, à semelhança do emprego, determinante na fixação das populações;
- √ **Melhoria da rede viária e de transportes** intra-regionais, no sentido de melhorar a acessibilidade aos equipamentos e serviços de nível superior existentes nos principais centros urbanos, e a permitir a manutenção de movimentos pendulares (casa-trabalho, casa-estudo) entre as zonas rurais e os centros urbanos de forma a que a polarização exercida por aqueles centros se possa fazer sem provocar o despovoamento das zonas periféricas.

Só assim será possível inverter o ciclo do declínio económico e socio-demográfico característico do Alentejo das últimas décadas, criando-se condições para tornar a Região atractiva para investimentos do exterior, que conjuntamente com os investimentos públicos estruturantes que se estão a realizar e que se pretendem ver continuados, se constituirão nos factores de indução do processo de desenvolvimento que já tarda no Alentejo .

ÍNDICE DE QUADROS

- Quadro 1
EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE - REGIÃO ALENTEJO
- Quadro 2
ÍNDICES - RESUMO - REGIÃO ALENTEJO
- Quadro 3
DESCENDÊNCIA MÉDIA - REGIÃO ALENTEJO
- Quadro 4
MEDIDAS DE NATALIDADE E FECUNDIDADE - REGIÃO ALENTEJO 1981/1991
- Quadro 5
TAXA BRUTA DE MORTALIDADE - REGIÃO ALENTEJO
- Quadro 6
INDICADORES DE MORTALIDADE - REGIÃO ALENTEJO
- Quadro 7
TAXA DE SALDO FISIOLÓGICO - REGIÃO ALENTEJO
- Quadro 8
TAXA DE SALDO MIGRATÓRIO - REGIÃO ALENTEJO
- Quadro 9
ESTIMATIVAS DAS TAXAS DE FECUNDIDADE - REGIÃO ALENTEJO 1991-2011
- Quadro 10
ESTIMATIVAS DA ESPERANÇA DE VIDA (HOMENS) - REGIÃO ALENTEJO 1991-2011
- Quadro 11
ESTIMATIVAS DA ESPERANÇA DE VIDA (MULHERES) - REGIÃO ALENTEJO 1991-2011
- Quadro 12
ESTIMATIVAS DO SALDO MIGRATÓRIO - REGIÃO ALENTEJO 1991-2011
- Quadro 13
SÍNTESE DE INDICADORES DEMOGRÁFICOS - CENÁRIO REALISTA
- Quadro 14
SÍNTESE DE INDICADORES DEMOGRÁFICOS - CENÁRIO PESSIMISTA
- Quadro 15
SÍNTESE DE INDICADORES DEMOGRÁFICOS - CENÁRIO OPTIMISTA
- Quadro 16
POPULAÇÃO RESIDENTE, SEGUNDO CONDIÇÃO PERANTE A ACTIVIDADE ECONÓMICA, SEXO E GRUPOS ETÁRIO - REGIÃO ALENTEJO - 1991
- Quadro 17
EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ACTIVA POR SEXOS - REGIÃO ALENTEJO
- Quadro 18
EVOLUÇÃO DAS TAXA DE ACTIVIDADE POR SEXOS - REGIÃO ALENTEJO
- Quadro 19
POPULAÇÃO RESIDENTE E ECONOMICAMENTE ACTIVA SEGUNDO O SEXO E TAXAS DE ACTIVIDADE E DESEMPREGO
- Quadro 20
POPULAÇÃO RESIDENTE, COM 12 OU MAIS ANOS, EMPREGADA, SEGUNDO O SECTOR DE ACTIVIDADE ECONÓMICA E SEXO
- Quadro 21
POPULAÇÃO RESIDENTE, COM 12 OU MAIS ANOS, EMPREGADA, POR RAMOS DE ACTIVIDADE ECONÓMICA
- Quadro 22
POPULAÇÃO RESIDENTE, COM 12 OU MAIS ANOS, EMPREGADA, POR SITUAÇÃO NA PROFISSÃO
- Quadro 23
POPULAÇÃO, COM ACTIVIDADE ECONÓMICA, POR NÍVEL DE INSTRUÇÃO E SEXO - 1991

- Quadro 24
POPULAÇÃO, SEGUNDO O SEXO, POR GRUPO SÓCIO-ECONÓMICO - 1991
- Quadro 25
POPULAÇÃO RESIDENTE, DESEMPREGADA, SEGUNDO A SITUAÇÃO E SEXO, POR GRUPOS ETÁRIOS - REGIÃO ALENTEJO - 1991
- Quadro 26
POPULAÇÃO RESIDENTE, DESEMPREGADA, SEGUNDO A SITUAÇÃO E SEXO, POR NÍVEL DE INSTRUÇÃO
- Quadro 27
POPULAÇÃO RESIDENTE, DESEMPREGADA, POR TIPO DE PROCURA DE EMPREGO, SEGUNDO A SITUAÇÃO E SEXO,
- Quadro 28
POPULAÇÃO DESEMPREGADA, POR PRINCIPAL MEIO DE VIDA E SEXOS REGIÃO ALENTEJO - 1991
- Quadro 29
POPULAÇÃO POR DIMENSÃO DOS LUGARES - REGIÃO ALENTEJO
- Quadro 30
Nº DE LUGARES POR DIMENSÃO DOS LUGARES - REGIÃO ALENTEJO
- Quadro 31
CENTROS URBANOS COM MAIS DE 5000 HABITANTES EM 1991
- Quadro 32
VARIACÃO DA POPULAÇÃO POR TIPOS
- Quadro 33
POPULAÇÃO POR TIPOS (%) - REGIÃO ALENTEJO
- Quadro 34
ÍNDICES - RESUMO - 1991
- Quadro 35
POPULAÇÃO ACTIVA POR SECTOR DE ACTIVIDADE ECONÓMICA - 1991
- Quadro 36
TAXA DE ANALFABETISMO E NÍVEL DE INSTRUÇÃO DA POPULAÇÃO COM + DE 10ANOS - 1991
- Quadro 37
POPULAÇÃO MIGRANTE SEGUNDO O SEXO
- Quadro 38
POPULAÇÃO MIGRANTE SEGUNDO AS IDADES
- Quadro 39
POPULAÇÃO MIGRANTE SEGUNDO O NÍVEL DE INSTRUÇÃO
- Quadro 40
POPULAÇÃO MIGRANTE SEGUNDO A NATURALIDADE
- Quadro 41
POPULAÇÃO MIGRANTE SEGUNDO A RESIDÊNCIA ANTERIOR
- Quadro 42
POPULAÇÃO MIGRANTE SEGUNDO AS PROFISSÕES
- Quadro 43
POPULAÇÃO MIGRANTE SEGUNDO A PROFISSÃO DO PAI
- Quadro 44
POPULAÇÃO MIGRANTE SEGUNDO OS ACOMPANHANTES
- Quadro 45
POPULAÇÃO MIGRANTE SEGUNDO O TIPO DE FIXAÇÃO
- Quadro 46
POPULAÇÃO MIGRANTE SEGUNDO AS RAZÕES DA MUDANÇA DE RESIDÊNCIA
- Quadro 47
POPULAÇÃO MIGRANTE SEGUNDO OS RENDIMENTOS
- Quadro 48
POPULAÇÃO MIGRANTE SEGUNDO O GRAU DE PRESTÍGIO
- Quadro 49
POPULAÇÃO MIGRANTE SEGUNDO A INFLUÊNCIA NA ESCOLHA DO LOCAL DE DESTINO
- Quadro 50
POPULAÇÃO MIGRANTE SEGUNDO OS FACTORES DE REPULSÃO DOS LOCAIS DE ORIGEM

- Quadro 51
POPULAÇÃO MIGRANTE SEGUNDO OS FACTORES DE ATRACÇÃO DOS CENTROS URBANOS
- Quadro 52
POPULAÇÃO MIGRANTE SEGUNDO OS ASPECTOS POSITIVOS DOS CENTROS URBANOS
- Quadro 53
POPULAÇÃO MIGRANTE SEGUNDO OS ASPECTOS NEGATIVOS DOS CENTROS URBANOS
- Quadro 54
POPULAÇÃO POR TIPO DE MIGRANTES SEGUNDO O SEXO
- Quadro 55
POPULAÇÃO POR TIPO DE MIGRANTES SEGUNDO AS IDADES
- Quadro 56
POPULAÇÃO POR TIPO DE MIGRANTES SEGUNDO O NÍVEL DE INSTRUÇÃO
- Quadro 57
POPULAÇÃO POR TIPO DE MIGRANTES SEGUNDO A NATURALIDADE
- Quadro 58
POPULAÇÃO POR TIPO DE MIGRANTES SEGUNDO AS PROFISSÕES
- Quadro 59
POPULAÇÃO POR TIPO DE MIGRANTES SEGUNDO A PROFISSÃO DO PAI
- Quadro 60
POPULAÇÃO POR TIPO DE MIGRANTES SEGUNDO OS ACOMPANHANTES
- Quadro 61
POPULAÇÃO POR TIPO DE MIGRANTES SEGUNDO O TIPO DE FIXAÇÃO
- Quadro 62
POPULAÇÃO POR TIPO DE MIGRANTES SEGUNDO AS RAZÕES DA MUDANÇA DE RESIDÊNCIA
- Quadro 63
POPULAÇÃO POR TIPO DE MIGRANTES SEGUNDO OS RENDIMENTOS
- Quadro 64
POPULAÇÃO POR TIPO DE MIGRANTES SEGUNDO O GRAU DE PRESTÍGIO
- Quadro 65
POPULAÇÃO POR TIPO DE MIGRANTES SEGUNDO A INFLUÊNCIA NA ESCOLHA DO LOCAL DE DESTINO
- Quadro 66
POPULAÇÃO POR TIPO DE MIGRANTES SEGUNDO OS FACTORES DE REPULSÃO DOS LOCAIS DE ORIGEM
- Quadro 67
POPULAÇÃO POR TIPO DE MIGRANTES SEGUNDO OS FACTORES DE ATRACÇÃO DOS CENTROS URBANOS
- Quadro 68
POPULAÇÃO POR TIPO DE MIGRANTES SEGUNDO OS ASPECTOS POSITIVOS DOS CENTROS URBANOS
- Quadro 69
POPULAÇÃO POR TIPO DE MIGRANTES SEGUNDO OS ASPECTOS NEGATIVOS DOS CENTROS URBANOS

ÍNDICE DE GRÁFICOS

- Gráfico 1
EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE - REGIÃO ALENTEJO
- Gráfico 2
RELAÇÕES DE MASCULINIDADE - 1991
- Gráfico 3
DESCENDÊNCIA MÉDIA - REGIÃO ALENTEJO
- Gráfico 4
MEDIDAS DE NATALIDADE E FECUNDIDADE - REGIÃO ALENTEJO 1981/1991
- Gráfico 5
TAXA BRUTA DE MORTALIDADE - REGIÃO ALENTEJO
- Gráfico 6
INDICADORES DE MORTALIDADE - REGIÃO ALENTEJO
- Gráfico 7
TAXA DE SALDO FISIOLÓGICO - REGIÃO ALENTEJO
- Gráfico 8
TAXA DE SALDO MIGRATÓRIO - REGIÃO ALENTEJO
- Gráfico 9
EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE - REGIÃO ALENTEJO - 1900-2011
- Gráfico 10
POPULAÇÃO ACTIVA - REGIÃO ALENTEJO
- Gráfico 11
TAXA DE ACTIVIDADE - REGIÃO ALENTEJO
- Gráfico 12
EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE, ACTIVA E TAXA DE ACTIVIDADE
PORTUGAL - 1960 = 100
- Gráfico 13
EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE, ACTIVA E TAXA DE ACTIVIDADE REGIÃO
ALENTEJO - 1960 = 100
- Gráfico 14
POPULAÇÃO POR SECTORES DE ACTIVIDADE ECONÓMICA - REGIÃO ALENTEJO -
1991
- Gráfico 15
POPULAÇÃO POR DIMENSÃO DOS LUGARES
- Gráfico 16
Nº DE LUGARES POR DIMENSÃO DOS LUGARES
- Gráfico 17
REDE DE LUGARES
- Gráfico 18
EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO POR TIPOS
- Gráfico 19
VARIAÇÃO % DA POPULAÇÃO POR TIPOS
- Gráfico 20
EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO POR TIPOS - 1960 = 100
- Gráfico 21
POPULAÇÃO ACTIVA - FREGUESIAS URBANAS - 1991
- Gráfico 22
POPULAÇÃO ACTIVA - FREGUESIAS RURAIS - 1991
- Gráfico 23
POPULAÇÃO POR NÍVEIS DE INSTRUÇÃO - 1991
- Gráfico 24
MIGRANTES POR SEXOS
- Gráfico 25
MIGRANTES POR IDADES
- Gráfico 26
MIGRANTES POR NÍVEL DE INSTRUÇÃO
- Gráfico 27
MIGRANTES POR NATURALIDADE

- Gráfico 28
MIGRANTES POR PROFISSÕES
- Gráfico 29
MIGRANTES POR PROFISSÃO DO PAI
- Gráfico 30
MIGRANTES POR FORMA DE MIGRAÇÃO
- Gráfico 31
MIGRANTES POR TIPO DE FIXAÇÃO
- Gráfico 32
MIGRANTES POR RAZÕES DA MOBILIDADE
- Gráfico 33
MIGRANTES POR RENDIMENTOS
- Gráfico 34
MIGRANTES POR PRESTÍGIO
- Gráfico 35
MIGRANTES POR FORMA DE MIGRAÇÃO
- Gráfico 36
MIGRANTES POR FACTORES DE REPULSÃO
- Gráfico 37
MIGRANTES POR FACTORES DE ATRACÇÃO
- Gráfico 38
MIGRANTES POR FACTORES POSITIVOS
- Gráfico 39
MIGRANTES POR FACTORES NEGATIVOS
- Gráfico 40
MIGRANTES POR TIPO POR SEXOS
- Gráfico 41
MIGRANTES POR TIPO POR IDADES
- Gráfico 42
MIGRANTES POR TIPO POR NÍVEL DE INSTRUÇÃO
- Gráfico 43
MIGRANTES POR TIPO POR NATURALIDADE
- Gráfico 44
MIGRANTES POR TIPO POR PROFISSÕES
- Gráfico 45
MIGRANTES POR TIPO POR PROFISSÃO DO PAI - INTRA - REGIONAIS
- Gráfico 45 a
MIGRANTES POR TIPO POR PROFISSÃO DO PAI - INTER - REGIONAIS
- Gráfico 46
MIGRANTES POR TIPO POR FORMA DE MIGRAÇÃO - INTRA - REGIONAIS
- Gráfico 46 a
MIGRANTES POR TIPO POR FORMA DE MIGRAÇÃO - INTER - REGIONAIS
- Gráfico 47
MIGRANTES POR TIPO POR TIPO DE FIXAÇÃO
- Gráfico 48
MIGRANTES POR TIPO POR RAZÕES DA MOBILIDADE
- Gráfico 49
MIGRANTES POR TIPO POR RENDIMENTOS
- Gráfico 50
MIGRANTES POR TIPO POR PRESTÍGIO
- Gráfico 51
MIGRANTES POR TIPO POR FORMA DE MIGRAÇÃO
- Gráfico 52
MIGRANTES POR TIPO POR FACTORES DE REPULSÃO
- Gráfico 53
MIGRANTES POR TIPO POR FACTORES DE ATRACÇÃO
- Gráfico 54
MIGRANTES POR TIPO POR FACTORES POSITIVOS
- Gráfico 55
MIGRANTES POR TIPO POR FACTORES NEGATIVOS

ÍNDICE DE FIGURAS

- Figura 1
REGIÃO ALENTEJO - LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA
- Figura 2
MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS - REGIÃO ALENTEJO - 1930-1990
- Figura 3
ESTIMATIVAS DOS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS - MÉTODO FORWARD / REVERSE -
REGIÃO ALENTEJO 1981 - 1991
- Figura 4
MIGRANTES POR RESIDÊNCIA ANTERIOR

ÍNDICE DE PIRÂMIDES ETÁRIAS

- Pirâmide 1
REGIÃO ALENTEJO - 1950
- Pirâmide 2
REGIÃO ALENTEJO - 1991
- Pirâmide 3
2001 - CENÁRIO REALISTA
- Pirâmide 4
2011 - CENÁRIO REALISTA
- Pirâmide 5
2001 - CENÁRIO PESSIMISTA
- Pirâmide 6
2011 - CENÁRIO PESSIMISTA
- Pirâmide 7
2001 - CENÁRIO OPTIMISTA
- Pirâmide 8
2011 - CENÁRIO OPTIMISTA
- Pirâmide 9
POPULAÇÃO COM ACTIVIDADE ECONÓMICA - REGIÃO ALENTEJO - 1991
- Pirâmide 10
POPULAÇÃO SEM ACTIVIDADE ECONÓMICA - REGIÃO ALENTEJO - 1991
- Pirâmide 11
TAXAS DE ACTIVIDADE - REGIÃO ALENTEJO - 1991
- Pirâmide 12
TAXAS DE INACTIVIDADE - REGIÃO ALENTEJO - 1991
- Pirâmide 13
FREGUESIAS URBANAS - 1991
- Pirâmide 14
FREGUESIAS URBANAS - 1991

BIBLIOGRAFIA CITADA

- ALARCÃO, A. (1964) - *Êxodo rural e Atracção Urbana no Continente*, *Análise Social* 2 (7/8), p.511-573.
- ALARCÃO, A. (1969) - *Mobilidade Geográfica da População de Portugal, Continente e Ilhas - Migrações Internas 1921-1960*, Lisboa, Fundação Calouste de Gulbenkian, Centro de Estudos de Economia Agrária.
- BAGANHA, M. I. (1992) - *Principais Características e Tendências da Emigração Portuguesa*, Comunicação ao 2º Congresso da APS, Lisboa
- CAMACHO, M. G. B.(1997) - *Motivações para o Retorno de Migrantes Alentejanos*; Évora, Comissão de Coordenação da Região Alentejo (policopiado)
- CASCAIS, M. T. V. F. (1984) - *A Problemática da Aplicação do Critério Demográfico à Medição do fenómeno Urbano*, Trabalho de Síntese Destinado às Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Évora, Universidade de Évora
- CARRILHO, M. J. et alter (1993) - *Alterações Demográficas nas Regiões Portuguesas entre 1981 e 1991*, Lisboa, INE - Gabinete de Estudos Demográficos
- CÓNIM, C.N. P. S. (1983) - *Migrações Internas em Portugal*, Revista do Centro de Estudos Demográficos, INE
- COURGEAU, Daniel (1988) - "*Methodes de Mesure de la Mobilité Spatiale - Migrations Internes, Mobilité Temporaire, Navette*", Paris, Editions de L'Institut National d'Etudes Demographiques.
- ESTEVES, M. Céu (1991) - *Portugal, País de Imigração*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento
- FONSECA, M. L. (1988) - *População e Território - do País à Área Metropolitana*, Dissertação de Mestrado em Geografia Humana, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
- GASPAR, J. (1971) - *Os Resultados Preliminares do 11º Recenseamento da População*, Finisterra, VI (12), p. 295-301.
- GASPAR, J. (1972) - *A área de influência de Évora*, Lisboa.
- GASPAR, J. (1981) - *Os Resultados Preliminares do Recenseamento Geral da População de 16 de Março de 1981*, Finisterra, XVIII (32), p. 328-341.
- GASPAR, J. (1987) - *Portugal: os próximos 20 anos - I Vol. - Ocupação e Organização do Território - Análise Retrospectiva e Tendências Evolutivas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian
- JACKSON, J. (1992) - *Migrações*, Oeiras, Celta

MENDES, M. F. (1983) - *Aplicação das tábuas-tipo de mortalidade à situação portuguesa*, Évora, Economia e Sociologia nº 35, ISESE,

NAZARETH, J. M. (1996) - *Introdução à Demografia*, Lisboa, Editorial Presença

NAZARETH, J. M. (1988) - *Princípios e Métodos de Análise da Demografia Portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença

NAZARETH, J. M. (1988) - *Portugal - Os Próximos 20 Anos III Vol. Unidade e Diversidade da Demografia Portuguesa no Final do Século XX*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian

PEIXOTO, J. (1992) - *Portugal e as Migrações Internacionais: as Perspectivas de Evolução*, Comunicação ao 2º Congresso da APS, Lisboa

RIBEIRO, O. (1955) - *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Estudo Geográfico*, Lisboa, Sá da Costa

SERRÃO, Joel (1977) - *A emigração Portuguesa - Sondagem Histórica*, Lisboa, Livros Horizonte.

Publicações Estatísticas:

INE, *Recenseamento Geral da População (1960, 1970, 1981, 1991)*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística

INE, *Estatísticas Demográficas (1980 a 1996)*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística

INE, *Anuário Estatístico (1993 a 1996)*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística

BIBLIOGRAFIA INDICATIVA

- ANTUNES, M. (1981) - *Emigração Portuguesa, Mobilidade Social e Identidade Cultural*, *Análise Social* 65 , p.17 -27.
- ALARCÃO, Alberto (1964) - *Éxodo rural e Atracção Urbana no Continente*, *Análise Social* 2 (7/8), p.511-573.
- ALARCÃO, A. (1969) - *Mobilidade Geográfica da População de Portugal, Continente e Ilhas - Migrações Internas 1921-1960*, Lisboa, Fundação Calouste de Gulbenkian, Centro de Estudos de Economia Agrária.
- BAGANHA, M. I. (1992) - *Principais Características e Tendências da Emigração Portuguesa*, Comunicação ao 2º Congresso da APS, Lisboa
- BAGANHA, M. I. (1991) - *Uma Viagem Desfocada - A Emigração Portuguesa e as Fontes Sobre a Emigração*, *Análise Social* 112 - 113.
- CAMACHO, M. G. B.(1997) - *Motivações para o Retorno de Migrantes Alentejanos*; Évora, Comissão de Coordenação da Região Alentejo (policopiado)
- CANDEIAS, A. J. C. (1997) - *Zonas de Intervenção Prioritárias na Região Alentejo*, Évora, Comissão de Coordenação da Região Alentejo (policopiado)
- CANDEIAS, A. J. C. (1996) - *Estudo Demográfico da Região Alentejo*, Évora, Comissão de Coordenação da Região Alentejo (policopiado)
- CANDEIAS, A. J. C. (1990) - *Estatísticas e Indicadores Regionais*, Évora, Comissão de Coordenação da Região Alentejo (policopiado)
- CASCAIS, M. T. V. F. (1984) - *A Problemática da Aplicação do Critério Demográfico à Medição do fenómeno Urbano*, Trabalho de Síntese Destinado às Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Évora, Universidade de Évora
- CARRILHO, M. J. et alter (1993) - *Alterações Demográficas nas Regiões Portuguesas entre 1981 e 1991*, Lisboa, INE - Gabinete de Estudos Demográficos
- CARRILHO, M. J. (1990) - *Portugal - Movimentos Migratórios internacionais: Factores Determinantes das Disparidades Regionais* , Lisboa, INE - Revista do Centro de Estudos Demográficos, 29
- CÓNIM, C. N. P. S. (1983) - *Migrações Internas em Portugal*, Revista do Centro de Estudos Demográficos, INE
- CÓNIM, C. N. P. S. (1983) - *Emigração e Regresso: 1985 - 1986*, Boletim Mensal de Estatística, INE

- COURGEAU, D. (1988) - "*Methodes de Mesure de la Mobilité Spatiale - Migrations Internes, Mobilité Temporaire, Navette*", Paris, Editions de L'Institut Nacional d'Etudes Demografiques.
- ESTEVEES, M. Céu (1991) - *Portugal, País de Imigração*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento
- FERRÃO, J. (1990) - *Terciarização e Território: Emergência de Novas Configurações Espaciais*, *Análise Social*, 114.
- FERRÃO, J. (1985) - *Recomposição Social e Estruturas Regionais de Classes (1970/1981)*, *Análise Social*, 87-88-89.
- FONSECA, M. L. (1988) - *População e Território - do País à Área Metropolitana*, Dissertação de Mestrado em Geografia Humana, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
- GASPAR, J. (1971) - *Os Resultados Preliminares do 11º Recenseamento da População*, Finisterra, VI (12), p. 295-301.
- GASPAR, J. (1972) - *A área de influência de Évora*, Lisboa.
- GASPAR, J. (1981) - *Os Resultados Preliminares do Recenseamento Geral da População de 16 de Março de 1981*, Finisterra, XVIII (32), p. 328-341.
- GASPAR, J. (1987) - *Portugal: os próximos 20 anos - I Vol. - Ocupação e Organização do Território - Análise Retrospectiva e Tendências Evolutivas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian
- JACKSON, J. (1992) - *Migrações*, Oeiras, Celta
- MENDES, M. F. (1983) - *Aplicação das tábuas-tipo de mortalidade à situação portuguesa*, Évora, *Economia e Sociologia* nº 35, ISESE,
- NAZARETH, J. M. (1996) - *Introdução à Demografia*, Lisboa, Editorial Presença
- NAZARETH, J. M. (1988) - *Princípios e Métodos de Análise da Demografia Portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença
- NAZARETH, J. M. (1988) - *Portugal - Os Próximos 20 Anos III Vol. Unidade e Diversidade da Demografia Portuguesa no Final do Século XX*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian
- NAZARETH, J. M. (1979) - *O Envelhecimento da População Portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença
- PEIXOTO, J. (1992) - *Portugal e as Migrações Internacionais: as Perspectivas de Evolução*, Comunicação ao 2º Congresso da APS, Lisboa
- PEIXOTO, J. (1990) - *Elogio da Cidade*, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 30
- RIBEIRO, O. (1955) - *Portugal, vol. IV, de Geografia de Espanha e Portugal*, Barcelona, Montaner y Simon

SERRÃO, J. (1972) - *A emigração Portuguesa - Sondagem Histórica*, Lisboa, Livros Horizonte.

SERRÃO, J. (1973) - *A Demografia Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte.

SILVA, M. et alter (1984) - *Retorno, Emigração e Desenvolvimento*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento

SILVA, M. et alter (1984) - *Emigração / Imigração em Portugal*, Algés, Editorial Fragmentos

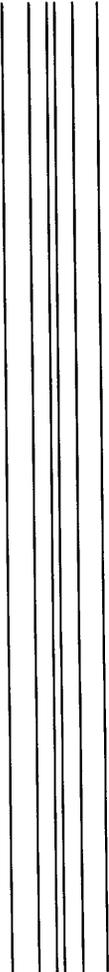
TRINDADE, M. B. (1976) - *Comuindades migrantes em Situação Dipolar*, *Análise Social* 48, p.983 - 997

Publicações Estatísticas:

INE, *Recenseamento Geral da População (1960, 1970, 1981,1991)*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística

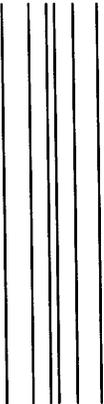
INE, *Estatísticas Demográficas (1980 a 1996)*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística

INE, *Anuário Estatístico (1993 a 1996)*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística



ANEXO I

**FORMULÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO DE
MIGRANTES**





Estrada das Piscinas, 193
7000 EVORA
Tel.: 740300 - FAX: 26562

Formulário a ser preenchido por todos os eleitores que mudaram de residência

IDENTIFICAÇÃO

Sexo (M/F)

Idade

Profissão

Grau de instrução

NATURALIDADE

Lugar

Freguesia

Concelho

RESIDÊNCIA

Rua/Lugar

Freguesia

Concelho

FILIAÇÃO

PAI

Freguesia

Concelho

Profissão

MAE

NATURALIDADE

RESIDÊNCIA

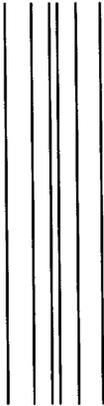
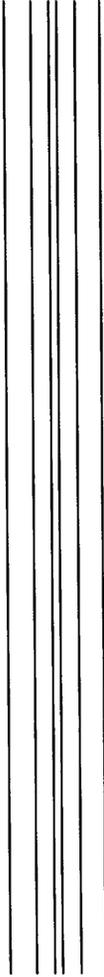
Lugar

Freguesia

ANTERIOR

Concelho

Profissão



ANEXO II
QUESTIONÁRIO

I - IDENTIFICAÇÃO

1 - IDENTIFICAÇÃO SEXO

masculino..... 1
feminino..... 2

2 - IDADE

não sabe..... 0

3 - ESTADO CIVIL

1 - solteiro..... 1
2 - casado..... 2
3 - viúvo..... 3
4 - divorciado..... 4
5 - outro 5

4 - NATURALIDADE

lugar.....
concelho.....
distrito.....

5 - NATURALIDADE DOS ASCENDENTES PAI

lugar.....
concelho.....
distrito.....

MÃE

lugar.....
concelho.....
distrito.....

6 - RESIDÊNCIA ANTERIOR

lugar.....
concelho.....
distrito.....

7 - QUE GRAU DE ENSINO POSSUI?

1 - não sabe ler nem escrever 1
2 - sabe ler e /ou escrever s/ grau de ensino 2
3 - ensino primário..... 3
4 - ensino preparatório / I ciclo liceu ou escola tec..... 4
5 - secundário unificado / II ciclo liceal ou téc. 5
6 - secundário complementar / III ciclo liceal téc..... 6
7 - curso médio 7
8 - curso superior 8
0 - não sabe..... 0

II - MOBILIDADE SOCIO-PROFISSIONAL

1 - QUAL É A SUA PROFISSÃO?

- 1 - é estudante.....
 2 - está à procura de 1º emprego
 3 - incapacitado desde sempre.....
 4 - reformado/aposentado
 5 - serviço militar obrigatório
 0 - n/sabe

- 1 ⇨ p.7
 2 ⇨ p.7
 3 ⇨ p.7
 4 ⇨ p.7
 5 ⇨ p.7
 0 ⇨ p.7



2 - EM QUE ENTIDADE TRABALHA?

- 2 - empresa privada.....
 3 - empresa pública
 4 - nome individual.....
 5 - cooperativa
 6 - administração central
 7 - administração local
 8 - outra
 0 - n/sabe
 1 - n/aplicável.....

- 2
 3
 4
 5
 6
 7
 8
 0
 1

3 - QUE PROFISSÃO EXERCIA NO ANTERIOR LOCAL DE RESIDÊNCIA?

- 2 - a mesma profissão
 0 - n/sabe
 1 - n/aplicável.....

- 2 ⇨ p.6
 0 ⇨ p.6
 1



4 - PORQUE MOTIVO EXERCE OUTRA PROFISSÃO?

- 2 - maior rendimento
 3 - trabalho menos pesado
 4 - não teve alternativa
 - outro motivo.(qual?).....

- 2
 3
 4

- 0 - n/sabe
 1 - n/aplicável.....

- 0
 1



5 - A PROFISSÃO QUE EXERCE ACTUALMENTE DÁ-LHE UM PRESTÍGIO:

- 2 - MUITO MAIOR
 3 - MAIOR
 4 - SEMELHANTE.....
 5 - MENOR
 6 - MUITO MENOR.....
 0 - n/sabe
 1 - n/aplicável.....

- 2
 3
 4
 5
 6
 0
 1

6 - ACTUALMENTE OBTÉM UM RENDIMENTO:

- 2 - MUITO MAIOR 2
- 3 - MAIOR 3
- 4 - SEMELHANTE..... 4
- 5 - MENOR 5
- 6 - MUITO MENOR..... 6
- 0 - n/sabe 0
- 1 - n/aplicável..... 1

7 - DO SEU AGREGADO FAMILIAR QUEM O ACOMPANHOU NESTA MUDANÇA DE RESIDÊNCIA?

- 1 - ninguém 1⇒p. 8
- 2 - toda a família..... 2⇒p. 9
- 3 - parte da família (quem?)..... 3
- 0 - n/sabe 0⇒p. 9

PARENTESCO	SEXO	IDADE	PROFISSÃO	HAB.LIT.

8 - QUAL O PRINCIPAL MOTIVO PORQUE PERMANECERAM PESSOAS DO SEU AGREGADO NA RESIDÊNCIA ANTERIOR?

- 2 - têm problemas de saúde 2
- 3 - motivos profissionais..... 3
- 4 - frequência de estabelecimento de ensino..... 4
- outro motivo.(qual?)..... _____
- _____
- _____
- 0 - n/sabe 0
- 1 - n/aplicável..... 1

9 - PENSA QUE A SUA FIXAÇÃO NESTE LOCAL É DEFINITIVA OU TEMPORÁRIA:?

- 1 - definitiva..... 1⇒ III - p. 1
- 3 - temporária..... 2
- 0 - n/sabe 0

10 - TEMPORÁRIA PORQUÊ?

- 2 - motivos profissionais 2
- 3 - progressão dos estudos de descendentes..... 3
- outro (qual?)..... _____
- _____
- _____
- 0 - n/sabe 0
- 1 - n/aplicável..... 1

III - MOTIVAÇÕES DAS MIGRAÇÕES

1 - QUAL FOI A PRINCIPAL RAZÃO QUE O LEVOU A MUDAR DE RESIDÊNCIA?

- 1 - reunir-se a familiares.....
- 2 - transferência profissional.....
- 3 - procura de trabalho
- 4 - desempenhar uma profissão.....
- 5 - actividade empresarial.....
- 6 - educação dos descendentes.....
- 7 - descanso/reforma.....
- 8 - acompanhamento de familiares.....
- outro motivo (qual?).....

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8

0 - n/sabe

0

2 - DE QUEM FOI A PRINCIPAL INFLUÊNCIA QUE O LEVOU A FIXAR-SE NESTE LOCAL?

- 1 - ninguém.....
- 2 - família
- 3 - amigos
- 4 - órgãos de comunicação social.....
- outros (quem?).....

- 1
- 2
- 3
- 4

0 - n/sabe

0

3 - DIGA, POR ORDEM DE IMPORTÂNCIA, OS DOIS PRINCIPAIS MOTIVOS QUE O LEVARAM A DEIXAR A SUA ANTERIOR RESIDÊNCIA:

- 1 - desemprego.....
- 2 - falta de infraestruturas de saúde.....
- 3 - falta de infraestruturas de educação.....
- 4 - más condições de vida.....
- 5 - vida muito agitada.....
- 6 - isolamento social.....
- outros (quais?).....

- | | |
|----------------------------|----------------------------|
| 1° | 2° |
| <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 1 |
| <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 2 |
| <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 3 |
| <input type="checkbox"/> 4 | <input type="checkbox"/> 4 |
| <input type="checkbox"/> 5 | <input type="checkbox"/> 5 |
| <input type="checkbox"/> 6 | <input type="checkbox"/> 6 |

0 - n/sabe

1° 0

2° 0

4 - E QUAIS OS DOIS PRINCIPAIS MOTIVOS QUE O ATRAÍRAM PARA ESTA ZONA?

- 1 - maiores possibilidades de emprego.....
- 2 - maior oferta de equipamentos de saúde.....
- 3 - maior oferta de equipamentos de educação.....
- 4 - maiores ofertas culturais.....
- 5 - existência de familiares/amigos.....
- 6 - tipo de vida mais calmo.....
- outros (quais?).....

- | | |
|----------------------------|----------------------------|
| 1° | 2° |
| <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 1 |
| <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 2 |
| <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 3 |
| <input type="checkbox"/> 4 | <input type="checkbox"/> 4 |
| <input type="checkbox"/> 5 | <input type="checkbox"/> 5 |
| <input type="checkbox"/> 6 | <input type="checkbox"/> 6 |

0 - n/sabe

1° 0

2° 0

5 - QUE CONDIÇÕES COLOCARIA PARA NÃO TER MUDADO DE RESIDÊNCIA?

0 - n/sabe

0



IV - EXPECTATIVAS RELATIVAMENTE AO LOCAL DE DESTINO

1 - ANTES DE MIGRAR, AS EXPECTATIVAS QUE TINHA RELATIVAMENTE A ESTE LUGAR ERAM:

1 - MUITO POSITIVAS.....

1

2 - POSITIVAS.....

2

3 - INEXISTENTES.....

3

4 - NEGATIVAS.....

4

5 - MUITO NEGATIVAS.....

5

0 - n/sabe

0

2 - NESTE MOMENTO, TEM UMA OPINIÃO, RELATIVAMENTE A ESTE LUGAR:

1 - MUITO MELHOR.....

1

2 - MELHOR.....

2

3 - IGUAL.....

3

4 - PIOR

4

5 - MUITO PIOR.....

5

0 - n/sabe

0

3 - DIGA OS DOIS ASPECTOS QUE CONSIDERA MAIS POSITIVOS DESTE LOCAL:

1 - mercado de trabalho.....

1

2 - maneira de ser da população.....

2

3 - clima.....

3

4 - tipo de vida.....

4

5 - existência de equipamentos sociais/culturais.....

5

- outros (quais?).....

0 - n/sabe

0



4 - DIGA OS DOIS ASPECTOS QUE CONSIDERA MAIS NEGATIVOS DESTE LOCAL:

1 - mercado de trabalho.....

1

2 - maneira de ser da população.....

2

3 - clima.....

3

4 - tipo de vida.....

4

5 - falta de equipamentos sociais/culturais.....

5

- outros (quais?).....

0 - n/sabe

0



ANEXO I
IMIGRANTES NÃO ALENTEJANOS

1 - QUAL A PRINCIPAL RAZÃO QUE O LEVOU A ESCOLHER O ALENTEJO PARA FIXAR RESIDÊNCIA:

- 1 - colocação profissional..... 1
- 2 - investir num negócio. qual?..... 2
- 3 - descanso..... 3
- 4 - reunir-se a familiares..... 4
- outros (quais?)..... 4
- 0 - n/sabe 0

2 - ANTES DE FIXAR AQUI RESIDÊNCIA, CONSIDERAVA O ALENTEJO UMA REGIÃO:

- 1 - MUITO DESENVOLVIDA..... 1
- 2 - DESENVOLVIDA..... 2
- 3 - EM DESENVOLVIMENTO 3
- 3 - POUCO DESENVOLVIDA..... 4
- 4 - NADA DESENVOLVIDA..... 0
- 0 - n/sabe 0

3 - RELATIVAMENTE À SUA INTEGRAÇÃO NO ALENTEJO, CONSIDERA QUE FOI:

- 1 - MUITO FÁCIL..... 1
- 2 - FÁCIL..... 2
- 3 - DIFÍCIL..... 3
- 4 - MUITO DIFÍCIL 4
- 0 - n/sabe 0

4 - INDIQUE DOIS ASPECTOS QUE MAIS DIFICULTARAM A SUA INTEGRAÇÃO:

- 1 - ritmo de vida..... 1
- 2 - clima..... 2
- 3 - relações de vizinhança..... 3
- 4 - tipo de alimentação..... 4
- 5 - falta de equipamentos sociais/culturais..... 5
- outras (quais?)..... 5
- 0 - n/sabe 0



